

SERGIO ROBERTO CHAVES JUNIOR

**A EDUCAÇÃO FÍSICA DO GINÁSIO PARANAENSE AO COLÉGIO ESTADUAL
DO PARANÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE
UMA DISCIPLINA ESCOLAR (1931-1951)**



CURITIBA

2004

SERGIO ROBERTO CHAVES JUNIOR

**A EDUCAÇÃO FÍSICA DO GINÁSIO PARANAENSE AO COLÉGIO ESTADUAL
DO PARANÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE
UMA DISCIPLINA ESCOLAR (1931-1951)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa Instituições, Intelectuais e Cultura Escolar. Área Temática de História e Historiografia da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

CURITIBA

2004



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **SÉRGIO ROBERTO CHAVES JÚNIOR** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

Os abaixo-assinados, DR. MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA; DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA e DR. KAZUMI MUNAKATA argüiram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Dissertação: **“A EDUCAÇÃO FÍSICA DO GINÁSIO PARANAENSE AO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA ESCOLAR (1931-1951)”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA		<i>aprovado</i>
DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA	<i>Marcus Levy Albino Bencostta</i>	<i>APROVADO</i>
DR. KAZUMI MUNAKATA		<i>Aprovado</i>

Curitiba, 30 de agosto de 2004

Profª Drª Regina Maria Michelotto
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

*Dedico este trabalho aos meus pais, Sérgio e Glarci,
por terem, desde meus primeiros passos e palavras,
oferecido toda a estrutura necessária
para que fosse possível investir em minha formação.
Tudo o que conquistei até hoje devo a vocês.
Muito Obrigado!*

AGRADECIMENTOS

No decorrer destes últimos dois anos e meio foram muitos os amigos (alguns novos, outros reafirmando a cada dia a velha amizade) que contribuíram para a efetivação deste trabalho. Gostaria de destacar a participação de algumas destas pessoas especiais. Agradeço:

Em primeiro lugar, ao Prof. Dr. Marcus Aurelio Taborda de Oliveira, mais que um orientador, um verdadeiro amigo presente em todos os momentos desta minha caminhada acadêmica. Agradeço pela dedicação, paciência, confiança e incentivo que foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Kazumi Munakata que, ao argüir meu trabalho, indicou com sua notável erudição alguns caminhos seguros para que eu, na condição de um inexperiente aprendiz, pudesse percorrer. Meus sinceros agradecimentos por essa *lição*.

Ao Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta, que desde meu ingresso no Mestrado até o exame de qualificação me auxiliou a mergulhar com maior precisão neste instigante mundo da pesquisa histórica. Muito obrigado pelos ensinamentos.

Aos demais professores de Linha de História e Historiografia da Educação. Vocês também foram muito importantes para essa minha caminhada.

Aos professores Cláudio Portilho Marques, Fernando Cavichioli e Fernando Mezzadri, pelo incentivo para que eu seguisse na área acadêmica.

Aos demais professores do Departamento de Educação Física da UFPR, por terem de alguma forma contribuído para a minha formação.

Ao professor Ernani Costa Straube, sempre prestativo e atencioso e que colaborou enormemente através da disponibilização de documentos escritos e do depoimento oral, para que fosse possível contar mais uma história desta instituição que faz parte de sua vida.

Aos professores Hélcio Buck Silva e Ivete Luz Buck Silva pelas inúmeras experiências relatadas nos depoimentos orais e pelas outras *estórias* contadas. Agradeço também a esses professores pela doação do exemplar do Regulamento Geral de Educação Física.

Ao professor Mário Bassói, pelo depoimento oral e pela doação de alguns livros que nos ajudarão a contar outras histórias.

Aos professores Alessandra Minciotti, Amarílio Ferreira Neto, Carmen Lúcia Soares, Mário Cantarino Filho, Silvana Goellner e Tarcísio Mauro Vago pela compreensão e colaboração, mesmo à distância.

À Elza e Silviane, funcionárias do Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná, que se mostraram sempre companheiras nas longas tardes de pesquisa com os documentos da instituição.

À Márcia e Maria, ambas funcionárias do Museu do Colégio Estadual do Paraná, por estarem sempre interessadas pela perpetuação da história desta instituição. Obrigado por garimparem e preservarem as fontes.

Aos funcionários do Arquivo Público do Paraná, em especial, à Ana Paula Joukoski, pelo excelente trabalho, pela disponibilização das fontes e a indicação de algumas pistas em outros acervos.

À Cloris Porto Torquato que, com extrema competência, colaborou para tornar este texto compreensível.

Aos meus colegas de turma do Mestrado: Ana Paula, Cássio, Cristiane, Firmina, Luciane, Sônia, Suzete e Valter, com os quais pude dividir momentos de dúvidas e certezas, angústias e realizações.

Aos sinceros amigos que estiveram sempre presentes nos momentos mais angustiantes desta caminhada. Andersinho e Renata, Cláudio e Márcia, Denise e Léo, Diogo, Fernanda e Vina, Jeyson e Cris, Kléber e Renata, Lausane, Luciane, Luciano, Marcelo, Marcello, Melina, Perdigão e Juli, Róbson e Vanessa, Samuel, Talita... Certamente devo ter esquecido alguém, mas peço que compreendam...

À minha família, por ser a base concreta onde fui buscar forças revigorantes para a realização desta tarefa. Muitas vezes sem entender o real sentido de tanto esforço, vocês foram importantes nesta caminhada. Agradecimento especial ao meu irmão Márcio, que sempre lutou por seus objetivos e espero que assim continue. Nunca desista irmão querido!

Por último reservei o agradecimento mais importante:

À minha esposa, eterna namorada, companheira e razão do meu viver. Muito obrigado pela compreensão dos momentos de ausência e das dificuldades que atravessamos neste difícil, porém, necessário caminho para a concretização dos NOSSOS sonhos. ARIANE, TE AMO!

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE SIGLAS.....	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1
1. UMA DISCIPLINA EM PROCESSO DE VALORIZAÇÃO?	18
1.1. “UMA GRANDE DEFICIÊNCIA NO ENSINO: O POUCO DESENVOLVIMENTO E, MESMO ATENÇÃO, DADA À EDUCAÇÃO FÍSICA”.....	37
1.2. “A FORÇA DE UM POVO É UM DOS ELEMENTOS PRIMORDIAIS DE VITÓRIA”..	55
1.3. OS <i>PROFESSORES</i> RESPONSÁVEIS PELA DISCIPLINA.....	65
1.3.1. Os <i>pioneiros</i> da Educação Física no Ginásio Paranaense.....	66
1.3.2. Uma solução encontrada no Externato: Os <i>monitores</i> de Educação Física!.....	73
1.3.3. Os Professores de Educação Física da Escola de Educação Física e Desportos: o fim dos problemas docentes?.....	78
1.4. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO INTERNATO.....	81
2. OS PROGRAMAS E OS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	87
2.1. DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	89
2.2. DOS CONTEÚDOS DAS SESSÕES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	115
3. ESPAÇOS E MATERIAIS ESCOLARES	139
3.1. ENTRE A PRECARIIDADE DE ESPAÇOS E A TENTATIVA DE MELHORIAS.....	141
3.2. POCOS, EMPRESTADOS E PRÓPRIOS: OS MATERIAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	165
3.3. O NOVO PRÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ: INÍCIO DE UMA EDUCAÇÃO FÍSICA <i>ESPORTIVIZADA</i> ?.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
FONTES HISTÓRICAS	185
REFERÊNCIAS	192
ANEXOS	200

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - VENCIMENTOS ANUAIS DOS PROFESSORES DO GINÁSIO PARANAENSE NOS ANOS DE 1933, 1935, 1937 E 1938	67
QUADRO 2 - MAPA DAS AULAS DADAS MÊS DE JULHO DE 1939 1ª TURMA DO CURSO FUNDAMENTAL	95
QUADRO 3 - FINALIDADES, REGIME DE TRABALHOS E PROGRAMA DE EXERCÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 1931.....	99
QUADRO 4 - FINALIDADES, REGIME DE TRABALHOS E PROGRAMA DE EXERCÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947.....	109

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O 1º <i>TEAM</i> DA DIVISÃO DOS MAIORES	83
FIGURA 2 – PLANTA DO EDIFÍCIO DO GYMNASIO PARANAENSE - 1º PAVIMENTO	142
FIGURA 3 – PLANTA DO EDIFÍCIO DO GYMNASIO PARANAENSE - 2º PAVIMENTO	143
FIGURA 4 – GABINETE ANTROPOMÉTRICO	148
FIGURA 5 – OS ALUNOS EM EXERCÍCIO DE GINÁSTICA	150
FIGURA 6 – AULA DE GINÁSTICA NO PÁTIO DO GYMNASIO PARANAENSE EM 1932	151
FIGURA 7 – SALÃO DE GINÁSTICA DA SOCIEDADE DE CULTURA FÍSICA JAHN	154
FIGURA 8 – PÓRTICO, DEMAIS APARELHOS DE GINÁSTICA E INSTALAÇÕES DE ARQUIBANCADA E VESTIÁRIOS NO CAMPO BRITÂNIA SPORT CLUB (BARCAROLA)	157
FIGURA 9 – PÓRTICO E DEMAIS APARELHOS DE GINÁSTICA NO CAMPO BRITÂNIA SPORT CLUB (BARCAROLA)	158
FIGURA 10 – QUADRA ESPORTIVA NAS INSTALAÇÕES DO BRITÂNIA SPORT CLUB (BARCAROLA)	159
FIGURA 11 – PROJETO DA NOVA SEDE DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ	163
FIGURA 12 – TOMADA AÉREA DA REGIÃO ONDE ESTÁ LOCALIZADO O COMPLEXO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ.....	175
FIGURA 13 – PISCINA E TRAMPOLIM	178
FIGURA 14 – EDUCAÇÃO FÍSICA - GINÁSIO	179
FIGURA 15 – PÓRTICO.....	180
FIGURA 16 – ESTÁDIO.....	180

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
AGCEP – Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná
APPR – Arquivo Público do Paraná
APSA - Associação Paranaense de Sports Athléticos
ASP - Associação Sportiva Paranaense
BPP – Biblioteca Pública do Paraná
CEP – Colégio Estadual do Paraná
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CPII – Colégio (de) Pedro II
DEF - Divisão de Educação Física
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
EEFDP – Escola de Educação Física e Desportos do Paraná
EN – Escola Normal
ENEFD – Escola Nacional de Educação Física e Desportos
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FPD - Federação Paranaense de Desportos
GN – Ginásio Nacional
GP – Ginásio Paranaense
LSP - Liga Sportiva Paranaense
RAM – Regimento de Artilharia Montada
S.C.F. Jahn – Sociedade de Cultura Física Jahn

RESUMO

Neste trabalho, meu principal objetivo consiste apresentar uma interpretação histórica do processo de consolidação e valorização da disciplina de Educação Física no Ginásio Paranaense (hoje, Colégio Estadual do Paraná) entre os anos de 1931 e 1951. O recorte temporal foi definido tendo como marco inicial a reforma do ensino secundário, através do Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, conhecida também como Reforma Francisco Campos. Por outro lado, o que delimita o recorte é a inauguração do novo prédio do Colégio Estadual do Paraná, em 29 de março de 1950 e, mais especificamente, a entrega, em 27 de outubro do ano seguinte, das instalações da Educação Física. Através da análise de aspectos caros às disciplinas escolares, apresento de que forma as questões relativas à Educação Física foram tratadas nos aspectos legislativos e normativos e também na apropriação destes discursos na realidade da instituição de ensino analisada. Para atingir os objetivos propostos, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, apresento de que forma a Educação Física foi ganhando importância nos discursos e nos conteúdos das reformas educacionais e como esta valorização foi refletida na realidade do Ginásio Paranaense (Colégio Estadual do Paraná). Neste capítulo, também realizo uma análise dos professores responsáveis pela disciplina, indicando que antes da fundação de escolas superiores de Educação Física diversos sujeitos com outras *formações* tiveram a incumbência de conduzir as aulas. No segundo capítulo analiso o *cerne* da disciplina, qual seja, os programas e os conteúdos da Educação Física. Mostro que o chamado Método Francês foi o conteúdo predominante nas aulas da instituição, muito embora as fontes sinalizem para o início de um processo de *esportivização* das aulas nos anos finais da década de 1940, deixando os exercícios ginásticos relegados a um segundo plano. No terceiro capítulo, apresento de que forma a disponibilização de espaços e materiais para a Educação Física foi entendida e como a instituição tratou de solucionar alguns óbices que prejudicavam o desenvolvimento da Educação Física. É possível perceber que a Educação Física passou de uma situação de precariedade, com poucos investimentos no que se refere aos espaços e materiais, para resultar, no meu entendimento, no *ápice* de um *processo de valorização*, com a disponibilização de uma quantidade considerável de materiais, com uma área de proporções grandiosas destinada às suas atividades e com a formação de um quadro de professores egressos de escolas de Educação Física. Sinalizo também para um início de *esportivização* das aulas de Educação Física no Colégio Estadual do Paraná, máxime em virtude da configuração dos espaços e materiais da Educação Física.

Palavras-chave: História das Disciplinas Escolares, História da Educação Física escolar, Educação Física no Ensino Secundário.

ABSTRACT

In this research, my aim is to present a historical interpretation about the process of consolidation and appreciation of the Physical Education in the Ginásio Paranaense (well-know nowadays as Colégio Estadual do Paraná) between 1931 and 1951. The period was defined starting from the secondary teaching reform, through the Decree number 19,890, of April 18th, 1931. The end of the research is with the inauguration of Colégio Estadual do Paraná's newest building, on March 29th, 1950, and specifically with the delivery of the Physical Education places, on October 27th, 1951. Analyzing some particular aspects of the schools disciplines, I present how the Physical Education matters were treated in the legislative and normative aspects and also how had done the appropriation of these speeches in this secondary school. To reach the proposed goals, I divided this research in three chapters. In the first one, I present how the Physical Education won importance in the speeches and educational reforms and as this appreciation was reflected in fact. In this chapter, I also analyzed who were the Physical Education teachers. In the second chapter, I analyzed the programs and the contents of the discipline. I've tried to show that the Método Francês was predominant, however, I could realize that sports becoming the main content in the discipline in the 1940's. In the third chapter, related with the Physical Education places and materials, I showed the precariousness situation initially and finished with the offer of a considerable quantity of material and a huge area destined to Physical Education activities. It's interesting realize that those areas where related with the sports, what in my point of view, signalize to an *esportivização* of the Physical Education in the Colégio Estadual do Paraná.

Key words: School's Disciplines History, Physical Education History, Physical Education in the Secondary School.

INTRODUÇÃO

A idéia inicial deste estudo era pesquisar a inserção da prática esportiva no ensino paranaense na transição do século XIX para o XX. Podemos nos questionar a respeito da relevância deste tipo de pesquisa para a História da Educação. Partindo da premissa de que o processo de escolarização lançou mão de investimentos sobre a corporalidade dos educandos como um dos principais recursos para alcançar seus objetivos, disciplinando-os e conformando-os, questões que perpassam pelos tratamentos dados aos corpos dos sujeitos envolvidos são importantes para o entendimento do processo da escolarização moderna.

O corpo dos educandos foi sem dúvida objeto de conformações necessárias ao desenvolvimento da escolarização: as dimensões das carteiras, os espaços escolares, as formas de escrita, os tempos destinados às disciplinas e aos intervalos, disciplinas que conformavam as crianças e suas condutas moral e fisicamente, enfim, uma série de dispositivos foram implantados e estavam diretamente relacionados ao comportamento corporal dos alunos.

Neste sentido, acredito que pesquisas históricas que procurem discutir e contemplar questões relativas à corporalidade podem contribuir para um melhor entendimento da história da escolarização.

Pensando assim, iniciei minhas buscas nos arquivos procurando fontes que pudessem me apresentar pistas, indícios e evidências relacionadas à história de uma determinada prática corporal, no caso, o esporte. Mas, em decorrência dos percalços caros a uma pesquisa histórica, principalmente o acesso às fontes, tive que reformular os objetivos da presente pesquisa.

Em contato com um conjunto considerável de fontes nos arquivos do Colégio Estadual do Paraná, propus-me então a escrever uma interpretação histórica da *Gymnastica* (Educação Física) no Ginásio Paranaense (GP), ou, como este hoje é conhecido, Colégio Estadual do Paraná (CEP), uma instituição modelar de ensino secundário no Estado do Paraná¹. O estudo histórico da Educação Física no ensino

¹ Para um entendimento da história do Colégio Estadual do Paraná, ver Ernani STRAUBE, 1993. Para o autor, o CEP teve início em 1846, quando da criação do Liceu de Curitiba. Porém, como aponta este mesmo autor, esta instituição teve suas atividades extintas por duas vezes na década de 1870, o que talvez possa infirmar uma continuidade da instituição. O que interessa no presente estudo é que desde 1892 esta instituição era conhecida como Ginásio Paranaense. Em 1942, pelo decreto federal

secundário parece-me fecundo e promissor, pois são poucos ainda os estudos de características semelhantes no Paraná e até mesmo no Brasil². É importante salientar que ao ensino secundário atribuiu-se o papel de formação dos futuros dirigentes da sociedade brasileira, fato este que aumenta a importância de estudar as disciplinas escolares que fizeram parte do currículo deste nível de ensino.

Assim procuro, através da tentativa de entendimento do processo de consolidação da Educação Física no GP, perceber o que pode ter legitimado a presença desta prática educativa no currículo do ensino secundário. Desta forma, acredito estar dando um passo importante no sentido de que, no meu entendimento, a ampliação do foco de análise de uma prática específica (a idéia inicial do esporte) para todo um conjunto de práticas – as quais se configuram como uma *disciplina escolar* – pode permitir a construção de uma interpretação histórica mais substancial destas práticas corporais escolares.

Mais especificamente, proponho-me a apresentar uma explicação histórica da *disciplina* de Educação Física no GP a partir de 1931, tendo como ponto de referência o conteúdo da reforma do ensino secundário³, também conhecida como Reforma Francisco Campos. No conteúdo desta legislação, a educação física estava contemplada através de exercícios obrigatórios para todas as classes, e as especificações dos conteúdos e objetivos ficaram a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Pretendo, a fim de construir tal explicação, explorar questões relativas à organização do GP a partir da promulgação desta reforma, no que diz respeito à continuidade da Educação Física, uma vez que ela já existia no currículo do GP. Estarei atento à configuração que foi tomando a Educação Física em seus aspectos organizacionais (conteúdos, objetivos, professores, espaços, materiais, etc.) em decorrência desta reforma e de outras publicações do governo que versavam sobre a Educação Física, tentando perceber como se deu esse processo histórico.

n.º 614 de 10/06/1942, sua denominação passou a ser Colégio Paranaense e no ano seguinte pelo decreto estadual n.º 1358 de 25/03/1943, passou a possuir a denominação atual, Colégio Estadual do Paraná. Peço aos leitores para atentarem a essas informações, pois as denominações desta instituição, ao longo do estudo, serão alteradas conforme a cronologia exposta acima, o que pode causar estranheza devido às diferentes nomenclaturas, embora se trate da mesma instituição.

² Dentre os poucos trabalhos relacionados a essa temática da Educação Física no ensino secundário, posso destacar Carlos Fernando CUNHA JR (2002), que pesquisa o CPIL e Aleluia Heringer Lisboa TEIXEIRA (2003), que estuda o Ginásio Mineiro.

³ Decreto nº 19.890, de 18/04/1931, e Decreto nº 21.241, de 04/04/1932.

Por outro lado, o que demarca o final do recorte temporal é a construção do novo prédio do CEP⁴, que continha em seu interior espaços destinados especificamente para a prática da Educação Física, como a pista de atletismo, estádio de futebol, ginásio de esportes, piscina olímpica e quadras externas, o que permite afirmar que a Educação Física estava consolidada de tal maneira que reclamava por um espaço próprio para o desenvolvimento de suas atividades no interior da própria instituição.

Entendo, dessa forma, que a Educação Física passou por um processo de *valorização* que culminou, entre outros resultados que serão analisados no decorrer do trabalho, com o planejamento e a construção dos espaços destinados à Educação Física no prédio novo. Essa valorização pode ser considerada característica da Educação Física naquele período, pois ela recebeu, entre outros, investimentos no que diz respeito à sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino primários e secundários e no que se refere à formação de professores específicos com a fundação de escolas de formação próprias, publicações especializadas, criação de departamentos e órgãos públicos específicos para tratarem das questões pertinentes a esse campo de conhecimento.

Ressalto aqui que o período compreendido pela pesquisa inclui o período do Estado Novo (1937-1945). Parte da historiografia em Educação Física⁵ atribui a esta *disciplina* uma grande importância no projeto de construção de uma juventude forte, uma nação forte, característica daquele período ditatorial. Um aspecto que reforça a idéia acima pode ser abstraído das diversas reformas educacionais que foram implantadas⁶ tendo como objetivos esses investimentos na construção de uma idéia

⁴ O novo prédio do CEP foi inaugurado em 29 de março de 1950, mas a área de esportes só foi finalizada e entregue em 27 de outubro de 1951.

⁵ No momento, o que denomino parte da historiografia em Educação Física consiste em alguns trabalhos que possuem significativa importância na discussão da história e historiografia em Educação Física ou que foram produzidos recentemente, propondo novas discussões e que estão de uma forma ou outra relacionados à Educação Física e o período estudado. Posso inicialmente citar: Magali LIMA (1980), Mario CANTARINO FILHO (1982), Paulo GHIRALDELLI JR (1997), Sonia BERCITO (1991 e 1996), Silvana GOELLNER (1992 e 1996), Carmen SOARES (2001a), Carlos F. CUNHA JR (1995), José Carlos GRANDO (1996 e 2001), Enny MORAES (1997), Victor MELO (1996 e 1998), Lino CASTELLANI FILHO (2001), Marcus FERRAZ (2001a e 2001b), Júnia PEREIRA (2001), Kátia DANAILOF (2001), Edivaldo GÓIS JR (2001).

⁶ Posso indicar, por exemplo, a Portaria Ministerial n.º 161, de 11/05/1939, que organizava o serviço médico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino; o Decreto-Lei n.º 2.072, de 08/03/1940, que versava sobre a obrigatoriedade da educação física na infância e na juventude e criava a Juventude Brasileira; o Decreto-Lei n.º 4.244, de 09/04/1942, conhecido como Lei Orgânica do

de nação, juventude e união do povo brasileiro. Pretendo entender de que forma estas reformas chegaram a ser efetivadas no GP, especialmente no que diz respeito à Educação Física. E mais: não podemos deixar de perceber qual seria a utilidade da Educação Física no ensino secundário, sendo que este era tido como “o mais importante entre os diversos ramos do sistema brasileiro de ensino, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, pois se destinava a um maior número de jovens e influenciava a formação da personalidade do adolescente ‘durante a fase mais propícia do crescimento físico e mental’”, conforme explícito nesta exposição de motivos de Francisco Campos sobre a reforma do ensino secundário, de 1931, citada por CANTARINO FILHO (1982, p. 122).

Caracterizados os objetivos desta pesquisa e o período histórico do qual se ocupa, cabe destacar algumas questões relativas à nomenclatura da Educação Física. O que era a *Gymnastica*? Essa era a nomenclatura utilizada para designar um conjunto de exercícios (ginásticos) sistematizados, com horário e professor próprios, tendo como objetivo cuidar da *educação física* dos estudantes. Exercícios esses que eram parte dos chamados métodos ginásticos, os quais consistiam numa série de exercícios, baseados em princípios bio-psico-sócio-filosóficos, que deveriam ser executados tendo como principais objetivos a regeneração da raça, a promoção da saúde, o desenvolvimento da vontade, da coragem, da força, da energia de viver e da moral (ver Carmen SOARES, 2001a, p. 52 et seq.).

A *cadeira* inicialmente denominada *Gymnastica* passou paulatinamente a ser chamada de *Educação Física*. Os primeiros indícios encontrados nas fontes pesquisadas indicam que possivelmente eram desenvolvidos exercícios ginásticos oriundos do Método Sueco. Com o passar dos anos e com a adoção *oficial* do Método Francês, esses conteúdos foram ampliados e diversificados, sendo incorporados os jogos e os esportes como parte das sessões de Educação Física⁷.

Ensino Secundário, que estabeleceu no seu Art. 19 a educação física como prática educativa obrigatória e os Decretos-Leis n^{os} 5.342, de 23/03/1943, e 5.343, de 25/03/1943, que deliberavam sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a habilitação para a direção da educação física nos estabelecimentos de ensino de grau secundário, respectivamente.

⁷ Não me proponho aqui a uma análise do Método Sueco. O meu objeto principal, a História da Educação Física no GP (CEP) no período proposto, requer uma atenção maior para a análise do Método Francês, conteúdo predominante à época. É possível encontrar maiores aprofundamentos sobre o Método Sueco, assim como sobre outros Métodos, em Inezil Penna MARINHO (s/d-b) e em Carmen SOARES (2001a). Esta autora nos apresenta uma discussão mais aprofundada sobre o chamado Movimento Ginástico Europeu.

Saliento que usarei o termo *educação física* para me referir à idéia ampliada de formação e cuidados com o corpo, à idéia de educação do físico; o termo *Educação Física*, neste trabalho, referir-se-á a essa atividade educativa inicialmente denominada *cadeira* e, posteriormente, nomeada como *disciplina escolar*. Ainda, utilizarei o termo *ginástica* para designar o conjunto de exercícios dos métodos ginásticos e *Gymnastica* para me referir à *disciplina*.

A utilização destes termos será feita respeitando a grafia das fontes. Contudo, uma aparente confusão lexical parece surgir. Termos como *cadeira*, *disciplina*, *componente curricular*, *prática educativa obrigatória*, *exercícios obrigatórios*, *aulas*, *sessões*, *lições* e mais alguns outros aparecerão ao longo do texto. O que posso esclarecer de início é que a Educação Física, para a legislação⁸, era um componente curricular, e a *prática de exercícios* de educação física seria obrigatória nas instituições de ensino. A seguinte apropriação foi feita, nesse caso, pelo GP: a cadeira de *Gymnastica*, existente desde finais do século XIX no currículo daquela instituição, seria a responsável pelo desenvolvimento destes exercícios obrigatórios. Com isso, o termo *aula* de Educação Física aparece freqüentemente nos relatórios. A partir do início da década de 1930, essa cadeira passa a ser denominada de Educação Física.

Em 1942, com a publicação do Decreto-Lei 4.244, de 09/04/1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, nos termos do seu art. 19º, indica que a educação física seria uma prática educativa obrigatória para os alunos dos estabelecimentos de ensino secundário e que estariam previstas *sessões* de educação física semanais.

Porém o termo *aula* de Educação Física continuou aparecendo nas fontes do CEP. Este dado seria um equívoco, de acordo com o conteúdo das Diretrizes para a Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário, publicadas em 1947. O termo *aulas* deveria ser aplicado às disciplinas do ensino secundário, enquanto que o termo *sessões* seria o mais adequado à Educação Física.

Podemos notar que em nenhum momento na legislação o termo *disciplina* de Educação Física se faz presente, fato este que pode indicar que a Educação Física, segundo as determinações legais, não era tida como uma disciplina escolar.

⁸ Decreto 19.890, de 18/04/1931, conhecido também como Reforma Francisco Campos, no seu art. 9º. Este decreto foi ampliado e consolidado através do Decreto 21.241, de 04/04/1932.

Contudo, em alguns momentos, nas fontes pesquisadas no GP (CEP), sua prática como um componente curricular era associada à similitude que esta possuía com as demais disciplinas escolares, tendo como referência a frequência obrigatória, a presença de um professor, de conteúdos a serem ensinados, os exercícios para sua aprendizagem e a avaliação.

É neste sentido que temos um possível entendimento do termo *disciplina escolar* apontado por André CHERVEL (1990). Para este autor, as disciplinas escolares possuem modelos estruturais comuns nas mais diferentes disciplinas. São eles: a *exposição* feita pelo mestre ou pelo livro, baseados em determinados *conteúdos* que, por sua vez, atendem a determinados *objetivos* ou *finalidades*. E, para mensurar a apropriação destes conteúdos feita pelos alunos, encontramos a *avaliação* (p. 200 et seq.).

Tendo em vista estas diferentes nomenclaturas – de acordo com o proposto pela legislação e o que foi apropriado pela instituição -, para facilitar o entendimento dos leitores, caracterizo a Educação Física como uma *disciplina* na seqüência deste trabalho.

Cabe então, parafraseando Ivor GOODSON (1995), a seguinte questão: por que estudar as disciplinas escolares⁹? Qual a importância do estudo das disciplinas e do currículo? Por que não se ater ao estudo da história das instituições e dos sistemas educativos, da legislação ou das teorias e idéias educacionais? O que de novo pode nos apresentar o estudo histórico das disciplinas e do currículo? GOODSON bem nos chama a atenção para a idéia de trabalharmos com o currículo como uma construção social, gerado em meio a conflitos e conciliações e não simplesmente como algo *naturalizado* ou dado sempre de cima para baixo. Daí a importância de estudos históricos sobre o currículo. Este reserva em seu conteúdo um conjunto valioso de elementos que podem contribuir para o entendimento da escolarização. Nas palavras do historiador inglês:

La escuela siempre ha sido un “terreno de enfrentamiento” donde las fuerzas e influencias de diversos grupos sociales han luchado para conseguir que se diera prioridad a sus propósitos. Se ha llevado a cabo un amplio trabajo sobre las

⁹ A utilização deste termo *disciplina escolar* será feita ao longo do texto, mas peço que, quando lida, seja atribuído a ela também o significado de *componente curricular* ou *prática educativa*, ressalva essa em virtude da particularidade da Educação Física.

implicaciones políticas y los resultados de esta continua lucha. Uno de los ámbitos subdesarrollados, sin embargo, ha sido el enfrentamiento a causa del currículum escolar. (...) [Para o autor, através do] examen del conflicto por el currículum podemos discernir, en forma interiorizada, numerosas batallas sociales y políticas sobre las prioridades dentro de la escuela. Lejos de ser un producto técnicamente racional y desapasionadamente sintetizador del conocimiento más valioso, el currículum escolar puede verse como portador y distribuidor de prioridades sociales. (p. 53)

Assim como o currículo, as disciplinas escolares são produções culturais, sínteses de conhecimentos historicamente acumulados e transmitidos que chegam aos nossos olhos como resultados de conflitos e consensos entre os sujeitos envolvidos no processo de legitimação desses saberes. Muitas vezes esses conflitos são gerados para que se atendam a determinados objetivos. Um exemplo disso é o investimento em disciplinas - como a História, a Geografia, a Língua Pátria, o Canto Orfeônico, a Educação Moral e Cívica e, por que não, a própria Educação Física - para resultar, por exemplo, num processo de formação e consolidação do nacionalismo através da escolarização.

As palavras a seguir, de GOODSON, retratam a importância da *desnaturalização* do currículo e, em consequência, das disciplinas escolares e reforçam a necessidade de pesquisas históricas nesse campo, pois

la disciplina escolar constituye un microcosmos en el que se puede examinar y analizar la historia de las fuerzas sociales que apuntalan las pautas del currículum y de la enseñanza. Como hemos visto, ese examen plantea a menudo grandes interrogantes sobre los propósitos sociales y políticos de la enseñanza. Por detrás de la retórica de la “educación de las masas” y de la “escolarización común”, se detecta la actuación de propósitos sociales y políticos más específicos y diferenciados. Para captar esta complejidad y las implicaciones políticas asociadas con ella, tenemos que abrir la caja negra del currículum escolar. (ibid., p. 71).

Esses parágrafos iniciais já fornecem alguns elementos que justificam os esforços em realizar pesquisas históricas sobre as disciplinas escolares. Para reforçar o que afirmei acima, busco em Circe BITTENCOURT (2003) uma complementação, quando a autora diz:

A presença de cada uma das disciplinas escolares no currículo, sua obrigatoriedade ou sua condição de conteúdo opcional e, ainda, seu reconhecimento legitimado por intermédio da escola, não se restringe a problemas epistemológicos ou didáticos, mas articula-se ao papel político que cada um desses saberes desempenha ou tende a desempenhar, dependendo da conjuntura educacional. Estado, deputados e partidos políticos, associações docentes, professores e alunos, entre outros, são agentes que

integram a constituição das disciplinas escolares e, por intermédio de suas ações, delimitam sua legitimidade e seu poder (p. 10).

E, acrescenta a autora,

torna-se imperativa a pesquisa empírica sobre as diferentes disciplinas para a compreensão do processo pelo qual cada uma delas se origina e se instala nos currículos. Torna-se um ponto importante verificar a singularidade de cada disciplina assim como o que elas, em seu conjunto, possuem de semelhante entre si e se integram como saberes escolares legitimados pelos currículos, com fronteiras delimitadas e nítidas. (p. 29).

Assinalada a importância do estudo da Educação Física, após abordadas questões relativas à nomenclatura pertinente ao estudo desta *disciplina*, podemos levantar algumas hipóteses de como a *Gymnastica* foi inserida no GP. Os primeiros indícios da presença da *Gymnastica* na instituição, segundo Ernani STRAUBE (1993, p. 38-41), referem-se ao ano de 1892, quando esta *disciplina* já constava no currículo do GP, sendo prevista apenas para os 6º e 7º anos. No ano seguinte, ela estava prevista para os 4 primeiros anos, com 2 horas semanais; para o 5º ano, prevista com 1 hora semanal e os programas para os 6º e 7º anos não mais previam aulas de *Gymnastica*.

É importante lembrar que o GP possivelmente seguia as orientações do Ginásio Nacional (GN)¹⁰, o qual servia de exemplo e *paradigma*¹¹ para os outros ginásios brasileiros. Cabe ressaltar que a prática de exercícios ginásticos já estava presente no Colégio Pedro II (CPII) desde 1841, segundo Carlos CUNHA JR (2003), embora esta informação aparentemente não possa ser confirmada por Ariclê VECHIA e Karl LORENZ (1998). De acordo com o compilamento de programas organizado por estes autores, somente a partir do Programa de Ensino do Imperial Colégio de Pedro Segundo para o ano de 1879 é que os exercícios ginásticos estariam contemplados no programa do CPII (p. 81-93).

Aqui devemos atentar para a necessidade da crítica documental, como propõe Jacques LE GOFF (1996), e sempre *duvidar* do que está escrito nas fontes.

¹⁰ O primeiro nome desta instituição fundada no Rio de Janeiro em 1837 foi Imperial Collegio de Pedro Segundo. Em 1892 era conhecido como Gymnasio Nacional. Esta instituição, com o decreto federal n.º 8659 de 05/04/1911 passou a ser denominada de Colégio de Pedro II (CPII). Para um estudo mais aprofundado sobre o CPII, cf. Carlos Fernando CUNHA JR., 2002.

¹¹ Este termo é freqüentemente encontrado nos documentos do GP (CEP) quando os signatários se referiam ao CPII.

O fato de a *Gymnastica* estar na grade horária não significa necessariamente que ela estava acontecendo, e sim é um indício de que ela poderia ocorrer. É neste sentido que Dominique JULIA (2002) nos sugere *tentações* que surgem ao estudar a história das disciplinas escolares. Segundo este autor, devemos estar atentos ao fato de que as disciplinas inscritas nos currículos possam não ter sido desenvolvidas. Em contrapartida, o fato de não estarem contidas nos currículos também não impede que algumas disciplinas pudessem ser ofertadas e lecionadas, talvez com parâmetros desconhecidos para nós, mas familiares aos seus contemporâneos. Em princípio, trata-se de estarmos atentos às tentações do anacronismo, não nos baseando nas lentes de hoje para nomear aquilo que existia (ou não!) no passado.

Com este rigor proposto pelos dois últimos autores acima, CUNHA JR (2003) nos chama a atenção para um dado histórico importante:

A *gymnastica* foi introduzida no CPII [Imperial Collegio de Pedro Segundo] em 1841, mas somente em 1855 ela seria citada pela legislação pertinente ao colégio. Isso ocorreu por meio do decreto 1556 de 17/2, que baixou um novo regulamento para a instituição. No caso do CPII, ao contrário do que afirmaram Ricardo Lucena (1994) e Ademir Gebara (1992) sobre a introdução da educação física nas escolas brasileiras, a entrada da *gymnastica* não aconteceu como resultado de um projeto legislativo, mas por iniciativas tomadas no interior da própria instituição.

O decreto de 1855 determinava que os *exercícios gymnasticos* deveriam ser praticados pelos alunos durante as “horas de recreação”, medida que fazia sobressair umas das funções higiênicas da *gymnastica*, um meio de ocupar e regular o tempo disponível dos jovens com atividades produtivas que, pelo uso do corpo, descansariam o espírito, predispondo-o para as lições das cadeiras teóricas. (p. 75-76, grifos do autor).

O diálogo com a historiografia apresenta uma outra questão que merece ser levantada especificamente no que se refere ao GP seguir o paradigma do GN. Para o ano de 1892, segundo VECHIA e LORENZ (op. cit., p. 110-124), o programa de ensino em vigor no GN¹² previa as aulas de *Gymnastica* divididas em 3 partes, sendo compostas por exercícios de corpo livre, exercícios com instrumentos e exercícios com aparelhos, não contendo nenhuma especificação para quais séries e qual seria a carga horária que a *Gymnastica* deveria ser realizada. Este fato nos leva a questionar a *dependência* do GP em relação ao GN: os currículos das duas

¹² Programa do Ensino do Ginásio Nacional no ano de 1892, organizado pelo Plano de Reforma, de 8 de novembro, Art. 6º do Regulamento, de 22 de novembro de 1890.

instituições eram realmente iguais? O GP tinha condições de efetivar as recomendações curriculares do GN? Ou ainda, o GP tinha condições de oferecer as mesmas atividades ou disciplinas que eram oferecidas pela instituição modelo? Embora não esteja dentro do recorte temporal que proponho investigar, arrisco dizer que as respostas para as questões acima são negativas para os anos finais do século XIX, uma vez que o GP só seria equiparado ao modelo nacional em 1917. Subtende-se que para a obtenção da equiparação as cadeiras e demais atividades deveriam estar de acordo com o proposto pelo CPII. Além disto, a previsão de carga horária relacionada às séries no GP em 1892 e 1893, anteriormente apontada, não consta nos Programas do GN do mesmo período.

Fontes localizadas no Museu do CEP reforçam essa hipótese, pois apontam para nomeações de professores de *Gymnastica* e exercícios militares do GP e Escola Normal¹³ somente no ano de 1916¹⁴. No caso, o Alferes João Meister assumiu a função em 10 de março daquele ano¹⁵ e, posteriormente, o cidadão Luiz da Silva Bastos, em 12 de agosto de 1916, foi exonerado do cargo de professor de Música e Canto da Escola Normal (a seu pedido) para exercer o cargo de professor de *Gymnastica* (sueca) e exercícios militares do GP e Escola Normal.

Estes documentos nos fazem refletir sobre alguns pontos que possivelmente possam ter ocasionado estas contratações *oficiais* para o cargo de professor específico de *Gymnastica* e exercícios militares. O Código do Ensino do Estado do Paraná¹⁶, de 1915, previa, entre outras mudanças, a inclusão, no plano de estudos do GP, de exercícios de ginástica para todos os alunos, “tendo-se em atenção a saúde e a constituição física de cada um” (p. 41).

No Código ainda era indicada a aplicação de provas práticas de ginástica, exercícios militares e esgrima (p. 44). Neste documento podemos encontrar elementos que fazem parte da pretendida educação física da população,

¹³ É importante lembrar que o Ginásio Paranaense e a Escola Normal dividiram o mesmo prédio e os mesmos professores, na maioria dos casos, até 1922, quando foram “fisicamente” separados e passaram a ocupar prédios distintos. Para aprofundar algumas questões sobre a Escola Normal, ver Marilda IWAYA (2001), Dorothy ROCHA (2002) e Ernani STRAUBE (op. cit).

¹⁴ Essa foi a primeira ocorrência nos documentos do CEP com relação a professores responsáveis pela *Gymnastica*. Não foi possível localizar em registros anteriores qualquer outra referência de registro de professores relacionados a esta *cadeira* no GP.

¹⁵ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Assentamento de Professores, Lentes e Inspetores Gerais da Instrução Pública*. Vol. 4 (1895 – 1928), p. 23.

¹⁶ Círculo de Estudos Bandeirantes. *Código do Ensino do Estado do Paraná* – Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915.

incorporando os exercícios ginásticos, as evoluções militares e a esgrima. Estes elementos, de certa forma, estariam inclusos nos chamados métodos ginásticos.

Em 1917, o GP foi equiparado ao CPII¹⁷, motivo de orgulho e ostentação do GP, sendo este acontecimento almejado desde fins do século XIX, como pude perceber nas fontes. É possível que a contratação de professores para lecionar *Gymnastica* tenha sido previamente planejada, assim como outras contratações de professores e a oferta de novas disciplinas e atividades, objetivando ter o currículo igualado ao CPII e a conseqüente obtenção da equiparação.

Nos anos seguintes, porém, além das nomeações do Alferes João Meister e do Professor Luiz Bastos já citadas, não foi possível encontrar qualquer outra referência que sinalizasse para um outro responsável pelas aulas de *Gymnastica* no GP, com exceção da contratação de Wanda Mikoszesvisk¹⁸ como auxiliar de *Gymnastica* em 10 de fevereiro de 1930. Mas ela só permaneceu no GP por oito meses e nenhum outro indício foi localizado. Aliás, nos relatórios da década de 1920 e do início da década de 1930, apenas o nome de Luiz Bastos aparece relacionado à cadeira de *Gymnastica*. É nesta direção que também aponta Ernani STRAUBE (op. cit.).

Em virtude disso, acredito que aqui se abrem possibilidades para pesquisas futuras já que o período anterior ao recorte histórico do presente trabalho pode ser considerado de fundamental importância para o entendimento dos primórdios da *Gymnastica* no ensino secundário paranaense, especificamente no GP. Estas futuras pesquisas podem, inclusive, lançar nova luz sobre este estudo.

Para a construção de uma interpretação histórica sobre a Educação Física no GP (CEP), tive acesso a diversos relatórios e boletins mensais, no Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná (AGCEP), datados de 1931 até meados de 1951. Esses boletins trazem um controle mensal do que ocorria, ou pelo menos, do que se queria perpetuar e relatar, em cada disciplina, tanto no que diz respeito ao curso fundamental quanto ao complementar¹⁹. Optei por analisar a Educação Física no

¹⁷ Círculo de Estudos Bandeirantes. *Relatório do Estado do Paraná*, 1917, p. 189. Neste relatório podemos encontrar uma cópia do documento que *oficializa* a equiparação. Uma escola equiparada significava possuir a vantagem de ter seus exames finais validados junto aos cursos superiores.

¹⁸ No primeiro capítulo retornarei a essa discussão.

¹⁹ O curso fundamental era dividido em 5 séries. Os alunos geralmente ingressavam a partir dos 11 anos de idade. Era necessário realizar um curso preparatório e um exame de admissão para verificar

Ginásio Paranaense-Externato, pois encontrei mais informações nos relatórios referentes a esta instituição²⁰.

Nos anos iniciais da década de 1930, a maior parte das referências à Educação Física nos boletins é encontrada no controle de frequência. Somente no relatório de março de 1934, encontrei a grade horária para o ano letivo, na qual consta que a *disciplina* de Educação Física seria dada para as 1ª e 2ª séries, no período da tarde. A previsão era de que as turmas teriam 2 aulas semanais de Educação Física.

Nos anos seguintes, as grades horárias continuam indicando a presença da Educação Física no currículo das 2 séries iniciais do GP. Nestes relatórios aparece também o controle de frequência das aulas, aparentemente a única exigência da *disciplina*.

A partir de 1938, é possível encontrar, nos boletins mensais do GP, indícios de que a Educação Física já estava consolidada como atividade curricular, pois nessas fontes o controle da *disciplina* era realizado através da frequência dos alunos no ano letivo inteiro e também dos mapas escolares com a divisão dos horários da Educação Física para as turmas para o ano letivo. Além do mais, outras fontes, como correspondências dos Inspectores Federais, podem levar a corroborar essa hipótese, pois algumas informações nelas contidas aumentam a probabilidade de as *aulas* de Educação Física estarem realmente sendo desenvolvidas, já que aspectos caros a esta prática educativa são descritos minuciosamente.

Além destas fontes citadas acima, um outro conjunto de fontes que pôde contribuir e viabilizar tais interpretações e análises foi o de livros de assentamento

se o candidato teria um nível desejável para o ingresso na instituição. Entendido como posterior ao curso fundamental, o curso complementar, com dois anos de duração, era ofertado para alunos com idade geralmente superior a 16 anos. Era obrigatório para os candidatos cursar o complementar para efetuar a matrícula em determinados institutos de ensino superior. No curso complementar eram desenvolvidas *especializações* em três áreas: Pré-Médico, Pré-Engenheiro e Pré-Jurídico, visando tornar o aluno apto para ingressar em cursos superiores. Com a reforma de 1942, o curso fundamental passou a ser denominado de ginásial, com 4 anos de duração e o curso complementar foi dividido em curso clássico e científico, ambos com 3 anos de duração, diferindo em algumas disciplinas. No trabalho, utilizarei as denominações presentes nas fontes, respeitando a cronologia, com relação às denominações dos níveis de ensino.

²⁰ Em 1918, foi criada a sessão do Internato do Ginásio Paranaense, nos moldes do Colégio Pedro II. Em 1919, foram iniciadas as atividades num prédio separado do Ginásio Paranaense-Externato. Para maiores detalhes, ver Ernani STRAUBE (op. cit.). Não me propus a estudar a Educação Física no Internato, pois se trata de outra instituição, com outros professores, outros espaços, enfim, uma outra realidade com relação à Educação Física. Apesar disso, apresentarei algumas fontes para efeito de comparação e para estabelecer alguns parâmetros de diferenciação.

de professores, cópias dos ofícios e correspondências da diretoria, relatórios da *disciplina* de Educação Física, programas de ensino do GP, acervo iconográfico do CEP, fontes orais, jornal dos estudantes do CEP, alguns números dos jornais Gazeta do Povo e O Estado, além do conteúdo da legislação federal e estadual e dos regimentos internos das instituições (Colégio Pedro II e CEP).

É importante ressaltar que a construção de uma pesquisa histórica depende fundamentalmente de fontes. Elas são os principais registros de informações e pistas aos quais os historiadores têm acesso. Algumas particularidades orientam o trato com as fontes.

Segundo Dario RAGAZZINI (2001, p. 14), “as fontes não falam *per se*”. As fontes não nos dão respostas *prontas*. Elas possibilitam respostas às perguntas formuladas pelos historiadores. Essas questões devem ser construídas tendo em vista uma série de cuidados, dentre os quais destacam-se os limites das informações contidas nas fontes, o contexto da construção da fonte, a intencionalidade do autor da fonte, a do responsável pela sua conservação e seleção e a intencionalidade do próprio historiador.

Esta forma de análise mais acurada das fontes pode ser percebida quando RAGAZZINI (id.) aponta que

as fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais.

Para Edward THOMPSON (1981), a evidência histórica possui determinadas propriedades às quais logicamente os historiadores devem estar atentos. Embora seja possível formular-lhe qualquer pergunta, apenas algumas serão respondidas pelas evidências. Nas palavras do historiador inglês: “embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência” (p. 50).

Além das fontes escritas, outro tipo de fonte que utilizo nesta pesquisa é a fonte oral²¹. Entendo a importância e, ao mesmo tempo, o cuidado de lançar mão da história oral. Esta modalidade de pesquisa histórica já vem sendo há muito discutida pelos historiadores nos seus aspectos caros à atribuição de status à pesquisa, ao tratamento metodológico utilizado, às técnicas empregadas na obtenção dos depoimentos e às formas de trabalhar com este material.

Muitos atribuem à história oral um status de uma “outra história” por possuir uma maneira muito própria do tratamento das fontes, etc. Outros historiadores, porém, conferem à história oral o mesmo estatuto de uma história escrita através de fontes impressas. Cabe então, ao utilizar essas múltiplas faces da História, tomar cuidado com as particularidades de cada campo. No seu “fazer histórico”, o historiador deve ter essas peculiaridades em primeiro plano, pois o diálogo entre essas diversas fontes só vem a contribuir para a qualidade do trabalho.

A fonte oral possui uma outra particularidade, como nos alerta Paul THOMPSON (1992), que está relacionada ao fato de que este tipo de fonte não se trata de um material descoberto, de uma fonte localizada nos arquivos de um estabelecimento governamental ou de ensino, mas que, em certo sentido, se trata de um material que o historiador ajudou a criar. A seleção do entrevistado, a formulação das perguntas da entrevista, o momento da realização da mesma, o depoimento e a transcrição são elementos fundamentais para a criação deste tipo de fonte. Durante todo esse processo devemos estar atentos à riqueza que o diálogo dos depoimentos orais com as demais fontes utilizadas para a construção da interpretação histórica pode nos oferecer, assim como também é prudente estarmos atentos aos perigos da utilização das fontes orais ou escritas. Para Jean-Jacques BECKER o uso da *história oral* “pode nos levar a perigosas distorções, a contrasensos e até mesmo a falsificações. Aliás, nunca confiar numa única fonte, é um dos mandamentos da profissão de historiador” (1996, p. 30).

²¹ Como fonte oral, trabalho com os depoimentos do professor Mario Bassói (ex-professor de Educação Física do CEP - lecionou de 1942 a 1948 - e ex-inspetor federal de Educação Física e do MEC), de Ernani Costa Straube (ex-aluno de 1940 a 1945 no curso ginásial e de 1946 a 1948 no colegial, ex-professor e ex-diretor do CEP e dono de um grande acervo sobre o CEP), de Hécio Buck Silva (ex-aluno de 1940 a 1945 no curso ginásial e de 1946 a 1948 no colegial e ex-professor de Educação Física do CEP – lecionou a partir de 1947) e de Ivete Luz Buck Silva (ex-professora de Educação Física – lecionou a partir de 1946 no CEP). Estes depoimentos, colocados para dialogar com as fontes escritas, apresentaram diversos elementos que me pareceram fundamentais para a compreensão histórica da Educação Física no CEP.

Estas questões inicialmente apresentadas são de fundamental importância para a construção e discussão deste trabalho, pois as conclusões, possibilidades, certezas e/ou incertezas aqui apontadas decorrem da compreensão da realidade histórica da época juntamente com a análise das fontes encontradas. O diálogo incessante entre fontes e pesquisas históricas já realizadas poderá nos indicar um possível caminho percorrido pela Educação Física no GP.

Essas variantes fazem parte do que Edward THOMPSON (op. cit.) denomina *lógica histórica*:

Um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto a estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre o conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. (p.49).

Para conseguir alcançar os objetivos propostos, procurei estruturar o presente trabalho em três capítulos, visando contemplar algumas das questões caras à *disciplina* de Educação Física no GP (CEP). No primeiro capítulo, intitulado *Uma disciplina em processo de valorização?*, apresento uma possível história percorrida pela Educação Física desde o Ginásio Paranaense (1931) até o Colégio Estadual do Paraná (1951). Aqui estabeleço algumas discussões sobre a importância atribuída à Educação Física no período e sobre a maneira como essa importância foi materializada (ou não!) na realidade do GP (CEP). Serviram de suporte para a construção deste capítulo os discursos proferidos pelos diretores do GP, inspetores e professores e o diálogo com outras fontes referentes à Educação Física, como relatórios, regulamentos, legislação.

Ainda neste capítulo, apresento questões sobre os responsáveis pela *disciplina*, ou seja, os professores que conduziam as atividades da Educação Física. Aqui estabeleço relações com o que parte da historiografia em Educação Física procura sustentar: os professores de Educação Física eram oriundos do exército. Em parte essa afirmação pode estar correta, dependendo da realidade de cada instituição. No caso do GP, esta afirmação deve ser analisada com cuidado, pois em parte é possível infirmá-la. Para isso, utilizo as fontes escritas e também os relatos

orais de ex-professores do CEP. O diálogo entre estas fontes pode nos apresentar uma interpretação mais aproximativa do que possa ter acontecido naquela realidade.

No segundo capítulo – *Os programas e os conteúdos da Educação Física* – faço uma discussão do cerne da *disciplina*. Analiso os programas e conteúdos possivelmente utilizados pelos professores para a condução das *aulas*. Muitas vezes o programa da Educação Física do CPII era a referência para as *aulas* dos professores do GP, mas nem sempre esses modelos eram seguidos, o que nos leva a perceber que o modelo da instituição nacional poderia não ser necessariamente o mais adequado à realidade paranaense e que as próprias determinações da legislação poderiam não estar adequadas à realidade do GP (CEP). Outra possibilidade que não pode ser descartada é o fato de que os próprios professores pudessem ter certa *autonomia* e *liberdade* para lecionar o que achassem conveniente ou possível à sua realidade.

Em *Espaços e Materiais Escolares*, terceiro e último capítulo, procuro apresentar, através da iconografia e de fontes escritas, como esse processo de *valorização* foi refletindo sobre os espaços disponíveis para a execução das *aulas*, como o andamento das *aulas* foi sendo alterado conforme os preceitos da época e quais materiais eram utilizados no decorrer das *aulas*. Partindo de uma situação de precariedade de espaço e de materiais, passando por acordos para a cessão de espaços e materiais públicos/privados, até atingir o *coroamento* materializado pela inauguração do novo prédio do CEP, que previa em seu interior espaços específicos para a Educação Física e materiais em grandes quantidades (comparando com o período anterior à conclusão da obra), indico o percurso de constituição e afirmação desta *disciplina* no CEP.

Neste último capítulo, a utilização da iconografia se faz necessária por dois aspectos. O primeiro é referente à estruturação do presente trabalho, pois através da comparação será possível vislumbrar uma certa *evolução* da Educação Física, sendo destinado a ela então, já no prédio novo, espaços e materiais. O segundo aspecto, tão importante quanto o primeiro, se refere à estratégia utilizada para a divulgação das obras realizadas durante o Estado Novo. O elemento iconográfico, assim como sua veiculação através da imprensa e outros meios de comunicação de massa, é uma das marcas das realizações do período, dando notoriedade à grandiosidade das obras elaboradas e concretizadas durante aquele período.

Mas, como nos alerta Bóris KOSSOY (1998), é necessário, ao analisar as fontes iconográficas, estar atento às *duas realidades* presentes nas imagens: uma delas diz respeito ao conteúdo da imagem, ao imóvel no documento, ao evidente, ao visível, enfim, à realidade *exterior* (ou segunda realidade). A outra realidade, a qual segundo o autor é implícita, oculta, diz respeito ao que se passava por trás da imagem: o contexto de produção, a preparação, os elementos particulares de cada integrante da imagem, enfim, a montagem do registro; nas palavras de KOSSOY (ibid., p. 42), a realidade *interior* (ou primeira realidade), cujos significados devem ser intuídos pelos historiadores.

1. UMA DISCIPLINA EM PROCESSO DE VALORIZAÇÃO?

Este trabalho orienta-se pela certeza de que partindo para a análise histórica de uma disciplina ou de todo um sistema educacional previamente *armados* de conceitos, os quais acabam turvando nossa interpretação, trilhamos então um percurso arriscado. A *lógica histórica* deve ser nossa *arma*. Com sua ajuda, interrogando as evidências históricas, é que podemos construir e pôr à prova conceitos, hipóteses, etc. Aliás, a utilização de conceitos deve ser feita com muito cuidado, pois nem sempre a pesquisa histórica e, obviamente, as fontes, nos apresentam pistas para a *confirmação* desses conceitos. O movimento do pesquisador deve ser feito no sentido oposto: partir das evidências das fontes para formular *conceitos*. Desta forma, abordaremos a constituição histórica da Educação Física no Ginásio Paranaense (Colégio Estadual do Paraná).

A esta *disciplina* atribui-se uma peculiaridade que é muito explorada pela historiografia da Educação Física, principalmente a partir da década de 1930: coube a ela a incumbência de ser ferramenta fundamental na disciplinarização dos corpos e na formação de uma nação forte, de uma juventude forte. Em consequência disso, formar-se-ia o “cidadão-soldado”, capaz de obedecer cegamente e de servir de exemplo para o restante da juventude pela bravura e coragem” (Paulo GHIRALDELLI JR., 1997, p. 18), ou ainda o trabalhador, que deveria ser obediente para entrar na e contribuir para a perpetuação da lógica industrial capitalista que estava se firmando na sociedade brasileira (José GRANDO, 1996, p. 12-13). “Foi o que aconteceu com a Educação e conseqüentemente com a Educação Física, a qual serviu na época (ou ainda serve) como instrumento de controle na medida em que reproduz a ideologia da classe dominante” (id).

Apesar da necessidade de questionarmos essas leituras da história da educação física brasileira caracterizadas por partirem de conceitos preestabelecidos, os quais conduzem à conclusão de que o passado se desenvolveu através de uma *teoria da reprodução* (do modo de produção capitalista, ou da ideologia das classes dominantes, por exemplo), é inquestionável a importância atribuída ao corpo naquela década, pois como observa Alcir LENHARO:

Não se trata de mera coincidência o aparecimento de revistas especializadas em saúde, higiene e educação física no final dos anos 30. O corpo está na ordem do dia e sobre ele se voltam as atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a Igreja, a escola, os hospitais. De repente, toma-se consciência de que repensar a sociedade para transformá-la passava necessariamente pelo trato do corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano. (1986, p. 75).

Neste mesmo sentido, como indica Silvana GOELLNER,

O temor à degenerescência da raça e o robustecimento da força produtiva necessária ao desenvolvimento da economia nacional evocam um maior controle sobre o corpo, objetivando resguardar e canalizar suas energias. Seja pela ótica do trabalho, seja pela do lazer, o trabalho corporal é reconhecido como essencial ao desenvolvimento da nação por ser capaz de mobilizar, simultaneamente, duas energias: a do corpo individual e a do corpo social. (2003, p. 16).

O termo *valorização*, utilizado para intitular este capítulo, refere-se exatamente a essa importância atribuída ao corpo que visto então como uma ferramenta em potencial para a transformação das relações sociais, gera a necessidade de investimentos em *questões corporais* a qual passaria a ser freqüente nos discursos e práticas políticas. Cabe aos historiadores perceberem de que maneira, em cada realidade, estas questões foram tratadas e como se desenvolveram historicamente.

Meu propósito é perceber de que forma esta valorização se fez presente com relação à educação e à educação física na realidade específica do Ginásio Paranaense (Colégio Estadual do Paraná). Acredito ser importante dialogar com alguns autores que tratam especificamente destas relações num âmbito nacional para então, num segundo momento, relacionar esse diálogo às fontes do GP (CEP) na tentativa de compreender historicamente o que possa ter acontecido na realidade paranaense.

A partir de 1930²², segundo José Baía HORTA (1994), a educação passou a ser vista como “problema nacional”, e algumas medidas foram tomadas pelo então chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas. No seu programa de reconstrução

²² Aponto para a década de 1930 como um marco, embora reconheça que estas questões relativas à educação e à educação física já estivessem na ordem do dia desde muito antes. Posso citar, por exemplo, a fundação da Liga de Defesa Nacional por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, em 1916, na qual a idéia do “cidadão-soldado” (a qual apontei anteriormente) já estava presente. O que ressalto aqui da década de 1930, apoiado na historiografia que utilizo, é o vigor da intervenção estatal sobre estas questões educacionais, que foi intenso e sem antecedentes.

nacional, Vargas incluiu a criação de um Ministério da Instrução e Saúde Pública cujas tarefas seriam o saneamento moral e físico e a difusão intensiva do ensino público (p. 1).

Esta opinião acerca da educação nacional é compartilhada por Maria Helena CAPELATO (1998, p. 218), a qual nos diz que “durante o governo provisório, Getúlio Vargas repetiu, inúmeras vezes, que o problema da educação do povo continuava a ser, ainda e sempre, o nosso magno problema”.

Com relação à realidade paranaense, também podemos perceber manifestações desse investimento na educação. Como indica Roseli BOSCHILIA (2002), durante o governo do Interventor Manoel Ribas diversas medidas foram tomadas procurando solucionar os problemas de deficiência escolar que existiam, principalmente, no interior do Estado. De acordo com a autora (p. 70), o Relatório de 1939²³ mostra a ênfase dada pelo governo à criação de escolas isoladas e municipais.

Deficiência escolar esta que pode ser atribuída, além (é claro) da falta de escolas para as demandas da época, à expansão demográfica do estado e, em especial, da capital Curitiba. “O rápido crescimento demográfico que atingiu Curitiba a partir do início dos anos trinta transformou as feições do espaço urbano dando-lhe uma nova configuração espacial. Essa rápida mudança exigiu do governo ações concretas no sentido de solucionar problemas de infra-estrutura urbana e o desenvolvimento de novas políticas sociais, sobretudo no plano da educação e da saúde” (id.).

Outras mudanças ocorridas no plano político e econômico do governo provisório de Getúlio Vargas passaram a fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas: a popularização do rádio e do cinema, os quais passavam a ditar modas e costumes; as mulheres obtiveram o direito ao voto e alçaram os primeiros vãos feministas²⁴. (id.). Com estas mudanças, indícios de *modernização* da sociedade, os

²³ O sistema de ensino paranaense contava à época com 3 escolas de professores (1 na capital e 2 no interior), 1 escola profissional feminina, 4 escolas agrícolas (2 na capital) e 6 ginásios, somando ao todo 2.059 alunos. As escolas particulares totalizavam 107 estabelecimentos, sendo que a grande maioria encontrava-se na capital (RELATÓRIO, 1939, apud BOSCHILIA, 2002).

²⁴ Reconheço que existe uma vasta literatura que trata sobre esses aspectos. A minha intenção ao indicar estes aspectos no texto é exatamente situar as mudanças que aconteceram, sinais de uma *modernização*.

discursos sobre a necessidade de *modernização* também da educação se fizeram presentes com maior intensidade.

Outro fator que influenciava na composição destes discursos sobre a educação era o clima de incertezas políticas e econômicas que assolava o mundo. “Alguns Estados ampliavam suas conquistas territoriais e os regimes totalitários consolidavam-se como uma defesa contra a agitação revolucionária pós Primeira Guerra, ou como reação aos traumas causados pela crise de 1929” (SOUZA, 2002, p. 21). Exemplo disso é o surgimento de diversos movimentos políticos, como o fascismo e o nazismo, em contraposição aos movimentos de esquerda, fortalecidos após a Primeira Guerra. Eric HOBBSBAM (2002, p. 129), ao analisar o surgimento e consolidação desses movimentos na Europa, afirma que “o que deu ao fascismo sua oportunidade após a Primeira Guerra Mundial foi o colapso dos velhos regimes, e com eles das velhas classes dominantes e seu maquinário de poder, influência e hegemonia. Onde estas permaneceram em boa ordem de funcionamento, não houve necessidade de fascismo”.

Cabe ressaltar que - no Brasil, com a Revolução de 1930, a qual teve como objetivo desbancar as elites oligárquicas que há muito tempo estavam à frente do governo, e com a instauração de um governo provisório - este mesmo quadro de *incertezas* estava presente. Tendo como exemplo alguns dos princípios daqueles movimentos europeus, principalmente a intervenção e o controle estatal em todas as esferas públicas Getúlio Vargas logo estaria se *prevenindo* para que o risco destas ameaças *comunistas* se arraigarem em solo brasileiro fosse minimizado.

Aliás, anos mais tarde, o principal motivo para a instauração do Estado Novo foi, segundo o governo, a presença do perigo *comunista*. Perigo este tornado latente com a divulgação de um documento forjado, o qual indicava a existência de um plano comunista para subversão da ordem. Neste plano, chamado Plano Cohen, estavam previstos massacres, greves, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas e outras formas de perturbações que possivelmente seriam realizadas pelos *comunistas* ao tomarem o poder no Brasil (Edgar CARONE, 1989, p. 121).

Tendo em vista estes diversos aspectos e entendendo que, na ótica dos governantes, uma das soluções para a superação dessas *incertezas* seria o investimento na formação dos indivíduos, fica fácil entender como a concepção de educação como “problema nacional” serviria para justificar a intervenção cada vez

mais intensa do Governo Federal nos diferentes níveis de ensino. Para HORTA, esta concepção sofreria uma evolução, principalmente a partir de 1935, quando a educação passaria a ser vista como “problema de segurança nacional”, o que estaria legitimando a preocupação e a presença de certos setores militares no sistema educativo. Essa ligação entre educação, saúde e militares, para o autor,

traduzir-se-á por uma ênfase cada vez maior na educação física, inicialmente voltada para o desenvolvimento físico individual e logo relacionada com o fortalecimento da raça. A partir de 1937, a educação física passará a ser um setor privilegiado de atuação dos militares, que pretenderão utilizá-la para a concretização da sua presença nas escolas (op. cit., p. 2).

Na realidade, desde a instalação do governo provisório e a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1931, segundo HORTA (ibid., p. 66), os militares tentariam garantir seu controle sobre a Educação Física escolar. A reforma Francisco Campos, de 1931, pode ser considerada um exemplo desse movimento: através do Decreto n.º 19.890, de 18/04/1931, art. 9º, instituiu-se a obrigatoriedade de exercícios de educação física no ensino secundário. Por sua vez, a Portaria n.º 70, de 30/06/1931, do Ministro da Educação, reforçando a presença dos militares nos assuntos correlatos à educação física, estabeleceu a adoção do Método Francês de ginástica como oficial em todo o território nacional.²⁵

Com a implantação deste método, para GOELLNER (1992), fica clara a transposição das práticas militares para o interior das escolas. Segundo a autora,

especificamente no que diz respeito à Educação Física escolar, o Método Francês foi um conteúdo que marcou profundamente seu fazer pedagógico. Possibilitou a inserção dos médicos e militares no contexto escolar valorizando os aspectos biológicos dos alunos, transmitindo a mesma orientação recebida pelos praticantes do Método nas corporações militares. (p. 201)

Quanto a esta transposição, Amarílio FERREIRA NETO (1999) nos chama a atenção para o fato de que

²⁵ Na realidade, o Método Francês de ginástica já estava presente no Brasil desde os anos iniciais do século XX. Já sendo o método predominante nas escolas militares desde 1921, ele foi adotado também como método oficial das escolas civis brasileiras em 1929. Para maiores informações, ver Inezil P. MARINHO (1953 e 1954), Mário CANTARINO FILHO (1982), Silvana GOELLNER (1992 e 1996), Carmen SOARES (2001a), Amarílio FERREIRA NETO (1999) e Lino CASTELLANI FILHO (2001).

a adoção oficial do método francês no Brasil não nos autoriza a afirmar que a militarização de nossa área [educação física] decorre dele inexoravelmente, uma vez que uma leitura precisa dessa proposta tem que reconhecer que há distinção entre a parte aplicada à tropa e a parte recomendável à escola. Todavia, apesar dos esforços empreendidos, o que predominou foi uma interpretação que transferiu a parte militar, isto é, as sete famílias do método, também à escola. (p. 149)

A adoção oficial do Método Francês não ocorreu pacificamente. Houve manifestações das mais diversas. Um exemplo é a recusa pela ABE (Associação Brasileira de Educação) desde o anteprojeto de lei proposto pelo Ministério da Guerra, em 1929, até a adoção do Método. Na apreciação do anteprojeto feita pela ABE²⁶, relatada e analisada por CANTARINO FILHO (1982, p. 96), o ponto nevrálgico seria

a impossibilidade de que um órgão burocrático da União pudesse 'resolver um problema educativo nacional', e que este órgão viesse a determinar um método de Educação Física a ser ministrado em todos os estabelecimentos de ensino. O método preconizado foi criticado, não na sua parte técnica, mas nas suas finalidades e na inconveniência de se transplantar um sistema estrangeiro para as necessidades nacionais.

No entanto, apesar dessa discordância da ABE, o Método Francês foi implantado e perdurou como predominante nas escolas de formação de professores de educação física e nas demais instituições de ensino (primário, secundário, normal, superior, industrial, etc.) até meados da década de 1950 (GOELLNER, 1992).

Outro exemplo que reforça a intervenção do Governo no âmbito da educação física é o Decreto 24.794, de 14/07/1934, o qual criava a Inspeção de Ensino Emendativo e estendia a obrigatoriedade da prática da Educação Física a todos os estabelecimentos de ensino. Nas considerações contidas no preâmbulo do decreto, as seguintes palavras foram apresentadas:

Considerando que a Nação é um somatório do valor tríplice (físico, moral e intelectual) de suas parcelas (os indivíduos), e que o homem, na luta quotidiana, alicerça [sic] toda a sua atividade na saúde, que pode ser conservada e melhorada pela educação física;
Considerando que países de civilização mais adiantada já metodizaram de maneira científica a educação física, procurando torná-la obrigatória, e estabelecendo as

²⁶ O documento da ABE foi assinado por Jorge de Moraes, tendo como relatores: Otacílio Braga, Silas Raeder e Arthur Azevedo. Ver CANTARINO FILHO, 1982, p. 118.

bases para uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo;

Partindo dessas considerações, o decreto previa então, no seu art. 5º, que “o ensino da educação física, fica extensivo a todos os estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação e Saúde Pública e será realizado com o fim de fazer atingir o homem, por meio de exercícios racionais e metódicos, o seu maior aperfeiçoamento físico compatível com a natureza, visando alcançar o seu melhor rendimento para coletividade”. Ainda em seu Art. 6º, este decreto determinava:

Visando atingir as finalidades de que trata o artigo anterior e obedecendo às imposições fisiológicas decorrentes quer de idade e de sexo, quer da normalidade ou da anormalidade física dos indivíduos, bem como as imposições de ordem pedagógica, serão empregados os seguintes meios de educação física:

- a) jogos;
- b) flexionamentos;
- c) exercícios educativos;
- d) esportes individuais;
- e) esportes coletivos;
- f) ginástica ritmada;
- g) aplicações.

Cabe destacar que esses *meios* de educação física a serem empregados faziam parte dos conteúdos previstos no Método Francês²⁷.

Os textos legislativos apresentados acima indicam que a prática metódica e racional de exercícios e a adoção de um método de educação física proveniente das civilizações mais adiantadas seriam os *atalhos* a serem seguidos para investir no desenvolvimento harmônico da Nação, qual seja, físico, moral e intelectual. Tendo em vista os exemplos de nações *civilizadas*, principalmente européias e a norte-americana, o desenvolvimento das qualidades individuais deveria concorrer para o aperfeiçoamento coletivo e, ainda, contribuir para o processo de formação patriótica da população. Estes eram os grandes objetivos a serem alcançados pela prática da educação física, conforme observamos no conteúdo da legislação.

Com a instauração do Estado Novo, o investimento no setor educacional ganharia proporções ainda maiores. Segundo Carlos MONARCHA (1999, p. 58), “atribuiu-se uma concepção de educação a serviço da produção de uma cultura política voltada para a busca da legitimação e sustentação do Estado Novo”. Este

²⁷ O estudo mais aprofundado do Método e seus conteúdos será realizado no próximo capítulo.

autor afirma ainda que foi criada uma “teia de agências especializadas conduzidas por ‘corpos técnicos’, a fim de imprimir racionalidade e eficiência na esfera da educação” (p. 59). Essas ações tinham como propósito principal o estabelecimento do *novo e moderno* na educação nacional.

CAPELATO (op. cit., p. 211) afirma que “além do uso dos meios de comunicação e da produção cultural com sentido educativo, a educação em si mesma era vista como um veículo privilegiado no que se refere à introdução de novos valores e modelagem das condutas”. Em vista disso, como indica a autora, “o líder [Getúlio Vargas] voltou a referir-se à importância da alfabetização não só na infância, mas em todas as idades. ‘Com os instrumentos próprios de educação extra-escolar, hoje tão diferentes – cinema, teatro, desportos -, será possível levar a todas as populações do Brasil o culto da Pátria e das suas tradições gloriosas” (ibid., p. 219).

Passou-se então a investir em atividades educacionais complementares, como exposições, festas cívicas, etc., as quais estariam sendo utilizadas como instrumento de propagação e fortalecimento dos ideários estadonovistas. Segundo CAPELATO,

os órgãos governamentais eram os responsáveis pela organização dos festejos. No Brasil, o DIP e o Ministério da Educação e Saúde encarregavam-se delas; (...) Cláudia Schemes (1995) mostra que as festas tinham ampla participação popular, até porque a presença obrigatória de vários setores (como escolas particulares e públicas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Especial, bandas, corais, grupos de dança, grupos de teatro, escoteiros e sindicatos) garantia um número elevado de participantes. Cada um dos segmentos representados fazia um tipo particular de apresentação: desfiles, danças, encenação teatral, canto, execução de hinos, discursos, palestras etc. (ibid., p. 60).

Não poderia deixar de mencionar um dos principais veículos para a difusão das realizações do governo estadonovista: a propaganda. Para CAPELATO, “a propaganda política enfatizava a busca de harmonia social e a eliminação de conflitos. As mensagens indicavam a construção de uma sociedade fraterna, via Estado, e com base nessa utopia criou-se a imagem da ‘sociedade em festa’, coesa e unida em torno do líder” (ibid., p. 58).

As estratégias várias utilizadas para a aceitação do novo regime passavam principalmente pelo sentimento de segurança que o governo tentava transmitir à população:

O golpe de 1937 foi justificado como a salvação do país do perigo comunista: alegava-se que a Revolução de 1930 livrara o país das “oligarquias decadentes e retrógradas” e dos “políticos corruptos” enquanto o golpe vencera definitivamente o comunismo. As mensagens de propaganda alardeavam que a “sociedade feliz” concretizara-se no Estado Novo, a “felicidade brasileira oficial” era comemorada em todas as datas cívicas por meio de festas promovidas pelo Estado para celebrar as realizações do governo (ibid., p. 61).

Dois elementos configuraram-se nos discursos da época como principais responsáveis pela formação da unidade nacional, entendidos como veículos de socialização popular eficazes na difusão ideológica: o surgimento da moderna comunicação de massa e a educação (Marcus FERRAZ, 2001b, p. 6). Com a utilização destes mecanismos, a exaltação do nacionalismo também entraria em cena. Esse movimento fica claro quando percebermos

a força com que se difundiu o nacionalismo e a importância que depositaram no controle dos aparelhos de socialização popular, como a educação e os meios de comunicação de massa. Nesse sentido, a Educação Física passara a se constituir como um importante instrumento, não somente de robustecimento dos corpos para eventuais chamados de guerra, mas, principalmente, como difusão do ideário estadonovista via produção de um sentimento de nacionalidade. (Ibid., 2001b, p. 7).

Na Constituição Federal de 1937, no Art. 131, encontramos que “a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência”. Desta forma, a Educação Física estava contemplada na lei, e as instituições de ensino que pleiteavam reconhecimento do governo deveriam cumprir com esta exigência.

Destaque-se que, anteriormente à promulgação da constituição, em janeiro daquele ano, através da Lei n.º 378, o Ministério da Educação e Saúde estava sendo remodelado. A criação do Departamento Nacional de Educação e a subdivisão deste em diversas Divisões de Ensino, dentre elas a Divisão de Educação Física (DEF), nos apresenta um quadro de reestruturação e organização,

visando uma melhor formação do ensino brasileiro²⁸. Estava assim criado o órgão federal incumbido de administrar e orientar as questões de Educação Física no Brasil. Mas apesar de instituído, este órgão não entrou logo em funcionamento. Somente em maio daquele ano foi nomeado o seu diretor, Major João Barbosa Leite, decorrendo ainda algum tempo até que a DEF se instalasse e começasse a funcionar normalmente (Inezil Penna MARINHO, 1953, p. 115).

Outra publicação que reforçou a presença e a obrigatoriedade da Educação Física nos estabelecimentos de ensino foi a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, que trouxe no seu art. 19º a obrigatoriedade da educação física a todos os alunos, até a idade de 21 anos. A educação física era então tratada como uma *prática educativa* obrigatória no ensino secundário.

Ainda nesta Lei, no Art. 43º, estava previsto que “a educação física será dada a grupos homogêneos, organizados independentemente do critério da seriação escolar. Os alunos que, por defeito físico ou deficiência orgânica, não possam fazer os exercícios ordinários serão submetidos a exercícios especiais. A educação física far-se-á com permanente assistência médica”.

Podemos depreender da leitura destes artigos que os trabalhos relativos à Educação Física estavam sendo reformulados e *novos* critérios de classificação e ordenação foram estabelecidos pela legislação. Estes novos critérios buscavam a organização sistemática, tendo como objetivo primeiro um melhor aproveitamento da Educação Física. A divisão dos alunos seria orientada por critério diferente do adotado para a divisão das turmas das demais *disciplinas* dos estabelecimentos de ensino. Esta reorganização pode significar que uma maior atenção estaria sendo dispensada à Educação Física, em especial à particularidade do objeto desta *disciplina*: o desenvolvimento corporal dos alunos. Um quadro de *valorização* da Educação Física parece ter sido constituído.

Essa *valorização* deve ser analisada com cuidado uma vez que textos legislativos posteriores introduzem, nestes artigos, mudanças significativas no que se refere à utilização de espaços próprios para a Educação Física. Alguns anos mais tarde, em 1945, através do Decreto-Lei n.º 8.347, de 10/12, foram dadas novas

²⁸ Uma modificação estrutural estabelecida referente à Educação Física foi a extinção da Inspeção de Ensino Emendativo, responsável pela disciplina desde 1934. A partir de então, a Divisão de Educação Física passou a ser a referência dos assuntos relativos à Educação Física.

redações a alguns artigos da Lei Orgânica de 1942, dentre eles os artigos 19º e 43º (ambos referentes à Educação Física) que devem ser observadas. O art. 19º passou então a ter o seguinte texto:

A educação física constituirá uma prática educativa obrigatória, para todos os alunos de curso *diurno*, até a idade de vinte e um anos.

Parágrafo único. A educação física será ministrada segundo programas organizados e expedidos na forma do artigo anterior, nos próprios estabelecimentos, ou em *centros especializados*, que para esse fim se constituam. (grifos meus).

Já o Art. 43º assim ficou definido:

A educação física será dada a *grupos organizados independentemente* do critério da seriação escolar. Os alunos que, por defeito físico ou deficiência orgânica, não possam fazer os exercícios ordinários, serão submetidos a exercícios especiais. A educação física far-se-á com assistência do *médico do estabelecimento*, cabendo-lhe, em entendimento com a respectiva direção resolver sobre os casos de *dispensa periódica* ou *permanente*. (grifos meus).

A publicação do decreto não foi vista com bons olhos pelos professores da Educação Física da época no que tange às modificações dos artigos que versavam sobre esta *disciplina*. MARINHO²⁹ (1954) tece severas críticas a essa nova forma de proceder em relação à Educação Física. Para ele, esse artigo, anticonstitucional, estaria contradizendo o conteúdo da Constituição, que decretava a obrigatoriedade da educação física (além do ensino cívico e dos trabalhos manuais) em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não permitindo o funcionamento e o reconhecimento das instituições que não cumprissem com o decretado.

Na opinião de MARINHO, deveriam as escolas possuir estruturas (espaços, instalações, materiais, etc.) para cumprir com suas finalidades, inclusive as atividades relacionadas à Educação Física. Nas palavras do autor: “ou a escola cumpre de modo absoluto as suas finalidades ou deixa de ser escola. A

²⁹ Em tempo, cabem algumas observações sobre o professor Inezil Penna Marinho. Considerado uma das personalidades mais destacadas da Educação Física, haja vista a quantidade de publicações sob sua rubrica (foram mais de 50 livros e mais de 1000 artigos em periódicos sobre a Educação Física), o professor Inezil também é reconhecido por suas obras sobre a História da Educação Física, as quais são utilizadas como referências em pesquisas históricas até os dias de hoje. É de se ressaltar o pioneirismo do professor Inezil neste âmbito, pois ele foi um dos responsáveis pela sistematização do conhecimento nesta área. Sua importância também está atrelada à circulação deste intelectual no cenário da Educação Física: fez parte da Divisão de Educação Física e também fez carreira na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, anexa à Universidade do Brasil. As contribuições do professor Inezil são fundamentais neste meu trabalho, pois ele foi contemporâneo desse assunto que desenvolvo.

transferência da educação física da escola para centros hipotéticos, mesmo no caso de ser instalados, virá trazer uma dispersão prejudicial das atividades escolares: com perda de tempo em deslocamentos e acréscimo de despesa com transporte”. E acrescenta o autor:

Não procede a pseudojustificação de que um centro de educação física possuirá sempre melhores instalações do que um ginásio ou colégio, pois, paralelamente, seria o mesmo que dispensar a exigência de gabinetes de física, química e geografia ou a sala de desenho sob a alegação de que os alunos poderiam recorrer a este ou aquele instituto especializado, ao Museu Nacional, Escola Nacional de Engenharia, de Química ou de Belas Artes, que inegavelmente, estariam melhor aparelhados. Há que acrescentar ainda que tal transferência breve acarretaria uma crise no mercado de trabalho de professores de educação física, muitos dos quais chegaram a ser despedidos dos estabelecimentos em que trabalhavam, sob o fundamento de que o mesmo transferiria a educação física para os centros anunciados no decreto-lei nº 8.347, de 10 de dezembro de 1945. (p. 534-535)

Outro decreto severamente criticado por Inezil MARINHO foi o de n.º 8.193, de 02/12/1945, que autorizou a *promoção* de todos os alunos no ano de 1945 independente da frequência. O autor considera que este decreto tirava toda a autoridade que sustentava a prática da Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, qual seja, a obrigatoriedade da frequência. Segundo MARINHO (p. 525),

a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário não constitui disciplina, deixando assim de ser objeto de ensino. Os alunos estão obrigados à prática dos exercícios físicos, mas não se submetem a exames nem recebem notas. A sanção para os que excedem a 25% de faltas sobre o total de sessões ministradas é a impossibilidade de se submeterem a exames das disciplinas ministradas em primeira época, e os que excedem a 50%, em segunda época. O decreto-lei nº 8.193 anulou todo o honesto trabalho desenvolvido pelos inspetores e professores de educação física, diminuindo-lhes a força moral sobre os alunos, muitos dos quais escarneceram da seriedade com que uns e outros pretenderam cumprir os dispositivos legais que regiam o assunto. Esse decreto-lei representa um prêmio concedido aos alunos que durante o ano não cumpriram as suas obrigações escolares, principalmente no caso da Educação Física, em que não existe a atribuição de graus para reprovação.

Concluindo suas considerações, o autor afirma: “as modificações introduzidas na Lei Orgânica do Ensino Secundário, pelo menos na parte referente à Educação Física, representam um grande retrocesso e a anulação completa de todas as conquistas realizadas nesse setor educacional” (ibid., p. 536). Podemos perceber nas palavras do autor mais que um sentimento de defesa da profissão. O próprio

fato de a Educação Física, nas palavras do professor, não constituir disciplina parece ser um indício de uma pouca importância dada à Educação Física. A mudança das sessões de Educação Física para centros especializados estaria tirando a responsabilidade de as instituições de ensino oferecerem espaços e materiais para a Educação Física, conforme estabelecido pela Constituição de 1937. E a não atribuição de notas ou graus seria também um fator que poderia provocar pouca consideração e respeito por parte dos alunos aos professores e, conseqüentemente, à Educação Física.

Numa matéria veiculada em *Antinoüs*³⁰, de autoria de Hugo Muxfeldt, intitulada *Educação Física, matéria sem importância??*, este mesmo assunto é mais uma vez trazido à tona. O autor do artigo insiste na idéia de que sem a avaliação e a atribuição de notas, a Educação Física estaria subjugada a um segundo plano no que diz respeito ao interesse dos alunos. Segundo o signatário,

abolido todo e qualquer castigo, o mestre tem apenas as notas para premiar ou castigar. Começa aí a desvantagem do professor de Educação Física. Pela atual legislação em vigor, o professor de Educação Física não confere graus ou notas a seus alunos, como também, não dispõe de meios para premiar os alunos assíduos e bons e castigar os refratários e indisciplinados. (...) Havendo a possibilidade de uma recompensa, na forma de nota ou grau, logo após a aula, fim de mês, semestre ou ano letivo, a missão do professor de Educação Física seria menos árdua e o aluno executaria seu trabalho com maior interesse.³¹

Cabe uma observação sobre a opinião do professor Hugo. Entendo que o desejo do professor era de que a Educação Física tivesse as mesmas condições e o mesmo *status* das outras disciplinas, inclusive com atribuição de graus e notas aos alunos, o que, na opinião do professor, aumentaria o interesse dos alunos pela Educação Física e a autoridade do professor, na condição de avaliador. Porém, é interessante lembrar que, segundo a legislação, a Educação Física não consistia um direito ou uma opção dos alunos; ela era obrigatória! Logo, com ou sem a atribuição de graus, os alunos que não freqüentassem as aulas sofreriam as punições

³⁰ Boletim Informativo da Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos do Rio Grande do Sul. Alguns destes boletins, os de número 5, 6 e 7, datados de 1946, foram encontrados no Museu do Colégio Estadual do Paraná. É bem provável que estes tenham circulado entre os professores de Educação Física do CEP, o que tem uma importância histórica considerável na presente pesquisa, dado os assuntos neles contidos.

³¹ MUXFELDT, Hugo. Educação Física, matéria sem importância??. *Antinoüs*, Porto Alegre, ano I, n.º 7, p. 17-18, dez., 1946.

estabelecidas, no caso, a impossibilidade de prestar exames de segunda época ou ainda a não obtenção dos certificados de Educação Física.

Tendo como base os últimos decretos e as discussões por estes provocadas, podemos relativizar as afirmações de parte da historiografia em Educação Física quando esta afirma que durante o Estado Novo a Educação Física foi um mecanismo de controle do governo ditatorial. As diferenças anteriormente apresentadas nos artigos 19º e 43º, de 1942 e de 1945, podem servir de indícios de que medidas contraditórias fizeram parte desta história de consolidação da Educação Física, não caracterizando então este período e os anos seguintes como detentores de medidas absolutistas para com a Educação Física nem esta *disciplina* como ferramenta para a continuidade de um processo de instauração do modo de produção capitalista, privilegiando o adestramento físico da população. De fato, o que parecia estar ocorrendo era uma tentativa de reordenamento dos trabalhos relativos a essa atividade educativa. Alguns óbices decorrentes desta reorganização fizeram com que os professores de Educação Física ficassem insatisfeitos com os resultados. Outras medidas tomadas podem não ter agradado a outros setores, como a obrigatoriedade de as instituições de ensino possuírem espaços e aparelhagem (materiais) próprias para a prática da Educação Física. Estas reações ao reordenamento da *disciplina* apontam para a impossibilidade de se atribuir um caráter unívoco e monolítico à Educação Física.

Devemos atentar para o fato de que, muitas vezes, o desenvolvimento histórico de uma disciplina escolar depende mais de sua valorização e reconhecimento em setores nos quais ela atua diretamente (escola) do que da legislação e dos ordenamentos governamentais relativos a sua implementação. A Educação Física pode ser vista como um caso típico: por mais que desde anos anteriores a sua importância já estivesse sendo ressaltada via legislação, as determinações muitas vezes se apresentavam como contraditórias, possibilitando *retrocessos* e *avanços* da área. Por outro lado, a insatisfação de alguns professores de Educação Física decorrente destas possíveis oscilações demonstra que, desejando o melhor desenvolvimento destas atividades no interior da escola e a conseqüente demonstração da capacidade de trabalho dos próprios professores, estes se esforçavam para uma efetiva consolidação da Educação Física nas instituições de ensino.

A definição e consolidação de uma disciplina como saber relevante e a sua presença nos currículos escolares dependem de aspectos formais – legislação – e informais – valorização e reconhecimento – e podem resultar de ações efetuadas por diferentes agentes (professores, técnicos e/ou legisladores) em diferentes instâncias da educação escolar. A solicitação de atribuição de notas ou graus para a Educação Física, visando desta forma caracterizá-la como um saber relevante e possuidor de um mesmo status de outras disciplinas, exemplifica exatamente que essa *luta acadêmica* acontece nos diversos âmbitos educacionais e que o movimento por legitimação pode partir tanto dos profissionais envolvidos no processo educativo (professores) quanto da legislação.

É importante então observar, como nos alerta GOODSON (1995), as forças sociais que fazem com que as disciplinas escolares cheguem ao currículo. O seu reconhecimento pela sociedade ou os resultados de sua prática fazem com que certos saberes ou práticas sejam legitimados como relevantes e garantem, assim, a presença nos currículos escolares. Neste sentido, GOODSON ressalta a relação entre disciplinas escolares e sociedade:

La historia del currículum trata de explicar cómo las disciplinas escolares y las asignaturas de estudio han constituido un mecanismo para designar y diferenciar a los estudiantes. También ofrece una forma de analizar las complejas relaciones existentes entre escuela y sociedad, porque muestra cómo las escuelas reflejan y refractan a un tiempo las definiciones de la sociedad acerca de lo que es conocimiento culturalmente valioso, en formas que desafían los modelos simplistas de la teoría de la reproducción (p. 33)

As disciplinas escolares estão em constante relação com a sociedade, e sua legitimação e seu reconhecimento se estabelecem muitas vezes por esse diálogo. Neste sentido, ainda que os processos históricos permitam a observação de alguma espécie de *reprodução*, os conflitos e contradições próprios destes processos apontam para a impossibilidade de conceber a *reprodução* como decorrente de controles absolutos. Assim a afirmação de que a escola é um reflexo da fábrica, ou ainda que é um instrumento da sociedade burguesa para a perpetuação da lógica capitalista na preparação de mão-de-obra adestrada e capacitada, pode não ser sustentada se estivermos atentos aos meandros da história das disciplinas escolares, como parecem indicar os conflitos e as contradições na consolidação da Educação Física exposta acima. As relações entre as disciplinas escolares e a

sociedade geralmente são por demais complexas para serem explicadas por uma *simples* aplicação de conceitos ou teorias.

A *luta* por status e território da Educação Física nas instituições de ensino continuava, e esta parecia ganhar mais representatividade. Exemplo disso é a publicação, em 1947, das Diretrizes para a Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário através das quais buscava-se aperfeiçoar os trabalhos relativos à Educação Física e também *reparar* alguns equívocos possivelmente apresentados nos estabelecimentos educacionais. No item *Finalidade da Educação Física nos Estabelecimentos de ensino secundário*, as seguintes considerações estavam expostas:

1. A educação física nos estabelecimentos de ensino secundário, em colaboração com as disciplinas dos cursos ginásial e colegial, tem por fim proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico de seu valor e das suas responsabilidades, e preparar a mulher para sua missão no lar, dando-lhe ainda possibilidades de substituir o homem em trabalhos compatíveis com o sexo feminino; tornar cada brasileiro, de ambos os sexos, apto a contribuir eficientemente para a economia e a defesa da Nação.
2. A fim de atender às exigências de sua finalidade, procurar-se-á obter, pelo tirocínio metódico e gradativo dos exercícios, não só o desenvolvimento integral do organismo, como ainda estimular a habilidade, iniciativa, a coragem, o desprendimento, o domínio de si mesmo e os sentimentos de lealdade e tolerância. Assim compreendida, a educação física constitui uma escola de elevado alcance social, de disciplina, de concórdia, de colaboração e solidariedade.
3. Para que se possam auferir da educação física todos os benefícios que oferece, é mister, entretanto, que seja articulada com o ensino das disciplinas e com elas forme um conjunto harmônico. É preciso também que mereça as maiores atenções da direção dos estabelecimentos de ensino e que todos os professores cooperem com o professor de educação física, interessando-se assiduamente pelo progresso dos alunos nos exercícios físicos. (1947, p. 8).

Destas considerações, posso extrair pelo menos três pontos importantes para análise que aponta para a *valorização* da Educação Física. Em primeiro lugar, o desenvolvimento físico, que estaria sustentando o desenvolvimento da moral e demais valores, teria também por objetivo preparar homens e mulheres para a *economia* e a *defesa da pátria*. É de se notar que estes eram objetivos possíveis da Educação Física, o que não quer dizer que tenham sido obra de conspiração ou controle absoluto do Estado sobre a população. Ainda assim, estes eram objetivos condizentes com uma possível realidade brasileira: desenvolvimento industrial que

começaria a se tornar acentuado e rumores de iminentes conflitos bélicos. A formação de *homens de ação*, conscientes de seus valores e responsabilidades (para com a Pátria), indica que estava estabelecida uma

idéia de “pessoa coletiva”, que era a própria idéia de Nação, na qual todas pessoas deveriam submeter sua vontade individual em nome da coletividade. (...) Não se tratava de uma saúde individual, de cada elemento isolado da população (...), mas de uma espécie de saúde coletiva, de forma que a saúde de um elemento representava a saúde da nação. Era a saúde da “raça brasileira”, que considerava a noção de raça (confundida com a de nação) como uma entidade superior ao homem individual. Nesse sentido, a educação física proporcionaria a saúde quando promovesse nos indivíduos a força, robustez e fidelidade à nação. Cada indivíduo forte, são, belo e obediente representaria toda a nação brasileira. (FERRAZ, 2001b, p. 7).

O segundo aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção é o fato de que a Educação Física poderia contribuir para a harmonia social, investindo e desenvolvendo qualidades individuais como a habilidade, iniciativa, a coragem, além de sentimentos de lealdade e tolerância. Todos estes concorrendo para a ordem social alcançável através da disciplina, da concórdia, da colaboração e solidariedade. Este seria o *elevado alcance social* da Educação Física, o qual contribuiria para a manutenção de uma ordem social, desde anos anteriores apresentada como reflexo da *modernidade* do povo.

E, em terceiro lugar, importante se fazia a união da Educação Física com as disciplinas do ensino secundário para que fosse realizado um desenvolvimento completo do indivíduo, ou seja, corpo e espírito. Na realidade, as considerações das diretrizes contêm um certo *ar de continuidade* ao que já estava proposto desde a Reforma Francisco Campos, de 1931: o desenvolvimento harmônico do indivíduo e de suas faculdades físicas, morais e intelectuais. O que difere substancialmente é o fato de estar sendo ressaltada a importância da integração da Educação Física com as disciplinas do currículo do ensino secundário. Dominique JULIA (2001, p. 62) sobre esse assunto nos diz que:

Uma disciplina escolar jamais se encontra sozinha na escola. É solidária com outras disciplinas, (...) com a pressão dos exames e concursos que condicionam o funcionamento das classes que os precedem (...). É solidária, enfim, com toda uma série de dispositivos pedagógicos, sem dúvida menos formais, mas que contribuem para sua eficácia.

Creio que o aspecto mais importante dessas diretrizes estava relacionado à preocupação atribuída à Educação Física fazendo com que ela “mereça as maiores atenções da direção dos estabelecimentos de ensino”. Esta preocupação com a possível *falta de atenção* dada à Educação Física poderia ser atribuída ao fato de que ela não consistia uma *disciplina*; era uma prática educativa obrigatória, porém, não constituía objeto de estudo. E, como nos mostrou MARINHO, a única *cobrança* - a frequência obrigatória - poderia ser desconsiderada em alguns momentos.

As diretrizes ainda procuravam corrigir algumas nomenclaturas que, segundo esta publicação, estavam sendo incorretamente utilizadas. Estas inadequações podem ser observadas, por exemplo, nos documentos paranaenses. Os termos *aula* e *disciplina de Educação Física* podem ser encontradas freqüentemente nos documentos pesquisados pertencentes ao GP (CEP), nos quais a nomenclatura *cadeira*, inicialmente, e *disciplina*, posteriormente, são apresentadas. A impropriedade da aplicação destes termos se devia à particularidade da Educação Física. Tanto é que no item *Observações* das diretrizes encontramos a seguinte citação:

4. Se o legislador, que tornou obrigatórios os exercícios físicos nos estabelecimentos de ensino secundário, pretendesse que os alunos aprendessem esses mesmos exercícios, tê-los-ia obrigado a provas e exames, com atribuição de graus, conforme se verifica nas escolas especializadas que visam à formação dos professores: aqui sim, os alunos terão de aprender a técnica dos exercícios. E daí se depreende a impropriedade da expressão aula de educação física, porque o que verdadeiramente poderá existir será aula de exercícios físicos, nas escolas especializadas e sessões de educação física, nos estabelecimentos primários e secundários.

5. Tanto é assim que a nova lei orgânica do ensino secundário (Decreto-lei nº 4.244, de 9-4-42) tornou bem claro esse ponto, quando, em seus arts. 40 e 41, se referem a sessões de educação física e ao tratar das disciplinas específica aulas. (ibid., p. 7-8)

Esta questão da nomenclatura é fundamental para o entendimento da história de uma disciplina escolar (ou de um componente curricular ou, ainda, de uma prática educativa). Partir para as fontes com o conceito de *disciplina escolar* e tentar enxergá-lo nos componentes curriculares pode fazer com que particularidades como esta, da Educação Física, não sejam devidamente percebidas e analisadas.

E um dado a mais é importante se ter em vista: o próprio entendimento da época quanto à definição da Educação Física parecia confuso no meio educacional, o que pode indicar que a suposta *valorização* discutida até aqui não estava

esclarecida nem mesmo entre os professores e as agências que discutiam as questões relativas a essa *disciplina*. Na seqüência das *considerações*, o seguinte comentário é apresentado:

6. É preciso que tenhamos bem nítido o conceito de educação física para que não a confundamos, como atualmente se faz, com exercício físico.

7. O *ensino* é um processo que se verifica de fora para dentro, enquanto a *educação* só se poderá processar de dentro para fora. (id., grifos no original).

Esse breve panorama geral apresentado pode dar uma noção de como a questão da *valorização* da Educação Física foi gerada em meio a contradições e *confusões* com definições e nomenclaturas. Como veremos a seguir, além deste contexto conturbado, as recomendações nem sempre foram aplicadas. É inegável, na legislação, a importância que se estava atribuindo à educação e, em conseqüência, à educação física. Mais que interferir no desenvolvimento físico, a formação moral, o despertar do nacionalismo e o fortalecimento da raça eram também algumas finalidades a serem alcançadas com o desenvolvimento da educação física. Era de entendimento que essas mudanças não viriam de uma hora para outra e que, ainda, seria necessário que as crianças iniciassem a prática dessas atividades físicas desde cedo. Logo, a inclusão (e obrigatoriedade) da Educação Física nas escolas tornava-se prioridade.

Ao longo do tempo, podemos observar que diversas medidas foram tomadas para tentar adequar a prática da Educação Física ao conjunto do ensino secundário, formando, com as demais disciplinas, “um conjunto harmônico” e contribuindo assim para a “formação completa do indivíduo”.

Cabe agora apresentar uma explicação de como essas questões relativas à Educação Física foram incorporadas e aplicadas na realidade específica do Ginásio Paranaense (Colégio Estadual do Paraná). Em vista disso, procuro apresentar de que modo a Educação Física foi ganhando *importância* no currículo do GP (CEP) durante o período estudado, tentando entender historicamente como este processo de legitimação se deu.

Podemos depreender da análise das fontes que, apesar do discurso muitas vezes ser de exaltação da Educação Física, muito pouco foi feito inicialmente para que esses discursos se materializassem. Isto seria um sinal do alcance limitado das

reformas educacionais? As condições para a efetivação das mudanças eram proporcionadas? As mudanças sócio-político-econômicas da sociedade brasileira e paranaense poderiam estar auxiliando a modificar a realidade da Educação Física no GP (CEP)? É o que procuro apresentar na seqüência deste capítulo.

1.1. “UMA GRANDE DEFICIÊNCIA NO ENSINO: O POUCO DESENVOLVIMENTO E, MESMO ATENÇÃO, DADA À EDUCAÇÃO FÍSICA”³²

Nos anos iniciais da década de 1930, através de fontes coligidas no GP, é possível identificar questões relativas à preocupação em contratar professores específicos para a Ginástica³³, discussões sobre os espaços específicos para a execução das *aulas* e também discursos relacionados à importância atribuída à educação física. Através destas fontes, talvez seja possível indicar que a *disciplina* de Educação Física passou de fato pelo processo que culminou na *valorização* que parte da historiografia atribui a ela durante aquele período.

Ao analisar estas fontes, é necessário estar atento aos meandros históricos da Educação Física. Em cada realidade o seu desenvolvimento pode ter acontecido de maneira singular, fugindo de explicações generalizantes. Contudo, não estou querendo atribuir à história da Educação Física no GP (CEP) um caráter diferente daquela vista no resto do mundo, como se fosse uma ilha isolada dos demais acontecimentos históricos. A instituição estava inserida num contexto e as relações que neste contexto tiveram lugar proporcionaram o desenvolvimento histórico da *disciplina* analisada no momento.

Como referido anteriormente, o professor Luiz da Silva Bastos era o único responsável pela *cadeira* de Ginástica no início dos anos 1930. Em 1931, segundo

³² Estas palavras que tomo emprestadas para intitular o presente tópico do trabalho foram proferidas pelo Diretor do Ginásio Paranaense, Guido Straube, em 1936. Acredito que essas palavras são muito significativas, pois representavam, na ótica do diretor, o quadro de carência da Educação Física não só naquela instituição mas também no âmbito educacional nacional, durante aquela década.

³³ Utilizo aqui as denominações encontradas nos documentos. Mais à frente, poderemos perceber que a mudança de nomenclatura de *Ginástica* para *Educação Física* será realizada sem que haja alterações de conteúdo ou sistemática de desenvolvimento, o que demonstra que, à época, essas nomenclaturas se confundiam e representavam o mesmo objeto.

dois ofícios³⁴ do Diretor do GP, Padre Francisco das Chagas Torres, o professor Luiz Bastos estaria autorizado a assumir as aulas de Música³⁵ do 1º ano, até o final daquele ano letivo, sem vencimentos. O que nos chama a atenção é o fato de o próprio professor ter se oferecido para responder por esta disciplina, percebendo a falta de responsáveis para seu andamento.

No ano seguinte, como indica a portaria n.º 16, de 16/03/1932, do então Diretor Guido Straube³⁶, este resolvia “designar o professor Luiz da Silva Bastos, para durante o corrente ano letivo reger 3 turmas suplementares³⁷ de Educação Física e 7 turmas de Música, sendo 4 do 1º ano e 3 do 2º ano, da seção do Externato do Ginásio Paranaense”. O fato de o professor assumir estas duas cadeiras pode ser explicado pela tentativa do GP em se adequar ao previsto na Reforma Francisco Campos. Reforma esta que indicava a disciplina de Música (Canto Orfeônico) como obrigatória para as 3 primeiras séries do curso fundamental.

Pela indisponibilidade da instituição em contratar um professor específico para a Música, momentaneamente, o professor Luiz Bastos, que iniciou suas atividades no GP, em 1909, lecionando exatamente a *cadeira* de Música e Canto, assumiu também as funções referentes a essa disciplina.

Em ofício de 06/03/1933³⁸, do diretor Guido Straube, destinado ao Diretor Geral da Instrução Pública, temos a informação de que “faleceu o Sr. Luiz da Silva Bastos, professor de Ginástica e regente das turmas de Educação Física e Música”, ficando então vagos os cargos de professores destas duas disciplinas. (grifos no original). Os termos grifados permitem-nos observar que, nos documentos da instituição, os termos Ginástica e Educação Física se confundiam indicando que tratavam do mesmo objeto. O cargo exercido por Luiz Bastos – o de professor de Ginástica – relaciona-se exclusivamente ao conteúdo predominante nas *aulas* de Educação Física: a ginástica. O termo educação física, até então entendido como o

³⁴ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia de Ofícios* – Diretoria, 1931, of. n.º 129 e 132.

³⁵ Notemos que a cadeira anteriormente denominada *Música e Canto* passaria, então, a ser conhecida como *Música*, ou ainda, segundo o conteúdo da Reforma Francisco Campos, como *Canto Orfeônico*.

³⁶ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Registro de portarias da Diretoria do Ginásio Paranaense* (02/03/1928–20/11/1934), port. n.º 16.

³⁷ A quantidade máxima de alunos por turma, segundo os regulamentos, era de 40 alunos independente da disciplina. Como o número de alunos matriculados no GP aumentava de ano para ano, para as novas turmas eram criadas turmas suplementares, as quais dividiam o excedente de alunos, sempre em turmas de no máximo 40 alunos.

³⁸ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia de Ofícios* – Diretoria, 1933, of. n.º 278.

cuidado com o desenvolvimento do corpo, com a educação do físico, passa a ser utilizado para nomear a *disciplina* – segundo as fontes do GP (CEP) – de Educação Física. A nomenclatura atribuída ao responsável pela *disciplina* também foi alterada para professor de Educação Física.

Apesar de a legislação definir a Educação Física como uma atividade educativa ou componente curricular, a sua caracterização como *disciplina* pela diretoria da instituição parece ser um indício de um possível reconhecimento, pois, desta forma, ela parecia possuir a mesma importância das demais disciplinas.

Com a morte de Luiz Bastos, o GP ficou durante um período sem as *aulas* de Educação Física. Em 26/04/1933 José Heredia Navarro³⁹ foi designado pela diretoria do GP para assumir interinamente seis turmas de Educação Física⁴⁰, vagas essas deixadas por Luiz Bastos. No ano seguinte, o professor José Navarro foi enfim efetivado no cargo de professor de Educação Física⁴¹.

No relatório⁴² de março de 1934, encontramos a grade horária para o ano letivo, a qual informa que as aulas de Educação Física eram oferecidas aos alunos das 1ª e 2ª séries, no período vespertino, das 13:00 às 17:00 horas, em aulas de 50 minutos. O mapa encontrado previa que a *disciplina* seria ministrada a cada turma 2 vezes por semana. Não foi possível localizar qualquer referência sobre as aulas de Educação Física para as 3ª, 4ª e 5ª séries, o que talvez possa indicar que não estavam realmente sendo desenvolvidas naquele momento, provavelmente, pela falta de professores e, talvez, também pela falta de espaço apropriado. O professor José Heredia Navarro era o único responsável pelas aulas, o que pode reforçar a plausibilidade das suposições acima pelo fato de o professor não conseguir ou não estar disponível para dar aulas às turmas restantes.

Este fato foi relatado pelo Diretor do GP, Guido Straube, através de ofício, de 22/11/1934, ao Diretor Geral da Instrução Pública. Nesta comunicação, o diretor do GP informa “que para a Educação Física estão somente previstas turmas

³⁹ Assim como o professor Luiz Bastos, este professor não possuía formação em Educação Física, mas, mesmo assim, assumiu as aulas de Educação Física do GP. Até meados de 1939, foi o único professor responsável por aquela disciplina. Algumas fontes sinalizam para um curso de formação de monitores de Educação Física, organizado por esse professor, para auxiliarem nas aulas. Estes assuntos serão explorados na seqüência deste capítulo.

⁴⁰ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia de Ofícios* – Diretoria, 1933, of. n.º 309.

⁴¹ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Registro de decretos de vida funcional de professores atuais*. (1928 – 1960), p. 7.

⁴² AGCEP. *Relatórios*. Março, 1934 (ref. 0670).

suplementares para a 1ª e 2ª série, sendo que o decreto federal 21.241, estabelece a Educação Física para todas as séries. (...) Assim procedi, em virtude da exigüidade de tempo disponível nos horários”. Podemos perceber então que, apesar de a legislação prever aulas para todas as turmas, algumas dificuldades encontradas pelo GP não possibilitavam essa aplicação. E esses óbices estavam sendo repassados às autoridades competentes para que se pudesse resolver, o quanto antes, estas questões.

Com a aparente consolidação da Educação Física, pelo menos no currículo, é possível perceber uma preocupação com outros aspectos caros a esta atividade educativa. O Diretor Guido Straube encaminhou, em 22 de janeiro de 1936, ao Diretor Geral da Instrução Pública, ofício referente ao parecer sobre o anteprojeto para construção do novo prédio do GP que lhe havia sido recém enviado pelo Diretor da Instrução Pública. Ao opinar sobre a hipótese de ser suprimida a construção, no novo prédio, dos consultórios médico e odontológico e das respectivas salas de espera, assim escreveu o professor Guido:

Uma das grandes deficiências do ensino de nosso país sempre tem sido o pouco desenvolvimento e, mesmo atenção, dada à Educação Física. Este estado de cousas não pode e nem deve continuar. No novo prédio esta diretoria pretende consagrar especial cuidado ao estado físico dos alunos para o que tinha previsto dois grandes pátios e 1 grande salão de ginástica.

Mas, não é possível cuidar da cultura física sem o exame médico prévio e sem o constante controle, para que se possa obter toda eficiência e se evite que o proposto resulte contra producente. Ademais, conforme Regimento Interno, incumbirá ao médico, além de sua assistência a Educação Física, ainda a realização de conferencias sobre a educação higiênica em geral e, em especial, a sexual, bem como o exame clínico dos alunos para que estes possam ser encaminhados ao tratamento indicado.

Não se diga que a Carteira de Saúde torne desnecessária a existência do médico no Ginásio, porque é humanamente impossível examinar, com cuidado, milhares de alunos, em poucos dias, nas vésperas de matrícula. A necessidade de consultórios dentários, em uma escola moderna e grande como será o futuro Ginásio, é assunto que não mais se discute.⁴³

A *Educação Física* que Guido Straube menciona no ofício deve ser entendida como o cuidado com o desenvolvimento físico dos alunos, uma *cultura física*, nas palavras do diretor, e englobava, no seu entendimento, a educação higiênica e a sexual sobre as quais caberiam aos médicos orientar. Além do exame médico anual,

⁴³ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia de Ofícios* – Diretoria, 1936, of. n.º 13. Grifos no original.

o médico ainda deveria prestar seus serviços ao GP no sentido de acompanhar e orientar o bom desenvolvimento físico dos alunos. A Educação Física é uma das *disciplinas* incorporadas aos currículos escolares exatamente em função dessas preocupações que surgem em educar o físico. Outras disciplinas, como a Higiene e a Biologia, também tratavam destas questões relativas ao corpo e foram importantes arcabouços da Educação Física.

Sobre essas *bases médicas e biológicas* da Educação Física cabem alguns comentários. Na fala do diretor, a presença dos médicos seria fundamental para a garantia de uma educação eficiente, moderna - porque *científica* -, respaldada pela medicina. Segundo Carmen SOARES (2001a), desde os anos finais do século XIX no Brasil, as propostas de intervenção dos médicos higienistas estavam circundando as regulamentações destinadas à educação. Essa intervenção passava pela instituição e prática da Educação Física no âmbito escolar:

A Educação Física preconizada pelo pensamento médico-higienista era estruturada em bases fisiológicas e anatômicas, as únicas consideradas “científicas”. A partir, portanto, de um entendimento anatomofisiológico do movimento humano, os médicos colocavam o estudo da higiene elementar como complemento preparatório da Educação Física, tornando-a, particularmente na escola, um procedimento higiênico a ser adotado naquela instituição e incorporado como hábito para toda a vida (p. 101).

De acordo com as bases científicas fornecidas exclusivamente pelas ciências biológicas é que os médicos higienistas formularam suas teses sobre a importância do exercício físico na “educação popular” (ibid., p. 102). Deste modo, como indica a autora, desde os anos iniciais do século XX, os médicos “procuraram acentuar a necessidade de sua presença no interior da instituição escolar. Afirmavam, por exemplo, que cada aluno deveria ser examinado por um médico, e que este médico determinaria a natureza dos exercícios aos quais este aluno poderia se entregar” (id.). É interessante notar essa influência dos médicos na prescrição dos exercícios adequados a cada criança, pois podemos pensar que, na falta de professores especializados na aplicação dos exercícios físicos, os médicos poderiam cumprir esse papel. Aliás, essa é uma discussão que estarei levantando mais à frente neste capítulo, quando tratar dos responsáveis pela Educação Física no GP.

Através dos documentos apresentados anteriormente - os assinados pelo diretor Guido Straube -, podemos perceber outras preocupações com os assuntos

relacionados com a educação física no GP: falta de espaço próprio para as *aulas*, poucos resultados com o desenvolvimento da *disciplina* de Educação Física em virtude da não oferta da *disciplina* a todas as turmas, falta de corpo médico para a realização dos exames no início e no decorrer de cada ano letivo. Esta série de carências e a iminente supressão de alguns itens relacionados a esses aspectos fizeram com que o diretor defendesse a idéia de que uma *escola moderna e grande* como o GP deveria atender inclusive aos requisitos relacionados à educação física dos seus alunos.

Além destas preocupações, que podem ser entendidas como aspectos da *valorização* da Educação Física, é possível identificar outros indícios que nos levam a pensar que a educação física estava ganhando espaço tanto no GP quanto em outros setores educacionais. Num ofício de 27 de outubro de 1936, o Diretor Interino Francisco Gonzáles Villanueva repassa ao “Sr. Professor da Cadeira de Educação Física do Ginásio Paranaense” o seguinte comunicado:

Tendo esta Diretoria recebido um ofício da Inspeção de Educação Física do Estado, agradecendo a colaboração deste Ginásio nos certames de Educação Física realizados durante a Semana de Educação, tenho o prazer de transcrever o teor do referido ofício e remeter a V.S., para os devidos fins. “Ofício. Curitiba, 23 de outubro de 1936. Exmo. Sr. Diretor do Ginásio Paranaense. Capital. Esta Inspeção desvanecida agradece a preciosa colaboração desse estabelecimento nos certames de Educação Física realizados durante a Semana de Educação e pede a V. Exca. transmitir aos componentes das equipes louvores desta Inspeção pela conduta disciplinar e verdadeiramente esportiva com que se houveram, concorrendo assim para maior brilhantismo das competições. Atenciosamente, F. Albizú – Inspetor de Educação Física.”

Sirvo-me do ensejo, para apresentar as minhas congratulações, ao prezado colega, pelo brilhantismo alcançado pela sua equipe esportiva, formada de alunos deste estabelecimento, durante a Semana de Educação.⁴⁴

Os ofícios de agradecimento da Inspeção Estadual de Educação Física e da Diretoria do GP ao professor de Educação Física (José Heredia Navarro), relativos aos jogos da Semana da Educação, indicam que a prática esportiva era mais um entendimento possível atribuído à educação física naquela época. O professor de Educação Física seria um dos responsáveis pela organização e desenvolvimento das atividades esportivas realizadas na Semana da Educação. Este pode ser um indício de que os exercícios físicos passariam a se espalhar pela sociedade fazendo-

⁴⁴ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia de Ofícios* – Diretoria, 1936, of. n.º 141.

se presentes mais freqüentemente no cotidiano. Com isto, parece que paulatinamente a *disciplina* ganharia status e receberia investimentos, não só dentro do GP mas também no conteúdo da legislação e das reformas educacionais, pois suas relações com a sociedade estariam sendo ampliadas.

Esta relação entre a educação física e a sociedade curitibana pode ser percebida através de alguns outros indícios, por exemplo, o fato de que, para o ano de 1938, estava prevista a construção do Estádio Municipal. Segundo o Boletim do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Curitiba, de abril daquele ano, uma grande cerimônia foi realizada quando do lançamento da pedra fundamental do referido estádio. Nesta festividade estavam presentes milhares de alunos, centenas de escoteiros e um grande número de atletas da 5ª Região Militar, além de *altas autoridades civis, militares e eclesiásticas do Estado*.

Segundo o Inspetor de Educação Física Francisco Albizú, signatário da matéria contida no Boletim, o início das obras do *maravilhoso empreendimento* realizado sob os auspícios da Prefeitura, através do seu Departamento de Cultura, atenderia às necessidades de uma juventude carente de espaços semelhantes, e estaria desta forma “reconhecendo na educação física um setor importante da educação integral do indivíduo e que ela se propõe ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do corpo em todas as suas partes, de maneira harmônica e em conformidade com o processo evolutivo da personalidade psíquica”⁴⁵. Nas palavras do Inspetor podemos novamente perceber que os discursos de afirmação da Educação Física buscavam o seu reconhecimento pelo papel desempenhado na educação: o desenvolvimento do físico, o qual seria a base para o perfeito desenvolvimento moral e intelectual.

Na seqüência da matéria do Boletim, Francisco Albizú destaca que, na continuidade da cerimônia, outras duas importantes personalidades fizeram o uso da palavra, sendo que uma destas autoridades era o então prefeito de Curitiba, Oscar Borges de Macedo Ribas. Para ele, o início desta obra contribuiria para a concretização do que fora proposto *obrigatoriamente* pela *Carta Política de 10 de*

⁴⁵ ALBIZÚ, Francisco M.. Estádio Municipal. *Revista do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Curitiba*. Curitiba, ano I, p. 103-106, abril, 1938.

novembro, qual seja, a completa integração do indivíduo à comunidade nacional. O prefeito⁴⁶, em seu discurso, ressaltou os seguintes aspectos:

Orientado pelos sistemas pedagógicos modernos, em que a educação tem um sentido social-nacionalista, procurando formar o cidadão e não o “homem”, o Estado brasileiro, reservou-se a função de educar, para que os novos cidadãos se plassem de acordo com os solidários interesses nacionais. O ensino é assim, explica o Ministro Francisco de Campos [sic], um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam (...). O novo Estado brasileiro (...) visa formar o cidadão e não o “homem”. Reconhece a função cívica da educação para que ela se torne “um instrumento em ação para garantir a continuidade da pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam”. Nestas condições, a escola fornece o cidadão e o soldado, os futuros funcionários e administradores do Estado e promove os meios para a defesa e expansão militar, econômica e política do país. (ibid., p. 104)

Um aspecto importante a ser destacado na seqüência do discurso consiste no fato de o prefeito ressaltar que o investimento num sistema educativo dirigido de acordo com os interesses da nação foi o caminho seguido pela Alemanha, nos primórdios do século XIX, para o seu *reerguimento político* após as derrotas para as tropas napoleônicas. Ele acrescenta que, desta forma, a Alemanha conseguiu “manter a coesão nacional, o espírito coletivo e reconquistar a soberania política da sua pátria e tornar-se a nação prestigiosa que é” (id.).

Não é de se estranhar esse *espelhamento* na Alemanha⁴⁷; à época, a política adotada por Adolf Hitler, como indica Eric HOBBSAWM (2002, p. 131), conseguiu grande notoriedade pelo investimento nos interesses das classes populares através da disponibilização de férias, esportes e o *Volkswagen* (carro do povo)⁴⁸. Era esta a

⁴⁶ Nesta matéria de autoria do professor Francisco Albizú sobre o estádio municipal, não é possível identificar se os discursos das autoridades presentes foram transcritos pelo professor ou pela redação do Boletim.

⁴⁷ Devido às características de formação étnica da população curitibana, possuindo em suas bases a presença de elementos de diversos povos europeus, entre eles, italianos, poloneses, ucranianos, alemães, etc., estas condições de aceitação do *espelho* alemão poderiam ser facilitadas. Como indica Regina SOUZA (2002), a cidade de Curitiba no campo cultural era conhecida como a *Munique Brasileira*. Aliás, nesta obra, a autora nos apresenta uma contribuição para o entendimento de alguns aspectos caros à sociedade curitibana, principalmente referindo-se aos alemães, na década de 30.

⁴⁸ Além disso, como aponta uma vasta historiografia, esse deslumbramento pelas ações de Hitler na Alemanha, refletido nas ações do governo getulista, seria um indício que aproxima as duas ditaduras. Contudo, alguns episódios fizeram com que, ao eclodir a Segunda Guerra Mundial, a posição do governo brasileiro fosse de afastamento e retaliação das atitudes hitleristas, escondendo nos discursos um *passado* de apoio e cooperação. Para aprofundamentos indico, dentre inúmeras, as seguintes obras: LEVINE, R. *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; PANDOLFI, D. (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999; ROSE, R. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no*

mesma intenção de Getúlio Vargas: o estabelecimento de medidas que viessem ao encontro dos interesses das classes populares/trabalhadoras – sindicato único, contribuição sindical, Justiça do Trabalho, CLT, carteira de trabalho, entre outros (Maria D'ARAÚJO, 2000) -, além de investimentos na educação física – investimento nos esportes, Serviço de Recreação Operária, criação de parques infantis, etc. (LENHARO, 1986). Esta *atração* pelos feitos alemães pode ser também percebida através dos seguintes elementos:

O elogio do “povo de educação física” principia com a observação de que a pujança militar dos alemães está associada à política de massificação do esporte no país a partir de 1933. Desde criança, o futuro cidadão alemão dedica-se ao esporte, o que vai se intensificando especialmente em outros lugares e momentos da vida nacional, seja através da juventude hitleriana, do Partido das Forças Armadas ou até mesmo nos locais de trabalho, “como eficaz contrabalanço dos danos físicos maiores ou menores, causados pela vida profissional” (LENHARO, 1986, p. 81).

É exatamente deste investimento que se aproxima a fala do prefeito de Curitiba: além do controle efetivo do sistema educacional, o Estado deveria oferecer à população espaços para a prática de atividades físicas, o que contribuiria para o complemento da formação desenvolvida nas escolas, em especial, para a *formação patriótica* dos alunos. Contudo, não seriam somente as crianças as beneficiadas com as instalações desportivas: jovens e adultos poderiam utilizar este espaço para a prática esportiva e ginástica e, em conseqüência, estariam incluídos neste processo de formação dos cidadãos, via prática de atividades físicas e inculcação de valores.

Outra personalidade que discursou naquela solenidade de lançamento da pedra fundamental do Estádio Municipal foi o Major do Exército Lima Câmara. De início, o major apresentou uma crítica aos governos anteriores ao Estado Novo assinalando, em sua fala, um *passado* de turbulências políticas característico de um sistema que somente visava os interesses das classes governantes. Com isso, afirmava mais uma vez que o novo regime político brasileiro só traria benefícios à população através do fortalecimento físico e moral da nação, ao contrário do que alguns opositores sugeriam.

Este o panorama geral do País no qual não se furtou nem se poderia fazê-lo a juventude desejosa de aprimorar as suas qualidades físicas e plenamente convencida que só em um corpo são pode medrar uma mente sã. Banindo do Brasil o sistema até agora adotado prescreve nossa constituição a obrigatoriedade da educação incluindo nela a educação física (...). No sistema educativo anterior puramente intelectual e com a mais ampla liberdade não se conduzia o educando a meta patriótica e ao contrário ao mecanismo atual procura evidenciar os valores, multiplicar-lhes a importância e, sobretudo condicionar seu desenvolvimento às finalidades que a Pátria tem em mira. Assim o capítulo constitucional dedicado à educação atribui à União o delineamento das diretrizes que deverão norteá-la. Assim sendo, dentro de breves tempos devemos ver todas as nossas atividades de educação física, dirigidas, coordenadas e assistidas pelos poderes públicos. (p. 105-106)

Segundo o major, através do estabelecimento de um Estado forte, justo, controlador e que, acima de tudo, lutasse pelos interesses e pelo bem comum dos seus subordinados, caminharia a nação para o seu pleno desenvolvimento, dentro de uma ordem até então *inexistente*. É de se notar a ênfase dada pelo orador da cerimônia ao importante papel desempenhado pelo Estado no controle coordenado da situação educacional, antes caótica e deficiente e que impedia o progresso da nação. A liberdade dos indivíduos, tida aqui como um aspecto negativo, *entregue a diversas vontades que não chegariam a nenhum lugar*, seria substituída pela intervenção e pela inculcação de vontades e valores do novo governo, direcionando os cidadãos para somente uma direção: o engrandecimento da nação.

Neste contexto é que a Educação Física estaria inserida: com os subsídios dados pelo governo e através do controle de sua prática, instituído nas diretrizes que viriam a ser estabelecidas, a sua prática contribuiria para o fortalecimento dos componentes da nação, sendo estes *plasmados de acordo com os solidários interesses nacionais*.⁴⁹

Um outro exemplo desse *intercâmbio* entre a sociedade e os interesses de desenvolvimento da Educação Física é uma matéria publicada no jornal O Estado, de 21/02/1937, numa reportagem de capa, intitulada “O aperfeiçoamento da raça”. Apesar de extensa, acredito ser relevante a transcrição na íntegra da matéria:

⁴⁹ Cabe lembrar que o referido estádio não foi construído em 1938. No Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba de nov/dez de 1943, a previsão de construção de um Estádio Municipal ainda estava presente, sendo ampliada e fortalecida. Neste documento, encontramos um croqui da planta do referido estádio e as especificações de localização, acesso, instalações e usos do estádio. Porém, não foi possível localizar outros elementos que indiquem para a efetivação da obra. Muito provavelmente esta construção ficou apenas no *papel*.

Em interessante palestra com “O Estado”, o Dr. Máximo Lima diz da utilidade do curso de Ginástica e da necessidade do seu desenvolvimento.

O ESTADO noticiou a realização de um curso rápido de ginástica para professores, levado a efeito durante as férias e ontem, 20, terminado.

As aulas teóricas estiveram a cargo do Dr. Máximo Pinheiro Lima, proficiente clínico que se especializou em educação física e as práticas, do tenente Aristhethenis Sarmiento.

Findos os trabalhos daquela organização técnica, ofereceu-se-nos ensejo de uma troca de impressões com aquele abalizado clínico que nos encareceu a importância da iniciativa do diretor de Educação, Dr. Gaspar Velloso, concorrendo para sua efetivação.

- Domingo – disse-nos o Dr. Pinheiro Lima – teremos ensejo de entregar um certificado de aprovação a 60 professores paranaenses que, vindos de vários pontos, freqüentaram com assiduidade as lições de educação física. Não se cogita, propriamente, de um curso que demandava mais tempo. Foram apenas aulas dentro de um programa sintético e relativas a biometria, fisiologia ligada à educação. Fizemos sabatinas e provas finais, dentro de certo rigor, que reclamava, é lógico, muito esforço do magistério. E este, por sua dedicação, por sua inteligência, correspondeu plenamente às exigências. A educação física, pode disso ficar certo, para quantos trabalham nas fileiras do ensino e da medicina deixou de ser aquela maneira de cansar as crianças nas vésperas de festas. *É algo muito sério com a finalidade de embelezar o corpo, dando-lhe desenvolvimento e equilíbrio.* Para tanto, vimos, dentro de recursos modestos, lutando. E vai se conseguindo algum resultado. Há na Assembléia um projeto criando uma escola de educação física, mediante a modesta dotação de 50 contos. Se lográssemos sua passagem, poderíamos instituir esse curso ainda este ano. E é o que esperamos do patriotismo dos Srs. Congressistas. Trata-se de uma quantia pequena. Mas em quantos benefícios ela reverteria para a melhoria da raça! São Paulo criou duas escolas de educação física. A da capital disporá de 3 mil contos para sua expansão e funcionamento. A de Campinas 2.000 contos para o mesmo objetivo.

Nós daremos os primeiros passos com apenas 50 contos para a instalação de um curso de um ano, donde sairão mestres preparados para a incrementação da ginástica racional em todo o Estado.

O que já fizemos é relativamente muito. E o que pretendemos fazer nos dará ensejo para mostrarmos a conveniência e o valor desse ramo da educação. (grifos meus).

Os responsáveis por esse curso voltado para os professores do magistério paranaense eram da corporação militar, à época, possivelmente, a vanguarda do movimento de propagação da Educação Física (LENHARO, 1986; HORTA, 1994; FERREIRA NETO, 1999). A oferta de um curso de tempo reduzido, somente com algumas noções básicas para o desenvolvimento das lições de Educação Física nas escolas, é um indício de que um processo de reorganização dos trabalhos relativos à Educação Física se fazia necessário. Esse curso serviu prioritariamente para preparar o professorado para o desenvolvimento da Educação Física nas escolas primárias paranaenses. As noções de biometria e fisiologia ligadas à educação, passadas aos professores, faziam parte de uma estratégia para desenvolver esses conteúdos estreitamente ligados ao caráter biológico da educação física, o que daria respaldo (científico) para a continuidade dos trabalhos e ainda para o

reconhecimento requerido, principalmente, pela abertura de uma escola de educação física.

Apesar do entusiasmo e das *facilidades financeiras* apresentadas pelo Dr. Pinheiro Lima para a fundação de uma Escola de Educação Física no estado, apenas em 1939, também por iniciativa particular de Francisco Matheus Albizú, estaria sendo estruturada a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (EEFDP). De início, a EEFDP não obteve reconhecimento do Governo Federal e teve suas portas cerradas. Em 1940, o Governo Estadual concedeu autorização para o funcionamento, indo de encontro ao estabelecido pelo Governo Federal, único órgão responsável pelo reconhecimento e concessão de autorização de funcionamento. Somente em 1945 é que o reconhecimento do Governo Federal foi dado, pelo Decreto n.º 17.592 (MARINHO, 1954).⁵⁰

Retomo o conteúdo da matéria publicada no jornal O Estado, do Dr. Pinheiro Lima, para explorar uma outra questão de fundamental importância. À época, o Método Francês, vindo do exército, era o conteúdo predominante da Educação Física. Porém acredito que essa imagem parecia estar sendo *camuflada* de modo que, apresentando e ressaltando os aspectos educacionais perfeitamente adaptáveis à realidade escolar, segundo os entusiastas do método, a inserção e consolidação da Educação Física poderiam ser facilitadas. Os objetivos dessa educação física racional e metódica deixaram de ser, segundo o médico, aquela maneira de cansar as crianças antes das festividades. Ela possuía agora um objetivo mais nobre: auxiliar no embelezamento e melhoria da raça através de exercícios racionais, metódicos e, acima de tudo, científicos. Essa mudança de foco estaria diretamente relacionada ao investimento nos discursos racionais e científicos despendidos sobre a Educação Física.

Sobre essa finalidade de embelezar os corpos, dando-lhes desenvolvimento e equilíbrio, podemos tecer algumas considerações com o auxílio do trabalho de GOELLNER (2003). A autora, analisando as imagens veiculadas na *Revista Educação Física*⁵¹, nos mostra que, com o estabelecimento de *padrões estéticos*

⁵⁰ Cabe ressaltar que uma história desta instituição de ensino superior se faz necessária, pois, até hoje, pouco foi produzido sobre a EEFDP.

⁵¹ A *Revista Educação Física* foi o primeiro periódico específico da área de Educação Física. Sua primeira edição é de maio de 1932, e a última, de agosto/setembro de 1945. Este periódico tem

considerados normais, foi possível a intervenção de diversas formas sobre os corpos para que estes atingissem esses *padrões*. A autora analisa principalmente as imagens de corpos femininos presentes na *Revista*, embora reconheça que, ao discutir a questão dos *padrões* femininos, os *padrões* masculinos também estariam contemplados. “São as representações de beleza inspiradas na estética clássica [grega] aquelas que ganham espaço (...) em grande parte dos artigos que tratam da aparência do corpo, seja ele do homem ou da mulher” (p. 39).

Através da divulgação dos padrões de beleza, estariam sendo inculcados na população os tipos ideais tanto dos homens brasileiros como de mulheres brasileiras. Dessa forma, estariam também estabelecidos os *lugares* de cada sexo na sociedade: aos homens, a formação viril, encorajada, destemida, para os desafios da vida; às mulheres, uma formação sensível, destinada ao lar e à maternidade (*passim*).

Buscando atingir finalidades estéticas, higiênicas e utilitárias, a Educação Física procurava consolidar as bases para sua legitimação. Mas, na realidade, essas questões da prática de atividades físicas possuíam objetivos e finalidades muito mais abrangentes. Como indica GOELLNER:

Identificadas também como integrantes de uma política de saúde, as atividades físicas são recomendadas a homens e mulheres porque observadas como possibilidades de normatizar costumes e disciplinar corpos ao aplicar sobre os indivíduos mecanismos de autocontrole para fornecer o caráter e o físico e para sublimar seus instintos, desejos e paixões. Fazem parte de um conjunto de medidas profiláticas que objetivavam definir, determinar, propor e impor um determinado estilo de vida saudável para o qual são indicadas formas de ser, de se comportar, de comer, de se divertir, de trabalhar, de se embelezar, de fazer amor, de se casar (p. 82-83).

Essas atividades físicas eram parte integrante de um processo que visava civilizar comportamentos, moralizar costumes, domesticar desejos e inculcar hábitos saudáveis. Logo, extrapolavam o sentido de uma educação do físico com fim em si mesma. Mas, tendo em vista a *ambição* dos discursos, de que forma estas finalidades e objetivos teriam sido alcançados na *prática*?

Partindo desta discussão, podemos perceber que com estes sinais de *valorização* e *reconhecimento* apontados, quer nos discursos, quer nas realizações

grande importância para o entendimento da Educação Física no período em que circulava, tanto é que diversos autores ainda o utilizam como fonte para os mais diferenciados recortes.

(ou tentativas), o *estado da arte* da Educação Física no GP poderia estar acompanhando este quadro de nuances de *evolução* ressaltada nos discursos, porém tendo suas solicitações poucas vezes atendidas na prática.

No relatório da Educação Física dos cursos fundamental e complementar do GP, de 1941, os Inspectores Federais Milton Viana e João de Souza Ferreira, em um comunicado anexo ao relatório, destinado ao Diretor da Divisão de Educação Física, Major João Barbosa Leite, apresentam algumas interessantes impressões sobre as atividades daquele ano letivo:

No momento em que, para os fins legais, enviamos a V. Excia., anexo, o programa e o horário de Educação Física elaborados para o corrente ano letivo, neste estabelecimento, sentimos como imperativo dever, prestar alguns esclarecimentos relativamente ao assunto.

Durante a inspeção realizada nos estabelecimentos de ensino secundário de Curitiba, teve V. Excia. ensejo de verificar nosso esforço no sentido do melhor cumprimento das determinações legais referentes ao *magno problema da Educação Física*.

Não obstante, entretanto, a nossa boa vontade, no início do corrente ano letivo, justamente quando pensávamos ver eliminadas gradativamente certas dificuldades, empecilhos imprevisíveis surgiram, prejudicando, transitoriamente embora, nossos sinceros intuitos de melhoria contínua.

Primeiro, logo na época em que sua atuação experimentada e inteligente de técnico organizador se fazia necessária, operou-se a transferência de nosso médico especializado, Capitão Dr. José Almeida Neves, que passou a servir em outra guarnição militar. A lacuna aberta com o afastamento do Dr. Neves, justamente à época dos delicados trabalhos preliminares de seleção e organização das turmas, horários e programas, dada a conhecida escassez de especialistas na matéria, foi difícil de preencher, causando-nos imensos embaraços a substituição (grifos meus).⁵²

Podemos identificar neste texto alguns óbices encontrados na adequação do GP às normas legais com relação ao *magno problema da Educação Física*. Cabe ressaltar que o termo utilizado, anos atrás, por Getúlio Vargas para tratar da Educação como um todo agora estava sendo adaptado à discussão relativa à Educação Física. Isto pode ser um sinal de que, apesar da intensidade dos discursos e das intervenções legislativas, a realidade da instituição modelar de ensino secundário paranaense parecia ser diferente do desejado no que tange à Educação Física. E arrisco dizer que outras inúmeras instituições de ensino também poderiam estar passando por essas dificuldades de implementação.

O afastamento do médico responsável pelos exames biométricos provocou o atraso destes exames e, em conseqüência, do início das aulas práticas. Observe-se

⁵² AGCEP. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1941.* s/p.

que toda uma sistemática de desenvolvimento dos trabalhos da Educação Física - como separação das turmas de acordo com os resultados dos exames, estabelecimento dos programas em função das capacidades físicas das turmas, enfim, estes detalhes de organização - dependia da atuação dos profissionais médicos.

Esta questão dos exames merece uma análise mais aprofundada. Estes exames provavelmente eram realizados com a intenção de se seguir um modelo nacionalmente padronizado, como pode nos indicar esta fonte:

A remessa de cópias das fichas médico-biométricas⁵³ para a Divisão de Educação Física (...) tem por finalidade a realização de trabalhos estatísticos baseados em dados colhidos em todo o Brasil. (...) Recomenda-se que as medidas sejam feitas com o máximo critério a fim de não prejudicar os objetivos visados, sendo necessário seguir à risca as determinações estabelecidas para que tenham valor estatístico. Uma boa mensuração é a que corresponde a uma idéia, a um caráter real; não se trata unicamente de alinhar n^{os}: estes devem ter uma significação seja anatômica, seja fisiológica.

Recomenda-se mais que, não sendo possível, por uma circunstância imperiosa, proceder à tomada das medidas rigorosamente da maneira aconselhada (...), se faça na ficha alusão a modificação introduzida, a fim de que, pela omissão desse detalhe, não saiam prejudicados os resultados finais da estatística. Tendo, o médico assistente à educação física, realizado os dois exames anuais previstos e o professor feito os exames práticos, o Inspetor Federal comunica à Divisão de Educação Física o n.º exato de fichas prontas, de cada grau e ciclo, para que esta remeta ao estabelecimento de ensino a quantidade conveniente de fichas em branco.⁵⁴

A ênfase dada aos exames é essencialmente biológica. Deveria-se medir os alunos e separá-los em classes homogêneas, tendo como base os números colhidos rigorosamente dentro de padrões científicos estabelecidos. Quando da não possibilidade da utilização dos padrões adotados, outros poderiam ser estabelecidos, desde que devidamente esclarecidos. O objetivo principal não era somente alinhar números, mas sim estabelecer padrões e critérios futuros para o andamento das atividades da Educação Física em território nacional.

As divisões das turmas eram realizadas levando-se em conta o potencial físico dos alunos, na tentativa fazer um “grupamento homogêneo dos mesmos”, sendo ainda que os alunos que possuíam algum impedimento físico eram encaminhados para uma turma especial, para a qual seria desenvolvida “uma

⁵³ Ver ANEXOS 1 e 2.

⁵⁴ AGCEP. *Relatório do Curso Fundamental* – Out./Nov. 1939. As orientações presentes neste ofício são uma cópia do conteúdo da Portaria n.º 161, de 11/05/1939, do Ministério da Educação e Saúde.

ginástica especial compatível com o seu estado patológico”, que consistia “de uma maneira geral, em ginástica respiratória e flexionamentos de membros não comprometidos”.⁵⁵ Separar, padronizar, homogeneizar: estas eram as palavras de ordem presentes por trás da realização dos exames médico-biométricos.

Esta fonte apresenta alguns aspectos que, embora de matriz e época diferentes, se assemelham aos apresentados por Marta CARVALHO (2001) quando a autora realiza uma discussão sobre a instalação do Laboratório de Pedagogia Experimental, na Escola Normal, em São Paulo. Deste laboratório, através das medições, obter-se-ia uma Carteira Biográfica Escolar. Esta carteira conteria “fotografias anuais dos alunos, registros de mensurações resultantes de ‘observações antropológicas’ e ‘fisiopatológicas’, além de anotações registradas como ‘dados anamnésticos da família’ e ‘notas anamnésticas’, estas últimas obtidas por exames médicos” (p. 295). O objetivo principal do registro destas informações era produzir conhecimentos sobre os alunos, observando, medindo, classificando e estabelecendo parâmetros de normalidade, anormalidade ou degenerescência. Nas palavras de CARVALHO, “compleição física, tipo racial, traços morais, marcas de hereditariedade, ambiente familiar constituíam um roteiro de observação e medida e forneciam as tópicas de registro na Carteira Biográfica Escolar. No cruzamento dessas medidas e observações é que ganhava contorno o caráter específico dos alunos” (id). Acredito que essas experiências das quais a autora trata possam ter servido como subsídios para, anos mais tarde, o estabelecimento dos exames médicos na Educação Física, tidos como um eficaz mecanismo de controle.

Na Portaria Ministerial n.º 161, de 11/05/1939, encontramos detalhadamente explicadas todas as instruções para o serviço médico de educação física nos estabelecimentos de ensino. Os alunos, divididos basicamente em dois grandes grupos - *normais* e *deficientes* -, seriam avaliados nos seus aspectos físicos e divididos em subgrupos. Os *normais*, respeitando as avaliações médicas realizadas, seriam divididos da seguinte forma: 1ª classe – 11 a 13 anos; 2ª classe – 13 a 16 anos; 3ª classe – 16 a 18 anos; 4ª classe – maiores de 18 anos. Os grupamentos deveriam ser homogêneos para que se pudesse aproveitar ao máximo os benefícios trazidos pela prática de exercícios físicos.

⁵⁵ AGCEP. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1940*, p. 11.

Os *deficientes* seriam divididos em dois grupos de alunos: os que apresentam moléstia ou defeito físico de natureza *transitória* e os que apresentam moléstia ou defeito físico de natureza *permanente*. Nesses dois grupos de *deficientes*, segundo a Portaria Ministerial, os trabalhos desenvolvidos teriam objetivos distintos. Na medida do possível, seria realizada uma ginástica regenerativa para integrar os *deficientes transitórios* ao grupo dos *normais*. Não sendo possível a reintegração, realizar-se-ia apenas a ginástica especial, respiratória, até a melhoria do estado clínico do aluno. Para os *deficientes permanentes*, as recomendações eram de trabalhos de diferentes tipos, dos mais leves aos mais desgastantes, desde que não fizessem com que as lesões fossem agravadas. Não sendo então possível a recuperação destes alunos *deficientes permanentes* para integração no grupo dos *normais*, estes deveriam praticar a ginástica adequada à sua capacidade de maneira permanente.

Ainda segundo o documento, poderia existir um outro grupamento de *deficientes*, que não estaria incluído nos casos acima. Seriam os casos que porventura “tenham escapado ao exame do médico que forneceu o atestado de sanidade exigido para a admissão ao curso secundário”. Estes não seriam aptos para realizar nem mesmo a ginástica respiratória.

Estas orientações permitem indicar que o objetivo era separar os *normais* dos *deficientes*, padronizar os trabalhos dos grupos formados e, na medida do possível, agregar ao grupo dos *normais* os *deficientes* que estivessem aptos. O processo de admissão no ensino secundário já era seletivo neste sentido: era necessário um atestado de sanidade (física e mental). Mas, na verdade, essa *classificação* específica da Educação Física em turmas homogêneas e padronizadas representa mais do que a simples organização das aulas: os conceitos de homogeneização, padronização, normalidade e anormalidade estão no centro das discussões da *eugenia*.

O conceito de eugenia surgiu em meados do século XIX, formulado pelo inglês Francis Galton, e representava uma ciência que, “interpretando a raça humana de forma una, como um organismo, almejava atingir o ideal de saúde e beleza para a humanidade. A eugenia estava intimamente relacionada às teorias raciais, e sendo assim, acreditava na superioridade de algumas raças, em detrimento de outras” (FERRAZ, 2001b, p. 1).

Este ramo da genética aplicada, que, nas palavras de HOBBSAWM (2002, p. 122), “sonhava em criar uma super-raça humana pela reprodução seletiva e a eliminação dos incapazes”, foi apropriada no Brasil com características diferentes da utilizada, por exemplo, pelo nazismo alemão, o qual adotou um programa de política racial que previa a castração de doentes e loucos, a proibição de casamento entre judeus e alemães, a eutanásia de pacientes graves e o extermínio dos indivíduos que não pertencessem à *raça ariana*; tudo para evitar que as raças *impuras* contaminassem o sangue *puro* alemão. No Brasil,

no momento que surgem as teorias sobre a eugenia, já estava instaurado o debate sobre a teoria do branqueamento da raça, inclusive, já sendo uma das soluções oficiais para o complicado panorama racial brasileiro, uma vez que se detecta uma série de medidas oficiais que caminhavam de encontro a esta teoria. Tal fato, impossibilitou a eugenia brasileira de acatar como fundamento central o mito da raça pura e superior, embora não o desconsiderasse. Assim, os eugenistas falavam em pureza relativa da raça, que seria atingida através do aperfeiçoamento da raça. (FERRAZ, 2001b, p. 4).

Na impossibilidade de se detectar na realidade brasileira uma raça única, pura, peculiar⁵⁶, acreditou-se que a miscigenação das diversas raças existentes no território nacional com a raça branca proporcionaria um *branqueamento*⁵⁷ da raça mestiça brasileira ao longo do tempo, e, desta forma, as qualidades presentes na herança genética da raça branca seriam passadas às gerações futuras.

Sobre as representações destas medidas eugênicas no Brasil, GOELLNER (2003, p. 83) acrescenta as seguintes considerações:

Em um tempo onde a regeneração racial integra o discurso oficial e conquista legitimidade em vários espaços e segmentos sociais, a preocupação com a qualidade do casamento e com a higidez da prole são recorrentes (...). [Era necessária uma educação sexual que instrísse] homens e mulheres, jovens e adultos a civilizar seus instintos e assim evitar taras e perversões morais, disfunções sexuais (como por exemplo, homossexualismo, masturbação e doenças venéreas), degenerescência

⁵⁶ Aliás, como nos indica HOBBSAWM (2002, p. 122), “a raça destinada a dominar o mundo através de Hitler não tinha sequer um nome até 1898, quando um antropólogo cunhou o termo ‘nórdico’”. Essa estratégia utilizada por Hitler - a de exaltar os valores de uma raça específica - tinha por objetivo principal a união de um povo disperso e sem perspectivas de conjunto para alcançar um bem comum, no caso, o de lutar pelos interesses de um país em processo de fortalecimento e consolidação no cenário mundial.

⁵⁷ Como observa FERRAZ (2001b, p. 4), “embora o mestiço esteja inserido aqui, em termos de participação, é sabido que esta participação atentava contra suas próprias origens, pois significava um processo de diluição de suas características negras, tanto físicas como culturais. Por isso, alguns autores preferiram denominar este processo de desafricanização ao invés de branqueamento”.

física, prostituição, adultério. Uma educação que assegure, sobretudo, as qualidades necessárias a uma saudável e eugênica reprodução da espécie.

Nas páginas da *Revista*, segundo a autora, quando o assunto era o refinamento racial, a *Alemanha Nacional-Socialista* consistia na maior fonte de inspiração do periódico. A *Revista* procurava apresentar “elementos para exemplificar como uma nação pode desenvolver programas de cultura física para melhor fortalecer o seu povo. São vários os textos e as imagens que figuram nas suas páginas conduzindo os/as leitores/as aos ideais nazi-fascistas de fortalecimento do corpo e de raça ariana dos anos trinta e quarenta” (p. 85).

Tendo em vista os aspectos discutidos acima, é importante ressaltar que, para algumas vertentes das teorias eugênicas, as qualidades genéticas também indicavam predisposições para o aperfeiçoamento da raça através da formação de corpos fortes. Entendo que esta foi a principal medida adotada, apesar de os discursos indicarem para uma grande quantidade de possibilidades para a aplicação da(s) *eugenia(s)* no Brasil. Logo, o desenvolvimento da Educação Física para os *normais*, e também para os *anormais*, seria uma *saída* para a realidade brasileira. Esta Educação Física para os grupos dos *normais* e *anormais* deveria atender às especificidades de cada grupo, sendo condizentes com sua compleição física, para que os objetivos destas práticas fossem alcançados e, em consequência, a purificação da raça pela prática de exercícios físicos também fosse obtida.

1.2. “A FORÇA DE UM POVO É UM DOS ELEMENTOS PRIMORDIAIS DE VITÓRIA”

Além das fontes exploradas no tópico anterior, outra fonte que utilizei e que forneceu subsídios para a pesquisa foi a série do *Jornal dos Estudantes*⁵⁸ do GP. Esse periódico começou a circular em 1939 e era organizado pelos próprios alunos do Ginásio. Seu conteúdo variava desde traduções de textos de diversas disciplinas para línguas estrangeiras até discussões intensas sobre nacionalismo, guerra,

⁵⁸ Não foi possível localizar maiores informações sobre o periódico, como a tiragem ou a abrangência da circulação, se ele circulava apenas internamente ou se a população em geral teria acesso. O que atribui a esse jornal uma considerável importância é o fato de que ele muito provavelmente foi um veículo de propagação de idéias e de opiniões para e pelos alunos do GP (CEP).

política, etc. Há alguns números especiais publicados em ocasiões comemorativas, como a trajetória de Getúlio Vargas no poder, o final da Segunda Guerra Mundial e a inauguração do novo prédio do CEP. De modo geral, este veículo procurava ser uma forma de comunicação, transmissão de valores e também entretenimento dos alunos ginásianos.

Uma seção em especial demanda a atenção neste trabalho: *Olímpia*. Criado na edição de número 5, ano I, de 30/06/1940, este espaço servia para tratar dos assuntos referentes à educação física, como divulgação de resultados de jogos colegiais e expressão de opiniões sobre assuntos esportivos diversos, e, até mesmo, constituía-se um canal de exaltação da importância das *aulas* e de chamada para os alunos participarem dos treinamentos esportivos. É exatamente esta relação entre os feitos esportivos ginásianos e a participação nas *aulas* que gostaria de ressaltar nestas próximas laudas.

O título desta seção do informativo estudantil remete ao esporte, referendando à cidade berço dos jogos olímpicos. Com isso, estariam sendo incorporados aos discursos elementos dos esportes relacionados à moral e à conduta cavalheiresca dos praticantes. Estava também atrelada aos textos contidos nesta seção uma idéia de formação da juventude sadia e pronta para competir e vencer, como é intrínseco aos esportes.

Contemporâneo ao periódico dos estudantes, o lançamento do filme *Olympia*⁵⁹, de Leni Riefenstahl⁶⁰, nos traz alguns elementos interessantes que podem ser relacionados ao jornal. Feito por encomenda da Alemanha nazista, esse filme foi construído tendo a intenção de exaltar os feitos esportivos da raça ariana nas Olimpíadas de Berlim, em 1936; em outras palavras, visava a exaltação dos ideais de pureza e perfeição do corpo e da alma do cidadão (Milton ALMEIDA, 2001). A diretora do filme, através de uma montagem de imagens - nem todas gravadas durante a própria Olimpíada -, procurou estabelecer relações entre idéias e

⁵⁹ *Olympia*: Parte I – Festa do Povo (*Olympia*), Parte II – Festa da Beleza (*Apoteose de Olympia*). Direção geral e concepção artística: Leni Riefenstahl; diretores de produção: Walter Traut, Walter Grosskopf. Operadores diversos e também a colaboração dos cinejornais da Fox, Paramount, Tobis-Melo, Ufa. Montagem: Leni Riefenstahl. Produção: Olympia-Film. Estréia em 24/04/1938, Ufa-Palast am Zoo, Berlim. (ALMEIDA, 2001, p. 79).

⁶⁰ Atriz, fotógrafa e cineasta alemã foi contratada pelo Reich, em 1933, para filmar os comícios do partido nazista. Desse trabalho resultou “O Triunfo da Vontade”, concluído em 1934. Em 1936, Hitler contratou Riefenstahl para filmar os XI Jogos Olímpicos realizados em Berlim (GOELLNER, 2003, p. 92)

imagens gregas clássicas⁶¹ e os corpos e ideários dos alemães. Para ALMEIDA, “estudando o filme *Olympia*, dirigido por Leni Riefenstahl, podemos perceber intimamente a feitura de um programa político visual e seu movimento de construção e reconstrução da memória coletiva nesse momento privilegiado que é uma Olimpíada” (p. 81).

Mais do que a coincidência dos nomes, os objetivos do filme e os da coluna esportiva do jornal ginasiano pareciam ser os mesmos: a exaltação dos ideários esportivos e dos valores neles inculcados. No periódico do GP, essa busca de exaltação não só das práticas esportivas mas também da prática de exercícios físicos em geral e a presença de elementos clássicos gregos para a exaltação das qualidades físicas e morais de um povo podem ser percebidas neste texto intitulado *A educação física*, enviado pelo aluno Antônio Darclé Ribeiro e publicado na edição de n.º 26 do jornal, em novembro de 1943. Eis o conteúdo do artigo:

A educação física, racional, metódica, científica é o processo mais completo da eugenia, o elemento mais profícuo para assegurar o aperfeiçoamento da raça, corrigindo as deficiências somáticas prevenindo as más tendências atávicas, robustecendo e virilizando a mocidade, criando nela hábitos sãos, higiênicos, disciplinando-lhe a vontade e elevando-lhe o espírito, preparando assim as sadias gerações do futuro, capazes de assegurar pelos séculos em fora o prestígio do povo e a imortalidade da nação.

Platão já pensava que “o espírito, mesmo iluminado pelo conhecimento, deve habitar um corpo forte e sadio”.

Por isto, que o vigor do corpo adquirido pelo harmônico desenvolvimento das formas, com a prática de exercícios físicos metódicos, estimula o funcionamento orgânico, e, como consequência, facilita ao espírito maior vivacidade.

“Um Estado constituído de homens fortes de corpo e de espírito, está fadado a longa vida e boa compreensão entre os seus membros” – dizia ainda o filósofo.

“Para endurecer a alma é preciso antes endurecer os músculos”, disse Montaigne.

A educação física abrange a prática de todos os exercícios que tornam o homem mais corajoso, mais intrépido, mais inteligente, mais sensível, mais forte, mais habilidoso, mais adestrado, mais veloz, mais flexível e mais ágil; não resta dúvida que ela será a colaboradora indispensável e valiosíssima para a preparação moral e social da sociedade. A força física de um povo é um dos elementos primordiais da vitória (p. 2).

⁶¹ As imagens clássicas que são utilizadas no filme são, entre outras, os Pilares do Parthenon, o Discóbolo de Mirón, o Estádio de Delfos, a Pira e a Tocha Olímpica. Esses registros foram realizados na Grécia quando a autora montava o prólogo do filme. “Devemos lembrar que a ‘Grécia Antiga’ é uma ficção em imagens e palavras. De há muitos séculos, as ruínas e obras de arte gregas são imagens poderosas sobre as quais se projetam os desejos políticos de diferentes poderes do mundo ocidental e as representações e explicações de artistas e intelectuais. As Grécias certamente nunca se pareceram com essa Grécia Antiga, muito menos a do século XX” (ALMEIDA, op. cit., p. 81).

Esta fala representa a tônica que começara a ser empregada, já alguns anos antes, na discussão da importância da educação (física) e da formação da nação brasileira: eugenia, higiene, educação moral e cívica, ciência aplicada ao desenvolvimento racional do homem, fortalecimento corporal como requisito do refinamento espiritual. Na realidade, os elementos presentes na fala do estudante ginasiano parecem não revelar *nada* de inédito. Afirmando isso, pois, como nos indica SOARES (2001a), os primórdios desse pensamento científico, aplicado à educação, remetem aos anos iniciais do séc. XIX, em solo europeu. A fonte acima apresentada (texto do aluno do GP), distante temporalmente mais de um século do início desta discussão, indica algumas permanências deste pensamento, o que, em parte, pode indicar que nem todas as *inovações* educacionais que buscavam sustentar os discursos relacionados à educação (física) no Brasil, no período anterior ao Estado Novo e mesmo durante este regime ditatorial, foram *inventadas* ou *elaboradas* durante o período. Desta forma podemos entender esse processo de valorização da educação física como uma apropriação de discursos considerados *modernos*, porém, na realidade, já circulantes há mais de um século entre alguns educadores europeus.

É de se notar o valor atribuído pelo aluno à prática dos exercícios constantes na educação física: eles tornariam o homem mais corajoso, intrépido, inteligente, sensível, forte, adestrado, etc., enfim, *completo* fisicamente para posteriormente ser desenvolvido nos seus aspectos morais e intelectuais. A educação física seria um elemento fundamental para essa preparação física e moral da nação. O signatário inclusive utiliza algumas palavras de Platão para realmente firmar a importância do trabalho com o corpo, arcabouço do espírito.

Como veículo privilegiado dos estudantes do GP (CEP), o jornal trazia diversas reportagens que procuravam a exaltação de algumas realizações e de eventos relacionados à educação física. Dentre estes eventos e atividades, o esporte seria cada vez mais um motivo de destaque e diferenciação do CEP em relação aos outros estabelecimentos de ensino. Numa matéria publicada no Jornal O

Dia⁶², em 03/10/1943, o desempenho esportivo do Colégio era ressaltado da seguinte forma:

Participando sempre das competições esportivas da cidade, o Colégio Estadual do Paraná já conta com significativas vitórias nesse setor.

Assim, por exemplo, é o “Tricampeão das Olimpíadas Colegiais” que todos os anos se efetiva entre os diversos ginásios da Capital.

Provas que comportam competições de basquete, voleibol, corridas, natação, etc. As Olimpíadas constituem uma iniciativa do Colégio Estadual do Paraná, sob o patrocínio da Federação Desportiva do Paraná. Ainda em caráter oficial e sob a orientação da Federação Desportiva do Paraná, o Colégio Estadual do Paraná tem vencido magníficos campeonatos desportivos tais como a “Corrida de Revezamento” entre os colégios, no corrente ano.

Em 1942 foi o campeão de basquete no “Torneio Relâmpago” promovido entre os clubes da cidade.

Mais de 50 taças ornamentam as estantes do Colégio, e foram conquistadas em árduas pejejas atléticas, falando do desenvolvimento da cultura física naquela casa de ensino. (p. 5)

O *brilhanismo* dos resultados alcançados pelos alunos esportistas do CEP poderia estar sendo utilizado como estratégia para atrair os demais alunos para a prática da Educação Física. Os atletas do CEP obtinham certo reconhecimento nos certames realizados também fora dos muros da instituição, sendo que seus feitos eram ressaltados e serviam de exemplo para os demais alunos. Além das conquistas na competição entre as outras instituições de ensino secundário, em geral, particulares, os atletas alcançavam êxito em partidas de diversas modalidades esportivas contra equipes esportivas de clubes da capital, o que nos leva a concluir que esses atletas do CEP possuíam um nível de desenvolvimento esportivo equiparável aos atletas de clubes esportivos.

Neste artigo, podemos perceber também uma relação direta do CEP com a *Federação Desportiva do Paraná*⁶³. É muito provável que, a partir desse

⁶² Esta matéria, publicada originalmente no Jornal O Dia, de 03/10/1943, foi transcrita no Jornal dos Estudantes de outubro daquele ano. Nesta edição do periódico do educandário podemos encontrar a seguinte nota da redação: “Este número, confeccionado em honra a nosso querido educandário, conta, por especial deferência da imprensa citadina, com transcrições diversas, extratas dos matutinos ‘O DIA’ e ‘GAZETA DO POVO’, ensaiando impressões múltiplas em torno do Colégio, em seus fundamentos os mais veros e em suas propriedades mais concretas. Assim, fique expresso aqui, nosso preito de legítima gratidão, a essa dádiva generosa e significativa desses incansáveis obreiros da nacionalidade” (p. 6, grifos no original). Não me propus a investigar a relação destes periódicos curitibanos com o congênere estudantil, mesmo sabendo que não são poucas as ocasiões em que matérias publicadas em jornais de maior circulação são reproduzidas nas páginas do Jornal dos Estudantes.

⁶³ Na realidade, o nome desta instituição era *Federação Paranaense de Desportos*. Esta instituição tem origem em algumas entidades com nomes distintos. Em 1914, foi criada a primeira Liga

relacionamento, a Educação Física nesta instituição estaria sofrendo uma mudança de *paradigma*, no sentido de que, com os resultados de destaque alcançados com a prática esportiva, a visão da Educação Física na instituição poderia estar sendo alterada para uma perspectiva de *esportivização* das aulas. Esportivização essa que poderá ser percebida com maior ênfase, anos mais tarde, com a inauguração dos espaços próprios do CEP para a Educação Física e a compra de materiais esportivos, ambos majoritariamente de orientação esportiva.

Naquele momento da década de 1940, mais que um *celeiro* de preparação “acadêmica” da juventude paranaense para a continuidade da vida estudantil, o GP tornava a prática esportiva também relevante na formação desta mocidade. Nesta outra matéria – *Olimpíada Colegial* -, publicada na edição n.º 6 do Jornal dos Estudantes do GP, de 30/07/1940, o aluno Luiz Cardoso assim exalta a participação dos atletas:

Colegas! O nosso Ginásio foi o organizador da 1ª e 2ª Olimpíada Colegial, que é a prova máxima de atletismo, e de onde surgem atletas de todos os Ginásios do Estado. O Ginásio Paranaense, bicampeão olímpico, não poderá ser inferior aos outros concorrentes. Portanto, atletas ginásianos, treinai para levantar mais alto e mais uma vez o nome do Ginásio Paranaense, para a sua glória!
O nosso Ginásio fará realizar mais uma vez a olimpíada, isto é, a 3ª dirigida pelo Prof. Navarro com a ajuda de alunos e monitores.
Brasileiros! Praticai os esportes que é para o bem da Pátria! (p. 6).

Esses Jogos Olímpicos Colegiais tiveram sua primeira edição em 1938 e foram realizados até o ano de 1940. Até o presente momento não pude encontrar maiores evidências que possam dar conta de uma explicação histórica mais substancial destes eventos, se eles continuaram após 1940 e de que forma o fizeram. Porém, uma coisa é importante salientar: as conquistas dos alunos do GP nestes jogos eram motivo de exaltação e resultavam no estabelecimento de um

Paranaense de Foot-Ball para organizar o primeiro campeonato (de Foot Ball). Ela durou menos de um ano, pois os clubes da capital e litoral se reuniram para criar a Liga Sportiva Paranaense (LSP). Dois anos depois (1916), houve uma cisão e dirigentes do Coritiba e Paraná fundaram uma nova entidade - a Associação Paranaense de Sports Athléticos (APSA) - que passou a dividir o espaço com a LSP. No mesmo ano, graças à intervenção do poeta Olavo Bilac, as duas facções se uniram para fundar a Associação Sportiva Paranaense (ASP). Assim foi até 1926, quando a entidade teve seu nome alterado para Federação Paranaense de Desportos (FPD). Em 1937, houve uma nova cisão com a criação da Liga Curitibana de Futebol (para administrar o futebol da Capital) e Federação Paranaense de Futebol (para gerir os clubes de Curitiba e interior). Por sua vez, a Federação Paranaense de Desportos (FDP) organizava os campeonatos das categorias inferiores. (<http://www.futebolpr.com.br>).

status sportivo superior destes em relação aos seus *adversários* de outras instituições de ensino, atribuindo assim uma importância grande aos jogos para os estudantes de ensino secundário paranaense.

De acordo com os indícios apresentados pelas fontes, esses eventos olímpicos voltariam com mais força a partir de 1946. A *Olimpíada do Centenário* - alusiva aos 100 anos de fundação do CEP - foi proposta e organizada pelo CEP, de acordo com as determinações da Portaria n.º 924, de 28/06/1946, da Diretoria Geral de Educação. Portaria esta que visava “incentivar a prática da educação física e dos desportos dentre a mocidade estudantil dos Estabelecimentos de Ensino Secundário do Estado”.⁶⁴

Apesar desta relação estreita entre os esportes e a Educação Física, é importante lembrar que, naquele momento, estas atividades não ocupavam o mesmo espaço. Os treinamentos não eram realizados nos mesmos locais e horários das sessões de Educação Física, pois a atenção dos professores para com os atletas deveria ser diferente da despendida a uma turma com 40 alunos. Logo, é possível supor que as sessões não tinham relação direta com os treinamentos, embora uma coisa não possa ser totalmente desvincilhada da outra se pensarmos que os alunos atletas participavam das sessões cotidianas de Educação Física em suas respectivas turmas e que estes geralmente eram exaltados entre os colegas e eram solicitados para atuarem como monitores⁶⁵.

Retomando a matéria apresentada anteriormente, de autoria do aluno Luiz Cardoso, é possível perceber que, além de incentivar os alunos para a prática esportiva, o signatário, que também era um monitor da *disciplina* de Educação Física, chama os estudantes para o dever maior: “Brasileiros! Praticai os esportes que é para o bem da Pátria!”. Estas foram as palavras de ordem do monitor. O texto indica que um discurso ufanista adquiria força entre a mocidade do GP (CEP). Posso

⁶⁴ Nos anos seguintes, estas festividades tiveram continuidade, sendo que a participação de diversos estabelecimentos de ensino secundário (masculinos e femininos) não só da capital mas também de cidades do interior, como Cambará, Guarapuava, Jacarezinho, Paranaguá, Ponta Grossa, Prudentópolis e União da Vitória, fez com que esses eventos adquirissem grande representatividade na sociedade paranaense. A minha intenção em apresentar e localizar esses eventos esportivos refere-se à relação entre os esportes e as *aulas* de Educação Física. Não me proponho então aprofundar questões relativas à sistemática dessas competições estudantis ou o seu desenvolvimento no tempo, pois não se relacionam diretamente com meu objeto, a *disciplina* de Educação Física no CEP.

⁶⁵ Esta relação dos monitores será detalhada à frente, neste mesmo capítulo.

indicar isso de acordo com a quantidade de artigos que aparecem no jornal, quase todos sendo uníssonos com relação à necessidade de fortalecer a juventude brasileira⁶⁶. Qual seria então um dos maiores atrativos para essa tarefa? Os esportes!

Para exemplificar, posso citar um artigo do aluno Pedro Monclaro publicado no n.º 18 do jornal, de agosto de 1942, que remete, entre inúmeros outros sentimentos, ao nacionalismo, através do esporte. Eis o artigo intitulado *Influência do Esporte na Mocidade*:

Desejo nestas linhas demonstrar à mocidade contemporânea o valor e a significação da benéfica influência que o esporte nela produz. Infelizmente grande parte de nossa juventude dedica-se a outros misteres que não lhes traz quaisquer vantagens, antes, lhe são até nocivos. Tais exercícios, quando praticados com senso e equilíbrio, só podem nos ocasionar melhores conquistas, quer para o físico, quer para a moral.

Entre os benefícios físicos citamos, o desenvolvimento da força, da resistência, da agilidade, e da destreza; o equilíbrio das grandes funções orgânicas e da saúde em geral. Nas vantagens morais, desenvolve o espírito de iniciativa, o senso de responsabilidade, a idéia da justiça, a solidariedade, a cooperação, o bom humor, a coragem, a perseverança, o altruísmo, a confiança, etc.

O jogo prepara o organismo para produzir rendimento maior com menor dispêndio energético. Proporciona a quem pratica, força, velocidade, agilidade e resistência, qualidades tão necessárias em qualquer atividade humana.

Que a intenção do autor deste modesto artigo, se compreenda como um sincero apelo á mocidade na prática de tão salutar medida, sobretudo no momento grave que atravessa o nosso Brasil, cujos filhos devem ser fortes para torná-lo forte (p. 6).

O signatário atribui ao esporte o desenvolvimento da força e da moral as quais seriam elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma nação. Na continuidade deste texto, o autor cita, através da mitologia grega, uma série de passagens que visava demonstrar “como o povo helênico conseguiu diversos feitos *extraordinários*, através principalmente da moral esportiva”, pois, segundo o autor, eles “encaravam naquele tempo a questão esportiva no seu mais alto e expressivo grau”.

⁶⁶ Uma coluna intitulada “*Assim falou a mocidade...*” está presente desde o primeiro número do Jornal dos Estudantes. Nesta coluna, os alunos tinham a oportunidade de expressar suas opiniões sobre diversos assuntos, ou, em situações específicas, sobre um tema determinado, como foi o caso na edição sobre a 2ª Guerra Mundial. Para dar um exemplo dos discursos ufanistas encontrados nesse periódico, no exemplar especial de outubro de 1943, dos 6 artigos dessa coluna, 1 remete à visualização do porvir sem guerras, 1 faz menção à idéia de liberdade e 4 referem-se à exaltação do patriotismo e o papel de cada cidadão para o engrandecimento da pátria. Inclusive, um dos alunos aponta o seguinte caminho: “O trabalho moral, intelectual e material pelo engrandecimento pátrio”. Outro aluno, por sua vez, afirma: “Quem não é patriota, não é humano” (p. 6).

Outro elemento que podemos depreender do texto acima é a função *utilitária* que o jogo desempenhava: preparar o organismo para render mais com menor gasto de energia. Isto faz parte de uma idéia de investimento na produção, na industrialização, no rendimento máximo da formação de uma classe trabalhadora. Argumentando em favor da prática esportiva, o autor afirma: “sobretudo no momento grave que atravessa o nosso Brasil”. Podemos apresentar algumas hipóteses do que tratava esse momento. À época, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, esta chamada para a necessidade de fortalecimento físico e moral da população, requerida por Pedro Monclaro, poderia ser justificada por uma possível intervenção brasileira neste conflito. Mais uma vez vemos ressaltada a importância da educação (física) como necessária à segurança nacional. No caso da intervenção bélica, um povo forte deveria estar preparado para defender o país. Estes dois aspectos depreendidos do texto do aluno Pedro Monclaro têm relação direta com o estabelecido desde 1931, quando da publicação da Reforma Francisco Campos, e reforçado nas publicações dos seguintes anos: o preparo da população para contribuir com a economia e a defesa da nação.

Podemos encontrar também, com menor frequência, no entanto, alguns artigos que apontavam para algumas deficiências da prática esportiva e das *aulas* de Educação Física no CEP. Um bom exemplo que nos mostra que nem tudo estava caminhando como gostariam os entusiastas esportivos é o seguinte texto do n.º 38 do jornal, de setembro de 1948, com o título *As Olimpíadas Colegiais*:

Enquanto os instrutores de Educação Física dos outros colégios preparam assiduamente suas equipes para as Olimpíadas Colegiais, tendo como principal fator a colaboração irrestrita dos alunos, nós, do Colégio Estadual do Paraná, dormimos sobre os louros das vitórias conquistadas nas duas últimas Olimpíadas. Porém, a culpa desta falta não cabe absolutamente aos instrutores do nosso Colégio, pois estes lutam contra dois grandes fatores adversos: a falta de material desportivo e a falta de colaboração dos alunos.

Mas muitos perguntarão: como falta de material, num colégio administrado pelo governo? A resposta é muito simples. Os encarregados do departamento de Educação Física da Diretoria de Educação negam-se a fornecer mais material ao nosso Colégio, sob a alegação de que já o forneceram suficientemente para as aulas deste ano.

Isto não é verdade, pois perto de um mil alunos praticam todos os esportes, todas as semanas, e duas ou três bolas de cada espécie não podem durar nem três meses, com tal uso. Ainda como se não bastassem os aborrecimentos dessa espécie, há indiferença por parte dos alunos que, por mais que os professores peçam o comparecimento aos treinos, não atendem. Colegas, precisamos nos preparar, pois os colégios particulares há muitos meses vêm-se aprontando com muito ardor e com vontade de não deixar que o nosso Colégio seja este ano, mais uma vez, vencedor

das Olimpíadas. Atendamos aos apelos do prof. Saporski, indo treinar todas as tardes no Estádio Durival de Brito para que, em outubro, quando se realizarem as Olimpíadas, mostraremos então o valor do atleta do Colégio Estadual e sairemos das provas com o título de CAMPEÕES OLÍMPICOS DE 1948 (p. 5).

O artigo acima, assinado pelo aluno Mário Alberto Cordeiro, é categórico quando reclama da falta de materiais e da indiferença dos colegas, que não comparecem aos treinos. Cabe ressaltar que a prática esportiva, aconselhada para os alunos do Colegial, era um dos atrativos das sessões de Educação Física para este nível de ensino. Os alunos menores não eram aconselhados a participar destes treinos por motivos de desenvolvimento biológico. No próximo capítulo dedico-me mais especificamente aos programas e conteúdos da Educação Física.

A principal preocupação do autor, todavia, é com mais um título nas olimpíadas. Este texto é de 1948, portanto, escrito num período pós-Segunda Guerra e pós-Estado Novo, e alguns problemas caros à Educação Física, presentes desde décadas atrás, ainda perduravam: a falta de materiais é um dos principais. Podemos concluir, então, que a realidade do CEP, embora sendo uma instituição modelar de ensino - a *menina-dos-olhos* do estado paranaense -, era composta de diversos problemas e precariedades, assim como deveria estar acontecendo no restante das instituições públicas de ensino.

Posso arriscar dizer que, a partir de 1951, quando da inauguração do prédio novo, as condições para o desenvolvimento da Educação Física estariam mudando. A partir do momento que instalações de consideráveis proporções estavam destinadas à Educação Física e professores específicos para a *disciplina* estavam sendo formados pela EEFDP, um movimento de *valorização* estaria começando. Entretanto isso não representa que os *problemas* relacionados estariam encerrados, pois, como aponta André CHERVEL (1990, p. 195), “nada permite afirmar que um súbito melhoramento dos locais, do mobiliário e do material teria modificado substancialmente e duravelmente as normas e as práticas de ensino”. As questões cotidianas para o desenvolvimento das aulas não mudariam com a simples disponibilização de espaços, instalações, profissionais e materiais. Os problemas encontrados com a prática diária e com a revelia dos alunos, com a falta de *valorização*, enfim, são aspectos que não desapareceriam de uma hora para outra. Mas a história da Educação Física após a inauguração do novo prédio é uma outra

história que está para ser contada, pois ela é parte integrante para o entendimento histórico da Educação Física no ensino secundário paranaense.

Um outro aspecto da valorização que me proponho a analisar refere-se aos responsáveis pela Educação Física: os professores. Na história de uma disciplina escolar, a presença dos profissionais responsáveis pela disciplina é elemento fundamental para entendermos o seu funcionamento e também percebermos a importância atribuída à disciplina.

1.3. OS PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELA DISCIPLINA

Na continuidade deste capítulo apresento algumas particularidades relativas aos responsáveis por conduzir as *aulas* de Educação Física no Ginásio Paranaense (Colégio Estadual do Paraná). Para tal, divido esses *profissionais* em 3 grupos: os pioneiros, os professores de Educação Física e os professores do Internato.

Chamo de pioneiros aqueles que, sem formação em Educação Física, assumiram as aulas, vindos de outras cidades ou até mesmo sendo alunos e ex-alunos do Ginásio Paranaense, auxiliando na função de monitor. Incluo também nesta categoria de *pioneiros* os primeiros professores formados em escolas superiores de Educação Física que ingressaram no GP (CEP).

Na seqüência observo os professores vindos de uma formação (*acadêmica*) e especialistas em Educação Física. A chegada destes professores pode refletir vários indícios de *valorização* da *disciplina*: a formação de professores especializados, o reconhecimento destes profissionais pelos alunos, diretores e pela sociedade e a sua conseqüente inserção nas diversas instituições de ensino.

Por fim, busco analisar a constituição da Educação Física no Internato, indicando algumas diferenciações referentes à *disciplina*. Os professores do Internato serão apresentados como contraponto, pois é possível perceber que em sua maioria eram originários das forças armadas, situação que não era repetida no Externato. Este fato vai ao encontro do que parte da historiografia em Educação Física demonstra: as origens dos *professores* de Educação Física estavam na caserna.

1.3.1. Os *pioneiros* da Educação Física no Ginásio Paranaense

Como apresentado anteriormente, o Professor Luiz Bastos era o único responsável pela *disciplina* de Ginástica até os anos iniciais de 1930. Foi possível localizar apenas um indício que aponta para a contratação de uma auxiliar: é o caso de Wanda Mikoszesvisk, contratada, em 10 de fevereiro de 1930, como auxiliar de Gymnastica do GP, com vencimentos anuais de 300\$000. Mas o decreto n.º 136, de 17/10 do mesmo ano, nos traz a informação de que ela foi exonerada do cargo por medida de economia.⁶⁷ É conveniente lembrar que, desde a publicação do Código do Ensino do Estado do Paraná de 1915, previa-se o pagamento de 2:400\$000 anuais aos *professores* de Ginástica do GP e da Escola Normal. Desta forma posso sugerir a seguinte indagação: a *disciplina* de Ginástica era mesmo valorizada? Observe-se que uma auxiliar foi dispensada para conter despesas, sendo que seus vencimentos equivaliam a 1/8 do destinado ao professor.

Porém, a explicação para este fato pode não estar relacionada a esta questão da *importância* ou não da *disciplina*. Em primeiro lugar, para minimizar o problema de quantidade excessiva de alunos na mesma turma, criavam-se turmas suplementares, o que facilitava o trabalho dos professores, mas aumentava a quantidade de aulas a lecionar. Para o ano de 1930, as turmas suplementares foram relatadas em ofício do Diretor Algacyr Munhoz Máder ao Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública⁶⁸, e a *disciplina* de Ginástica não aparece na relação⁶⁹. Podemos supor que, com a aparente ausência de turmas suplementares de Ginástica, não teria muito sentido a presença da auxiliar, ficando caracterizado seu cargo como de pouca utilidade.

Outra hipótese, que complementa a primeira, é que a auxiliar teria sido contratada para dar *aulas* de Ginástica para as alunas do curso complementar do

⁶⁷ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Registro de decretos de vida funcional de professores atuais*. (1928 – 1960), p. 3.

⁶⁸ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia de Ofícios – Diretoria*, 1930, of. n.º 284.

⁶⁹ As disciplinas relatadas, tendo turmas suplementares são as seguintes: Português, Francês, Inglês, Latim, Matemática, Álgebra, Geometria, Chorografia, História Universal, História do Brasil, História Natural, Física, Química, Filosofia, Cosmografia e Desenho.

GP⁷⁰. É possível que não tenham sido formadas turmas com número suficiente de alunas para a execução dos trabalhos, logo, a dispensa da auxiliar. Cabe lembrar que essa era uma constante do período estudado: as *aulas* de Educação Física dos meninos e das meninas eram desenvolvidas separadamente.⁷¹

Apesar do fato de a dispensa da auxiliar poder não estar diretamente relacionada com a importância ou não da *disciplina* e sim com questões organizacionais da instituição, outros indícios nos levam a imaginar que o cargo de professor de Ginástica (depois Educação Física) não era muito valorizado, na década de 1930, em comparação com os docentes das outras disciplinas do GP. Um exemplo disso é o fato de os valores dos vencimentos dos professores de Educação Física estarem sempre abaixo dos valores pagos aos professores das demais disciplinas, como Português, Matemática, Inglês, Francês, História, Ciências, etc. Para demonstrar no que minha afirmação se baseia, localizo as relações dos vencimentos dos docentes referentes aos anos de 1933, 1935, 1937 e 1938, apresentando-as no quadro comparativo a seguir:

QUADRO 1 - VENCIMENTOS ANUAIS DOS PROFESSORES DO GINÁSIO PARANAENSE NOS ANOS DE 1933, 1935, 1937 E 1938

Cargo	Vencimentos	Vencimentos	Vencimentos	Vencimentos
	1933	1935	1937	1938
Professor Catedrático	6:000\$000	6:000\$000	7:800\$000	7:800\$000
Professor de Desenho	4:800\$000	4:800\$000	7:800\$000	7:800\$000
Professor de Educação Física	4:200\$000	4:200\$000	5:450\$000	5:460\$000
Professor de Música	-	4:200\$000	5:450\$000	5:460\$000

FONTE: Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia de Ofícios*, 1933; *Cópia de Ofícios*, 1935, *Cópia de Ofícios*, 1937; *Cópia de Ofícios*, 1938.

NOTA: Nas fontes são exatamente essas as denominações dos cargos: os Professores Catedráticos separados dos outros, no caso, Desenho, Educação Física e Música.

⁷⁰ O *público* do GP à época era majoritariamente masculino, sendo que apenas no curso complementar é que a presença feminina pode ser percebida. No curso fundamental, observa-se somente a presença de meninos matriculados e freqüentando as aulas.

⁷¹ Segundo a legislação, não havia distinção entre as aulas de meninos e meninas. Aliás, essa distinção somente foi possível perceber nas Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de Ensino Secundário, de 1947, a qual previa alguns conteúdos específicos para meninos e meninas.

Podemos perceber a diferença entre os valores recebidos pelos professores Catedráticos e os demais professores. O professor de Desenho, que até 1935 recebia quase a mesma quantia destinada ao professor de Educação Física, passaria para o rol dos professores Catedráticos em 1937, enquanto que o professor de Educação Física, assim como o de Música, continuaria recebendo uma menor importância financeira.

Essa diferença também estava presente nos valores pagos a cada professor pelo trabalho desenvolvido com as turmas suplementares. Para as disciplinas dos professores Catedráticos (Matemática, Português, História, Latim, Física, Química, etc.), o valor para as turmas de 1ª e 2ª séries, em 1934, era de 150\$000 por turma, enquanto que o valor pago para a disciplina de Desenho era de 90\$000, para a Educação Física, 70\$000, e, para a Música, 50\$000 por turma⁷². Nas séries restantes (3ª, 4ª e 5ª), as *disciplinas* de Educação Física e Música não possuíam turmas suplementares⁷³. Esta diferença salarial apontada pode ser originária de diversos aspectos: pouca importância atribuída à *disciplina*; falta de formação acadêmica dos professores; espaço destinado à *disciplina* no currículo do ensino secundário, etc⁷⁴.

Com a morte do professor Luiz Bastos, em 1933, a diretoria do GP contratou o professor José Heredia Navarro para assumir o cargo de professor de Educação Física. Este professor, sem formação em Educação Física, assumiu definitivamente as turmas em 1934. Vindo do Rio de Janeiro, José Navarro foi o único professor desta *disciplina* até meados de 1939. Segundo as fontes orais⁷⁵, este *professor* cursou a faculdade de Medicina, embora não tenha concluído o curso. Apontado como grande entusiasta da Educação Física, José Navarro, em entrevista para o Jornal dos Estudantes do CEP, em 1954, assim definiu o motivo do seu interesse pela Educação Física:

⁷² Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia de Ofícios* – Diretoria, 1934, of. n.º 629.

⁷³ No caso da Educação Física, como veremos no próximo capítulo, as *aulas* não eram sequer ofertadas para essas séries até o ano de 1938.

⁷⁴ Somente uma história destas outras disciplinas poderá nos apresentar os motivos desta valorização da cadeira de Desenho, assim como os motivos do mesmo valor (status) destinado à Educação Física e à Música.

⁷⁵ Utilizo aqui os depoimentos orais que venho analisando ao longo do trabalho como referência da vida profissional desses professores, José Navarro e Custódio Neto. Na verdade, não foi possível localizar outras informações à respeito de suas vidas, o que não me deixou outra alternativa a não ser a utilização de fontes orais para apresentar uma interpretação da história desses professores no GP (CEP), o que sugere um tratamento mais acurado destas fontes.

Na mocidade recebi benefícios da Ginástica e por isso resolvi transmitir esses benefícios à juventude. (...) A natureza não presenteia a todos com a mesma capacidade física, mas por meio da Ginástica e dos esportes pode-se transformar muitos fracos em fortes e sadios (1954, p. 10).

Podemos perceber que o discurso de fortalecimento dos corpos frágeis, tão caro à Educação Física, se fazia presente nas intenções do professor na profissão. Na verdade, este discurso foi originado, como vimos, exatamente nos meios médicos, pois a Educação Física foi *buscar* o respaldo científico para seus discursos na Medicina.

Outro professor que pode ser considerado como um dos *pioneiros* da Educação Física no GP é Custódio Neto. No ano de 1940, ele foi contratado para auxiliar nos trabalhos relativos à Educação Física. A entrada do professor Custódio no GP se deu para que ele trabalhasse com os alunos do curso fundamental e, principalmente, com os alunos do curso complementar, já que esse nível de ensino estava sem professores para as aulas⁷⁶.

Este professor, na verdade, teve uma participação muito efetiva no GP (CEP). Hércio Buck Silva, lembrando seus tempos de atleta de salto com vara no CEP, menciona que, além da orientação do professor Hamilton Saporski Dal'lin,

o professor Custódio (...) também me orientava. O Colégio Estadual que além de ter pódio, cordas e canos para subir, foi instalado também barras fixas e barras paralelas. E o professor Custódio, que era originário do Corpo de Bombeiros, tinha conhecimento na barra e na paralela. Então também me dava uma boa orientação, porque o saltador de vara precisa de uma formação específica de acrobacia (Hércio Buck Silva, 2004, p.7).

Custódio Neto possuía a experiência de trabalhar com os exercícios ginásticos na sua corporação de origem, o Corpo de Bombeiros, qualidade essa que lhe assegurou o ingresso no GP. Podemos perceber também que o professor auxiliava no treinamento dos alunos-atletas do GP. Aliás, os nomes de Custódio Neto e de José Navarro estavam sempre relacionados às Olimpíadas Colegiais, realizadas desde 1938, sendo o GP a instituição responsável pela sua organização. Mesmo não tendo formação específica em Educação Física, ambos estavam

⁷⁶ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Registro de professores dos Cursos Complementares, na Diretoria Nacional de Educação*. 1932-1950. p. 1-6.

envolvidos nestes eventos, o que contribuía para o acúmulo de experiências destes professores para o posterior trabalho específico com a Educação Física.

Outro personagem da Educação Física no GP (CEP) é o professor Mário Bassói⁷⁷. Sendo o primeiro professor a possuir formação em Educação Física, ingresso no GP em 1942, o depoimento oral deste professor nos fornece alguns elementos que vão de encontro à questão da valorização apresentada anteriormente. Ao ser perguntado sobre a valorização da Educação Física, o professor Bassói disse:

Da minha parte, no [Colégio] Estadual e no Centro Federal, era tudo muito normal, muito correto. Ainda mais que eu era o primeiro diplomado que veio para cá, então... O relacionamento era perfeito, muito bom. De professor para professor, se fosse de Inglês, de História o que fosse, Medicina, Educação Física, tinha o mesmo valor. Não havia diferença. Foi excelente. Eles até talvez tenham aprendido alguma coisa comigo...(risos) (Mário Bassói, 2003, p. 5)

O fato de possuir um diploma poderia atribuir este status ao professor? Mário Bassói formou-se no curso de Educação Física na Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, à época, reconhecido centro de formação de professores. O seu ingresso no CEP deu-se através de um convite da instituição, já que ele estava trabalhando como técnico de futebol no Coritiba Foot Ball Club desde sua formatura. O professor aceitou o convite, pois, segundo ele, trabalhar com futebol naquela época não dava dinheiro. Ele preferiu lecionar em diversas instituições de ensino da capital paranaense a continuar trabalhando somente com o esporte. (ibid., p. 1).

Um outro professor também faz parte dessa história da Educação Física no CEP: Hamilton Saporski Dal'lin. Ingresso no CEP em 1944, também possuía formação em Educação Física, pela Escola de Educação Física do Exército, no Rio de Janeiro. Este professor, tendo conquistado diversas *glórias* como atleta, logo que integrou o quadro de docentes do CEP, já em 1944, tornou-se responsável por algumas turmas do ensino colegial, juntamente com os professores Mário Bassói e Custódio Neto.

O professor Saporski obteve grande reconhecimento no meio da Educação Física, pois, como professor do CEP e da Escola de Educação Física e Desportos

⁷⁷ O professor Mário Bassói lecionou no curso complementar do CEP de 1942 até meados de 1948. Neste tempo ele também foi Inspetor Federal de Educação Física no Paraná e em Santa Catarina.

do Paraná, destacou-se grandemente, sendo uma das referências no estado. Como professor da EEFD, lecionou diversas cadeiras de esportes coletivos, individuais, aquáticos.

É bem provável que a vinda de mais um professor de Educação Física para o quadro dos professores do CEP indicasse um processo de *valorização e reconhecimento* dos trabalhos referentes à Educação Física. Porém, diversos contratempos ainda prejudicavam o desenvolvimento da Educação Física no CEP. Se a questão de professores especialistas estava sendo solucionada aos poucos, com a chegada desses professores, questões relativas aos espaços físicos para as *aulas*, os materiais disponíveis, o interesse dos alunos, etc, passaram a entrar na ordem do dia para serem resolvidos o mais brevemente.

Apesar de o professor Bassói ter indicado que não havia uma situação de *desvalorização*, afirmando que as condições de trabalho dele com os outros professores era *normal*, que o respeito e reconhecimento faziam parte dessas relações, os seguintes depoimentos orais nos apresentam um quadro diferente do exposto pelo professor. Aliás, estes depoimentos vão além: nos fornecem elementos que nos permitem perceber que esta situação de *desvalorização* apontada até agora possa ser em parte confirmada. Quando perguntado sobre a valorização dos professores de Educação Física, assim respondeu Ernani Straube⁷⁸:

Não, não eram valorizados. Tanto não eram valorizados que os professores de Educação Física eram chamados de Mestres. Enquanto que o professor de cadeira era chamado de Professor Catedrático, e o outro era Mestre. Então não eram valorizados. Na realidade não eram. Era um grupo à parte. Pouco valorizado. Não sei se a formação deles (...), diga-se de passagem, (...) porque terminado o curso colegial ele podia lecionar Educação Física. Fazia lá não sei se um exame de suficiência e ia lecionar Educação Física. Então eles não se equiparavam ao grupo grande do Ginásio e do CEP. Não se equiparavam. Eles eram inferiorizados (Ernani Straube, 2003, p. 7).

As formas como eram denominados os *mestres* também podem acusar a pouca valorização. Nos relatórios da Instrução Pública, podemos perceber alguns indícios dessa *(des)valorização* creditada à Educação Física. Enquanto os *Lentes Catedráticos* recebiam *louros* pela sua condição de *mensageiros da sabedoria* e

⁷⁸ Vale lembrar que Ernani Straube teve *aulas* de Educação Física com os professores José Navarro e Custódio Neto no curso fundamental, o que pode indicar o quadro de *não valorização* indicada pelo depoente.

*portadores das luzes do conhecimento, os instrutores e/ou professores de Ginástica apenas realizavam o seu trabalho na mais perfeita ordem e normalidade*⁷⁹.

A questão da formação em Educação Física - fator que, segundo o professor Mário Bassói, não influenciava na sua relação com os demais professores, ao contrário, lhe conferia um grau de igualdade e *normalidade* - é entendida de outra maneira pelo professor Hécio Buck Silva. Quando questionado sobre o assunto da valorização da Educação Física, assim respondeu o professor Hécio:

Como a formação dos professores de Educação Física não era de nível universitário, eles vinham geralmente das Forças Armadas, alguns sargentos, outros oficiais, eles não tinham o nível dos professores chamados Catedráticos, que eram professores (...) de grande tradição na cidade. Então, se decidia sobre o currículo, sobre a disciplina, sobre a estruturação do ano letivo nas chamadas Congregações. Congregação era a reunião de todos os professores titulares e só eles tinham voto nessa Congregação. E os professores de Educação Física não eram nem convocados e não tinham assento na Congregação... eles não opinavam. (Hécio Buck Silva, 2004, p. 8).

Outro ponto que vai ao encontro dessa suposta pouca valorização era o fato de os professores de Educação Física não terem assento na Congregação do GP (CEP). Momento específico para a definição da seqüência do ano letivo, as reuniões da Congregação aconteciam freqüentemente nos meses iniciais e eventualmente durante o semestre letivo. Tendo como parâmetros de organização os conteúdos propostos pela legislação (para o CPIL e, em consequência, para os outros estabelecimentos equiparados), as reuniões da Congregação serviam para adequar as especificações da instituição modelar à realidade da paranaense. Com isso, uma questão fica em aberto: se os professores de Educação Física não tinham acesso a essas reuniões, quem decidia sobre os rumos da Educação Física no GP (CEP)? Os elementos apresentados nestas fontes só reforçam a idéia da pouca *valorização* da Educação Física.

Algumas precariedades marcaram o início dos trabalhos destes professores, assim como muito provavelmente já haviam interferido nos trabalhos de Luiz Bastos. A reorganização dos trabalhos da Educação Física, principalmente ocasionada pelos investimentos governamentais, através das reformas e dos decretos que buscavam organizar e padronizar a Educação Física nos estabelecimentos de ensino

⁷⁹ Esse discurso era típico nos relatórios da Instrução Pública encontrados no Arquivo Geral do CEP. Em diversos deles, as palavras proferidas são as mesmas que destaquei acima.

secundário, especialmente nos finais da década de 1930, estaria promovendo uma outra caracterização para a Educação Física. Com esta reorganização e com a oferta das *aulas* de Educação Física para todas as turmas do GP, os trabalhos dos professores José Navarro e Custódio Neto estariam aumentados consideravelmente. Para auxiliar no andamento das aulas, uma estratégia fora utilizada: a criação de um curso de monitores.

1.3.2. Uma solução encontrada no Externato: Os *monitores* de Educação Física!

Antes da chegada ao GP dos professores formados em Educação Física, uma solução criada pelo professor José Heredia Navarro para auxiliar nas aulas e nos eventos esportivos foi a criação de cursos de monitores. Estes eram os próprios estudantes da instituição, portadores de algum destaque (normalmente físico), fato este que lhes atribuía o direito de serem selecionados pelo professor para auxiliar nas *aulas*. Procuro apresentar agora de que forma eram selecionados os monitores, quais eram suas responsabilidades e demais peculiaridades dessa função.

Neste relatório de 29/12/1939, encaminhado à Divisão de Educação Física, as seguintes informações são importantes:

O estabelecimento [Ginásio Paranaense] mantém um Curso para Monitores – Alunos – de Educação Física, a cargo do professor desta disciplina. Este ano, inscreveram-se neste Curso 5 alunos, que, na segunda parte do ano letivo, já funcionavam como auxiliares, sob as vistas imediatas do professor, presente a todas as lições. Estes jovens prestaram valiosos serviços, notadamente por ocasião da 2ª Olimpíada Colegial do Paraná, realizada em Outubro por este estabelecimento, com o concurso de 7 ginásios do estado, e que constou de competições de Voleibol, Atletismo, Natação e Bola ao Cesto.⁸⁰

Este texto indica que a função de um monitor era auxiliar o professor tanto na *aula* quanto em outros momentos específicos da Educação Física, como as olimpíadas colegiais e alguns eventos comemorativos. De acordo com os

⁸⁰ Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Correspondência* – Inspeção Federal. Anos Letivos de 1934 – 1941. Grifos no original.

depoimentos orais, as atribuições dos monitores nas *aulas* consistiam em realizar a chamada, auxiliar nos exames médico-biométricos, cuidar de alguns grupos de alunos enquanto o(a) professor(a) destinava a atenção a outro grupo e também servir como um exemplo de comportamento, ordem e disciplina.

Embora detentores de certa respeitabilidade por parte dos alunos, as atribuições e responsabilidades desses monitores no que se refere ao conteúdo das *aulas* muito provavelmente não extrapolavam as questões relativas ao acompanhamento das execuções das atividades. A responsabilidade maior sobre os conteúdos a serem desenvolvidos, sobre os exercícios a serem trabalhados, etc., ficava a cargo do professor, enquanto que o monitor era preparado para cumprir as determinações deste. É neste sentido que Ernani Straube nos diz que:

o professor de Educação Física designava um deles, que naturalmente se dedicava mais à Educação Física, já mostrava sua propensão para a área de Educação Física e do esporte. Ele designava um deles para ser o monitor, para acompanhar os exercícios. Então dividia a turma em uma, duas ou três partes e cada um ficava como se fosse com uma sessão. Mas ele não tinha nenhuma ingerência nem nada. Era só para ele fazer o exercício e nós íamos repetindo. O professor fazia o exercício, ele fazia como monitor e nós todos ficávamos também repetindo. (Ernani Straube, 2003, p. 6-7).

Apesar de o professor Ernani indicar que a função do monitor era apenas auxiliar na execução das *aulas*, acredito que essa posição de destacamento dos monitores servia para que eles fossem seguidos como um exemplo físico e moral, pois a posição privilegiada, à frente da turma, poderia acarretar uma grande responsabilidade⁸¹.

Para Hécio Buck Silva, o qual foi um monitor do professor Custódio Neto, o status gerado pela condição de monitor era motivo de destaque entre os alunos. Inclusive, no caso deste professor, esta *iniciação* no meio da educação física como monitor o motivou para a seqüência de sua vida acadêmica, optando ele por seguir na área da Educação Física.

⁸¹ Esta maneira de dividir as turmas e designar que os melhores alunos, os mais destacados, auxiliem o professor muito se assemelha aos monitores do Método Lancaster, ou do "ensino mútuo", no qual um aluno treinado (decurião) ensinava um grupo de dez alunos (decúria) sob a vigilância de um inspetor. Podemos pensar, então, que a instituição da função de monitor para o auxílio das *aulas* de Educação Física fazia parte de uma tradição no ensino, e esta estratégia teria sido apropriada pelos professores do GP.

Segundo o próprio professor Hécio, o monitor “recebia um escudo e era um auxiliar na educação e na disciplina dos alunos”. Diversos fatores foram ressaltados pelo professor, atribuindo à função de monitor um valor importante para a formação moral e patriótica dos alunos. Sendo um exemplo a ser seguido entre os colegas, os monitores tinham, de acordo com o professor Hécio, uma grande responsabilidade na formação daqueles jovens.

Como vimos, segundo o professor Ernani, o monitor era somente um auxiliar na *aula*, não possuindo nenhuma outra incumbência. Esta afirmação contrapõe-se à afirmação do professor Hécio. Cabe lembrar que este professor foi um monitor e seguiu atuando na *área*, enquanto que o professor Ernani mostrou-se avesso à Educação Física, não sendo um praticante muito entusiasmado no seu tempo de estudante. Esta diferença de opções, frente à Educação Física, pode ter gerado essas diferentes interpretações sobre as atribuições deste cargo de monitor. Além disto, podemos pensar que a incumbência de servir como exemplo para os colegas constituía uma atribuição explicitada apenas para os monitores. Poderia ser utilizada pelo professor esta estratégia como uma forma de garantir a atuação dos monitores.

Sobre o processo de escolha desses monitores, o professor Hécio nos diz que

o professor [de Educação Física] era um observador, não é? Em alguns dias de convivência com uma turma nova, já vê aqueles que têm uma certa liderança no grupo e alguma expressão. Ele escolhe aqueles alunos e lhes dá alguma incumbência. Faz reuniões específicas para os monitores, dá um treinamento específico com eles, diz o que quer e evidente que terá que ser por uma escolha do próprio professor (Hécio Buck Silva, 2004, p. 5).

Embora o conteúdo do relatório apresentado no início deste tópico sinalize para a realização de um curso de formação no qual os alunos se inscreviam para concorrer à função de monitor, é possível que os alunos, através de *observações* e *convites*, fossem selecionados para serem monitores, como observou o professor Hécio em seu depoimento oral.

A atuação dos monitores(as) nas *aulas* de Educação Física pode ser melhor visualizada através do depoimento oral a seguir. A professora Ivete Luz Buck Silva, falando sobre as monitoras que a auxiliavam, nos diz o seguinte:

Então a gente - durante a aula mesmo, não era aula separada, [era] junto com a turma – ensinava [um exercício específico] para a menininha [com algum tipo de impedimento físico] e punha uma monitora observando. E se ela tivesse alguma dificuldade, ela me chamava. [Então] a monitora ia cuidar da turma. Mas aquilo era uma coisa bem... não era assim muito... uma dedicação muito grande, porque o tempo era pouco. Depois da aula, se houvesse [tempo] no intervalo, eu ainda ficava com a menina para fazer bem direitinho [o exercício] para ela fazer em casa. [Os] alunos quando tinham problemas como o coração, eram dispensados. Mas ficava lá observando. (Ivete Luz Buck Silva, 2004, p. 10).

Este depoimento oral nos remete a alguns elementos já analisados, como o caso da dispensa das *aulas* por motivos físicos ou doenças e também do desenvolvimento de exercícios especiais para alunos(as) com impedimentos. Podemos depreender desta fonte que a atribuição de tarefas às monitoras acontecia de acordo com as necessidades imediatas das *aulas*. No caso de uma aluna *especial*, a professora passaria os exercícios apropriados e uma monitora ficaria responsável pela execução correta dos mesmos. Em caso de algum problema acontecer com a aluna especial, a professora passaria a supervisionar e orientar essa aluna, e a monitora passaria a cuidar do restante da turma.

Outra particularidade do depoimento oral acima refere-se ao fato de a professora Ivete dizer que a dedicação dada às alunas especiais não era como ela gostaria que fosse: o tempo e as demais condições para um trabalho mais detalhado não eram suficientes. Mesmo o fato de ter uma auxiliar durante a *aula* não conferia à professora condições ideais para o trabalho mais cuidadoso, atencioso e completo para a heterogeneidade da turma, já que as alunas portadoras de algum impedimento, diferentemente do que acontecia com os meninos, não eram separadas em grupos específicos.

Já o professor Mário Bassói, ao ser questionado sobre os monitores, nos apresenta as seguintes palavras, que podem nos levar a questionar alguns elementos dos depoimentos dos outros entrevistados. Segundo o professor:

Não [existia] monitores... Monitores de certo eles faziam [sic] porque não tinha professor de Educação Física e aí faziam monitores, mas depois que eu vim... eu era professor então (...) estava começando a completar o quadro de professores. Podiam fazer antes monitores... Talvez monitores foi o Custódio, foi o Saporski, foram outros que não eram formados ainda. Iniciaram lá com o Navarro, de certo, monitores adiante. Mas (...) não era do meu tempo (Mário Bassói, 2003, p. 5).

Cabe lembrar que o professor Bassói dava aulas especificamente para o curso complementar (colegial), motivo pelo qual os monitores formados para o curso fundamental (ginasial) não foram lembrados pelo professor, pois este curso poderia estar sendo realizado somente para monitoração do fundamental. Sendo assim, cabe indagar: para o nível de ensino pelo qual o professor Bassói era responsável não estavam sendo selecionados os monitores em virtude da *formação* do professor? Para o curso fundamental, como os professores Navarro e Custódio Neto não possuíam a *formação* específica em Educação Física, os monitores eram fundamentais para o bom andamento das *aulas*?

O argumento da *formação* do professor não pode explicar a ausência dos monitores nas aulas do professor Mário Bassói. Como indicado pela professora Ivete Buck Silva (ela era *formada* em Educação Física e dava aulas para o mesmo nível de ensino do professor Bassói), a presença de uma monitora em suas aulas ajudava consideravelmente o andamento da *disciplina*. O discurso assumido pelo professor Bassói - de que ele era formado em Educação Física e não tinha a necessidade de ser auxiliado por monitores - não pode ser confirmado pelas outras fontes (orais e escritas). Mesmo com o ingresso dos professores de Educação Física, muito provavelmente os monitores continuaram auxiliando nas *aulas* de Educação Física. Hécio Buck Silva, referindo-se ao tempo em que foi professor no CEP, nos indica o seguinte:

Eu tive monitores alunos que, hoje vejo destacados na comunidade paranaense [e] que foram meus melhores monitores (Hécio Buck Silva, 2004, p. 3).

Dessa situação podemos concluir então que a formação de monitores foi muito mais uma estratégia de auxílio aos professores *pioneiros* do que uma prática regulamentada e/ou sugerida pela legislação quando da presença de dificuldades de preencher o quadro docente das instituições e que esta prática talvez tenha perdurado concomitantemente com a presença dos professores de Educação Física *formados*.

Outro ponto que merece ser destacado em relação à atuação dos monitores é a participação destes no Jornal dos Estudantes, veiculando diversos textos de exaltação esportiva e convites para os eventos relativos à Educação Física. Muito possivelmente o motivo desta significativa participação seria o fato de os monitores,

entusiastas da Educação Física, estarem divulgando suas intenções em aumentar o número de participantes/praticantes da Educação Física, procurando dar visibilidade à posição de destaque assumida perante a instituição.

Cabe acrescentar que os alunos responsáveis pela coluna *Olímpia* do periódico dos estudantes eram, em sua grande maioria, monitores da Educação Física, fato este que pode ser percebido através das assinaturas desses alunos ao final das matérias/reportagens, veiculando sempre a turma a qual faziam parte e a sua função de monitor de Educação Física.

Não foi possível localizar no momento nenhum destes monitores que participavam freqüentemente das colunas do *Olímpia*, assim como também não foi possível localizar outras fontes que pudessem contribuir com o aprofundamento deste tópico⁸². Acredito que uma melhor explicação poderia ser construída sabendo de onde falavam estes personagens, quais suas inspirações e quais as relações destes com os professores de Educação Física e os demais professores. O depoimento do professor Hércio nos forneceu alguns elementos de destaque, mas são necessárias outras fontes para que seja possível dar uma explicação mais consistente sobre este aspecto da Educação Física no GP (CEP).

1.3.3. Os Professores de Educação Física da Escola de Educação Física e Desportos: o fim dos problemas docentes?

Com a consolidação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (EEFDP), diversos professores vindos desta escola assumiram os cargos de professores de Educação Física no CEP. Entendo que a formação desses especialistas sinaliza para o avançar de um processo de *valorização da disciplina*. O investimento na formação de professores especialistas, a disponibilização de recursos para o desenvolvimento de centros especializados, o reconhecimento pela sociedade dos serviços prestados por esses profissionais e a oferta de vagas no mercado de trabalho para os recém-formados são sinais de que a Educação Física

⁸² O único indício encontrado foi que o aluno e monitor Antônio Darclè Ribeiro cursou anos mais tarde Educação Física na EEFDP, o que pode sinalizar para o mesmo *caminho* percorrido pelo professor Hércio: a função de monitor estimulando a seqüência dos alunos neste ramo de ensino. Mas esta é apenas uma hipótese.

passaria a ser considerada como uma *disciplina* importante no currículo dos diversos níveis de ensino.

Para Ivor GOODSON (1990), este processo de formação de professores faz parte de uma *evolução* das disciplinas. No caso da Educação Física, antes da criação de escolas superiores de formação específica, diversos cursos, em sua maioria das forças armadas, foram reconhecidos como formadores de profissionais especializados para o desenvolvimento desta *disciplina*. Mesmo após a criação das escolas superiores de Educação Física, os diplomados pelas escolas das forças armadas tiveram seus diplomas reconhecidos e equiparados aos expedidos pelas escolas superiores de formação de professores, gozando, assim, dos mesmos *privilégios* dos professores formados nas escolas superiores. Paulatinamente, os professores formados pelas escolas superiores assumiriam as atividades referentes ao ensino da Educação Física, tanto nos níveis básicos de ensino (primário, secundário, etc.) quanto no nível universitário.

Esta situação foi originada pela particularidade de a Educação Física ter sido instituída para ser uma prática escolar obrigatória, sem atribuição de notas ou conceitos, com horários à parte, seguindo os regulamentos de um método militar de exercícios, etc. No decorrer dos anos, foram investidos recursos para a organização dos serviços relativos à Educação Física, desenvolveu-se a preocupação da intervenção médica através dos exames biométricos, foram realizados eventos (desfiles, jogos, etc), os quais exaltavam os ideais de disciplina desenvolvidos na Educação Física e exigiam a participação dos alunos e dos professores de Educação Física. Estes eventos procuravam, acima de tudo, dar visibilidade aos resultados obtidos com o desenvolvimento físico dos alunos. Este processo de valorização culminou com o início da formação de professores de Educação Física pelas escolas superiores de Educação Física.

Em um Boletim de Informações, de 1945, é possível encontrar algumas informações relevantes sobre o processo de inserção no CEP dos professores *formados*. Os professores de Educação Física aparecem relacionados, obedecendo às especificações deste boletim de informações sobre o CEP. No item “Diplomas que possuem”, podemos perceber algumas variações com relação à formação destes professores. Enquanto alguns, recém saídos da EEFDP, como Custódio

Neto⁸³, Ivete Luz, João M. Mondrone possuem o diploma de Educação Física, encontramos três professores com outros diplomas: Maria de Lourdes Lamas, com o título de normalista⁸⁴, Francisco Albizú, com formação em Pedagogia, e o professor José Heredia Navarro, não possuindo diploma algum. Todos esses professores faziam parte do quadro de professores de Educação Física, além de Mário Bassói, diplomado pela Escola Superior de Educação Física de São Paulo, e Hamilton Saporski Dal'lin, pela Escola de Educação Física do Exército.

Podemos perceber com isto uma renovação no quadro de professores de Educação Física do CEP, propiciada pela inserção dos alunos recém egressos da EEFD. Nos anos seguintes, diversos nomes aparecem no quadro funcional para a *disciplina* de Educação Física, como Diva Ruth Muller, Ivete Luz, Iliadalva Frederico, Judith Eunice Egg Passos, Thomaz Nicoletti, todos formados em 1944. Ainda contam nas relações de professores Ligia Pompeu Ribas, com o título de normalista especializada em Educação Física em 1944, e Hécio Buck Silva e Luiza Helena Carrano, ambos formados em 1947. É certo que alguns assumiram apenas algumas poucas aulas de turmas suplementares, sendo que os professores mais antigos, como José Navarro, Custódio Neto, Mário Bassói e Hamilton Saporski ficaram com a maior quantidade de aulas.

O motivo da configuração deste corpo de professores especializados seria, posso arriscar, pela eminente inauguração do novo prédio do CEP, contendo em seu interior um espaço considerável para a Educação Física. Logo, a contratação de professores especializados nessa *disciplina* reflete uma preocupação em oferecer totais condições de desenvolvimento para a Educação Física. Vale ressaltar que essas contratações se deram após 1945, portanto, após o Estado Novo. É certo que diversas medidas foram tomadas durante o Estado Novo, mas o término do regime ditatorial não significou o abandono das causas da Educação Física. Pelo contrário: os *germes* lançados pelas inúmeras intervenções legislativas e pelo incentivo à prática de Educação Física fizeram com que os próprios envolvidos com a Educação Física (no caso, professores, diretores de associações, técnicos esportivos, enfim,

⁸³ Este professor, depois de lecionar durante alguns anos no GP (CEP), realizou o curso de professor de Educação Física na EEFD.

⁸⁴ Esta professora, com formação inicial como Normalista, obteve o diploma de professora de Educação Física pela EEFD em 1944.

uma gama considerável de profissionais envolvidos no processo) continuassem essa *batalha* pela legitimação e por melhores condições de trabalho.

Uma resposta para a hipótese de que os problemas da *disciplina* teriam cessado com a *formação* de professores de Educação Física está para ser construída. Os resultados da atuação destes professores e a análise da continuidade da Educação Física no CEP são questões que se encontram fora do recorte temporal proposto neste trabalho.

Contudo, se a realidade das *aulas* de Educação Física no GP Externato parecia, em certos momentos estar desvalorizada, com falta de professores, espaços e materiais, apresento como contraponto a análise de alguns elementos da Educação Física no Internato.

1.4. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO INTERNATO

Neste tópico, procuro apresentar algumas particularidades encontradas no Ginásio Paranaense – Internato relativas ao desenvolvimento das *aulas* de Educação Física e dos *professores* responsáveis pela condução das mesmas. De início, é importante relatar que o Internato, criado em 1918, iniciou suas atividades em 1919, num prédio separado do Externato. Até 1933, a direção de ambas as sessões do GP era feita pelo diretor do Externato, havendo então um subdiretor para o Internato. Somente em 1933 foi criado o cargo de diretor do Internato⁸⁵. Feitas estas primeiras observações, passo agora a analisar mais detidamente alguns aspectos referentes à Educação Física no Internato.

É possível perceber algumas diferenças tanto no espaço destinado às atividades quanto na formação dos *professores* de Educação Física. Enquanto os professores do Externato eram advindos de diferentes setores da sociedade, nos anos iniciais de 1930, os professores do Internato eram exclusivamente militares. Através de dois documentos, dos anos iniciais de 1930, podemos perceber a nomeação de um elemento das forças armadas para cumprir a função de professor de Educação Física. No caso, em 1932, foi nomeado o Sargento Ajudante Mário

⁸⁵ Para maiores informações sobre o GP-Internato, ver Ernani STRAUBE, 1993.

Marques Ramos para reger as classes de Educação Física do Internato por já ter, segundo o documento, realizado essa função anteriormente com competência. No ano seguinte, o mesmo sargento novamente foi solicitado para conduzir as classes de Educação Física⁸⁶.

Esta relação entre militares e a Educação Física no Internato estava ainda mais fortalecida pelo fato de que, nas dependências daquela instituição, funcionava a Escola de Tiro n.º 146. Esta escola de tiro, obrigatória para os alunos maiores de 16 anos das duas instituições de ensino (Externato e Internato), tinha suas atividades realizadas no interior do Internato. Porém, a escola de tiro não possuía suas atividades relacionadas diretamente com as aulas de Educação Física, pois eram atividades distintas, com objetivos também díspares.

Partindo desses indícios, é possível concordar com parte da historiografia em Educação Física na qual é assente a afirmação de que

até o surgimento das primeiras escolas civis de Educação Física, coube geralmente aos oficiais [militares] o papel de instrutor de ginástica, para o qual eram designadas inúmeras competências. Era impetuoso seguir as orientações médicas e concretizar na prática o trabalho proposto pelo Regulamento n.º 7 (GOELLNER, 1992, p. 168-169)

Aparentemente esta afirmação está correta para a realidade do Internato. Todavia, como mostrei anteriormente, em relação ao Externato tal afirmação deve ser relativizada, pois a formação dos primeiros professores não era militar, assim como nem todos os professores subseqüentes possuíam uma relação tão direta com a caserna⁸⁷. Neste sentido, uma coisa é importante considerar: apesar da formação não ser militar, os ideários de fortalecimento da nação e preparação do povo contra a *ameaça do inimigo* estavam muito presentes devido à formação da época, fato este que pode ter influenciado nas escolhas dos indivíduos naquele momento histórico.

Apesar destas diferenças de *formação* dos professores, as aulas possivelmente seguiam a mesma estrutura, qual seja, a do Método Francês.

⁸⁶ Portaria n.º 50, de 20/10/1932 e Ofício de 06/01/1933, ambos In: Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Registro de portarias da Diretoria do Ginásio Paranaense*. (02/03/1928–20/11/1934).

⁸⁷ Exceção feita à Hamilton Saporiski Dal'lin, que se formou na Escola de Educação Física do Exército. Porém, ele não era militar de *carreira*, assim como não o eram todos os outros professores de Educação Física do período.

Contudo, não foi possível encontrar maiores detalhes do andamento das *aulas* de Educação Física cotidianas no Internato. Muito provavelmente a sistemática de execução das *aulas* era semelhante à executada no Externato, como veremos no próximo capítulo. Pode ser que a maneira de conduzi-las, com relação à *disciplina* ou à cobrança de desempenho e esforços, fosse diferente, mas os conteúdos deveriam ser os mesmos: exercícios ginásticos, jogos e esportes.

Em relação à prática destes últimos, a realidade do Internato muito se aproximava da situação apresentada anteriormente, quando a prática esportiva passou a ser um fator de *diferenciação* e *destaque* entre os alunos do Externato. Aliás, a prática esportiva também tinha seu espaço como atividade componente do Internato. Com frequência, nas olimpíadas colegiais, é possível encontrar *duelos* entre as duas sessões do GP nas mais diversas modalidades esportivas. No prospecto de divulgação das atividades do Internato encontramos o seguinte registro fotográfico:

FIGURA 1 – O 1º TEAM DA DIVISÃO DOS MAIORES



FONTE: Museu do Colégio Estadual do Paraná. Prospecto – Regulamento do Internato do Ginásio Paranaense de Curitiba, 1932.

NOTA: Esta foto compunha parte integrante de um material de divulgação do Internato que continha todo o regimento da instituição, além de diversas fotos (ao todo são 11 fotografias) que mostravam o interior da instituição, os professores, as instalações e algumas das atividades *extracurriculares*. Não é possível identificar o fotógrafo de nenhum destes registros.

Podemos perceber nesta imagem alguns detalhes que poderiam sugerir aos pais a matrícula dos seus filhos na instituição: na fileira de alunos que estão posicionados atrás, observamos perceber que a maioria deles está abraçada, num sinal de união do *team*. Esta união pode ser percebida também pelo fato de os jogadores que estão à frente, em especial o goleiro, estar deitado sobre as pernas do seu companheiro. Os outros dois jogadores posicionados à frente também parecem muito à vontade na foto, diferente da impressão que nos passam os alunos posicionados no fundo, os quais parecem ter sido orientados a permanecerem numa posição semelhante. O uniforme dá um toque de organização e de *higiene* ao retrato. Porém, como a camisa era de mangas longas, o clima do instante do registro parecia incomodar alguns alunos, pois estes *arregaçaram* as mangas, e um deles, inclusive, abaixou os meiões, saindo do *padrão*. Este registro tem como pano de fundo uma das traves, muito provavelmente instalada no próprio Internato, e também uma cerca e algumas árvores, indicando que a prática deste esporte seria em local seguro, em meio a natureza, num local agradável e propício para este tipo de atividade.

Como referido anteriormente, a apresentação de algumas considerações sobre o Internato visava exatamente estabelecer certas diferenciações no modo como a Educação Física estaria sendo tratada e conduzida nas duas instituições. Pelos indícios apresentados, pudemos perceber que a principal diferenciação entre os Ginásios foi com relação à formação e às origens dos professores. No terceiro capítulo, voltarei a essa contraposição, desta vez, relacionando a questão dos espaços destinados a esta *disciplina*.

Procurei apresentar neste 1º capítulo, uma discussão acerca do processo de desenvolvimento e consolidação da Educação Física no CEP. Sem dúvida, os anos finais da década de 1940 podem representar, no meu entendimento, o ápice do processo de consolidação da Educação Física, pois é possível encontrar diversos fatores que levam a essa afirmação, como a contratação de professores formados pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, a discussão sobre os programas a serem seguidos, a compra de materiais (esportivos e médicos) para as *aulas*, a necessidade latente de espaços próprios para as sessões e o fortalecimento de alguns rituais, como os jogos escolares e os desfiles. Reconheço que, no

decorrer deste processo, algumas carências fizeram com que o desenvolvimento da Educação Física nem sempre acontecesse como esperado.

Não podemos deixar de perceber que, principalmente no período do Estado Novo, as intervenções no plano educacional e, em especial, no campo da educação física foram intensas e sem precedentes: a obrigatoriedade da *disciplina*, a intervenção do serviço médico nas aulas, as orientações específicas de conteúdos, enfim, todo um conjunto de fatores os quais objetivavam que a *disciplina* ganhasse *valorização* no seio da sociedade. Mas, cabe ao historiador tentar perceber, na realidade específica do seu objeto, de que forma essas intervenções chegaram realmente a ser concretizadas.

Um exemplo que pode retratar bem esse processo de consolidação de uma disciplina pode ser percebido nas palavras de Ivor GOODSON (1990), quando este autor, falando do desenvolvimento histórico da Geografia como matéria acadêmica, nos apresenta as seguintes considerações sobre a história de uma disciplina escolar⁸⁸:

A história não é uma história da tradução de uma disciplina acadêmica, planejada por grupos (“dominantes”) de acadêmicos nas universidades, para uma versão pedagógica, a ser usada como uma Matéria escolar. Em vez disso, a história desenvolve-se em ordem inversa e pode ser vista como um esforço por parte de grupos de baixo status situados no nível da escola para progressivamente se apoderar de áreas no interior do setor universitário – ganhando assim o direito para que os acadêmicos no novo campo possam definir o conhecimento que pode ser visto como uma disciplina. O processo de evolução das Matérias escolares pode ser visto não como um padrão de disciplinas ‘traduzidas’ *para baixo* ou de “dominação” *para baixo*, mas muito mais como um processo de “aspiração” *para cima*. (p. 249)

É importante ressaltar que esse caminho tortuoso trilhado pela Educação Física no CEP, com contratemplos de toda a ordem, com falta de iniciativas práticas e às vezes, com o desinteresse por parte dos próprios alunos, faz parte das nuances da história de uma disciplina escolar. Muitas vezes as condições para o seu desenvolvimento no âmbito escolar dependem de inúmeros fatores, como as condições humanas e materiais, e não somente de deliberações governamentais. O que acontece no chão da escola muitas vezes não é o mesmo que consta impresso

⁸⁸ Eu me aproprio das reflexões de GOODSON reconhecendo que o autor fala das disciplinas universitárias, o que não era o caso da Educação Física (aliás, como ainda não o é!). Mas os elementos indicados na fala do autor se aproximam da especificidade do desenvolvimento da Educação Física, motivo pelo qual eu as utilizo.

na legislação. Os capítulos seguintes darão conta de outros aspectos caros à *disciplina escolar*, os quais complementam essa análise inicial.

2. OS PROGRAMAS E OS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Neste capítulo, procuro apresentar os programas de Educação Física e como estes foram utilizados no Ginásio Paranaense (Colégio Estadual do Paraná). Procuro também explorar os conteúdos destes programas, os quais eram constituídos pelos exercícios ginásticos advindos do Método Francês, adotado como oficial nos estabelecimentos de ensino brasileiros⁸⁹.

Acredito ser necessário apresentar em que consistia o Método Francês, quais suas características e as expectativas que visava alcançar. Para tal, utilizo basicamente duas obras: a 1ª parte do Regulamento Geral de Educação Física⁹⁰, a qual contém três capítulos: Bases Fisiológicas, Bases Pedagógicas e Pedagogia Aplicada. Esta edição que utilizo é de 1934 e foi publicada pela “Biblioteca da Defesa Nacional” com autorização do Estado Maior do Exército.

A segunda obra que serve de referência para a análise do Método Francês é o livro *Pedagogia da Educação Física*, de José Benedicto de AQUINO (1939), no qual o autor apresenta alguns elementos dos diversos métodos conhecidos naquela época, dando maior ênfase ao estudo do Método Francês. A importância desta obra está exatamente no *lugar* ocupado pelo autor em relação às discussões acerca de Educação Física e na circulação desta obra nas escolas de formação de professores e demais instituições de ensino. Baseio-me nestes argumentos em virtude de o prefácio do livro ter sido escrito pelo Major Ignácio de Freitas Rolim, Diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Além disso, outra importante figura de destaque no meio educacional que prefacia este livro é Fernando de Azevedo. Ambos contextualizam a escassez de produções do gênero e ressaltam a importância de tal obra nas Escolas de Educação Física. Creio que estas duas obras me fornecem elementos para uma análise do Método Francês de Educação Física.

⁸⁹ O Método Francês, já em 1929, foi indicado como o método oficial da Educação Física em todos os estabelecimentos de ensino do país. Porém, sua oficialização se deu em 30/06/1931, através da Portaria nº 70 do Ministério da Guerra, a qual instituiu também a sua obrigatoriedade. Ver Silvana GOELLNER (1992).

⁹⁰ O Regulamento Geral da Educação Física completo é dividido em 3 partes e 4 anexos, a saber: 1ª parte (1 volume) – Bases fisiológicas, bases pedagógicas e pedagogia aplicada; 2ª parte (1 volume) – Esportes individuais e esportes coletivos; 3ª parte (1 volume) – Educação física militar e reeducação. Os anexos eram: Papel do médico (1 volume); Esgrima (1 volume); Manual do instrutor militar (1 volume) e Manual do instrutor civil (1 volume).

Cabe lembrar que esta obra que analiso me foi doada pelos Professores Hécio e Ivete Buck Silva, aos quais agradeço a gentileza.

Segundo o Regulamento (1934, p. 11), o método de educação física ideal é “aquele cujos meios são bastante variados para oferecerem aos organismos mais diversos, os gêneros de exercícios que lhes devem ser aplicados”. José AQUINO concorda com esta definição e acrescenta que um método consiste na aplicação prática de uma reunião racional de diversos meios para a realização de um fim. Esses meios⁹¹ devem ser os mais flexíveis possíveis para atender facilmente a todas as constituições orgânicas, pois “os mesmos exercícios não convêm a todos os indivíduos” (AQUINO, 1939, p. 43).

Estes exercícios visam, além do desenvolvimento completo do organismo, desenvolver as qualidades que contribuem para o aperfeiçoamento humano. Essas qualidades, segundo o autor, são físicas (força, flexibilidade, velocidade, impulsão, harmonia de formas), morais (audácia, sangue frio, tenacidade, espírito de disciplina e de solidariedade) e intelectuais.

Para se educar fisicamente um indivíduo não basta assegurar-lhe saúde, força e beleza. É necessário ensiná-lo a utilizar-se com economia dessa mesma força evitando desperdícios desnecessários; explorando com habilidade as suas qualidades a fim de produzir o máximo de trabalho com o mínimo de esforço; fazendo com que à beleza plástica se junte a beleza dinâmica feita da harmonia dos gestos, da sobriedade dos movimentos e da firmeza do porte. (ibid., p. 44).

Outra finalidade da educação física, segundo o Regulamento (1934, p. 17), é contribuir para uma *reeducação* de ordem *higiênica-social*, pois “afastando a mocidade do cabaré, exercitando-se ao ar livre, a educação física iniciada desde o lar, prosseguida na escola e se expandindo na prática racional dos esportes, surge como um dos meios mais eficazes de luta contra flagelos sociais, como o alcoolismo, tuberculose e doenças venéreas”. Este *ordenamento social*, proposto pelo Método, decorrente da correção de hábitos e da formação de uma *nova* moral, pode ser identificado, segundo Carmen SOARES (2001a), desde os anos finais do século XIX aqui no Brasil.

Essa preocupação com uma *reeducação higiênica* da sociedade pode ser entendida pelas seguintes palavras de CHERVEL: “Uma estipulação oficial, num decreto ou numa circular, visa mais freqüentemente, mesmo se ela é expressada em

⁹¹ No conteúdo destas duas fontes, os termos *exercícios* e *meios* se confundem, representando o mesmo objeto. Podemos ainda encontrar o termo *processo*, referindo-se ao mesmo objeto.

termos positivos, corrigir um estado de coisas, modificar ou suprimir certas práticas, do que sancionar oficialmente uma realidade” (p. 190).

Neste sentido, o Método Francês, segundo AQUINO (1939, p. 45-46), se apresentava como: *utilitário*, no sentido de desenvolver as qualidades físicas, morais e intelectuais; *adaptável a todos*, abrangendo homens e mulheres, fracos e fortes, crianças e adultos; *completo*, contendo jogos, aplicações, exercícios educativos e esportes; *racional e natural*, no sentido de avaliar o que se quer, saber o que é necessário e como aplicá-lo com inteligência; *harmônico e atraente*, visando o equilíbrio orgânico e variando os exercícios; e, ainda, como *fator de reerguimento social*, visando não só o aperfeiçoamento do indivíduo, mas o engrandecimento de uma raça. Tendo como intento alcançar esses objetivos, eram componentes do Método Francês as sessões de educação física, sessões de grandes jogos, de esportes individuais e coletivos e, ainda, exercícios elementares de natação e esportes aquáticos. A análise destes componentes será feita na segunda parte deste capítulo, no item referente aos conteúdos das sessões de Educação Física.

A partir desse panorama geral, apresento agora os programas que serviram de base para o desenvolvimento da Educação Física no GP (CEP). Considerando que a prática cotidiana das aulas às vezes difere do proposto pela legislação, uma questão fica evidenciada de início: sendo o Colégio Pedro II (CPII) o *paradigma* para o GP, o programa proposto para a instituição carioca e, em conseqüência, para a paranaense, era cumprido? O GP possuía as condições necessárias para a aplicação dos programas e conteúdos previstos na legislação?

Dialogando com a historiografia, com a legislação e também com outras fontes escritas e orais, acredito poder apresentar algumas respostas para estas questões, o que pode contribuir para um melhor entendimento da história da Educação Física no GP (CEP).

2.1. DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

No trabalho de Ariclê VECHIA e Karl LORENZ (1998, p. 327-349), que trata dos programas de ensino da escola secundária brasileira, podemos encontrar o programa do curso fundamental do ensino secundário, nos termos do art. 10, do

Decreto Federal n.º 19.890, de 18/04/1931, previsto pela reforma do ensino secundário de 1931, consolidado pelo Decreto n.º 21.241, de 04/04/1932, também conhecida como Reforma Francisco Campos. Estas orientações deveriam ser seguidas pelo CPII e pelas demais instituições de ensino secundário sob inspeção oficial. O programa da Educação Física era dividido em 4 classes, a saber, 1ª classe – 11 a 13 anos, 2ª classe – 13 a 16 anos, 3ª classe – 16 a 18 anos e 4ª classe – maiores de 18 anos, as quais eram contempladas com algumas particularidades, segundo idades e capacidades físicas dos alunos. Algumas observações devem ser feitas com relação à efetivação desse programa no GP.

Para todas as classes, estavam previstos exercícios “diários” ou “quotidianos”. Tal previsão, entretanto, não poderia ser efetivada no GP, pois, como veremos no seguinte capítulo, esta instituição não possuía espaços físicos e professores para oferecer exercícios diários de educação física para todas as turmas. Os relatórios da década de 1930, especificamente os de 1934 a 1937, através dos mapas escolares, indicam que a Educação Física era ofertada apenas para a 1ª e a 2ª séries do curso fundamental. Esta divisão de turmas de Educação Física do GP não condizia com aquela proposta do programa que previa a divisão das turmas por idades⁹².

Nesses mesmos mapas, encontramos algumas dissimilaridades: as turmas da mesma série não possuíam a mesma quantidade de aulas durante a semana. Algumas turmas estavam contempladas com três aulas semanais ao passo que outras turmas apenas com uma aula semanal. Esta diferença de quantidade das aulas ofertadas entre uma turma e outra sinaliza, talvez, para um não cumprimento do estabelecido no quadro horário, indicando simplesmente o preenchimento de requisitos necessários ao relatório encaminhado à Inspeção de Ensino Secundário. Esta hipótese pode ser reforçada por algumas pistas presentes na fala do professor José Heredia Navarro. Numa entrevista para o Jornal dos Estudantes do CEP, em 1954, este professor, lembrando suas atividades relativas à Educação Física no GP, indicou que, no início (1933), “as aulas não eram obrigatórias. Fazia-se com a boa vontade dos alunos, em suas horas de folga. Eram ministradas as aulas nos corredores do Colégio e nas ruas adjacentes, pois naquele tempo não tínhamos no

⁹² De acordo com os mapas escolares, as turmas que participavam das *aulas* de Educação Física eram as mesmas formadas para as outras disciplinas, ou seja, não havia a separação por idades, estipulada pelo reforma de 1931.

estabelecimento as instalações apropriadas com que hoje contamos” (p. 12). Apesar de constar na legislação que seriam obrigatórios os exercícios de educação física e de constar na grade horária, as pistas oferecidas pelo professor indicam que as *aulas* não eram obrigatórias e eram praticadas nas horas de folga dos alunos. Esses elementos agregados podem indicar a importância que poderia se atribuir ou não à determinada disciplina. Podemos perceber isso nas palavras de Antonio VIÑAO (1996, p. 47-48):

La distribución semanal y diaria de las tareas y actividades implica la determinación previa de la jornada escolar: horas de entrada y salida y número de horas y sesiones diarias. El cuadro-horario escolar, ley máxima en este aspecto de la institución, culmina el proceso. En él se regulan, como mínimo, el tiempo dedicado a cada materia o actividad y las interrupciones o descansos entre una y otra. En esta regulación influyen el prestigio de las materias o actividades en cuestión y consideraciones de orden higiénico-mental – “surmenage” o fatiga, naturaleza más o menos abstracta, intelectual o corporal de las disciplinas o tareas – así como las preferencias e intereses de quienes tienen al respecto el poder de decisión en cada establecimiento docente. Una amalgama, en suma, de aspectos entrecruzados que oculta, en ocasiones, los elementos determinantes. (grifos do autor)

E mais ainda: as condições muito próprias da instituição determinariam como o currículo deveria ser arranjado. Além das recomendações provenientes do Colégio Pedro II ou da legislação, sem dúvida, era necessário levar em conta o espaço, o tempo, os professores, a divisão das turmas, entre outros fatores próprios do GP.

Além de indicar as peculiaridades na efetivação da Educação Física no GP, a fala do professor José Navarro também nos aponta para uma idéia de *evolução*, apresentando o *passado* (1933) como precário e limitado e o *hoje* (1954, quando da entrevista do professor) como provido de todas as condições desejáveis, adequadas ao pleno desenvolvimento da Educação Física.

Através dos indícios oferecidos pelas fontes, é possível inferir que a Educação Física não se assemelhava às outras disciplinas, que operavam com obrigatoriedade de frequência e com regularidade estabelecida nas grades horárias. Sua prática era realizada na medida do possível, de acordo com a exigüidade do espaço do GP, dos materiais, dos professores e outros óbices.

As informações contidas nos relatórios acima citados revelam que os exercícios estavam previstos para o período da tarde, mesmo período das aulas das demais disciplinas do currículo para as 1ª e 2ª séries. Os mapas escolares ainda

indicam que a duração da aula era de 50 minutos, com 10 minutos mínimos de intervalo entre uma aula e outra, como previsto no conteúdo da reforma de 1931.

As turmas do período matutino, 3ª e 4ª séries apenas (a 5ª turma não estava incluída nos mapas) do curso fundamental, passariam a ser contempladas com a Educação Física apenas a partir de 1938, quando os mapas escolares indicam que as aulas seriam dadas no contraturno⁹³, duas vezes por semana. Nessa mesma época, as aulas das 1ª e 2ª séries passariam também a ser lecionadas em contra turno, ou seja, no período da manhã, com frequência de duas aulas semanais⁹⁴. A partir deste momento, estariam disponíveis, para a prática das aulas, espaços⁹⁵ esportivos particulares e públicos, cedidos através de acordos com a prefeitura, com o governo estadual e com alguns clubes. Com a disponibilização de locais, e também com o aumento do número de professores (indicado no capítulo anterior), as condições para a realização das aulas pareciam estar melhorando.

De acordo com os programas, a partir dos anos finais da década de 1930, as turmas passariam a ser divididas em classes homogêneas, respeitando basicamente as características físicas de altura e peso dos alunos. É importante ressaltar que, no ano de 1939, o Ministério da Educação e Saúde publicou, através da Portaria Ministerial n.º 161, de 11/05/1939, as “Instruções para o Serviço Médico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino”. Esta publicação buscava padronizar o serviço médico, tendo como principais objetivos a separação e a conseqüente homogeneização das turmas através do “critério fisiológico e pela identidade de condições patológicas”, ficando a idade cronológica como fator secundário.

Esta classificação, embora pareça *nova*, em muito se assemelha ao critério já proposto na Portaria Ministerial de 30/06/1931, o qual correspondia à divisão em quatro classes. Na realidade, a alteração da nomenclatura é o principal diferencial em relação a esta última. As turmas passaram a ser assim denominadas: ciclo elementar - 4º grau (11 a 13 anos) -, ciclo secundário - 1º grau (13 a 16 anos) e 2º

⁹³ A transferência das aulas de Educação Física para o contraturno foi gerada pela utilização de espaços esportivos cuja distância do GP demandava tempo para o deslocamento dos alunos.

⁹⁴ AGCEP. *Relatórios Finais e Certificados*, 1938, s/p.

⁹⁵ A questão dos espaços para a prática da Educação Física será analisada no terceiro capítulo.

grau (16 a 18 anos) - e ciclo superior (maiores de 18 anos)⁹⁶. É importante observar que as idades mencionadas, segundo a portaria, serviam apenas como indicação. O grupamento homogêneo seria realmente composto através da “comparação dos dados biométricos de cada aluno com os das escalas avaliadas, obtidas através de cálculos estatísticos realizados com as medições levadas a efeito das populações consideradas”. Mas, como mostra o próprio documento, na falta destas escalas, a divisão cronológica das turmas deveria ser adotada.

Com estas publicações, supunha-se que a presença dos médicos nos estabelecimentos de ensino deveria ser mais freqüente, pois era necessária a realização de exames médico-biométricos, no início do ano letivo, para a divisão das turmas e, no final do ano, para a avaliação dos resultados das aulas.

A partir dos relatórios de Educação Física da década de 1940, esta presença pode ser verificada. Anexas a esses relatórios, eram encaminhadas as comunicações dos médicos sobre os exames biométricos realizados e a conseqüente separação homogênea das turmas. Nestas comunicações, os médicos relatavam a quantidade de alunos avaliados e entravam em detalhes sobre as condições patológicas que alguns alunos apresentavam, separando estes em turmas especiais, que deveriam cumprir um programa de Educação Física condizente com sua capacidade. Como indicado no capítulo anterior, com essa separação de turmas por critérios somáticos, estava posta claramente uma dicotomia entre *normal* e *anormal*, entre os que possuíam condições físicas e os que necessitavam de cuidados especiais, que não faziam parte do grupo maior dos *capazes*. Em geral, o programa para os portadores de impedimentos consistia em exercícios respiratórios e flexionamentos leves dos membros não comprometidos, os quais eram denominados de *Ginástica Ortopédica*.

O depoimento de Hécio Buck Silva nos apresenta elementos interessantes sobre essa temática dos exames médicos:

⁹⁶ A referência para a estruturação desta disciplina foi a divisão indicada pelo Regulamento Geral da Educação Física. Neste, a Educação Física estava dividida da seguinte forma: *Educação Física elementar*, em quatro graus (1º grau – crianças de 4 a 6 anos; 2º grau – crianças de 6 a 9 anos; 3º grau – crianças de 9 a 11 anos; 4º grau – crianças de 11 a 13 anos); *Educação Física secundária*, em dois graus (1º grau – adolescentes de 13 a 16 anos; 2º grau – rapazes e moças de 16 a 18 anos); *Educação Física superior* (adultos de ambos os sexos de 18 a 30 ou 35 anos) e, por fim, *Ginástica para conservação da idade madura* (adultos de ambos os sexos com mais de 35 anos). O GP (CEP) atenderia, pela idade dos seus alunos, do 4º grau elementar à Educação Física superior, conforme indicado acima.

Iniciei como assistente do Prof. Custódio, ainda aluno do Ginásio, para acompanhá-lo nas atividades físicas, porque eu já tinha uma iniciação desportiva e isso me recomendava que eu fosse um monitor, já auxiliando nos exames médico-biométricos, nas aulas propriamente ditas, na disciplina dos alunos (Hélcio Buck Silva, 2004, p. 2)

No Colégio Estadual era feito o exame médico-biométrico para definir as turmas por peso e altura. Os médicos eram geralmente da própria Saúde Pública, requisitados para aquela fase do exame médico. Feito o exame médico, constatada alguma deficiência física ou fisiológica no aluno, ele integraria uma chamada turma especializada (...) Então, já naquela época, havia aulas especializadas para os necessitados, que eram pinçados pelo médico que fazia aquele exame com todos os alunos (Hélcio Buck Silva, 2004, p. 7).

A partir desse depoimento, podemos perceber que os alunos monitores ajudavam a realizar os exames, o que indica que os médicos sozinhos poderiam não estar dando conta das avaliações. Essa hipótese ganha força a partir do depoimento oral de Ernani Straube, o qual aponta que quem realizava as avaliações físicas eram os próprios professores de Educação Física. O papel dos médicos, muitas vezes, era somente assinar o relatório, dando o aval necessário e o reconhecimento *científico* dos especialistas ao documento encaminhado à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. Segundo Ernani Straube

nós [alunos] fazíamos o exame *antropométrico* dias antes de começarmos a prática de Educação Física. Era feito pelos próprios professores de Educação Física. Espirômetro, capacidade pulmonar, medida, altura, caixa torácica, algumas informações que eles registravam numa ficha para depois então organizarem as turmas. (Ernani Straube, 2003, p. 5, grifo meu).⁹⁷

Temos então, no que se refere à participação dos médicos nas classes do curso fundamental, duas possibilidades apresentadas pelas fontes orais; os médicos certamente estariam envolvidos com a realização dos exames e a conseqüente formação das turmas, mas, quando da não possibilidade de sua presença nas datas especificadas para os exames, é bem provável que os próprios professores de Educação Física também realizassem os exames médico-biométricos, com o auxílio dos monitores. Essa situação, se realmente chegou a ser efetivada, passaria a ser

⁹⁷ Cabe o destaque da nomenclatura utilizada pelo depoente para os exames biométricos. Na realidade, essa denominação utilizada pelo professor veio ser adotada anos mais tarde, em substituição ao termo biométrico, pelo fato de o termo antropométrico ser mais compatível com as avaliações realizadas.

desaconselhada com publicação das Diretrizes para a Educação Física para estabelecimentos de ensino secundário, em 1947. Segundo o documento, não seria mais permitido ao “médico delegar suas atribuições a quem quer que seja” (p.10).

Nos relatórios dos anos finais da década de 1930 e anos iniciais de 1940, segundo os mapas de aulas dadas, um fato me parece interessante. Durante o ano letivo, em alguns meses, a Educação Física possuía mais aulas previstas/dadas do que as outras disciplinas do programa do GP. Pelo exemplo abaixo, referente ao mês letivo de julho da 1ª turma do curso fundamental, em 1939, podemos perceber esse fato:

QUADRO 2 – MAPA DAS AULAS DADAS MÊS DE JULHO DE 1939 – 1ª TURMA DO CURSO FUNDAMENTAL

Série	Disciplinas													
	Português	Francês	Inglês	Latim	História	Geografia	Matemática	Ciências	Física	Química	História Natural	Desenho	Educação Física	Música
1ª série	18/18	12/13	X	X	7/9	13/13	7/13	9/9	X	X	X	12/13	20/26	8/8
2ª série	13/17	13/13	13/13	X	7/9	9/9	10/13	8/8	X	X	X	13/13	19/26	9/9
3ª série	12/12	8/8	9/9	X	5/9	9/9	13/13	X	8/9	6/8	9/9	9/9	22/26	8/8
4ª série	13/13	4/4	8/8	13/13	5/9	9/9	13/13	X	9/9	7/9	9/9	8/8	22/26	X
5ª série	12/13	X	X	12/13	5/8	9/9	13/13	X	12/13	10/13	13/13	9/9	22/26	X

FONTE: Relatório do Curso Fundamental. Julho, 1939.

NOTA: os números se referem ao número de aulas dadas / número total de aulas previstas.

Embora possam parecer um sinal de *valorização* da *disciplina*, em comparação às outras lecionadas no ensino secundário, precisamos questionar essas informações. Em primeiro lugar, a *disciplina* era ofertada no período de contraturno, o que poderia possibilitar a maior quantidade de aulas durante a semana, pois possuía um período exclusivo para a prática. Em segundo lugar, a quantidade de aulas previstas de Educação Física nesses relatórios correspondia à

freqüência diária de aulas, embora, como já indicado, essa prática muito provavelmente não tenha sido concretizada.

Ainda que os relatórios da Educação Física de 1940 e 1941, assim como os outros relatórios mensais de anos anteriores, indicassem para a freqüência diária das aulas, as fontes orais nos oferecem alguns elementos que podem se aproximar mais da realidade escolar – do chamado *chão da escola* - aumentando assim a probabilidade de as aulas não terem sido realizadas diariamente. Segundo Ernani Straube,

as aulas eram no contraturno: turma da manhã à tarde e turma da tarde de manhã. Eu sempre estudava pela manhã então sempre tinha aula [de Educação Física], três vezes por semana, à tarde, [com] 1 hora de duração (Ernani Straube, 2003, p. 7).

O depoimento do professor Hécio Buck Silva reforça a idéia do não cumprimento da freqüência diária:

As primeiras aulas [de Educação Física] que eu tenho lembrança eram aqui no Juvevê, no antigo Barcarola, onde tinha as instalações de um clube de futebol, o campo de futebol e umas instalações toscas de Educação Física. Era lá que nós, duas vezes por semana, tínhamos atividades físicas (Hécio Buck Silva, 2004, p. 1).

Ernani e Hécio são contemporâneos no curso fundamental do GP e, segundo os relatórios da Educação Física, freqüentavam a mesma turma. Essas recordações dos professores se referem aos primeiros anos da década de 1940, os quais, nos relatórios do curso fundamental a partir de 1942⁹⁸, são indicados como tendo três aulas semanais de Educação Física. É interessante notar que inclusive com a utilização das fontes orais, a quantidade de aulas não pode ser precisada, pois, mesmo tendo freqüentado a mesma turma, as recordações dos professores são diferentes. Desta forma, cabe destacar que mesmo as fontes orais, obtidas de sujeitos que viveram aquele momento histórico específico, podem nos apresentar informações que não sejam condizentes com o que possa ter efetivamente acontecido. Este é um detalhe de grande importância ao qual o historiador deve estar atento: o grau de confiabilidade das pistas que as fontes apresentam.

⁹⁸ A indicação de aulas diárias presente desde 1938, nos relatórios mensais, foi alterada no ano de 1942, com a indicação de aulas da Educação Física três vezes por semana para os alunos do curso fundamental.

As diferentes manifestações da memória dos depoentes acima podem ser interpretadas da seguinte forma:

A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. (...) [Contudo,] se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma presença e portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade. (Henry ROUSSO, 1996, p. 94-95).

Se, para um depoente, a questão das condições para a prática da Educação Física era mais importante do que a quantidade de aulas semanais, para o outro entrevistado, parece que o fato de ter aulas três vezes por semana, com 1 hora de duração, destaca-se. Esta diferença de enfoque pode representar de que forma essas atividades estavam sendo vivenciadas pelos sujeitos. Para um professor, as aulas estavam ocorrendo em locais sem condições apropriadas; para o outro, parecia um *martírio* a sua presença nestas aulas. Independentemente, no entanto, do enfoque, os depoimentos apontam para a não realização diária das aulas de Educação Física.

Dos relatórios de Educação Física foi possível depreender que a Educação Física estaria também, a partir de 1940, sendo oferecida aos alunos do curso complementar. As aulas teriam a duração de 40 minutos, “com intensidade maior ou menor, conforme as condições atmosféricas reinantes”, e estavam divididas da seguinte forma: três turmas das 6 horas às 6h40, três turmas das 6h50 às 7h30, duas turmas das 7h40 às 8h20, uma turma das 8h30 às 9h10, uma turma das 9h20 às 10 horas, uma turma das 16 horas às 17 horas – sendo todas estas turmas masculinas – e uma turma feminina das 14 horas às 15 horas⁹⁹. O relatório acrescenta que as aulas seriam dadas diariamente (dias úteis) no Estádio da Praça

⁹⁹ Notemos as variações dos horários destinados à Educação Física, apesar da estipulação prevista na reforma de 1931. Nos relatórios de 1934 até 1937, as aulas tinham a previsão de 50 minutos. A partir de 1938, com a disponibilização de outros locais e da realização em contraturno, as aulas passariam a ter 40 minutos para todas as turmas. Contudo, podemos encontrar a indicação, tanto nas fontes orais quanto em alguns relatórios (como o indicado acima), que as aulas poderiam ter 1 hora de duração. Ao longo da década de 1940, segundo os relatórios, as aulas, independentemente da classe, teriam 40 minutos de duração, indo de encontro à divisão diferenciada por idades proposta pela legislação e reforçada, em 1947, pelas Diretrizes.

Oswaldo Cruz, para os meninos, e no Ginásio da Sociedade de Cultura Física Jahn, para as meninas.

Com relação à frequência diária das aulas, apontada também nos relatórios dos anos seguintes, o relato oral do professor Mário Bassói relativiza, em parte, as informações dos relatórios. Quando perguntado sobre a frequência das aulas de Educação Física do curso complementar, assim respondeu o professor:

[a turma] podia fazer até três vezes por semana. Mas eram duas vezes por semana cada turma. No máximo duas vezes por semana... os [alunos] de manhã faziam de tarde e os da tarde faziam de manhã (Mário Bassói, 2003, p.12).

A recomendação da legislação era de frequência diária, e os relatórios apresentados à Divisão de Educação Física indicavam o cumprimento desta recomendação, embora, muito provavelmente, tal frequência possa não ter sido concretizada, pois estava um pouco distante das possibilidades do GP (CEP). Somente em 1943 é que o relatório do curso complementar apresenta uma grade horária na qual as turmas estavam contempladas com três aulas semanais, com aulas de 40 minutos, refletindo talvez um dado mais próximo da realidade da instituição.

No relatório de Educação Física de 1940, é possível observar que o programa adotado no GP para aquele ano estava visivelmente adequado ao proposto em 1931, pois contém praticamente todos os elementos que eram sugeridos no decreto, com exceção da natação que era inviabilizada pela falta de espaço adequado para sua prática. As turmas eram divididas em 4 classes, de acordo com as idades: 11 a 13 anos; 13 a 16 anos; 16 a 18 anos e acima de 18 anos.

Para a 1ª classe, estavam previstas sessões diárias, com 30 minutos de duração, com sessão preparatória, lição propriamente dita e volta à calma, além de duas sessões de jogos por semana (5ª e sábado). Para a 2ª classe, diferentemente, o tempo da sessão era de 40 minutos e, em vez de duas sessões de jogos, duas sessões de grandes jogos. Para a 3ª classe, as sessões teriam 45 minutos diários, uma sessão de grandes jogos por semana e duas sessões de estudos consagradas à iniciação esportiva¹⁰⁰. Para a 4ª classe, os mesmos 45 minutos estavam previstos

¹⁰⁰ Estas sessões de estudos destinadas à iniciação esportiva eram desenvolvidas da seguinte forma: aos alunos eram passadas noções da prática esportiva, das regras, dos benefícios e dos cuidados

para as lições de ginástica, e, para os esportes, estavam previstos os tempos regulamentares de cada modalidade. Ainda, os alunos praticariam, de julho a novembro, uma sessão por semana de esportes individuais e uma de esportes coletivos.

Também variavam de classe para classe os conteúdos das lições de ginástica (educativos e aplicações por família¹⁰¹). Essas variações se devem essencialmente à capacidade fisiológica dos alunos, ou seja, quanto mais jovem o aluno, menor seria o esforço exigido, sendo que este aumentaria gradativamente até a idade adulta, na qual a exigência e o rendimento poderiam ser maiores. Nos relatórios dos anos seguintes, esses programas também estavam previstos seguindo a mesma estrutura de quantidade de lições de ginástica e de sessões de jogos e esportes, com a observação de que as aulas estavam previstas como sendo três semanais a partir do relatório de 1942.

Através do quadro a seguir, podemos ter uma idéia geral das finalidades e dos conteúdos da Educação Física propostos em 1931:

QUADRO 3 - FINALIDADES, REGIME DE TRABALHOS E PROGRAMA DE EXERCÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 1931

Grau de Ensino	Finalidades	Regime de Trabalhos	Programa de Exercícios
Primeira Classe (11-13 anos)	A educação física nesta classe tem por fim assegurar a saúde, desenvolver as grandes funções orgânicas, particularmente a respiratória, sem perder de vista as leis fisiológicas do crescimento; combater, pela prática metódica dos flexionamentos, as más atitudes; cooperar no desenvolvimento harmônico, por meio de exercícios adequados, do corpo e das faculdades cerebrais	Exercícios diários com duração máxima de 30 minutos	Sessões de educação física abrangendo: evoluções, flexionamentos combinados e dissimétricos, exercícios educativos, aplicações e jogos. Sessões de grandes jogos. Exercícios elementares de natação

necessários na prática esportiva. Somente no ano seguinte é que os esportes seriam desenvolvidos com esses alunos. Previa-se uma *preparação*, apresentando-se os elementos da prática, para posteriormente serem desenvolvidos os esportes.

¹⁰¹ *Família* é um termo utilizado para reunir “tipos específicos de movimentos que normalmente o homem executa no desempenho das atividades habituais da vida”. São ao todo 7 as grandes famílias do Método Francês: Marchar, Tregar (escaladas, equilíbrios), Saltar, Levantar (transportar), Correr, Lançar e Atacar e Defender. Essas famílias possuíam, cada uma, uma série de exercícios, dos mais simples aos mais complexos, os quais eram desenvolvidos através das aplicações. O Método ainda previa mais uma família, contudo, desenvolvida fora das aplicações: Nadar. (AQUINO, 1939, p. 62-63).

Grau de Ensino	Finalidades	Regime de Trabalhos	Programa de Exercícios
Segunda Classe (13-16 anos)	O objetivo da educação física neste período é o de assegurar a saúde e, particularmente, desenvolver a função respiratória; prosseguir o desenvolvimento do sistema neuromuscular, aumentando a energia vital e ensinando a empregá-la economicamente; despertar, pela prática dos exercícios, o gosto pelo esforço e o hábito da vida ao ar livre	Exercícios diários com duração máxima de 45 minutos	Sessões de educação física por meio de evoluções, flexionamentos simples, compostos, dissimétricos e da caixa torácica, educativos e aplicações; jogos. Sessões de grandes jogos, em substituição à lição de educação física Sessões de esportes individuais e coletivos Natação prática

Grau de Ensino	Finalidades	Regime de Trabalhos	Programa de Exercícios
Terceira Classe (16-18 anos)	Fim a atingir: o mesmo do ciclo anterior e, ainda, o aperfeiçoamento da destreza e o desenvolvimento dos elementos de ordem superior.	Exercícios diários com duração de 45 minutos	Sessões de educação física: evoluções, flexionamentos, aplicações e jogos. Sessões de grandes jogos Sessões de esportes individuais e coletivos Esportes Náuticos

Grau de Ensino	Finalidades	Regime de Trabalhos	Programa de Exercícios
Quarta Classe (acima de 18 anos)	A educação física nesse período é o complemento dos períodos antecedentes e visa a realização do tipo de atleta completo, procurando fortalecer as qualidades de força, resistência, velocidade e destreza e permitindo que, de acordo com a figura mecânica e com as predisposições naturais ou tendências individuais, surjam as inclinações para a especialização; revigora a saúde, pela solicitação ativa das funções orgânicas, cujo desenvolvimento fisiológico chega ao apogeu; cultiva o gosto pelo esforço esportivo e atlético, em oposição a qualquer gênero de vida prejudicial ao aperfeiçoamento fisiológico, moral e social	Exercícios diários, com duração de 45 minutos para as sessões de educação física e dos tempos regulamentares para os esportes em geral	Sessões de educação física com o programa seguinte: evoluções, flexionamentos, aplicações e um jogo Sessões de esportes individuais e coletivos Esportes náuticos

FONTE: VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl (orgs.). *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998, p. 349.

NOTA: Os dados contidos no quadro acima, apresentados como Programa da Educação Física no ensino secundário pela Reforma de 1931, foram claramente copiados do Regulamento Geral de Educação Física (Método Francês), com apenas algumas adaptações e modificações de palavras, sem alterar o sentido do proposto. As informações estavam dispostas com outra

configuração na obra da qual foram retiradas. Para uma melhor visualização, montei o quadro acima.

Dentre as fontes localizadas no CEP, podemos encontrar, no relatório de Educação Física do ano de 1940 a mesma estrutura de regime de trabalhos e programa de exercícios, com a indicação superficial dos conteúdos. Aliás, essa é uma constante no restante dos relatórios, seguindo sempre a estrutura de conteúdos e regime de trabalhos, de acordo com as particularidades de cada turma.

Estes indícios podem sugerir que muito provavelmente o GP procurava seguir as prescrições estabelecidas pelas reformas educacionais. Porém, cabe novamente lembrar que o programa está contido num relatório que era enviado à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, fato que pode ter influenciado na apresentação de aspectos relacionados à Educação Física que, conforme as pistas indicadas pelos relatos orais, poderiam estar acontecendo de maneira diferente.

Além da carga horária e das modalidades dos exercícios, os objetivos da educação física, segundo o programa, também mudariam de acordo com as classes. Tais objetivos apresentam alguns aspectos interessantes. Embora esses objetivos remetam essencialmente ao desenvolvimento físico dos alunos, de acordo com “leis fisiológicas”, o complemento dessa formação seria dado pelo desenvolvimento das “faculdades cerebrais”, “do sistema neuro-muscular” e ainda dos “elementos de ordem superior”, todos relacionados às faculdades intelectual e moral dos alunos. Mais que o físico, a formação moral e a intelectual também estariam nos horizontes da Educação Física, ao menos nos objetivos propostos.

Neste sentido, José AQUINO (1939) nos indica que as qualidades a serem desenvolvidas com a aplicação do Método Francês seriam as físicas, morais e intelectuais. Da parte física, seriam desenvolvidos os seguintes aspectos: *saúde*, através dos exercícios que estimulariam as trocas orgânicas; *força*, desenvolvendo proporcionalmente os músculos e educando a vontade; *flexibilidade*, que estaria sendo auxiliada pela repetição dos movimentos, os quais também tornariam as estruturas ligamentares mais resistentes; *velocidade*, a qual deveria ser desenvolvida em conjunto com a rapidez dos estímulos nervosos, com uma boa composição muscular e ainda uma boa flexibilidade; e *harmonia de formas*, que seria o desenvolvimento proporcional das massas musculares como resultado das

demais qualidades acima descritas. Para AQUINO (p. 46-49), “a consecução de um tipo de beleza física é uma das preocupações da educação. O estabelecimento das condições do tipo harmônico constitui importante parte da ação educativa. Estas condições devem nortear a formação do senso estético coletivo a fim de que a beleza física não esteja ao arbítrio e capricho de cada um”.

Duas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar, é clara a referência à base biológica da Educação Física. As qualidades físicas a serem desenvolvidas referem-se totalmente ao desenvolvimento biológico do homem, ao *homem biológico*, exaltando as funções motoras, o desenvolvimento fisiológico da musculatura e das articulações e também das reações nervosas necessárias à rapidez de movimentação. Em segundo lugar, complementando o aspecto biológico, identifica-se a busca da padronização, da formação de um tipo harmônico, buscando evitar a inveja e a veleidade dos sujeitos. Com a obtenção deste tipo padrão de corpo (e de vontade), as relações sociais estariam favorecidas e uma conseqüente padronização cultural poderia ser alcançada. Notemos a aproximação dessas considerações do autor com a discussão apresentada anteriormente sobre o filme *Olympia*, de Leni Riefenstahl. Conformação e padronização física e moral: estas eram algumas das metas a serem alcançadas com o desenvolvimento da Educação Física. E o Método Francês se encaixava perfeitamente neste contexto.

Como qualidades morais, aponta o autor para a coragem, a perseverança, a audácia e o sangue frio. Estas são, segundo AQUINO, frutos da prática livre do exercício. “O hábito de enfrentar o perigo, os obstáculos de várias situações imprevistas, tornam o homem ponderado, prudente, indiferente à dor, porém, corajoso, ousado”. Então, na prática dos exercícios difíceis e dos jogos, freqüentemente apareceriam ocasiões nas quais “o indivíduo teria oportunidade de dar livre expansão ao seu temperamento. Os tímidos, os ousados, os violentos rapidamente se manifestam. Uns tornam-se mais corajosos, outros moderados. Os violentos por sua vez vão se acomodando à disciplina” (p. 49-50).

A prática esportiva era a mais indicada para o desenvolvimento das valências morais acima citadas, pois proporcionava a improvisação, o rápido raciocínio para responder aos estímulos oferecidos pelas situações criadas pelos adversários e a constante busca da vitória. Pode-se, assim, explicar a escolha (e predominância) do esporte como conteúdo da Educação Física, principalmente para os alunos das

séries mais avançadas, os quais já haviam atingido o desenvolvimento corporal, ocasionado principalmente pelos exercícios ginásticos das séries anteriores, e aos quais restava, então, o investimento e aperfeiçoamento da *parte moral*.

Para o desenvolvimento das qualidades intelectuais, o autor também destaca a importância dos jogos, por “serem aqueles que mais agem sobre a nossa inteligência devido às situações imprevistas que surgem no decorrer dos mesmos, à complexidade de movimentos que eles sugerem”. Contudo, segundo o autor, a rapidez e a segurança com que os indivíduos reagem a essas situações são resultados de qualidades que não se podem ensinar, “constituem qualidades próprias de cada um e que variam de indivíduo para indivíduo”. E complementa, explicitando a função da educação física: esta “não é um agente da educação intelectual, mas prepara o terreno para ela”.

Desta forma, apesar de dar uma maior ênfase às explicações das qualidades físicas, o autor, ao descrever as qualidades morais e intelectuais desenvolvidas pela Educação Física, sinaliza para a idéia de um ser humano *uno*, como apontam as seguintes palavras: “O homem é um todo. Não existe uma separação perfeita entre as suas diversas faculdades, não é possível, pois, avaliar-se claramente onde começa uma e termina outra” (p. 50).

Para complementarmos essa discussão apresentada por AQUINO, no Regulamento Geral de Educação Física (1934, p. 20), no capítulo referente às bases pedagógicas do Método, encontramos as seguintes considerações:

O fato do homem possuir saúde, força e harmonia das formas, não indica que tenha atingido seu aperfeiçoamento total.

A educação física não deve, pois, limitar-se em assegurar o mais perfeito desenvolvimento do indivíduo e em facultar-lhe o melhor rendimento e equilíbrio das grandes funções: deve, também e, principalmente, ensinar a disciplinar os movimentos e a contrair hábitos musculares que melhor se adaptem às aplicações úteis da vida.

Tal é a concepção nitidamente utilitária do Método Francês, cujos processos resultantes do conhecimento prático do homem em movimento, visam o desenvolvimento harmonioso e a melhor exploração de todas as qualidades físicas e morais que constituem o aperfeiçoamento real da natureza humana.

Através da aplicação de um método racional que emprega a prática dos mais variados exercícios físicos como meio para atingir um fim específico, fica ressaltada uma função utilitária da Educação Física no sentido de que ela deveria satisfazer a esses objetivos de desenvolvimento das faculdades físicas, as quais serviriam de

base para a formação moral e intelectual, criando hábitos de comportamento que fossem úteis às aplicações da vida, de maneira eficiente e com menor dispêndio de energia. Não devemos aqui atribuir um tom *pejorativo* ao termo utilitário, pois, de acordo com Edivaldo GÓIS JR (2001, p. 4), é necessário

se entender utilitarismo, nos termos da época, como reação à Ciência academicista, desinteressada pela aplicação imediata de seus conhecimentos. Era preciso inaugurar uma Educação e Ciência utilitária e interventora que auxiliasse na resolução dos problemas da sociedade em voga. Dentro deste quadro, seria a Educação Física grande auxiliar da Educação utilitária na Escola. Ao lado de disciplinas como Higiene, Biologia, teria como objetivo o ensino dos preceitos higiênicos que significavam muito mais que normas profiláticas, mas também ensinamento de valores.

Neste sentido, vale ressaltar o que afirma Carmen SOARES (2001b, p. 117), quando nos diz que “o papel social da Educação Física era ensinar o indivíduo a evitar desperdícios de forças nas atividades e, assim, ela seria benéfica tanto para formar atletas como para melhorar a condição dos fracos. Daí a importância de sua inclusão obrigatória na instituição escolar”.

Com a publicação, em 1947, das Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, elaborado pelo Ministério da Educação e Saúde, podemos perceber que algumas observações deste documento visavam corrigir e reencaminhar os trabalhos com a Educação Física, pois aparentemente estariam ocorrendo de maneira diferente da desejada. No item *Considerações* encontramos informações muito importantes sobre o ensino da Educação Física nas escolas secundárias. Segundo as Diretrizes,

os professores de educação física precisam compenetrar-se da sua verdadeira missão, que é conduzir o desenvolvimento físico dos adolescentes no melhor sentido. Assim, não interessa *ensinar* o exercício, mas que o aluno, através do exercício, tenha atividade física sistematizada, racionalmente orientada, que lhe permitirá o pleno desenvolvimento de seus órgãos, assegurando-lhe uma existência sadia. E é isto que os professores de educação física, que atuam nas escolas primárias e secundárias, precisam saber e sentir. (1947, p. 7, grifos no original).

Esta observação é atribuída ao fato de, segundo as Diretrizes, alguns professores, alunos recém egressos das escolas de Educação Física, procurarem passar aos alunos do ensino secundário *todos* os exercícios contidos no Regulamento Geral de Educação Física (Método Francês). Estes professores

mostravam-se “apreensivos porque, ao fim do ano, ainda não conseguiram ensinar todos os exercícios do Regulamento, julgando-se assim atrasados” (id.). O objetivo da Educação Física, neste grau de ensino, era fazer com que os alunos tivessem uma prática sistematizada, desenvolvendo corpo e espírito, e que, com isso, adquirissem o gosto pelo esforço e desenvolvessem as faculdades intelectuais e morais. A Educação Física consistia em um *fazer mecânico*, não sendo necessário aos professores ensinarem os exercícios, mas somente demonstrá-los para que os alunos pudessem realizar a correta execução destes, visando alcançar os objetivos estabelecidos.¹⁰²

Na realidade, estas diretrizes serviram para reforçar alguns objetivos já traçados desde a reforma Francisco Campos, em 1931, passando pela reforma Gustavo Capanema, de 1942, além de acrescentar alguns outros itens. Podemos então depreender que, sem alterações substanciais de conteúdos e objetivos, o *cerne* do conteúdo dessas diretrizes para o ensino secundário já estava em discussão há quase duas décadas. O proposto nos anos iniciais da década de 1930 sofreria poucas mudanças até a publicação das diretrizes nos finais da década de 1940. As mudanças mais profundas seriam o incremento das instalações para a prática das atividades nos estabelecimentos de ensino e a criação de diversos cursos para a formação de professores (civis) específicos para lecionar a Educação Física¹⁰³.

¹⁰² Essa forma de *pensar* a Educação Física é totalmente diferente da forma que começou a ser discutida a partir, pelo menos, da década de 1980. Pelas fontes, percebemos uma Educação Física pautada num *fazer mecânico*, ou seja, a execução dos movimentos sem uma necessidade de reflexão e questionamento de outros possíveis empregos desses movimentos. Por outro lado, as recentes discussões focam um *saber fazer* ou um *saber sobre esse fazer*, passando a refletir a real importância da Educação Física como componente curricular. Sobre esse assunto, ver, entre outros, Valter BRACHT, 2002 e Marcílio SOUZA JR., 2002.

¹⁰³ As primeiras escolas de preparação profissional são: Escola de Educação Física da Força Policial de São Paulo (1910), Escola de Preparação de Monitores da Marinha (1925), Centro Militar de Educação Física (1922), Curso Provisório de Educação Física anexo à Escola de Sargentos de Infantaria do Rio de Janeiro (1929). Curso este que em 19/10/1933 passa a ser denominado Escola de Educação Física do Exército (Renato SOEIRO, 2003). Amarílio FERREIRA NETO (1999) ainda indica a criação de diversos cursos, em alguns estados brasileiros, destinados à preparação de civis, tendo como padrão a Escola de Educação Física do Exército. O primeiro programa civil de um curso de Educação Física de que se tem notícia é o do curso da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, criado em 1931, mas que só começou a funcionar em 1934. (Samuel de SOUZA NETO et al., 2004). Em 1939, através do decreto-lei 1.212, de 17/04/1939, é criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) anexa à Universidade do Brasil. Cabe lembrar que, a partir da fundação desta escola, o diploma de Educação Física passou a ser exigido para o ingresso dos professores nas instituições de ensino. Para aprofundamento sobre a história da ENEFD, ver Victor MELO, 1996. Com o surgimento da ENEFD, diversas outras escolas de formação de professores de

Outro aspecto que mudaria consideravelmente, de acordo com as diretrizes do ensino secundário, seria o critério de separação das turmas. Os alunos agora passariam a ser divididos nos seguintes grupos: *1º grupo*: alunos sem certificado de educação física; *2º grupo*: alunos portadores do certificado do ciclo elementar; *3º grupo*: alunos portadores do certificado do ciclo secundário (1º grau) e *4º grupo*: alunos portadores do certificado do ciclo secundário (2º grau).

Estava previsto que “as classes de ensino intelectual deverão ser organizadas, tanto quanto possível, de acordo com as que se formarem para educação física” (p. 12). Previa-se, com essa solicitação contida nas diretrizes, que a estrutura de divisão de turmas dos estabelecimentos de ensino secundário se adaptassem ao critério de divisão adotado pela Educação Física. Um componente curricular tentaria, assim, estabelecer uma nova *cultura escolar*, a qual teria o critério físico como primordial para a divisão de turmas. Para a formação das turmas de Educação Física, seriam realizadas provas práticas normalmente ao final do ano, para a obtenção dos certificados. Essas provas, diferentes com relação aos sexos e às idades¹⁰⁴, consistiam em corridas de velocidade e resistência, saltos em altura e extensão, exercícios de trepar em cordas, arremessar, levantar e transportar objetos, além de exercício de equilíbrios, como a transposição de traves. Em linhas gerais, exercícios que buscavam avaliar força, resistência e destreza dos alunos.

Creio ser importante aprofundar esta questão das divisões das turmas. Ao que me parece, esta foi uma maneira muito própria dos agentes da *disciplina* de Educação Física decidirem como suas atividades deveriam ser conduzidas, tentando, inclusive, alterar o sistema de separação de turmas já adotado pela instituição. Práticas particulares como essas podem ser incluídas no que Dominique JULIA (2001, p. 10-11) denomina cultura escolar:

um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades

Educação Física foram criadas em outros estados brasileiros a partir da década de 1940 (Inezil Penna MARINHO, 1954).

¹⁰⁴ Eram basicamente 3 os certificados de Educação Física a serem obtidos: para a obtenção do certificado do ciclo elementar, os meninos deveriam ser avaliados após completarem 11 anos e meio e as meninas, 10 anos e meio. Para o certificado do ciclo secundário (1º grau), os meninos deveriam ter completos 15 anos e as meninas 14, e, por fim, para a prova prática do ciclo secundário (2º grau), os meninos deveriam ter no mínimo 17 anos e as meninas 16 anos completos.

que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (grifos do autor).

Considerando o caráter normativo deste novo critério de divisão de turmas, acredito ser possível incluí-lo entre os *dispositivos pedagógicos*. Para as diretrizes do ensino secundário, estes constituiriam uma maneira de aproveitar ao máximo a *homogeneidade* das turmas tanto na Educação Física quanto nas *classes intelectuais*.

Antonio VIÑAO (1995), também definindo cultura escolar, nos apresenta as seguintes palavras, as quais acrescentam alguns elementos à definição de JULIA. Para VIÑAO (p. 68-69), cultura escolar consiste em

un conjunto de aspectos institucionalizados – incluye practicas y conductas, modos de vida, hábitos e ritos – la historia cotidiana del hacer escolar – objetos materiales – función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición (...) – y modo de pensar, así como significados e ideas compartilhadas. Alguien dirá: todo. Y sí, esta cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes e cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir e hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen.

Neste sentido, parece que a divisão de turmas proposta pelas Diretrizes não pode ser incluída entre os aspectos mais relevantes definidores da prática. Posso afirmar que este intento de modificar as divisões das turmas das demais disciplinas baseadas nos critérios da Educação Física, em consequência, no potencial físico dos alunos, não foi implantado no CEP, pois, nos relatórios mensais das outras disciplinas, as divisões de *classes de ensino intelectual* são comumente diferentes das turmas de Educação Física. Esta fazia sua divisão à parte, baseada nos critérios médicos de homogeneização, enquanto que nas *classes de ensino intelectual* a divisão era feita por ordem alfabética. Para os anos seguintes, estas turmas basicamente eram divididas da mesma forma, dependendo da aprovação dos alunos para o próximo nível escolar e de possíveis transferências. Para a Educação Física, o critério de divisão das turmas seria mesmo o dos exames e avaliações físicas,

dentro das possibilidades da instituição. Como afirmou VIÑAO, alguns aspectos são mais relevantes que outros e assim definem a estrutura escolar.

Cabe ressaltar que, embora tenham sido publicadas em 1947, essas recomendações de divisão de turmas através de avaliações físicas possivelmente já faziam parte das aulas de Educação Física no início da década de 1940. Segundo o depoimento oral de Ernani Straube

havia uma avaliação... deixa eu ver se consigo me lembrar... como era feita a avaliação... corrida, a gente tinha que correr um espaço durante um período X, eles marcavam um espaço no campo, a gente era obrigado a correr e eles marcavam num cronômetro... levantamento de pesos, levar aqueles sacos de areia, levava nas costas, de um espaço até o outro, em determinado tempo, assim, coisas mais simples (...) [mas] nunca soube de ninguém reprovado, a não ser por falta. Por nota nunca soube de ninguém reprovado. (Ernani Straube, 2003, p. 12-13).

Devido à particularidade dessa avaliação física, muito provavelmente os graus/notas atribuídos pareciam não ter outra função a não ser a de dividir as turmas, para os anos seguintes, de acordo com as capacidades físicas dos alunos. Diferente das demais disciplinas, nas quais as notas das provas poderiam impedir o progresso dos alunos para o próximo nível, na Educação Física os resultados eram utilizados para a organização das turmas.

Neste mesmo sentido, a professora Ivete Luz Buck Silva nos oferece mais alguns elementos importantes para análise:

Tinha uma prova, mas não tinha avaliação. A gente fazia uma prova... pulava tanto de altura... essas coisas assim. Mas não tinha assim uma avaliação exata, própria que influenciasse na disciplina de uma forma geral, no curso. Era só para a própria professora ter uma base do que aquela aluna era capaz, do que ela podia... a avaliação era mais para a professora do que para o currículo da escola (Ivete Luz Buck Silva, 2004, p. 11).

Esses dois depoimentos orais nos apresentam diferentes graus de importância atribuídos às avaliações. No caso dos alunos do sexo masculino, com turmas mais numerosas, as avaliações eram importantes para as futuras separações de turmas. Já no caso da Educação Física feminina, como geralmente era formada apenas uma única turma, não havia como a avaliação interferir na formação da turma dos anos seguintes. No caso do CEP, a preocupação em adequar-se às

recomendações das diretrizes estava voltada principalmente para o caso da Educação Física masculina.

Apesar de o professor Ernani não ter conhecimento de ninguém que tenha sido reprovado nessas provas e apesar da possibilidade das provas terem significado apenas para os professores/as (segundo indicou a professora Ivete), as diretrizes traziam uma observação para o caso da não obtenção de êxito do avaliado. Para a obtenção dos certificados, os alunos que não conseguissem atingir o mínimo exigido na primeira avaliação realizada no final do ano letivo teriam a opção de repetir as provas nas férias do mês de junho do seguinte ano. Neste contexto, fica clara a importância atribuída às avaliações.

Para André CHERVEL (1990, p. 206), a necessidade de avaliação nas instituições de ensino engendrou dois fenômenos que pesam sobre o desenrolar das disciplinas ensinadas. O primeiro deles é a especialização de certos exercícios na sua função de exercícios de controle. O segundo é o peso considerável que as provas do exame final exercem por vezes sobre o desenrolar da classe e sobre o desenvolvimento da disciplina. As avaliações físicas, acima abordadas, seriam, então, um mecanismo de controle e de organização da continuidade dos trabalhos, o que contribuiu para a afirmação da Educação Física como uma *disciplina escolar*.

Além das propostas de mudança dos critérios para separação das turmas, outras diferenças em relação à Reforma de 1931 podem ser verificadas: nas Diretrizes para a Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário de 1947, há algumas ressalvas com relação ao programa de exercício de Educação Física. O quadro a seguir torna mais fácil a visualização do programa:

QUADRO 4 - FINALIDADES, REGIME DE TRABALHOS E PROGRAMA DE EXERCÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947

Grau de Ensino	Finalidade	Regime de Trabalhos	Programa de Exercícios
Primeiro Grupo	A educação física para os normais, neste grupo, tem por fim cooperar para o desenvolvimento harmônico do corpo e das faculdades cerebrais, estimulando as grandes funções orgânicas e combatendo as más atitudes, sem perder de vista as leis biológicas do crescimento.	6 sessões por semana com duração máxima de 30 minutos	Ginástica: evoluções, flexionamentos simples, combinados e dissimétricos e aplicações. Sessões de grandes jogos. Exercícios elementares de natação (facultativo)

Grau de Ensino	Finalidade	Regime de Trabalhos	Programa de Exercícios
Segundo Grupo	O objetivo da educação física neste período é, dentro da finalidade geral (desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito), continuar estimulando as grandes funções, especialmente o sistema neuro-muscular; despertar o gosto pelo esforço e o hábito de vida ao ar livre.	6 sessões por semana com duração máxima de 45 minutos	Ginástica: evoluções, flexionamentos simples, compostos, dissimétricos e aplicações. Sessões de grandes jogos Sessões de esportes individuais e coletivos (iniciação para os mais desenvolvidos) Natação utilitária (facultativa) Excursões (1 por mês)

Grau de Ensino	Finalidade	Regime de Trabalhos	Programa de Exercícios
Terceiro Grupo	O fim a atingir é o mesmo do grupo anterior e ainda desenvolver a personalidade do jovem, aperfeiçoar-lhe a destreza, ensinar-lhe a utilização inteligente de suas forças e despertar-lhe o espírito de solidariedade.	6 sessões por semana com duração de 45 minutos	Ginástica: evoluções, flexionamentos e aplicações. Sessões de grandes jogos Sessões de esportes individuais, coletivos e náuticos (esta última, quando houver instalações adequadas) Excursões (1 por mês) Acampamentos (1 por ano, só para alunos do sexo masculino)

Grau de Ensino	Finalidade	Regime de Trabalhos	Programa de Exercícios
Quarto Grupo	A educação física nesse período faz-se complemento das fases antecedentes e tem por finalidade desenvolver, ao mais alto grau, a força, a resistência, a velocidade, o gosto pelo esforço desportivo, aprimorar as qualidades físicas e morais já existentes, particularmente o espírito de solidariedade.	6 sessões por semana, com duração de 45 minutos para as sessões de ginástica e dos tempos regulamentares para as de desportos em geral.	Ginástica: evoluções, flexionamentos e aplicações. Sessões de esportes individuais, coletivos e náuticos (esta última, quando houver instalações adequadas). Excursões (1 por mês) Acampamentos (1 por ano, só para alunos do sexo masculino).

FONTE: Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de Ensino Secundário, 1947.

NOTA: assim como no Quadro 3, as informações contidas neste quadro estavam dispostas com outra configuração na obra da qual foram retiradas. Para uma melhor visualização, montei o quadro acima.

Acredito que essas diretrizes, aproximando-se mais das realidades/possibilidades das instituições de ensino, recomendam as atividades com algumas ressalvas. A prática da natação e dos esportes náuticos, obrigatória em 1931, neste documento passou a ser facultativa ou sugerida quando a instituição possuísse instalações para seu desenvolvimento. Sem justificativa aparente, também constam orientações para supressão das *sessões de estudos, os exercícios respiratórios, os flexionamentos da caixa torácica e os chamados pequenos jogos*. (Diretrizes, 1947, p.14). Pode ser que o motivo desta supressão, pelo menos no caso das *sessões de estudos*, fosse por não serem efetivamente desenvolvidas ou por não atingirem o objetivo proposto.

Para o programa, uma observação estava posta, acredito que em vista da dificuldade das instituições aplicarem semanalmente as sessões de Educação Física: quando da não possibilidade da aplicação diária das sessões, estas deveriam ser desenvolvidas duas vezes por semana com os mesmos conteúdos. Seriam alteradas, essencialmente, as quantidades dos conteúdos: a prática de ginástica de uma a duas sessões semanais para todos os grupos e a frequência da prática dos grandes jogos e dos desportos quinzenalmente para os grupos mais avançados. Dessa forma, as instituições poderiam desenvolver a Educação Física de uma forma mais condizente com sua realidade subsidiadas pela abertura dada pela legislação. De fato, é bem provável que o CEP já tivesse adotado essa prática de diminuição das aulas semanais em virtude de uma série de impossibilidades específicas da instituição.

Ainda em comparação com o programa proposto em 1931, alguns conteúdos foram acrescentados. No entanto, as finalidades referentes ao conjunto de conteúdos ao qual os novos foram acrescidos permaneceram praticamente as mesmas.

Uma mudança significativa foi a retirada do texto das finalidades referentes ao quarto grupo, nas quais eram previstas, em 1931, a “realização do tipo de atleta completo” e o início das “especializações esportivas, de acordo com as predisposições naturais e tendências individuais”. Muito embora essa alteração

possa significar que a *importância* da prática esportiva estaria diminuindo na Educação Física, a realidade do CEP parecia caminhar para uma outra direção, com a construção de espaços exclusivamente esportivos e também a disponibilização de materiais para serem utilizados nos esportes. No terceiro capítulo, aprofundarei mais esta questão.

Uma observação que também merece destaque consiste no fato de que, para os alunos do 4º grau de ensino, os *tempos regulamentares* dos desportos poderiam ser fatores limitantes dos tempos das sessões. Estas turmas, sendo compostas praticamente pelos alunos mais próximos da idade adulta, poderiam ser expostas a esforços mais intensos. Apesar de não poder precisar como essa sistemática possa ter sido aplicada, aqui percebemos que os elementos de uma *cultura escolar* poderiam estar sendo modificados e/ou adaptados de acordo com as necessidades específicas da Educação Física. Alterar o tempo de sessão de 45 minutos tradicionais para, por exemplo, uma partida de futebol com 90 minutos ou uma partida de voleibol com 3 sets, era algo que poderia influir de maneira significativa na composição da grade horária.

Analisando as finalidades dos programas acima expostas, podemos perceber que a *ambição* da Educação Física era maior do que uma simples *educação do corpo pelo corpo*. Além do desenvolvimento físico, de acordo com as leis biológicas de crescimento, o combate às más atitudes, o despertar da solidariedade, o desenvolvimento da destreza e o lapidar da personalidade dos jovens são considerados como sendo de fundamental importância. Segundo as Diretrizes (1947, p. 8), a Educação Física, em conjunto harmônico com as demais disciplinas, teria por finalidade a formação de um “homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico de seu valor e das suas responsabilidades”. E deveria, ainda, “preparar a mulher para sua missão no lar, dando-lhe ainda possibilidades de substituir o homem em trabalhos compatíveis com o sexo feminino” (id.). Formações diferentes estavam previstas, de acordo com o sexo, mas, no conjunto, dever-se-ia “tornar cada brasileiro, de ambos os sexos, apto a contribuir eficientemente para a economia e a defesa da Nação” (id.).

Estes indícios nos remetem novamente ao que Silvana GOELLNER (2003) indica em seu trabalho: formar um homem viril, corajoso, destemido e intrépido ao

mesmo tempo em que deveria formar a mulher¹⁰⁵ *bela, maternal e feminina*. Essa formação masculina, segundo as diretrizes, seria desenvolvida - além dos exercícios ginásticos, grandes jogos e esportes - com a realização de excursões e de acampamentos¹⁰⁶ (estes somente para os alunos), os quais proporcionariam aos alunos o contato com a natureza e estimularia o hábito de vida ao ar livre, o gosto pela aventura, essenciais para a formação do *homem de ação*.

O grande mote da Educação Física seria a contribuição para a formação física e moral dos indivíduos visando uma *unidade nacional*. Através da formação de grupos fisicamente homogêneos e com vontades homogêneas, a convivência harmônica em sociedade – daí a insistência no investimento em valores como a solidariedade – poderia ser facilitada.

Na verdade, a Educação Física era mais uma *disciplina* que, constante nos currículos (primários e secundários), fazia parte de um projeto de largo alcance que já havia iniciado desde os anos finais do século XIX, qual seja, o *fortalecimento* do sentimento de nação, a *modernização* do país e a *moralização* do povo. Como indica Rosa Fátima de SOUZA (2000, p. 12) ao estudar a construção do currículo das escolas primárias brasileiras no final do século XIX, “a introdução de novas disciplinas nos programas do ensino primário, especialmente ciências, desenho e educação física, articulou-se com a linguagem de modernidade, isto é, a justificativa para a inclusão desses conteúdos culturais assinalava as contribuições que eles trariam para a modernização”.

Esta *educação do corpo*, também no ensino secundário, desempenhava um importante papel, pois interferia diretamente na formação dos alunos. Preparando um indivíduo completo e aprimorando suas diversas faculdades (física, moral e intelectual), contribuiria com o processo educativo (modernizador) principalmente porque as qualidades desenvolvidas passariam a ser indispensáveis aos trabalhos de outras disciplinas, por exemplo, a atenção, a destreza, a concentração e a criatividade nas disciplinas de Desenho e de Trabalhos Manuais. Semelhantemente, outras disciplinas, como a Geografia, História, Canto Orfeônico, Educação Moral e

¹⁰⁵ Sobre esse assunto, ver LENHARO (1986, p. 102 et seq.). O autor nos apresenta de que forma, nos discursos, o trabalho feminino foi sendo direcionado exclusivamente ao lar, atribuindo às mulheres a importante função de *moralização* da família.

¹⁰⁶ Não posso precisar se estes eventos foram ou não realizados no CEP, pois não encontrei nas fontes indícios destas práticas.

Cívica, etc., também auxiliariam neste processo formando e fortalecendo os diversos valores nos alunos.¹⁰⁷

Importante observar ainda que a Educação Física, com os atributos desenvolvidos pela sua prática metódica e racional, seria uma ferramenta solicitada ao desenvolvimento econômico (industrial?) e à defesa nacional. Para a conquista do desenvolvimento econômico do país, era necessário, à época, investir na qualificação física e moral dos futuros trabalhadores.

Apesar de terem sido publicadas em 1947, as diretrizes contêm elementos que já faziam parte dos discursos de Getúlio Vargas para os trabalhadores durante seu governo. Esta era, na opinião do governante, uma classe importante para os interesses futuros da nação não só do ponto de vista da produção como também de um eventual chamado de guerra. LENHARO nos apresenta elementos sobre esta discussão ao apontar que o “chefe” e “pai” de todos os brasileiros estaria, em troca de todos os benefícios cedidos à classe operária, solicitando desta o apoio (e submissão) permanente aos interesses da nação. Podemos identificar estas manifestações de confiança (e cobrança) na seguinte frase: “os trabalhadores nunca me decepcionaram...” (Getúlio Vargas, apud LENHARO, op. cit., p. 99). Esta solicitação fazia parte de um projeto para a defesa nacional. Desenvolvendo nos jovens (e adultos) um sentido patriótico, em caso de guerra, o recrutamento para a luta pelas causas da nação seria facilitado, desde que esse *sentimento* já tivesse sido *trabalhado*.

Pretendi apresentar um quadro dos programas que davam respaldo aos trabalhos da Educação Física no GP (CEP) desde 1931, quando da reforma Francisco Campos, até a publicação das Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário em 1947. A análise desses programas possibilitou a abertura de novas questões que podem ser respondidas agora através da análise dos conteúdos propostos pelos programas.

¹⁰⁷ Sem dúvida é necessária a comparação dos estudos históricos destas disciplinas e componentes curriculares para perceber de que forma estes fizeram parte deste processo de formação física, moral e intelectual.

2.2. DOS CONTEÚDOS DAS SESSÕES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Como vimos, as *aulas* de Educação Física no GP (CEP) seguiam as prescrições do Método Francês, método oficial dos estabelecimentos de ensino. Apesar disso, pode-se detectar, em contato com as fontes, que alguns outros conteúdos poderiam estar sendo desenvolvidos pelos professores devido à carência de espaço e materiais. Enfim, estes indícios permitem afirmar que esses sujeitos poderiam estar desenvolvendo suas atividades da maneira que lhes fosse possível ou conveniente de acordo com o contexto.

No relatório de Educação Física do ano de 1940, o programa de Educação Física para o curso fundamental apresentava a divisão das aulas em duas partes: uma prática e outra teórica. O que chama a atenção é a presença, no relatório, da observação de que a parte teórica estaria, com pequenas alterações, em vigor desde 1933. Este programa, que enfatizava os assuntos relativos à higiene e ao caráter biológico da Educação Física, estava assim dividido:

1ª CLASSE

1. A Educação Física, definições e objetivos.
Objetivo da Educação Física nesta classe.
2. Resumo histórico.
3. Corpo humano; noções aplicadas á Educação Física.
4. Conseqüências do exercício na infância (exemplo: aumento das trocas respiratórias, regularização do crescimento, correção da atitude geral).

2ª CLASSE

1. Objetivo da Educação Física nesta classe.
2. Efeitos do exercício na adolescência (exemplo: estabilização do sistema nervoso, desenvolvimento harmônico do organismo e de suas funções).
3. Ação fisiológica dos raios solares.
Como tomar os banhos de sol.
4. Higiene da respiração.
Banho de ar.
Vida ao ar livre.
5. A hidroterapia na Educação Física.
Os diferentes banhos e seu uso.

3ª CLASSE

1. Objetivo da Educação Física neste período.
2. Efeitos do exercício na juventude (exemplo: aumento da força muscular, aceleração da circulação, aperfeiçoamento das funções digestivas, nervosa, cerebrais, eliminação mais completa dos venenos orgânicos, regularização da nutrição).
3. Educação Física feminina, objetivos e orientação.
4. Forma e proporções corretas do corpo do homem e da mulher.
5. Efeito dos diferentes exercícios sobre o organismo.
6. A alimentação na Educação Física e nos esportes (regras gerais).

4ª CLASSE

1. Objetivo da Educação Física superior.
Moral esportiva
2. Fisiologia e orientação do treinamento.
3. “SURMENAGE” ou estafa.
4. A massagem esportiva, seus efeitos, sua utilidade e possíveis inconvenientes.
5. Estudo comparado dos diversos métodos de Educação Física.¹⁰⁸

Mas o fato de, durante a década de 1930, os responsáveis pela *disciplina* não serem professores de Educação Física pode nos conduzir a levantar suspeitas sobre a execução desse programa. Será que o GP tinha condições de colocar em prática o seu próprio programa, inclusive as aulas teóricas? De que maneira foram trabalhados esses conteúdos com os alunos, ou eles simplesmente não eram dados? Neste sentido, GOODSON (1995) nos chama a atenção para um dado importante na história das disciplinas escolares e do currículo: o fato de o currículo escrito poder ser ou não seguido. Assim nos fala o autor: “Significa, sin embargo, afirmar que el currículum escrito establece la mayoría das veces importantes parámetros para la practica en el aula (no siempre, no todas las veces, no en todas las aulas, sino ‘la mayoría de las veces’)” (p. 99).

A partir de um programa estabelecido, o desenvolvimento das aulas estaria padronizado ou, pelo menos, facilitado dentro de um conjunto de opções, mas a sua execução faz parte de um outro prisma de análise. É possível supor que, na falta de professores de Educação Física, outros personagens, como médicos e militares, poderiam ser encarregados da parte teórica da Educação Física, pois esta constituía uma *matéria* de domínio aberto, devido às suas *raízes* médica e militar. Inserida como um componente curricular, o seu desenvolvimento nas instituições de ensino poderia ser realizado por outros sujeitos, não necessariamente professores de Educação Física.

À medida que a Educação Física foi se constituindo como uma *disciplina escolar*, detentora de *reconhecimento* pela importância atribuída a ela, reconheceu-se a necessidade também de iniciar a formação de professores específicos para

¹⁰⁸ Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar* – Ano Letivo de 1940, p. 14 – 15, grifos no original.

essa *disciplina*, assim como passou a ocorrer a tentativa de estabelecimento de um *campo* de conhecimento próprio da Educação Física¹⁰⁹.

Ainda com relação às aulas teóricas, é necessário prestar atenção ao perigo do anacronismo, pois classificar as aulas teóricas da época partindo do modelo atual de aula teórica é um equívoco que o historiador não deve cometer. Quando perguntado sobre a existência dessas aulas, Ernani Straube assim respondeu:

Geralmente [a aula] era teórica no próprio campo, a gente em pé e eles iam explicando qual era a finalidade, qual era a razão da Educação Física, o tipo de exercício, porque se fazia aquele exercício, mas muito superficialmente, não sempre, não assim numa aula fechada, de uma hora, nada. Era rápido, logo a gente começava já a fazer os exercícios. (Ernani Straube, 2003, p. 9)

É muito provável que esse momento indicado pelo professor Ernani se refira ao que era conhecido como *sessões de estudo da Educação Física*, que não devem ser confundidas com uma aula teórica (*fechada, de uma hora*). Porém, às vistas dos sujeitos que viveram aquele momento, esta poderia ser a caracterização de uma aula teórica de Educação Física.

Segundo AQUINO, as *sessões de estudo* eram necessárias principalmente para os alunos que iniciassem a prática de Educação Física assim como quando eram inseridos exercícios diferentes dos já habituais e que exigiam uma explicação mais minuciosa para a sua correta execução. “A sessão de estudo não passa de um fragmento da lição comum na qual os exercícios são pacientemente decompostos e ensinados, a fim de que da sua prática possam os alunos usufruir todo o benefício” (1939, p. 133).

Segundo o Regulamento Geral de Educação Física, a sessão de estudo consistia uma prática que visava

Ensinar ao aluno detalhadamente o melhor modo de execução dos movimentos que entram na composição da lição;
Fazê-lo adquirir “o estilo”, cuja posse é necessária para obter nos esportes individuais, resultados proporcionais a sua potência física;
Adquirir as noções técnicas e táticas essenciais e indispensáveis para que ele possa se entregar à prática de esportes coletivos (1934, p. 39, grifos no original).

¹⁰⁹ Maria do Carmo MARTINS (2003), ao analisar a constituição das disciplinas de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), nos fornece elementos destas disciplinas que muito se aproximam da particularidade da Educação Física no período por mim estudado.

Mais que esmiuçar um exercício específico, o objetivo das sessões era fazer com que todos os alunos adquirissem um padrão, um “estilo” de execução de movimentos adequados às práticas que eles realizariam. O conhecimento e a aquisição dos *padrões* e das *maneiras* de se executar uma prática esportiva também se faziam necessários. Toda essa estrutura padronizada de comportamentos corporais era requerida para que os objetivos propostos pela prática da Educação Física fossem atingidos.

Em oposição ao exposto pelo Regulamento, Ivete Luz Buck Silva, que deu aulas somente para a parte feminina nos anos finais da década de 1940, quando questionada sobre o mesmo assunto das aulas teóricas, respondeu que a Educação Física

sempre foi prática. É claro que na prática a gente sempre fala alguma coisa, explicando o valor daquele exercício, essas coisas. Mas aula teórica mesmo não existia. (Ivete Luz Buck Silva, 2004, p. 8)

É bem provável que aqueles conteúdos anteriormente citados, em *vigor* desde 1933, fossem trabalhados em forma de rápidas palestras ou preleções, o que não quer dizer que não fossem *aulas teóricas* no entendimento dos alunos e professores.

Hélcio Buck Silva acrescenta alguns elementos sobre as aulas teóricas, também se referindo ao final da década de 1940, quando já era professor de Educação Física no CEP:

Muitos professores, em momentos cívicos, faziam preleções a respeito de algum acontecimento cívico e na aula do dia-a-dia também se constituía uma prática de falar sobre algum acontecimento, alguma data comemorativa. As aulas teóricas também existiam, no sentido de ser um complemento em dias chuvosos, por exemplo, que não tinha atividade propriamente dita; era reservado então aquele momento para que o professor reunisse a turma, mas não havia assim uma programação específica, no que devia dar, tantas aulas teóricas, etc. Ficava mais a critério do próprio professor, por iniciativa de cada um de falar sobre algum assunto. Mas isso não fazia parte - pelo menos não tenho lembrança - de uma programação curricular de aulas teóricas. (Hélcio Buck Silva, 2004, p. 11-12).

Ora, se para os professores não havia uma programação específica para as aulas teóricas, se os assuntos dependiam do improvisado do professor, atento aos

acontecimentos (sociais) para poder explanar sobre algum assunto, se ficava a critério do próprio professor o que falar nestes momentos, qual era a utilidade do programa teórico, em vigor, desde 1933? Seria apenas o cumprimento de mais um requisito constante no relatório enviado à Divisão de Educação Física?

Parece que as escolhas dos conteúdos teóricos e da forma que estes seriam trabalhados passavam pelas opções dos professores. O currículo escrito fornecia um parâmetro do conteúdo a ser trabalhado, mas os professores realizavam suas escolhas dentro de suas possibilidades ou de suas *experiências*. Para Edward THOMPSON (1981, p. 189), a experiência “foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’”. E ainda, “as maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação”.

Para Mário Bassói, esses momentos de aulas teóricas aconteciam da seguinte forma, indo ao encontro do acima exposto:

Podia acontecer uma vez ou outra [a aula teórica]. Mas, quando chovia não tinha aula, só fazia chamada. (...) Quando chovia, geralmente [os alunos] faziam perguntas e a gente respondia. (...) Então você, por exemplo, em casa, está chovendo, faça uma ginástica em casa... no próprio quarto você pode fazer. Faz extensão, para aquecer os músculos. (...) Agora quando chovia, às vezes, nem todo mundo vinha. Então quando perguntavam alguma coisa, [a gente] passava, [explicava] porque faz isso, porque faz aquilo, qualquer pergunta que faziam a gente respondia. (Mário Bassói, 2003, p. 9-10).

Mais uma vez o elemento do *improviso* é indicado no relato oral. Com isso, é possível sugerir que as aulas teóricas de Educação Física, se chegaram a ser realmente efetivadas, estavam muito aquém do proposto pela legislação. O conhecimento dos próprios professores, ao trabalhar com aqueles conteúdos, poderia não ser aprofundado o suficiente para garantir a realização dessas aulas teóricas. Da mesma forma, é possível imaginar que o conteúdo dessas *aulas* girava em torno das dúvidas e inquietações dos próprios alunos.

Algumas hipóteses podem ser lançadas: como o objetivo principal da Educação Física era a *educação do físico*¹¹⁰ através dos exercícios, não caberia a *reflexão* sobre esses movimentos, mas somente a sua *execução*, como indicado nas Diretrizes para a Educação Física (1947, p. 7). Se os momentos de explanação teórica estavam indicados na legislação, é bem provável que os professores tenham se utilizado de suas experiências de vida para passar aos alunos conhecimentos sobre a Educação Física. É o caso do professor Navarro, que havia recebido “benefícios da Ginástica na mocidade”, sendo desta forma motivado a se dedicar ao ensino da Educação Física. Os outros professores, alguns deles por terem cursado as escolas de Educação Física, podem ter se utilizado das experiências pessoais com os esportes e competições para passar esses valores aos alunos, como é o caso dos professores Hamilton Saporski e Hércio Buck Silva.

Em caso de chuva, como indicaram as fontes orais anteriormente, as *aulas* não ocorriam ou, quando ocorriam, eram de maneira improvisada, sem uma estruturação prévia adequada. Com a publicação das Diretrizes, em 1947, acredito que em virtude do conhecimento dessa prática de não realizarem as aulas (prática essa muito provavelmente comum em diversas instituições de ensino), estava prevista a seguinte observação: “nos dias de chuva, quando não possam ser utilizadas as instalações ao ar livre, o professor deverá ministrar em recinto coberto sessões de ginástica sueca ou calistênica, para os alunos do sexo masculino e de ginástica rítmica para os do feminino” (p. 19).

Com relação às aulas práticas, nos relatórios da década de 1940, para os cursos fundamental (ginasial) e complementar (colegial), encontramos modelos de lições enviados à Divisão de Educação Física que, aparentemente, são aplicações das recomendações curriculares, seguindo *à risca* os conteúdos previstos nos programas já analisados. Para cada classe, a duração dos exercícios, a intensidade e a quantidade eram modificadas. Apresento um desses modelos¹¹¹, na íntegra, pois sua estrutura será analisada em seguida:

¹¹⁰ Em conjunto com essa *educação do físico*, os elementos de ordem moral e intelectual estariam também sendo desenvolvidos, contudo a *ação primeira* da prática da Educação Física era sobre o *corpo* dos alunos.

¹¹¹ Outros exemplos de lições para as outras turmas podem ser encontradas dos ANEXOS 7, 8, 9 e 10.

LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ciclo Secundário – 1º Grau – 13 aos 16 anos

Dia:- Hora:-

Local:- Campo do Ginásio.

Duração:- 40 minutos.

Uniforme:- O de Ed. Física.

Material:- O necessário.

Regime dos Trabalhos

Sessão Preparatória:- Normal

Lição Propriamente Dita:- Três educativos, quatro aplicações e dois jogos.

Volta á Calma:- Normal.

SESSÃO PREPARATÓRIA

Duração:- 8 minutos

Evolução:- 23 -: Marcha dos Ginastas.Flexionamentos:-

Br:- 50 -: Flexão dos antebraços, com extensão dos braços para frente, vertical e lateral.

Pr:- 60 -: Grande afast. lat - Mãos nos quadris. – Flexão alternada das pernas.

Tr:- 73 -: Afast. lat - Mãos nos quadris – circundução dos troncos.

Comb:- 82 -: Mãos nos quadris - Flexão do tronco com elevação da perna para trás.

Asm:- 90d -: Elev. lat. dos braços, flexão dos antebraços no plano vertical, com um tempo de atraso.

Cxt:- 106 -: Com elevação dos braços flexionados. (3 a 5 vezes).

LIÇÃO PROPRIAMENTE DITA

Duração:- 28 minutos

Marchar:- 124 -: Marcha alongada rápida.Trepar:- 180 -: Passagem do pórtilo, andando ou correndo.Saltar:- 222 -: Salto em altura de frente, com impulso.L. Trans:- 254 -: Levantar um camarada deitado, com o corpo retesado, segurando-o sob os braços.Correr:- 294 -: Corrida em andadura moderada, passada longa.Lançar:- 315 -: Lançar para frente o medicine-ball, por abaixamento dos braços estendidos e flexão do tronco. (dois a dois, de frente).A. Defen:- 364 -: Empurrar pelas costas um camarada que resiste.Jogos:- 403 -: O quebra canela em círculo -: 424 -: Corrida de estafeta.VOLTA Á CALMA

Marcha lenta com exercícios respiratórios.

Marcha com canto ou assovio.

Exercícios de ordem.¹¹²

Este era um modelo de lição aplicada à 1ª turma do ciclo secundário, para os alunos com idades entre 13 e 16 anos. O que era chamado nos planos de aula de “campo do Ginásio” era, na realidade, para aquele ano, o Campo do Britânia (Barcarola), para os alunos do fundamental, e o Belfort Duarte (Campo do Coritiba F.C.), para os alunos do complementar. Para as meninas, estavam previstas as

¹¹² AGCEP. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1941.* s/p, grifos no original.

atividades no ginásio da Sociedade de Cultura Física Jahn (atual Clube Duque de Caxias).

Neste exemplo (assim como nos demais) de lição de Educação Física encontrado no relatório de Educação Física do GP, cada exercício e atividade era precedido de um número, o qual corresponde ao número que o determinado exercício possuía no Regulamento Geral da Educação Física, o que significa que os exercícios desenvolvidos foram retirados desse compêndio ou de outros manuais que a ele seguiam.

Os exercícios, nesse Regulamento, são especificados contendo detalhes de execução e de como corrigir os problemas porventura apresentados durante a prática, sendo que, tendo como suporte este material, não parecia ser difícil a sua aplicação. É claro que, a todo momento neste compêndio, é ressaltada a importância do trabalho do professor de Educação Física, pois somente ele saberia como pôr em prática, de maneira eficiente e utilitária, as orientações contidas no Método.

É interessante notar a metrificação com a qual as sessões eram organizadas; cada parte específica possuía um período exato de tempo para ser desenvolvida. À parte inicial deveriam ser destinados dois décimos do tempo total da lição; à lição propriamente dita, sete décimos e, à volta à calma, o um décimo restante. Através dessa exata divisão em proporções que não deveriam ser alteradas, estava prevista uma aula na qual o aluno aquecia-se aos poucos, para então, na parte principal realizar exercícios mais intensos. Os jogos e a prática dos desportos também eram previstos para esta parte principal da aula. E, atendendo aos preceitos médicos, ao final da aula, era praticada uma atividade que progressivamente fizesse com que os alunos voltassem ao estado de repouso, agindo na diminuição dos batimentos cardíacos e da pressão arterial, assim como na redução da sudorese e da agitação dos alunos.

No item *Regime dos Trabalhos* era registrado como seria a aula. A sessão preparatória poderia ser *completa* ou *normal* - com evoluções e a aplicação de todos os flexionamentos -, *reduzida* - com os flexionamentos de braços, pernas, tronco e caixa torácica - e, ainda, *pequena* - sendo os mesmos flexionamentos da sessão reduzida, porém com menor número de repetições. Essa variação dependia das condições climáticas e do que seria exigido na lição propriamente dita. Essa lição poderia ser constituída, como no exemplo, por *educativos*, *aplicações* e *jogos* ou por

sessões de grandes jogos e desportos individuais ou coletivos. A volta à calma poderia ser *normal* ou *prolongada*, dependendo da intensidade da lição. Passo agora a analisar mais detidamente essas partes que compunham uma lição de Educação Física.

A sessão preparatória tinha por finalidade, segundo AQUINO (1939, p. 121), “preparar o organismo para melhor executar os exercícios da lição propriamente dita” e também “sob o ponto de vista psicológico a sessão preparatória contribui para animar os preguiçosos e acomodar os irrequietos, formando assim um ambiente propício ao trabalho físico”.

As *evoluções*, próprias desta parte da sessão, consistiam em movimentações de marchas, para as quais os alunos deveriam estar em filas, facilitando assim a disposição destes para a continuidade da lição. As formas de movimentação variavam de acordo com o exercício de marcha escolhido, podendo ser em linha reta, em círculos ou outros percursos estabelecidos.

Nos *flexionamentos*, eram realizados exercícios que visavam “desenvolver de uma maneira especial a atenção e a vontade, dando flexibilidade às articulações, corrigindo as más atitudes” (ibid., p. 122). Esses flexionamentos eram divididos da seguinte forma: flexionamentos dos braços, das pernas, de tronco, combinados (realizados pela combinação dos flexionamentos antecedentes), assimétrico (duas partes do corpo realizando simultaneamente movimentos diferentes ou movimentos iguais em tempos diferentes) e da caixa torácica. Segundo o Regulamento Geral da Educação Física (1934, p. 23), o papel dos flexionamentos era - através de “movimentos com efeitos corretivos, e com efeitos localizados sobre cada articulação e sobre os músculos que a comandam” - proporcionar “flexibilidade, vigor e harmonia das formas” ao praticante.

A próxima parte de sessão consistia na lição propriamente dita, a qual reunia um ou mais exercícios de cada uma das *7 grandes famílias* constituintes do Método Francês, a saber: Marchar, Trepar (escalar/equilibrar), Saltar, Levantar e Transportar, Correr, Arremessar e Atacar e Defender. Para desenvolver cada *família*, fazia-se uso de *exercícios educativos* ou *aplicações*. Segundo AQUINO (op. cit., p. 127), “a escolha por família, tanto dos educativos como das aplicações, deve ser feita segundo um plano de conjunto, a fim de que todos os educativos e aplicações sejam dados de acordo com o grau de intensidade e dificuldade”, ou seja, era

aconselhado intercalar, dentro da lição, exercícios mais simples (educativos) e os mais complexos (aplicações). Essa preocupação de montar uma aula gradativa e uniforme pode ser identificada em diversos momentos, pois representava a essência do Método Francês - *utilitário, adaptável a todos, completo, racional e natural, harmônico e atraente*.

Os *exercícios educativos* caracterizavam-se como maneiras de preparar o praticante para a execução das *aplicações*. No Regulamento, encontramos a seguinte passagem, que ilustra como foram definidos esses exercícios educativos:

A análise das leis da mecânica animal, as experiências continuadas nos laboratórios especiais e no terreno, a observação atenta dos indivíduos excepcionalmente robustos e ágeis e, principalmente, o cinema lento, permitiram estudar minuciosamente o mecanismo complicado das aplicações, decompô-lo em seus elementos essenciais, fixar as sinergias musculares mais vantajosas para sua execução. (1934, p. 22, grifos no original).

Os elementos essenciais destacados no documento acima seriam os exercícios educativos¹¹³. Através da *quebra* do movimento, de sua separação em partes progressivas, da repetição dessas partes e da conseqüente execução correta do movimento os indivíduos eram preparados para a realização das *aplicações*. Essas aplicações consistiam em formas de aperfeiçoar, pondo em ação de modo mais econômico possível, todos os meios físicos dos quais o homem dispõe.

A escolha das 7 *famílias* foi realizada tendo como base os movimentos que o homem normalmente executa no desempenho das atividades habituais da vida (AQUINO, 1939, p. 62). Para cada família, havia “uma série de exercícios bastante variados, constituindo uma verdadeira escala gradativa, não só sob o ponto de vista fisiológico como de dificuldades” (ibid., p. 63). Ainda, de acordo com o Regulamento (1934, p. 23), “as aplicações aperfeiçoarão as qualidades já adquiridas e em particular, a destreza. Além disso, obrigam, em face de certos atos difíceis de

¹¹³ Devido às semelhanças, é bem possível que as *sessões de estudos* e os *exercícios educativos* tenham constituído as origens das chamadas *progressões pedagógicas*. Estas funcionam da seguinte forma: um movimento específico qualquer é decomposto em uma série de pequenos movimentos, os quais são ensinados, demonstrados e repetidos separadamente para melhor entendimento. A *progressão* se dá no momento em que os pequenos movimentos realizados separadamente são unidos gradativamente até que o aluno consiga realizar completamente o movimento inicialmente proposto.

realizar, a por em ação esta virtude de ordem superior: a virilidade" (grifos no original).

Podemos verificar que há uma *seqüência lógica* interligando esses elementos. Para a realização das aplicações (mais complexas), deveriam ser anteriormente aprendidos e executados exercícios educativos (mais simples). Estes, por sua vez, requeriam algumas qualidades físicas que seriam disponibilizados através dos flexionamentos, que estariam desenvolvendo a flexibilidade geral assim como a destreza, a coordenação dos movimentos e a independência das contrações musculares.

É clara a utilização dos fundamentos da *ciência* para o estabelecimento desta seqüência de conteúdos a serem passados aos alunos. O aquecimento inicial, o aumento gradativo do ritmo dos trabalhos, a *quebra* do movimento em partes, a análise cuidadosa de cada momento desta ação, enfim, elementos que são respaldados por subsídios científicos a fim de que justifiquem a eficácia da utilização do Método. Para Carmen SOARES (2001a), é exatamente este arcabouço científico atribuído à Educação Física que a faz conseguir, à época, um caráter de *verdade irrefutável, de verdade científica*.

Complementando os conteúdos da Educação Física, nas sessões, estavam previstos também *jogos* para a lição propriamente dita. Cabe lembrar a importância atribuída aos jogos, pois sua prática, de acordo com o Regulamento, "sempre é acompanhada de prazer; ora, o prazer constitui, para a criança, o mais notável excitante da energia vital e o estimulante mais ativo para fazê-la perseverar no exercício físico" (1934, p. 22). Porém, o jogo não era considerado um método completo de educação física, principalmente para adolescentes e adultos. Era necessário "continuar e completar sua ação, por exercícios cuja técnica mais bem estudada, sob o ponto de vista fisiológico e mecânico, permitirá que se obtenha efeitos mais intensos e bem determinados sobre as grandes funções e faculdades motoras" (id.).

Apesar de os jogos serem bem aceitos, uma observação estava posta: ao executar determinados jogos, que teriam ênfase em alguma *família*, deveria ser tomado cuidado para não realizá-los logo após a execução de aplicativos desta mesma *família*. O motivo era puramente higiênico, visava-se evitar assim um cansaço excessivo de determinado grupamento muscular. Assim também, quando

da realização dos jogos, sempre era recomendado mais do que apenas um jogo; procurava-se trabalhar com a realização de dois jogos que atingissem, por exemplo, os grupamentos musculares dos membros superiores e membros inferiores.

É importante frisar que os jogos poderiam ser realizados “rapidamente” após os educativos e aplicações ou poderiam constituir ainda, em determinados momentos, de per si a lição propriamente dita. Desta forma, seriam chamados de *grandes jogos*. Com essa característica, seriam adaptações recreativas dos esportes, como o futebol e o vôlei, ou, ainda, poderiam ser executados outros jogos com grande elaboração de regras e objetivos a atingir.

Assim como os *grandes jogos* estavam previstos para as turmas do ciclo elementar e secundário, nessa parte principal da lição de Educação Física, estavam também previstas *sessões de desportos, individuais e coletivos* para os alunos do ciclo superior. Considerada como o coroamento da Educação Física, a prática destes desportos chamava a atenção pela dedicação dos alunos para sua realização. Porém, alguns critérios foram estabelecidos para condicionar esta prática. A idéia de esporte¹¹⁴ que se possuía à época e que seria trabalhada dentro da instituição escolar era a do esporte de rendimento, pela busca de resultados, etc. Apesar de ser visto como um meio de competição, para AQUINO, o esporte, na escola, deveria seguir uma linha educativa¹¹⁵. Logo, para sua prática, o indivíduo deveria estar na idade adulta, com o organismo plenamente desenvolvido e ter o corpo forte o suficiente para realizar a prática desta *especialização*. Para este autor,

permitir que meninos, adolescentes mesmo, cujo crescimento ainda está se processando, cujas forças não atingiram a sua maturação, se entreguem aos esportes é um erro, não só sob o ponto de vista educativo como médico.

A puberdade é a fase mais delicada da vida. Deixar que jovens nesta época pratiquem livremente esportes, exercícios violentos, sem levar em consideração o meio, as condições especiais de cada um, a idade, é expor muitas vezes aqueles organismos a perigos de conseqüências fatais para o resto da vida. (1939, p. 67).

O autor ainda nos chama a atenção para o seguinte detalhe: “o esporte só poderá ser um benefício para o organismo quando praticado variadamente, sem preocupação de vitórias nem de recordes. Onde começam estes objetivos cessa a

¹¹⁴ Os termos esporte e desporto, à época e segundo as fontes e os compêndios que analiso, possuíam o mesmo significado.

¹¹⁵ Porém, temos que considerar que muitos consideram a competição como um meio educativo, promovendo, através da emulação, um incentivo à aprendizagem.

parte educativa” (p. 72). A atribuição de um caráter *violento* a alguns esportes, constituindo práticas exigentes e desgastantes física e mentalmente, segundo o autor, nos faz questionar esse caráter educativo atribuído aos esportes. AQUINO nos mostra que, em vista dessa concepção que se possuía dos esportes, era necessário um cuidado para o seu desenvolvimento, pois somente com a prática de um esporte adequado às particularidades de cada aluno é que os objetivos educacionais seriam alcançados.

Como não é fácil sobressair em todos os esportes, pois as qualidades exigidas por um, muitas vezes repelem as exigidas por outro, outra coisa não nos resta senão recomendar a prática daqueles que mais sejam indicados pelas condições físicas do pretendente. (...) A predisposição para um esporte implica quase sempre na inaptidão para outro, porque também não é menos verdade que a partir de um certo momento as qualidades físicas se chocam umas com as outras. (...) Quem deseja resultados apreciáveis terá forçosamente que se especializar (ibid., p. 68-69).

A importância atribuída à presença dos esportes como meio educativo continuaria sendo ressaltada anos mais tarde, assim como era ressaltada a observação de que a eficiência educativa da prática dos esportes só seria efetivada se estes fossem desenvolvidos com adequado acompanhamento. Nas Diretrizes de 1947, encontramos as seguintes considerações:

A prática obrigatória e sistematizada dos desportos individuais e coletivos evitará em grande parte que os jovens, orientando por si mesmos o desenvolvimento de suas qualidades físicas, escolham desportos inadequados à sua constituição e abusem inconvenientemente, acarretando o esgotamento e a fadiga, que prejudicam o desenvolvimento normal do esqueleto, concorrem para a intoxicação dos músculos, perturbam os órgãos da economia vital, destroem, em suma, o equilíbrio das funções orgânicas. A diminuição da capacidade de estudo, a perda de peso e do apetite e astenia geral são as conseqüências da prática abusiva dos desportos, o que deve ser evitado e corrigido pela escolha e gradação metódica de desportos apropriados a cada um (1947, p. 15).

Os indícios encontrados nesta fonte sinalizam para, a partir deste momento dos finais da década de 1940, uma *esportivização* das aulas de Educação Física, sendo que os exercícios ginásticos, anteriormente predominantes, passariam a ficar em segundo plano. Uma hipótese para explicar esse fato é que, como o esporte

representava um sinônimo de *modernidade*, seria ideal para substituir a prática da *antiga* ginástica na instituição escolar.¹¹⁶

Os esportes a serem desenvolvidos no ensino secundário eram divididos em dois grupos: os esportes individuais e os esportes coletivos. Um *esporte individual* consiste na prática de certas aplicações como a corrida, o salto, o arremesso, tendo em vista a obtenção do máximo de rendimento compatível com a constituição orgânica de cada um. Nos esportes individuais, a preocupação constante refere-se à melhoria dos resultados, à performance. Mas os limites de *rendimento* de cada aluno deveriam ser respeitados, para não haver exageros e não prejudicar o desenvolvimento do aluno (AQUINO, 1939).

Os *esportes coletivos* exigem, para sua prática, uma série de qualidades, dentre as quais é possível destacar a firmeza nos lances, a rapidez de deslocamento, os golpes de vista, a intervenção oportuna. Mas, como aponta AQUINO (ibid., p. 71), não são somente as qualidades físicas as requisitadas pela prática esportiva; "a perseverança, a solidariedade, a vontade, são fatores morais de suma importância. Qualidades intelectuais também são necessárias, como as decisões rápidas, o conhecimento do adversário, a previsão de uma situação que se esboça. Todas as forças, portanto, devem ser mobilizadas para a vitória". Para o autor, são destacadas as práticas de dois esportes: o *futebol*, o mais popular e conseqüentemente o mais praticado, e o *basquetebol*, que, mesmo não sendo tão popular quanto o primeiro, era muito difundido nos meios escolares¹¹⁷.

As Diretrizes de 1947 apresentam algumas ressalvas especialmente com relação a prática feminina de grandes jogos e esportes. Para os grandes jogos, às mulheres era recomendado apenas o Voleibol gigante¹¹⁸. Basquete, futebol e as provas de saltos e corridas de barreiras eram esportes não indicados às alunas. Muito possivelmente o motivo seria o indicado anteriormente por AQUINO: a caracterização de *esportes violentos*, os quais não condiziam com a formação destinada às alunas.

¹¹⁶ Diversos autores discutem, em contextos diferentes, essa temática do esporte/modernidade. Posso indicar, por exemplo, Ricardo LUCENA (2001), Victor MELO (2001), Marcelo PRONI; Ricardo LUCENA (orgs.) (2002).

¹¹⁷ Apesar de o autor indicar estes dois esportes como os mais difundidos, na realidade do CEP, podemos encontrar também a prática do voleibol.

¹¹⁸ As diretrizes indicavam como grandes jogos apropriados ao ensino secundário o Cabo de Guerra, a Bola Militar, o Voleibol gigante e o Futebol gigante.

Os jogos e esportes certamente eram os mais atrativos para os alunos. Se nos exercícios ginásticos a ação por eles realizada consistia apenas em repetir gestos e movimentos ritmados, métricos, rígidos, racionais, metódicos, nos jogos e esportes as ações de cada indivíduo poderiam variar dentro dos padrões estabelecidos pelas regras de comportamento da atividade. O fato de *jogar* com o imprevisto, com as reações do adversário, fazia com que os alunos desenvolvessem algumas características relacionadas à emancipação, ao desprendimento, a uma certa liberdade de ação. A emulação de jogar contra um adversário ou de buscar a superação de uma marca ou de um recorde também fazia do esporte um atrativo nas sessões de Educação Física. As considerações a seguir confirmam esta observação:

A lição de educação física, diz Denemy, deve ser antes de tudo uma lição de prazer. Se há exercícios que são, tanto pela sua forma como pela sua execução, interessantes, outros existem, e em bom número, que não apresentam essa mesma característica. Seu ensino se reveste de uma monotonia que mau grado todo esforço em contrario não deixa de fatigar e aborrecer. (...). Não nos devemos deixar guiar exclusivamente pelo gosto dos alunos. Se assim procedêssemos outra coisa não restava senão ministrar-lhes jogos e mais jogos. Devemos encaminhá-los à prática de certos exercícios que embora desinteressantes, não devem, dada sua utilidade, ser excluídos da lição. (AQUINO, 1939, p. 113-114).

Finalizando as lições de Educação Física, identificamos a *volta à calma*; nesta última parte, eram executados exercícios de marcha lenta com exercícios respiratórios, marcha com canto ou assobio (para verificar se a respiração está normalizada) e exercícios de ordem, curtos e variados (p. 124). Havia a observação de que o canto seria dado meramente como meio de verificação da respiração e que este deveria ser curto. Interessante também observar que era aconselhável “escolher canções patrióticas, hinos que exaltem figuras e virtudes nacionais. Nunca marchas carnavalescas e semelhantes” (p. 128). É exatamente neste sentido que os exemplos de lições constantes nos relatórios da Educação Física do CEP indicam canções como o Hino da Independência e a Canção do Soldado neste momento de volta à calma. Ao final das lições, estariam sendo ressaltados, mais uma vez a disciplina, o controle físico e moral e o incentivo a uma formação patriótica através da prática de marcha e da escolha de canções que exaltassem mitos e heróis nacionais para o acompanhamento desta marcha. Esta prática de marchar é relatada no seguinte trecho do depoimento oral do professor Ernani Straube:

Marchar [a gente] marchava muito no começo e no fim [da aula]. Marchava talvez para enquadrar o aluno (Ernani Straube, 2003, p. 14-15).

Este momento chamado de *volta à calma* também possuía uma finalidade higiênica; os alunos deveriam gradativamente retornar ao estado de repouso, tanto físico quanto mental, pois é comum que, após a prática de exercícios, os alunos fiquem excitados, barulhentos, alvoroçados.

Após apresentar os conteúdos que faziam parte dos programas de Educação Física, uma questão fica latente: de que forma esses conteúdos foram trabalhados com os alunos do GP (CEP)¹¹⁹? Somente a análise dos exemplos de lições poderia oferecer respostas interessantes para essa questão. Porém, tendo em vista que esses *exemplos* poderiam não representar o que realmente estaria acontecendo, o diálogo com fontes de outra natureza, como as fontes orais, enriquece substancialmente a compreensão de como podem ter sido desenvolvidas as sessões de Educação Física no GP (CEP).

Alguns detalhes das aulas do professor Navarro são apresentados nos depoimentos orais de Ernani Straube e Hélcio Buck Silva. Ambos foram alunos deste professor nos anos em que freqüentaram o curso Ginásial. Segundo Ernani Straube, nas aulas, os seguintes acontecimentos eram notados:

um colega levava às vezes quando o professor não vinha, ou o professor se animava e ele trazia uma bola. Então se formava um *timezinho* ali para jogar, mas eu sempre ficava meio de olheiro (risos)... nunca fui de participar muito da Educação Física. Mas as aulas, aliás, não referi que as aulas entre um professor e outro não destoavam. Era mais ou menos a mesma coisa, de ano a ano era sempre a mesma coisa. Às vezes um exercício um pouco mais violento, um pouco mais chamativo, mas (...) sempre era a mesma coisa, aquele sistema calistênico e tal, não havia um esporte como depois viemos a ter vôlei, turma de vôlei, turma de basquete, atletismo, natação, tudo isso já no prédio novo, mas lá no prédio velho, lá não tinha condições... (Ernani Straube, 2003, p. 8, grifo meu).

Se pensarmos que os professores deveriam seguir o Regulamento, cabe aqui destacar que, para aquelas turmas que Ernani Straube freqüentou no Ginásial, a saber, o 4º grau do ciclo elementar e o 1º grau do ciclo secundário, a prática de esportes realmente não era indicada. Segundo o próprio Ernani, quando ele passou

¹¹⁹ Os ANEXOS 11, 12, 13, 14, 15, e 16 mostram como eram divididos os programas, para cada turma específica.

a estudar, no período noturno, no Curso Colegial (o qual corresponderia às turmas do 2º grau do ciclo secundário e do ciclo superior), a Educação Física não era obrigatória. Então, ele deixou de praticá-la. Índícios deste depoimento também nos levam a perceber que era comum que os alunos levassem uma bola de casa, já prevendo a ausência do professor ou então uma decisão deste em deixar que se praticasse o jogo de futebol na aula, ao invés de uma *aula formal*. Logo, pode-se observar novamente que passaria pela decisão dos professores o desenvolvimento (ou não) das aulas.

Apesar de estar previsto um programa em que apenas sessões de pequenos jogos e brincadeiras poderiam ser desenvolvidas, algumas outras atividades poderiam estar sendo desenvolvidas com os alunos destas classes iniciais. Segundo Hécio Buck Silva, as *aulas* de Educação Física eram desenvolvidas da seguinte maneira:

Na aula então, 10 minutos praticamente era destinado à freqüência. E depois, aquela aula formal de atividade física que, na época, era o Método Francês, adotado pelo exército. Por isso que aqueles professores todos com a base de formação militar traziam também o Método Francês para ser aplicado. O que era muito interessante, não é? Aquelas sete famílias: exercícios de flexionamentos de braço, perna, tronco, combinado, assimétrico, marchar, correr, trepar, saltar, levantar, transportar, arremessar... isso é basicamente uma síntese (riso) de todas as atividades esportivas e de Educação Física hoje, não é? (...) Geralmente a garotada gostava muito era do futebol. Quando o professor levava a bola, soltava a bola no campo e os times já se formavam e já saía o futebol e o professor passava a ser o árbitro do futebol (Hécio Buck Silva, 2004, p. 10-11).

O jogo de futebol também faz parte das lembranças de Hécio Buck Silva. Resta a dúvida sobre se a prática desta modalidade esportiva, assim como a de outras, era realmente ofertada para as turmas indicadas nos programas ou se os professores utilizavam, independente da turma, este elemento, com boa aceitação pela maioria dos alunos, para tornar sua *aula* mais interessante e atrativa.

O depoimento do professor Hécio também nos indica que o Método Francês era desenvolvido como maneira de aprimorar as qualidades físicas necessárias à prática esportiva. Com isso, percebemos que aquela estrutura seqüencial apresentada anteriormente pode realmente ter sido desenvolvida de modo que os alunos seriam paulatinamente preparados para executar esforços maiores (como os esportes) com o passar dos anos.

Com relação às aulas de Educação Física do curso Colegial, o depoimento do professor Mário Bassói nos apresenta alguns elementos que podem indicar como eram desenvolvidas as atividades:

Dentro do espaço que você podia, dava o aquecimento, fazia aquela parte para aquecer o organismo, os músculos, tudo mais, e depois então você fazia uma corrida, fazia salto em altura, salto em extensão... A gente fazia o que podia dentro da parte esportiva, porque só aquecimento, *só ginástica não adianta*. Só alongamento tudo mais, isso é muito bom, tem que fazer, mas precisava puxar mais. Então a gente fazia um *basquetezinho*, um *voleizinho*, sempre estava fazendo. O que podia fazer, fazia. Eu completava sempre com a parte esportiva, depois vinha a parte de volta à calma. (Mário Bassói, 2003, p. 7, grifos meus).

Nas palavras deste professor, percebemos que a prática de exercícios ginásticos, que eram *leves*, não era suficiente para aquela faixa etária (acima de 16 anos). Com a intenção de “puxar mais”, o professor utilizava a prática esportiva que, tanto nas performances de esportes individuais como os esportes coletivos, era a mais indicada para essa *cobrança física*. A estrutura da aula é a mesma aplicada para as turmas do curso Ginásial, porém, como previsto nos programas, diferiam os conteúdos e a forma como estes eram trabalhados. No Complementar, a prática de grandes jogos e esportes seria realizada com mais frequência, pois os alunos estariam mais perto da idade adulta, *ideal* para a prática de esportes.

O professor Bassói não se dedicou apenas a lecionar no GP; dava aulas também no Ginásio Belmiro César e na Escola Técnica, ambas instituições de considerável porte da capital. Este professor nos oferece detalhes sobre como eram organizadas suas aulas:

Eu tinha o plano de aula, fazia o plano de aula para diversos tipos, para iniciante... então sempre usava o mesmo tipo para todo o colégio. Tinha de manhã o Belmiro César... O 1º ano, por exemplo, aluno do 1º ano era aquele [plano de aula] mais simples. Então eu sempre tinha um plano de aula para cada categoria. Para aqueles que eram mais fortes, eram 1º ano, 2º, 3º... Tinha uns 3 tipos... E misturado com a parte esportiva. Não era só ginástica não. Tinham planos iguais, mas um plano de aquecimento (...) e então a parte esportiva. A parte esportiva um dia era corrida, outro dia era salto, aquilo que você fazia na Escola de Educação Física também, a mesma coisa. (Mário Bassói, 2003, p. 8).

Mário Bassói indica que os exercícios que ele aprendeu na Escola de Educação Física serviam, muitas vezes, como parâmetros para as suas aulas, o que não era pra ser diferente se tomarmos como referência o conteúdo das Diretrizes de

1947, que indicava que aos professores cabia a missão de fazer com que os alunos praticassem os exercícios aprendidos pelos professores nas escolas de Educação Física.

Outro ponto que podemos notar no depoimento acima é que muito provavelmente as formas do professor trabalhar nas outras instituições de ensino eram as mesmas utilizadas no GP (CEP), o que pode indicar a padronização pretendida com a aplicação do método. Independente da instituição, os alunos da mesma faixa etária estariam desenvolvendo os mesmos conteúdos, visando uma mesma *formação*.

Sendo o primeiro professor formado num curso de Educação Física a lecionar no GP, Mário Bassói nos indica que, com as conversas que tinha com seus colegas de profissão no GP (José Heredia Navarro e Custódio Neto, inicialmente), ele pode ter passado algumas orientações e conhecimentos a eles:

eu conversava, mas eu não podia realmente... Porque não eram formados... Eles vinham fazer algo... Eu acho que estava certo... Vamos dar aquecimento, pra depois fazer uma parte esportiva, uma corrida, um salto em altura. Tinha uma rede de vôlei e a gente estendia lá, mesmo que não tivesse o campo certo, mas para depois fazer a volta à calma. Então mais ou menos cada um fazia aquilo que podia fazer. (...) [Eles] observavam também, a aula é assim, tanto tempo pra aquecimento, tanto pra parte desportiva, depois volta à calma. (...) [Eu dizia:] não pode fazer a mesma coisa sempre. Só fazer alongamento, ginástica, não! Tem que fazer desenvolvimento, senão não temos mais atletas não é? (risos) (Mário Bassói, 2003, p. 8-9).

Mesmo com a indicação do professor Bassói de que poderia ter influenciado de alguma forma a maneira de conduzir as aulas dos professores Navarro e Custódio Neto, as experiências destes professores com a Educação Física (o professor Navarro, por exemplo, já lecionava no GP há quase 10 anos) não seriam consideráveis? Se lembrarmos que os exercícios por eles aplicados no GP eram praticamente os mesmos que o professor Bassói aprendera na escola de Educação Física, os quais, é importante ressaltar, eram os mesmos contidos no Método Francês, que servia de suporte também para os professores do ensino secundário, qual seria o diferencial das aulas do professor Bassói em relação às aulas dos professores que não cursaram uma escola de Educação Física? Seria o direcionamento para uma Educação Física *esportiva*? De acordo com as palavras do professor Bassói podemos sugerir qual era o seu objetivo com a Educação Física no ensino secundário: a *formação de atletas*. Percebemos que, para o professor, a

base para a formação de novos talentos esportivos seria dada pela Educação Física (escolar), logo, a prática esportiva deveria ser iniciada e aprimorada ainda com as turmas de alunos menores, e não tardiamente na Educação Física superior, na opinião do professor. Por ter trabalhado com a parte esportiva e por ter sido técnico das equipes de modalidades esportivas, representando o GP (CEP) tanto em competições colegiais como também nos diversos campeonatos disputados pelas equipes do CEP com diversos clubes esportivos, é bem provável que esta tenha sido a opção deste professor com a Educação Física: trabalhar com o esporte. Mas vale lembrar que tanto os professores Navarro e Custódio Neto tiveram efetiva participação nas Olimpíadas colegiais desde os anos finais da década de 1930, antes da chegada do professor Bassói. Logo essa experiência esportiva dos professores também poderia possibilitá-los a desenvolver os esportes nas aulas.

Na verdade, o processo de *esportivização* das aulas da Educação Física foi ocorrendo paralelamente a essas discussões. Como vimos, os *feitos esportivos* dos alunos do GP (CEP) proporcionavam destaque e respeito. O discurso de que a prática esportiva era mais atrativa, motivadora e *moderna* começava a ganhar força, e esta passou a fazer parte das aulas mais freqüentemente. A ginástica, apesar de considerada importante pelos professores, continuaria sendo praticada, porém, em *segundo plano*. A meu ver, esse processo de *esportivização* da Educação Física foi atingir o *ápice* no CEP, nos anos iniciais da década de 1950, com a inauguração do novo prédio, possuindo inúmeras instalações desportivas e considerável quantidade de materiais também esportivos, e com as diversas competições que foram realizadas no interior da própria instituição.¹²⁰

Outro ponto que merece ser destacado é a diferença do currículo para meninos e meninas. As aulas teóricas, como vimos anteriormente, poderiam estar sendo dadas, mesmo que de maneira improvisada ou aleatória, pelos professores aos meninos; mas, para as meninas, segundo a professora Ivete, as aulas sempre foram práticas. Os indícios da prática da Educação Física para as meninas são perceptíveis somente a partir de 1941, quando o nome da professora Rachel Dória

¹²⁰ Com as novas instalações esportivas, de proporções grandiosas (até para o âmbito estadual), diversos eventos esportivos foram sediados pelo CEP, inclusive as VI Competições Estudantis Sul-americanas, em 1968, com participação de atletas secundaristas do Brasil, Paraguai, Chile e Perú. As olimpíadas colegiais estaduais também começaram a ser realizadas no próprio CEP.

aparece como responsável pela única turma formada no Curso Complementar, a qual teria aulas diárias das 7h30 às 8h10. A partir de 1942, a professora responsável pela Educação Física feminina era a professora Maria de Lourdes Lamas. Nos relatórios, apenas aparecem as listas das turmas, sendo que em nenhum momento são mencionados programas específicos da Educação Física feminina. As aulas aparecem como sendo diárias, das 7 horas às 7h40. Em 1943, apenas uma turma com 16 alunas estava formada, tendo aulas às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} no mesmo horário do ano anterior. Em 1944, um fato deve ser destacado. O programa da Educação Física para todas as turmas masculinas previa três sessões semanais, enquanto que para as meninas somente duas sessões estavam previstas, às 3^{as} e 6^{as}, no mesmo horário dos anos anteriores.

Analisando os programas desde 1941, observa-se que, para a Educação Física feminina, estavam previstos os mesmos conteúdos e as mesmas quantidades de sessões propostas para as demais turmas (masculinas), contendo sessões de estudos, sessões completas, sessões de grandes jogos, de desportos individuais e coletivos, de desfiles e de exames, biométricos e práticos. Em nenhum momento, de acordo com os programas, havia diferenças entre as lições de meninos e meninas.

As fontes orais podem nos auxiliar na construção de alguma hipótese explicativa das diferenças indicadas na prática. Quando perguntada sobre a sua participação no desenvolvimento das aulas de Educação Física feminina no CEP, a professora Ivete Luz Buck Silva disse o seguinte:

Eu comecei a dar aula quando eu estava substituindo aquela professora [Maria de Lourdes Lamas]. Então não tinha local, absolutamente nada. Era numa sala, que afastávamos as cadeiras e eu subia em cima da mesa para poder mostrar os exercícios - naquela época nós usávamos o Método Francês - e elas me seguiam. Então era muito restrita a aula. Muito restrita. E era dentro de uma sala. Não fazíamos jogos nem nada disso. Era exclusivamente aquela aula. (...) Depois quando mudou-se para o Colégio Estadual, então houve a expansão do método, aí dávamos jogos, dávamos natação e tudo o que compõe uma aula de Educação Física. E aí tinham dias determinados. Tinha um dia na semana em que era só natação. A turma inteirinha ia para a piscina e a gente ensinava como nadar. (Ivete Luz Buck Silva, 2004, p. 7).

A precariedade de espaço fazia com que as professoras tivessem que improvisar, dando as aulas no interior da própria escola, no espaço restrito das salas de aula. Embora os relatórios de Educação Física da década de 1940 apontassem

para a existência de locais específicos para a prática da Educação Física feminina, parece que estes não tinham sido utilizados de fato.

Com relação à composição das aulas, assim falou a professora Ivete:

Jogar bola, exercícios com bola, não tinha condição, não tinha espaço. Então eram só mesmo os exercícios, não é? Não tinha outra... agora, dependia da forma com que a professora dava aula, para que não ficasse monótona. Então eu procurava sempre fazer um plano de aula diferente do outro, para não repetir, para não ficar monótono, porque senão era desagradável. Agora eu não me lembro se eu dava 1 vez por semana ou 2 lá [no antigo prédio do GP]. (...) Aqui no Colégio Estadual eu dava 3 aulas por semana; lá deveria ser 2. Acho que 2 aulas por semana (Ivete Luz Buck Silva, 2004, p. 8).

O conteúdo destas aulas, segundo a professora, era originário do Método Francês, o único que se tinha na época, na opinião da depoente. Posteriormente, a professora indicou que começou a fazer alguns cursos de aperfeiçoamento, tendo contato com outros métodos e informou também que passou a acrescentar novos conteúdos à aula, como a dança folclórica.

Embora a professora tenha apontado algumas dificuldades referentes aos anos finais da década de 1940, tendo como suporte *livros de ponto de Educação Física*, assinados pela própria professora, datados de 1948 e 1949, é possível estabelecer algumas relações entre o depoimento oral e estes documentos a fim de questionar o que poderia efetivamente ter ocorrido. Este livro refere-se ao controle de frequência das alunas e ao acompanhamento dos conteúdos trabalhados durante o ano letivo. Neste documento estão registrados, aula por aula, os conteúdos desenvolvidos.

Para o ano de 1948, as aulas iniciais do mês de março foram utilizadas para os exames médicos e biométricos. O conteúdo predominante utilizado pela professora durante o restante do ano letivo eram as sessões completas de Educação Física (cinco sessões mensais), sendo que as sessões de grandes jogos também estavam contempladas (duas vezes por mês), assim como uma sessão mensal de desportos coletivos. Nos meses de setembro e outubro, as aulas foram suspensas em algumas oportunidades em virtude das olimpíadas universitárias e colegiais, respectivamente. E, diferentemente do previsto nos programas, não foram realizados nem os exames médico-biométricos nem os exames práticos nos meses finais daquele ano.

No ano letivo de 1949, segundo o documento, os exames médicos e biométricos não foram realizados no início do ano letivo. Podemos depreender também que alguns conteúdos *novos* foram trabalhados. No decorrer do ano, diversas aulas de *Ginástica Rítmica* e *Ginástica Plástica*¹²¹ foram dadas (no máximo duas vezes por mês cada uma). E, no mês de novembro, diferentemente do ano anterior, foram feitos exames biométricos e práticos, além de três aulas com provas práticas.

Uma questão fica evidenciada: de acordo com as dificuldades apontadas pela professora, como falta de espaço e de materiais, como estavam sendo desenvolvidas as sessões de grandes jogos e desportos coletivos? A presença destes itens no livro ponto parece ser apenas o cumprimento de um requisito constante no programa da Educação Física. Porém, como provavelmente aconteceu em 1949, as atividades de grandes jogos e desportos, as quais não deixaram de estar presentes no livro ponto, foram substituídas pelas lições de Ginástica Rítmica e Plástica, o que significa uma adaptação das aulas utilizando atividades que poderiam ser alocadas nos espaços disponíveis, como era o caso das salas de aula.

Com isso, finalizo este capítulo. Tentei demonstrar, na primeira parte, como eram compostos os programas de Educação Física propostos, em primeiro lugar, para o Colégio de Pedro II e, em conseqüência, para os demais estabelecimentos oficiais de ensino, caso do Ginásio Paranaense (Colégio Estadual do Paraná). Com o passar dos anos, a própria divisão de Educação Física, através da publicação das Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, procurou *consertar* alguns equívocos na prática desta *disciplina* e, desta forma, estabelecer as bases para a continuidade das atividades no âmbito nacional.

Partindo dos programas, realizei a análise dos conteúdos destes programas, tentando captar os objetivos pretendidos com a prática da Educação Física e a

¹²¹ A Ginástica Rítmica era o desenvolvimento dos exercícios ginásticos, porém acompanhados de música. Segundo AQUINO, o emprego da Ginástica Rítmica “terá que levar em consideração além de outros requisitos a homogeneidade dos alunos. É necessário que haja tanto quanto possível a mais perfeita equivalência dos valores físicos. A música obriga a que os mesmos movimentos sejam executados dentro de igual tempo. Enquanto em lições comuns os alunos podem à vontade, segundo seu desenvolvimento, graduar o esforço, o mesmo não se dá numa aula de ginástica rítmica ou musicada” (1939, p. 86). Com relação à Ginástica Plástica, também conhecida como Expressiva ou Estética, os exercícios ginásticos praticados nesta Ginástica eram direcionados para a formação de um corpo proporcional às características femininas. Para maiores aprofundamentos, ver Roberta GAIO (1996) e Stella QUÉIROS (1974).

forma para alcançar tais objetivos. Após a análise destes conteúdos, juntamente com o diálogo com a história oral, principalmente, sugeri uma hipótese de como possam ter sido efetivamente desenvolvidos na realidade do GP (CEP).

3. ESPAÇOS E MATERIAIS ESCOLARES

Neste capítulo, o principal objetivo é desenvolver uma discussão com relação aos espaços que possuía o Ginásio Paranaense (Colégio Estadual do Paraná) para o desenvolvimento de suas atividades, e, dentre esses espaços, o foco principal será a análise dos espaços da Educação Física. Os espaços que analiso são constituídos de pátios, praças, ginásios, quadras esportivas, campos de futebol, áreas verdes, etc. Esta análise se estenderá também aos materiais disponíveis para o desenvolvimento das *aulas*. Chamo aqui de materiais objetos como bolas, *medicine balls*, cordas, bastões e também equipamentos como pórticos, traves de equilíbrio, barras, etc. É certo que a utilização dos equipamentos estava atrelada aos espaços nos quais estes estavam dispostos, mas os coloco na mesma condição dos objetos utilizados cotidianamente nas *aulas* de Educação Física, pois é desta forma que as fontes se referem aos equipamentos.

Ao longo do período compreendido pela pesquisa, podemos traçar uma linha comparativa na qual a situação de *precariedade*, inicialmente apresentada, com poucos materiais e exigüidade de espaço, foi sendo substituída por uma situação de *valorização* à medida que materiais foram adquiridos, espaços foram cedidos e/ou construídos e outras *melhorias* foram incorporadas à Educação Física no CEP. Esse processo não ocorreu de maneira linear e unívoca. Apresentarei, ao longo do texto, alguns elementos que nos permitem afirmar que, apesar da *importância* atribuída à Educação Física, às vezes as ações não correspondiam aos discursos de enaltecimento e busca de investimentos nesse âmbito educacional.

Para a construção deste capítulo, utilizo as fontes iconográficas como principal referencial. Sabendo dos cuidados necessários ao analisar este tipo de fonte (assim como qualquer tipo de fonte necessita de atenções especiais), procuro perceber de que forma estas imagens podem ter sido utilizadas à época. De início, uma observação se faz necessária, pois, segundo Maria Helena CAPELATO (1998, p.50-51),

o uso privilegiado de imagens fotográficas no Brasil revela uma preferência pela representação mais objetiva da realidade, que talvez possa ser explicada como um traço da cultura política brasileira, fortemente marcada pelo positivismo (...). Mas a explicação também pode ser buscada na ênfase que o Estado Novo atribuiu às realizações materiais, meta primeira do governo para concretização do progresso.

Neste sentido, Aline LACERDA (2000, p. 107) nos apresenta algumas considerações as quais podemos agregar ao acima exposto:

A fotografia é bastante valorizada pelo seu poder de atestar, de verificar uma realidade existente. Todas as referências às imagens fotográficas encontradas nos mais variados tipos de documentos (...) reforçam o caráter de objetividade e irrefutabilidade da “prova” fotográfica. Isso poderia explicar por que esse tipo de veículo foi tão usado por uma política de propaganda cujo conceito básico era o de “mostrar”. Ela valorizava o desempenho e as realizações do governo, sempre evidenciando sua presença nas mais variadas áreas de ação.

A autora analisa o processo de elaboração de um livro ilustrado que seria lançado em 1940 em comemoração aos 10 anos de Getúlio Vargas no poder. O responsável pela elaboração deste material foi o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Nesta compilação de imagens – ao todo eram mais de 600 fotografias – referentes às realizações do governo nas diversas esferas públicas (produção, educação e saúde, exército, comunicação, trabalho, marinha, comércio, entre outras), como indica LACERDA, a principal intenção era “fazer ver” e, conseqüentemente, “fazer crer” que as realizações getulistas representavam o engrandecimento da nação. As técnicas de registro desses materiais, a participação de fotógrafos (brasileiros e principalmente estrangeiros), as aproximações ao programa de propaganda alemão, enfim, diversos elementos nos levam a entender a importância da utilização das imagens para a afirmação das políticas governamentais durante aquele período.

Como pude perceber, é exatamente este o sentido atribuído às imagens referentes ao GP (CEP). A partir do início da década de 1940, as imagens começaram a estar presentes nos relatórios enviados aos órgãos de inspeção educacional, procurando evidenciar a *realidade* da instituição. Veremos que alguns destes registros fotográficos, minuciosamente preparados e construídos, visavam, em primeiro plano, a demonstração de uma *realidade* que muito provavelmente não acontecia ou, nas palavras de KOSSOY (1998), uma *segunda realidade*, a qual poderia *mascarar a primeira realidade* do momento da obtenção dos registros.

Outras fotografias, principalmente as referentes ao novo prédio, procuravam demonstrar a grandiosidade, a imponência das *modernas* instalações, reflexos das realizações e da *valorização* do setor educacional e, em conseqüência, da educação

física. Neste sentido, o diálogo com essas fontes e o cruzamento dos indícios por elas apresentados nos permitem *intuir* o que possivelmente estava acontecendo no plano da *primeira realidade*.

3.1. ENTRE A PRECARIIDADE DE ESPAÇOS E A TENTATIVA DE MELHORIAS

O edifício no qual o GP funcionou de 1904 até o início dos anos de 1950 possuía “dois pavimentos com salas administrativas, diretoria, salas de aula em número de 11, salão nobre para uso do Ginásio e da Escola Normal” e um pátio externo, para o recreio dos meninos (Ernani STRAUBE, 1993, p. 50 et seq.). A circulação das meninas ficava restrita ao pavimento superior do salão nobre. A entrada dos alunos no edifício por portões distintos obedecia o critério da diferença dos gêneros, sendo que aos meninos era proibido “permanecer na face esquerda do edifício, na rua Cruz Machado, por onde as alunas têm ingresso no estabelecimento” (p. 51).

Esta citação revela que uma série de códigos estava estabelecida para a utilização dos espaços da instituição. Através do depoimento oral de Ernani STRAUBE esta mesma situação pode ser percebida. Quando perguntado sobre a utilização do pátio externo e da Praça Santos Dumont, localizada em frente ao antigo prédio do GP, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à Educação Física, assim respondeu o professor Ernani:

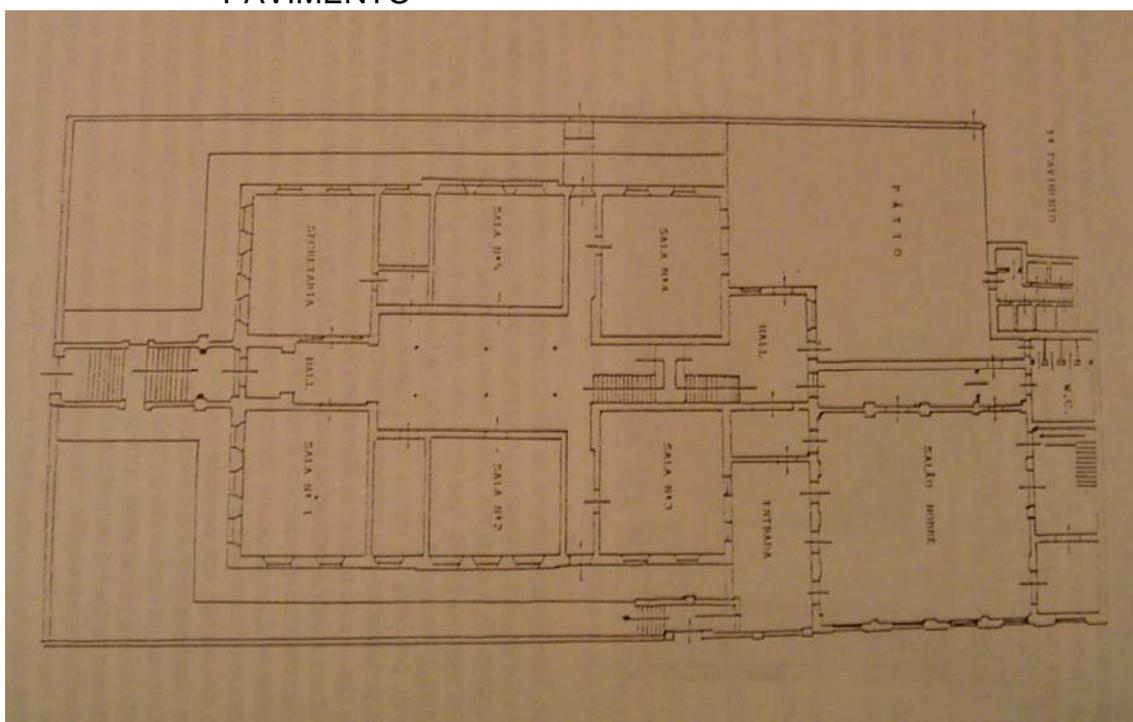
[O pátio] era só de recreio. Ali nos horários de aula nós saíamos porque as salas geralmente eram sala do professor. Não era sala da turma, era sala do professor. Então nós tínhamos que sair com todo o material e passeávamos pelo colégio todo durante a manhã inteira de uma sala para a outra. E nos horários entre uma aula e outra só havia o recreio. Aí nós íamos para o pátio externo, tomar um sorvete, incomodar as pessoas que passavam pela [Rua] Saldanha Marinho (...). A Praça Santos Dumont nós não usávamos para nada. Nós não usávamos a frente do colégio. Nem a entrada principal era permitida. A entrada era toda [pela] lateral. Ali [a entrada frontal] era só para professores e autoridades. Então aquela praça era só para passear. (Ernani Straube, 2003, p. 10).

Cabe lembrar que Ernani Straube, quando se refere aos usos dos espaços da instituição, está nos falando dos anos iniciais de 1940, quando era aluno do GP.

Uma fonte já utilizada anteriormente – a entrevista do professor José Heredia Navarro ao *Jornal dos Estudantes*, em 1954 – nos apresenta uma perspectiva diferente da de Ernani Straube, referindo-se a alguns anos antes na década de 1930. Segundo o professor Navarro, as *aulas* de Educação Física aconteciam no pátio, nos corredores, e em algumas ruas próximas ao GP. Essa situação parecia não ser mais necessária quando Ernani Straube era aluno, pois o GP conseguira alguns espaços, como o Estádio da Praça Osvaldo Cruz, para os meninos e, para as meninas, a Sociedade de Cultura Física Jahn (S.C.F. Jahn)¹²², para o desenvolvimento das *aulas* de Educação Física a partir dos anos finais da década de 1930.

Apresento a seguir um fac-símile das plantas do referido edifício a fim de favorecer a visualização dos espaços do prédio:

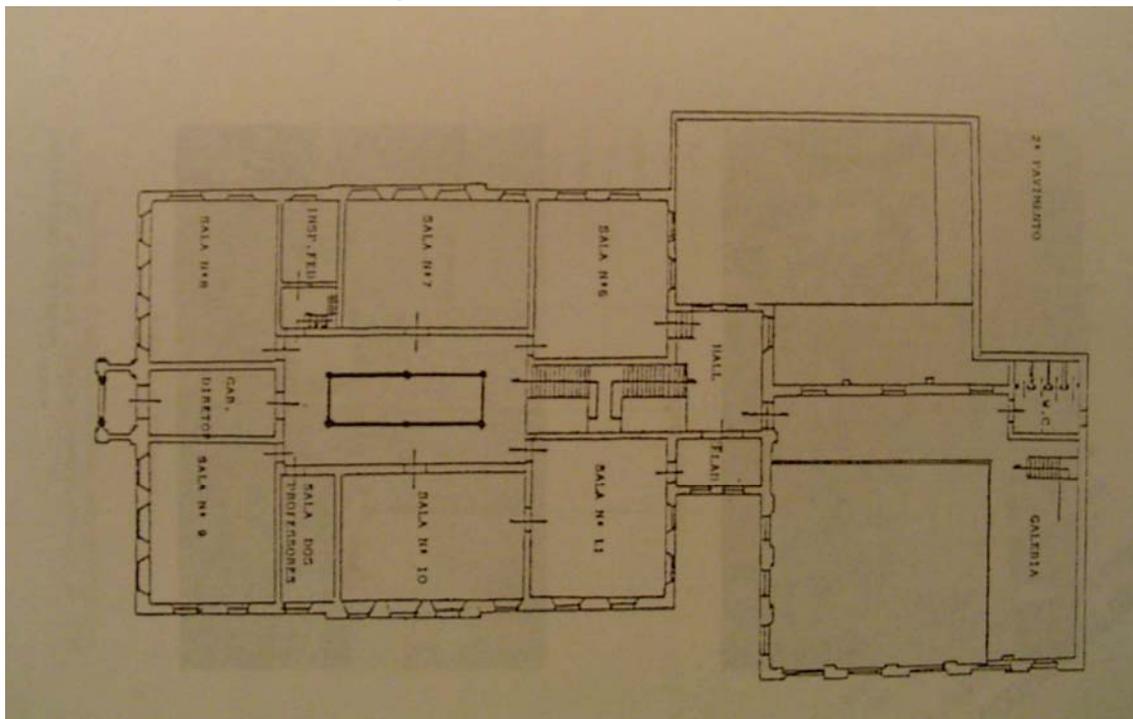
FIGURA 2 – PLANTA DO EDIFÍCIO DO GYMNASIO PARANAENSE - 1º PAVIMENTO



FONTE: STRAUBE, Ernani Costa. *Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná*. Curitiba: FUNDEPAR, 1993, p. 52.

¹²² O primeiro indício da utilização desses espaços, como vimos no capítulo anterior, encontra-se no Relatório da Educação Física de 1940. Anterior a este indício não foi possível localizar qualquer outra pista que indicasse para locais onde a Educação Física estaria sendo desenvolvida. Muito provavelmente, esses espaços, em especial a Praça Osvaldo Cruz, já estivessem disponíveis para a prática da Educação Física do GP a partir de 1938, quando encontramos no relatório que as aulas do curso fundamental passaram para o contraturno.

FIGURA 3 – PLANTA DO EDIFÍCIO DO GYMNASIO PARANAENSE - 2º PAVIMENTO



FONTE: STRAUBE, Ernani Costa. *Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná*. Curitiba: FUNDEPAR, 1993, p. 53.

NOTA: estes croquis apresentados foram feitos pelo próprio professor Ernani, pois os originais não se encontravam em bom estado de conservação. O professor reproduziu as plantas do edifício respeitando as escalas do original.

Cada espaço possuía seu significado dentro da instituição. E mais: as atribuições de valores a esses espaços deveriam ser conhecidas pelos alunos e, conseqüentemente, respeitadas. Neste sentido, Antônio VIÑAO (1998, p. 64) nos diz que

o espaço comunica; mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo. Um emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só às relações interpessoais – distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder -, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos – localização e posturas -, à sua hierarquia e relações.

Com relação ao *prédio antigo* do GP, é interessante perceber que, desde a sua inauguração, diversas personalidades já criticavam a sua localização, afirmando que o mesmo havia “sido construído em lugar impróprio (...), entre dois becos” (STRAUBE, 1993, p. 51). E mais, que o prédio poderia até possuir certa *imponência* por sua arquitetura que chamava a atenção pela grandiosidade e que servia de

referência, mas a sua localização não fazia *jus* ao que mereceria o GP e a Escola Normal (STRAUBE, 1990).

Agustín ESCOLANO (1998, p. 28), neste sentido, nos chama a atenção, ao propor um programa para o estudo da arquitetura e do currículo, de que “não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular” (1998, p. 28). Apesar de ser uma obra de proporções consideráveis, o prédio do GP não estava situado em uma área equivalente à sua importância no ensino paranaense.

Antônio VIÑAO (1996), ao falar sobre a realidade europeia (mais especificamente espanhola) dos anos iniciais do século XIX, apresenta as seguintes considerações, que vão ao encontro da discussão sobre os edifícios escolares:

O edifício escolar no qual se estabeleça a escola, procurará por todos os meios possíveis que apresente uma simples e nobre magnificência e se distinga dos demais da população; a fim de que todos conheçam que se acha destinado ao objeto mais grandioso e importante, e que interfira na prosperidade dos povos, e desperte em todos o desejo de penetrar no santuário do saber. (art. 40 do projeto de Regulamento Geral da “primera enseñanza” de 16/03/1822, apud VIÑAO, 1996, p. 84).

O prédio do GP, construído para representar a vanguarda do ensino secundário paranaense, receberia críticas desde sua inauguração, porém, à época, as instalações eram suficientes para comportar a quantidade de alunos que ali estavam matriculados. Com o passar do tempo, o número crescente de alunos matriculados¹²³ e a conseqüente diminuição dos espaços para circulação na instituição poderiam estar entrando na ordem do dia como problemas a serem solucionados.

Esta questão do espaço escolar continuou sendo tema de debates ao longo das décadas de 1930 e 1940. Em alguns documentos,¹²⁴ podemos perceber que, na

¹²³ Para detalhes, ver ANEXO 17. Contudo, este foi um fenômeno de proporções estaduais, não somente localizado no GP. Arelada ao crescente crescimento populacional, a quantidade de alunos que ingressavam tanto no ensino primário quanto no secundário aumentou significativamente a partir do início da década de 1920. Para informações, ver Etelvina TRINDADE; Maria Luiza ANDREAZZA (2001).

¹²⁴ As principais reclamações dão conta da falta de espaço para o recreio, da impossibilidade das crianças permanecerem todas sob o teto do pátio quando chovia, da falta de mictórios e condições higiênicas adequadas. São vários os ofícios que apresentam tais requerimentos e reclamações e podem ser encontrados no Arquivo Geral e no Museu, ambos do Colégio Estadual do Paraná.

preparação do projeto do novo edifício, a problemática da escolha do local, da higiene dos alunos, da separação dos sexos e da distribuição dos espaços era ressaltada. No ofício enviado por Aldo Penteado de Almeida, Inspetor Federal do Ginásio Paranaense, ao Diretor da Instrução Pública do Paraná, Gaspar Duarte Veloso, em 12/12/1936, algumas destas questões são evidentes:

Como sabe V. Exca., já não está o edifício em que funciona o velho e querido educandário compatível com as necessidades modernas da educação. Não possui salas em número suficiente e a área destinada ao recreio não comporta mais que a vigésima parte dos alunos. Quando os alunos, são obrigados, durante os intervalos de aulas, a permanecerem em um canto do prédio, num ambiente falto de ar, de luz e de saúde. (...) Sendo próspero o seu ensino e em pleno progresso, teria o governo de Ihe limitar a freqüência com grande prejuízo para a instrução, ou construir outro prédio, em condições de eficiência matéria, capaz de satisfazer as necessidades do ensino secundário no Estado.¹²⁵

Podemos depreender deste documento alguns elementos que nos ajudam a entender como a educação estava sendo tratada no âmbito estadual. O signatário, contrastando o *velho* - porém querido - prédio com as *modernas* necessidades da educação, nos indica uma significativa importância atribuída à educação. Fazia parte do projeto do governo Vargas e, em consequência, da política estadual adotada pelo interventor Manoel Ribas a implementação de novas escolas e a melhoria das instalações das já existentes (MAGALHÃES, 2001).

No documento acima, do inspetor Aldo de Almeida, podemos entender o termo *necessidades modernas* da educação como sendo relacionado principalmente às questões de higiene e do espaço escolar, pois, como relata o inspetor na seqüência do documento, havia a necessidade urgente de espaços cobertos, de ampliação dos sanitários e de vistoria técnica das instalações. O não atendimento a essas solicitações poderia atrapalhar o progresso do ensino da instituição, o que causaria um grande prejuízo para a instrução no estado, especialmente se considerarmos que o GP era, sem dúvida, uma das referências do ensino secundário paranaense.

Este mesmo inspetor enviou outro ofício, reforçando as necessidades às quais se tornava urgente atender, agora para o Secretário do Interior e Justiça, Omar Gonçalves de Mota, em 23/07/1937. Assim escreveu o inspetor:

¹²⁵ Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. *Inspetoria Federal – Correspondência*. Ofícios e telegramas expedidos de 1934 a 1941. Ofício expedido em 12/12/1936.

Aumentando sobre modo de ano para ano o corpo discente deste Ginásio, a medida do crescimento vertiginoso da população escolar do Estado, já se tornou deficiente o prédio atual para o fim a que se destina. Sob todos os pontos de vista, não satisfazem as suas instalações. Há falta de salas. Exíguo é o espaço destinado ao recreio. Nos dias de chuva o saguão interno ainda menos comporta os alunos, que, ali, se comprimem, se acotovelam, num ambiente falto de luz e de ar. Quando os alunos, não têm recreio e são obrigados a passar em uma sala acanhadíssimos os intervalos das aulas. (...) Não me refiro ao material escolar, que não existe para algumas disciplinas e é falho o de outras. (...) Não aludo aos gabinetes de Física, Química e História Natural, todos muito aquém das exigências dos programas. Quero falar do espaço, que é imprescindível e urgente alargar, sob a pena de se limitar a matrícula, em prejuízo da educação da modernidade.¹²⁶

Vários são os elementos presentes nesta fonte que nos instigam a apresentar algumas considerações. A questão do espaço escolar parece ao signatário a mais relevante, pois poderia prejudicar a *educação da modernidade*, reduzindo sobremaneira a quantidade de alunos matriculados anualmente e, ainda assim, não garantindo aos alunos matriculados as condições higiênicas para o desenvolvimento dos estudos. Aliás, esta questão da higiene parece ser a que mais preocupava o inspetor. O fato de os alunos não poderem participar do recreio - criado exatamente segundo preceitos higienistas para dar um *descanso* aos alunos, evitando assim a *surmenage* – poderia trazer prejuízos aos alunos e à reputação da instituição, reconhecida pela qualidade do ensino. A situação problemática em que se encontrava o GP, no que tange ao espaço interno, não poderia continuar por muito tempo, na opinião do inspetor.

Outro aspecto que nos chama a atenção neste ofício é que algumas disciplinas, aparentemente, não estavam sendo desenvolvidas da maneira mais desejada. Falta de espaços adequados, de materiais e, quem sabe, até de professores impediam o desenvolvimento de certas disciplinas. Podemos sugerir, então, que não era somente a Educação Física que contava com alguns óbices no seu desenvolvimento no GP; disciplinas como Física, Química e História Natural - as quais podemos supor também possuidoras de significativa importância na formação dos alunos do nível secundário - não tinham condições de ter os programas desenvolvidos devido a uma série de carências, como materiais e laboratórios.

¹²⁶ Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. *Inspetoria Federal – Correspondência*. Ofícios e telegramas expedidos de 1934 a 1941. Ofício expedido em 23/07/1937.

Mesmo sendo a *menina-dos-olhos* do ensino secundário paranaense, o GP tentava ainda equacionar algumas carências na sua estrutura de ensino.

Nesta década de 1930, podemos localizar o início de uma discussão sobre os cuidados com a parte física dos alunos, ou seja, com a educação física. Paulatinamente estas discussões começariam a ganhar força em virtude das exigências *modernas* da educação, principalmente as exigências baseadas nos cuidados higiênicos da formação física, moral e intelectual dos alunos.

Uma dessas exigências *modernas* seria a realização dos exames médico-biométricos, previstos a partir de 1939. Atendendo a esta recomendação, o GP disponibilizou uma sala, na parte dos fundos do salão nobre, para a realização destes exames. Nesta, eram realizados os exames necessários para a classificação dos alunos (*normais* e *deficientes*) e a posterior divisão das turmas, necessárias no início de cada ano letivo, tendo como critério de separação a compleição física dos alunos, buscando a homogeneidade das turmas, como vimos anteriormente.

Para a mensuração dos alunos, um aspecto é interessante ressaltar. Na figura a seguir (Figura 4), podemos perceber alguns instrumentos e aparelhos utilizados nos exames. Muito provavelmente estes não pertenciam ao GP, sendo emprestados para a realização do exame e também, no caso, para a obtenção de um registro fotográfico que indicasse a adequação às exigências do Ministério da Educação e Saúde com relação aos exames obrigatórios. Numa ficha de avaliação dos estabelecimentos de ensino, encaminhada ao Diretor da Divisão de Educação Física, em 29/12/1939, esta hipótese ganha relevância, pois encontramos a observação de que “em sua maioria, o material médico-biométrico é de propriedade da Escola de Educação Física e Esportes do Paraná, motivo pelo qual deixa de ser aqui relacionado”¹²⁷. Estas, aliás, parecem ter sido práticas comuns: o empréstimo de materiais nas datas próximas às visitas de inspetores de ensino e a confecção de registros fotográficos de materiais e espaços para serem encaminhados nos relatórios visando apresentar uma *segunda realidade* às autoridades de ensino.

¹²⁷ Museu do CEP. *Correspondência – Inspeção Federal*. Anos Letivos de 1934 – 1941, grifos no original.

FIGURA 4 – GABINETE ANTROPOMÉTRICO



FONTE: Acervo Particular Ernani Costa Straube. Álbum do Antigo Ginásio Paranaense - Externato. Rua Ébano Pereira, 240. 1941.

NOTA: Podemos perceber na foto alguns instrumentos utilizados nos exames, como por exemplo, espirômetros, balança para peso e altura, compassos para medição de circunferências, quadro antropométrico.

A discussão para a construção do novo prédio privilegiaria também os espaços necessários para o desenvolvimento das *aulas* de Educação Física. Em ofício de 26/11/1934, o Diretor Guido Straube encaminhou ao Professor Valdemiro Teixeira de Freitas, presidente da Comissão Técnica para a construção do novo prédio, as especificações das dependências que deveriam ser contempladas no novo edifício. Dentre elas, posso destacar “1 salão de recreio para os alunos, 1 salão de recreio para as alunas, 1 salão amplo para os exercícios de ginástica, 1 pátio arborizado para recreio”¹²⁸. Naquele momento, um salão de ginástica e o pátio arborizado pareciam ser suficientes para atender às necessidades da Educação Física do GP.

Podemos perceber que as solicitações para a Educação Física são bem modestas em comparação com as instalações construídas anos mais tarde. Na verdade, parece que, à época da elaboração do projeto inicial da nova sede, apenas a resolução dos problemas imediatos seria suficiente para a Educação Física, muito

¹²⁸ Museu do CEP. *Cópia de Ofícios – Diretoria*, 1934, of. nº 631.

embora, como veremos adiante, as condições para o desenvolvimento da Educação Física seriam significativamente ampliadas mesmo antes do início das obras do novo prédio.

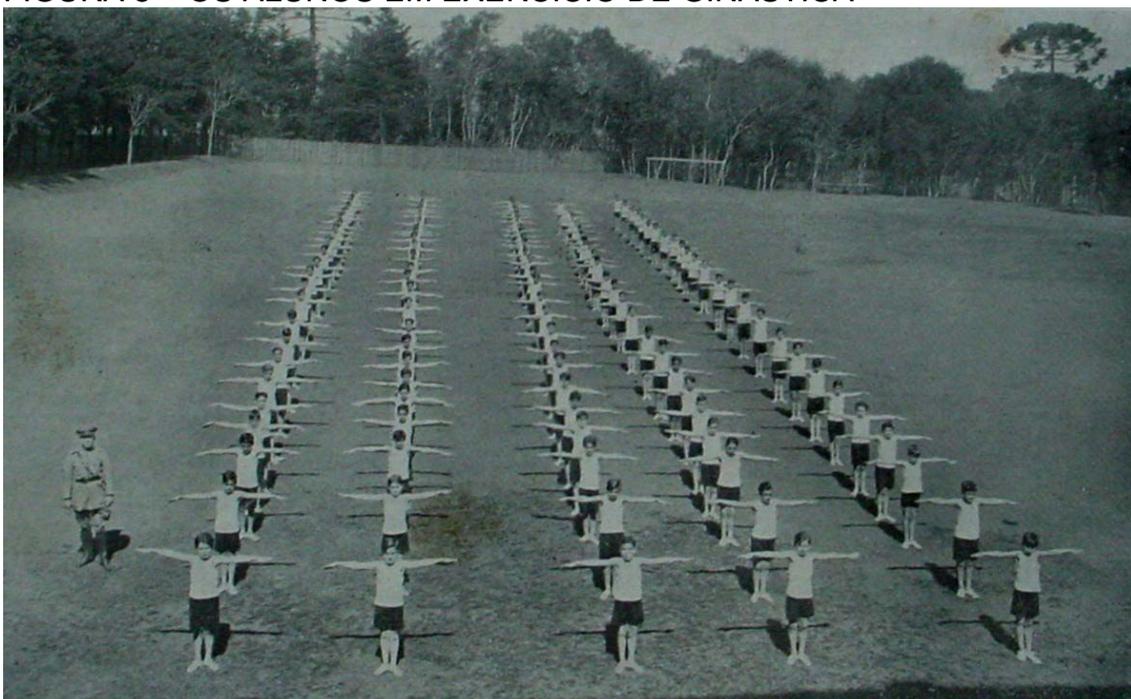
Tendo em vista estes problemas iniciais do GP (Externato) com relação aos espaços escolares, procuro estabelecer um contraponto (sobre esses espaços) apresentando algumas particularidades do GP-Internato. A partir da leitura do ofício expedido, em 1932, pelo Diretor do GP, Padre Francisco Torres, ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Obras Públicas, relatando a sua administração à frente da diretoria do GP, observamos que as diferenças entre as duas instituições parecem evidentes. Quando se refere ao GP-Internato, assim nos fala o diretor:

O confortável prédio, o aprazível bosque que o circunda, os vastos pátios de recreio e jogos higiênicos de que dispõe, as salas espaçosas de estudo, aulas, refeitório, dormitório, etc, recomendam por si sós o Internato às famílias paranaenses que lhe confiam seus filhos, certos de que lá encontram eles tudo o que é preciso para o seu bem-estar, bom tratamento e sólida formação.¹²⁹

Diferente da realidade do Externato, o Internato parecia possuir instalações e espaço físico consideráveis, atendendo assim às exigências higiênicas necessárias para uma boa formação intelectual, moral e física. Através da análise da Figura 5, podemos aprofundar algumas questões sobre o GP-Internato e as práticas da educação física nesta instituição.

¹²⁹ Museu do CEP. *Cópia de Ofícios – Diretoria, 1932, of. nº 175.* Sobre o espaço do Internato, ver também ANEXO 3.

FIGURA 5 – OS ALUNOS EM EXERCÍCIO DE GINÁSTICA



FONTE: Museu do Colégio Estadual do Paraná. Prospecto – Regulamento do Internato do Ginásio Paranaense de Curitiba, 1932.

NOTA: esta fotografia faz parte de um material de divulgação do Internato, contendo todo o regimento da instituição. Detalhes, ver nota da Figura 1, p. 83.

Os alunos foram dispostos na mais perfeita ordem, harmonia, retidão e disciplina, muito provavelmente, para demonstrar, neste material de divulgação, a organização, a obediência, a disciplina, a *higiene* e a *qualidade* dos trabalhos desenvolvidos naquela instituição de ensino, indicando que todos obedecem aos rigorosos padrões de conduta, tão requeridos à época. Apesar de este registro certamente não se referir a uma *aula* de Educação Física, muito provavelmente poderia ser essa a tônica das *aulas* desta *disciplina* no Internato ou poderia ser, pelo menos, o que se queria mostrar à população através do prospecto. A presença de um militar ao lado da turma pode também indicar que estes eram realmente os responsáveis pelas *aulas*. É possível perceber também o considerável espaço que os alunos poderiam dispor para as *aulas*, fato este que não se repetia no Externato.

Partindo da Figura 6, referente ao ano de 1932 no GP-Externato, podemos sugerir algumas observações, a título de comparação com a foto do Internato.

FIGURA 6 – AULA DE GINÁSTICA NO PÁTIO DO GYMNASIO PARANAENSE EM 1932



FONTE: Acervo Particular Ernani Costa Straube.

NOTA: a legenda completa desta fotografia no acervo do professor Ernani é a seguinte: “Aula de ginástica no pátio do Gymnásio Paranaense em 1932 (hoje Colégio Estadual do Paraná). Atual sede da Secretaria de Estado da Cultura. Fotógrafo Heisler”.

É possível que esta foto também não tenha sido tirada de uma aula propriamente dita de Educação Física; tudo indica que seja uma exibição de ginástica, comandada pelo professor Luiz Bastos (à direita na foto) com o objetivo, talvez, de divulgar as atividades ou disciplinas que o GP oferecia aos seus alunos como o exemplo do Internato. O local focalizado é o pátio interno do próprio GP (aquele considerado pequeno e insuficiente, segundo os inspetores). É muito provável que esta área não fosse utilizada para as *aulas* de Educação Física, pois, como o espaço já era restrito para a circulação e permanência dos alunos em recreio, (acredito que) seria mais problemático ainda se este espaço fosse utilizado para as *aulas* práticas de qualquer natureza. Mas, se as *aulas* aconteciam realmente neste local, podemos perceber que os alunos estavam submetidos a uma limitação espacial. Inclusive o controle sonoro também deveria ser estabelecido, pois o pátio estava localizado ao lado das salas de aula do GP.

Outro detalhe importante que este registro fotográfico nos sugere é com relação ao uniforme dos alunos. Diferente da foto apresentada dos alunos do

Internato, na qual todos eles estavam com uniformes apropriados para a prática de atividades físicas - camiseta, calção e tênis - nesta foto do Externato, os alunos estavam trajados com roupas não apropriadas para a ginástica, além do fato de que os modelos de vestimenta trajados serem diferentes, o que não reforça a uniformidade pretendida pelo Internato.

Se utilizarmos a simetria e a retidão apresentadas na foto do Internato como parâmetros de comparação, percebemos que nesta foto do Externato alguns alunos estão destoando do restante. A posição do exercício (para a foto) era a seguinte: perna esquerda semiflexionada à frente, com a perna direita estendida para trás, braços afastados lateralmente e estendidos na altura do ombro e tronco levemente inclinado à frente. Podemos notar que, diferentemente, um aluno (à direita, 2ª fila) está com a posição das pernas trocadas enquanto que alguns outros, possivelmente tentando uma posição mais confortável ou procurando *aparecer* na foto, estão com os troncos eretos, inclinados para trás ou ainda muito inclinados para frente.

O que a comparação minuciosa destes registros fotográficos pode nos indicar? Se as duas fotos foram realmente tiradas para a divulgação das atividades que a instituição oferecia, estas pequenas diferenças presentes na foto do Externato podem indicar a pouca importância com relação a aspectos caros à *disciplina*, como o uniforme, a padronização dos movimentos e os espaços adequados à prática, apontando, talvez, para um descaso com essa atividade curricular no Externato. Se isso for verdade, podemos concordar com o que foi proferido pelo professor José Navarro na entrevista ao Jornal dos Estudantes quando disse que as aulas, em 1933, não eram obrigatórias e que apenas os alunos de boa vontade realizavam tal prática, revelando pouca importância destinada aos assuntos da Educação Física.

Como já referido anteriormente, somente no relatório da Educação Física de 1940 encontramos a indicação de outros locais para a realização das *aulas*. Ainda neste relatório, encontramos uma relação de materiais e espaços específicos utilizados na Educação Física: “2 pórticos, 2 caixas para saltos, pista, campo para jogos e arremessos, quadras para voleibol e bola ao cesto”¹³⁰. Estes itens indicados (com exceção dos pórticos, todos os outros são relacionados à prática de esportes!)

¹³⁰ AGCEP. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1940.*

são pertencentes ao Estádio da Praça Osvaldo Cruz, pois, no ginásio da S.C.F. Jahn, local da prática feminina, não havia instalações deste tipo.

Com relação à Educação Física feminina, algumas observações devem ser realizadas. Além do indício encontrado no referido relatório de 1940, não foi possível localizar nenhum outro documento que indicasse diferentes locais para a prática da Educação Física das meninas. Podemos pensar, então, que o local indicado para as *aulas* femininas continuava sendo o ginásio da S.C.F. Jahn. Contudo, é muito provável que a Figura 7, a qual representa exatamente o ginásio supracitado, tenha sido obtida apenas para a apresentação e comprovação da adequação do GP (CEP) às exigências dos relatórios quanto aos locais utilizados para a prática da Educação Física, sem que as *aulas* femininas tenham sido realizadas neste local efetivamente.

Esta figura abaixo permite-nos sugerir que o clube parecia aparelhado com uma quantidade razoável de materiais para a Educação Física feminina do GP, se levarmos em consideração que não haviam tantas turmas femininas, em comparação com as masculinas¹³¹. Entretanto, uma dúvida me inquieta: se realmente as *aulas* da Educação Física feminina eram realizadas neste espaço, por que não foi feito um registro fotográfico durante uma *aula*? Seria o presente registro feito apenas para cumprir apenas com uma exigência dos relatórios? Sou levado a pensar que as *aulas* femininas poderiam não estar sendo desenvolvidas neste espaço, como indicado nos relatórios.

Esta minha suposição é reforçada pelo fato de a professora Ivete Luz Buck Silva, em seu depoimento oral, indicar que, quando iniciou as suas atividades como professora de Educação Física no CEP, utilizava as próprias salas de aula do antigo prédio da Rua Ébano Pereira, afastando as carteiras e subindo na mesa para a condução das *aulas*. A resolução destes problemas referentes aos espaços da Educação Física só seria resolvida, segundo a professora, com a inauguração do novo prédio do CEP, com a possibilidade de utilização das consideráveis instalações desportivas.

¹³¹ Somente para exemplificar, para o ano de 1942, segundo o Relatório da Educação Física, no curso fundamental, eram 18 turmas, todas masculinas, com o máximo de 40 alunos por turma. Para o curso complementar, eram 14 turmas masculinas, com 40 alunos no máximo e apenas 1 turma feminina, com 42 alunas. No ano seguinte, a turma feminina foi freqüentada por 16 alunas.

FIGURA 7 – SALÃO DE GINÁSTICA DA SOCIEDADE DE CULTURA FÍSICA JAHN



FONTE: Acervo Particular Ernani Costa Straube. Álbum do Antigo Ginásio Paranaense - Externato. Rua Ébano Pereira, 240. 1941.

A organização do espaço para o registro fotográfico nos chama a atenção: a disposição dos equipamentos, a busca de uma simetria com a colocação dos *medicine balls* entre os cavalos e o plinto entre colchonetes colocados no chão. Além disso, como sinais da preocupação com a higiene, percebemos a limpeza, a quantidade de janelas (importantes tanto para a ventilação como para a salubridade do ambiente) e um pé-direito de aproximadamente 5 m de altura. Estes elementos nos permitem afirmar que este era realmente um local apropriado para a prática das atividades físicas.

Um outro elemento que (embora não muito claro nesta cópia, mas bastante visível na foto original) salta aos olhos é o emblema do clube estampado na parede de fundo tendo logo abaixo os dizeres: “Pelo Brasil - Mente Sã em Corpo Sã”. Esta sociedade, fundada em 1870 com o nome “Teuto Brasilianische Turverrein”, teve sua nomenclatura alterada para Sociedade de Cultura Física Jahn em 1938, conforme estabelecido pelo Decreto-lei nº 383, de 18/4/1938, o qual vedava a estrangeiros a atividade política no Brasil. (MARINHO, 1954, p. 26). Em seu Art. 2º, o referido Decreto-lei vedava aos estrangeiros “organizar, criar ou manter sociedades,

fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem”. Como a maior parte dos indivíduos que freqüentava essa sociedade era de descendência alemã, (acredito que) o fato de a sociedade fazer ressaltar que a educação do corpo e da mente seria *pelo* Brasil era um indício de que a sociedade se propunha a funcionar dentro dos parâmetros estabelecidos pelo governo.

Em contraposição à situação da Educação Física feminina, a masculina parecia ser tratada com um pouco mais de atenção com relação aos espaços, o que não significa que não tenha encontrado alguns óbices até o estabelecimento de acordos de cessão de locais apropriados. No relatório da Educação Física dos cursos fundamental e complementar do GP de 1941, os Inspetores Federais Milton Viana e João de Souza Ferreira, através de um comunicado anexo ao relatório, destinado ao Diretor da Divisão de Educação Física, Major João Barbosa Leite, apresentam algumas interessantes informações sobre as atividades daquele ano letivo:

(...) motivos superiores nos privaram do local em que se vinham realizando os exercícios [Estádio da Praça Osvaldo Cruz]. Tivemos que sustentar outra campanha árdua em favor da obtenção de novos sítios para a prática dos exercícios de Educação Física, máxime devido ao vasto número de alunos matriculados nos CURSOS FUNDAMENTAL E COMPLEMENTAR deste Ginásio – 1330 alunos -. Afinal após fartas “démarches”, com a Diretoria Geral de Educação do Estado, visto se tratar de casa de ensino mantida pelos cofres públicos estaduais, mediante contrato, conseguiram-se os estádios – em número de dois – do CORITIBA FOOT BALL CLUB e BRITÂNIA SPORT CLUB, cuja adaptação perfeita aos fins visados se ultima, com a colocação de diversos aparelhamentos, tais como pórticos, etc.¹³²

Estes seriam, a partir de 1941, os cenários utilizados na Educação Física masculina até a inauguração do novo prédio do CEP: o campo do Britânia Sport Club¹³³, para os alunos do curso Ginásial, e o estádio Belfort Duarte¹³⁴, de

¹³² AGCEP. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1941*. s/p, grifos no original.

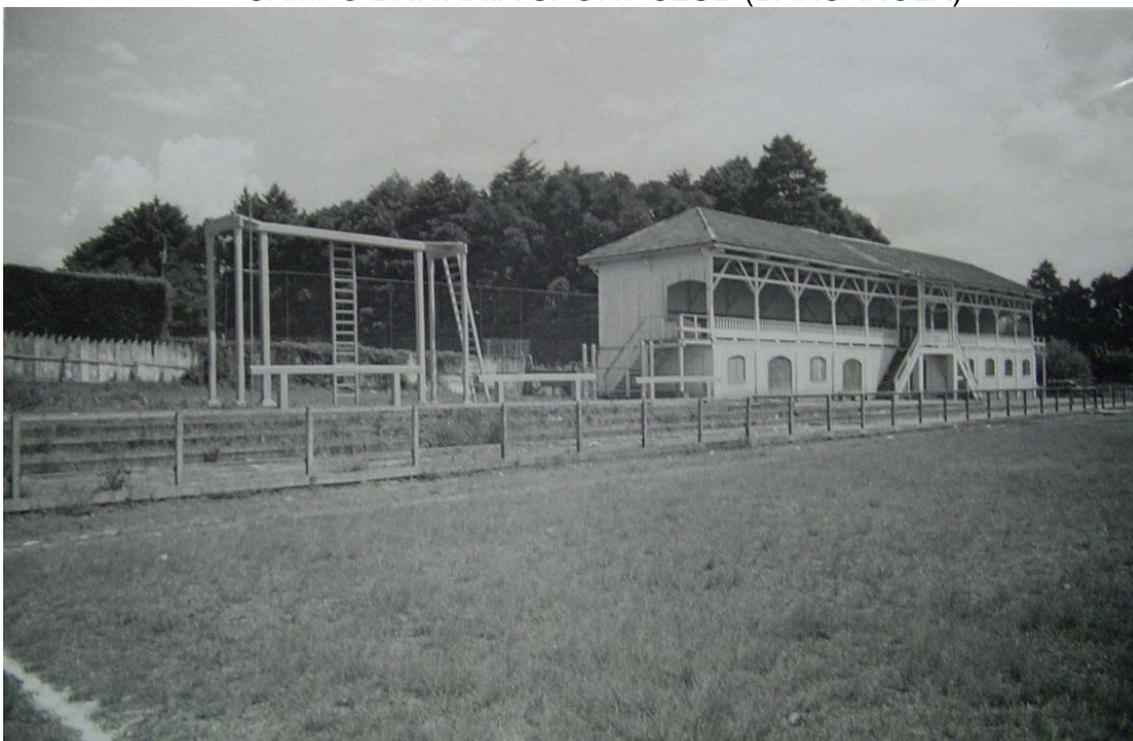
¹³³ O Britânia Sport Club era um dos clubes que, através de diversas fusões, resultou no Paraná Clube, em 1989. Esse campo era conhecido como Barcarola, situado nas imediações do atual bairro do Juvevê, em Curitiba.

¹³⁴ Inaugurado em 15/11/1932, este estádio recebeu o nome de um jogador falecido em 1918, do América do Rio de Janeiro, clube que participou da partida inaugural contra o Coritiba F.C. Após uma Assembléia Geral dos sócios, no dia 28/02/1977, este estádio passou a ter a denominação do presidente do clube, responsável pela compra e início da construção do estádio em 1927, Major

propriedade do Curitiba Foot Ball Club, para os alunos do Colegial. A Praça Osvaldo Cruz, até então utilizada, possuía uma vasta área verde e algumas instalações esportivas, também utilizadas pela Guarda Cívica e pelo 3º Regimento de Artilharia Montada (RAM). Contudo, não foi possível localizar indícios que sinalizassem para as possíveis razões de o GP deixar de utilizar esse espaço. Com o estabelecimento de acordos para a cessão destes *novos* espaços para a prática da Educação Física, as condições estariam sensivelmente melhoradas.

Como veremos através das fotografias seqüentes (Figuras 8, 9 e 10), o curso Ginásial possuía *condições físicas* para o bom desenvolvimento da Educação Física. Não posso afirmar o mesmo para o curso Colegial, pois não foi possível localizar nenhum registro fotográfico do Estádio Belfort Duarte. Posso indicar, porém, que as instalações de aparelhos ginásticos, como pórticos, traves de equilíbrio e barras fixas muito provavelmente não existiam no campo do Curitiba. As aulas giravam em torno de alguns exercícios ginásticos e da prática de grandes jogos e principalmente dos esportes, como vimos anteriormente nos depoimentos do professor Mário Bassói, professor responsável pelas aulas de Educação Física para esse nível do ensino secundário.

FIGURA 8 – PÓRTICO, DEMAIS APARELHOS DE GINÁSTICA E INSTALAÇÕES DE ARQUIBANCADA E VESTIÁRIOS NO CAMPO BRITÂNIA SPORT CLUB (BARCAROLA)



FONTE: Acervo Particular Ernani Costa Straube. Álbum do Antigo Ginásio Paranaense - Externato. Rua Ébano Pereira, 240. 1941.

As instalações sociais do clube destinado ao curso Ginásial, apesar das consideráveis proporções, não estavam à disposição dos alunos em sua completude. O espaço de arquibancada coberto - utilizado somente quando chovia, quando o sol estava muito forte ou mesmo para o acompanhamento das aulas pelos alunos impossibilitados de praticar a Educação Física - era praticamente a única disponibilização. Segundo o depoimento oral de Ernani Straube, os alunos já se dirigiam ao local com os uniformes vestidos por baixo da roupa, pois não havia condições para a troca de roupa de todos os alunos nas dependências do estádio.

FIGURA 9 – PÓRTICO E DEMAIS APARELHOS DE GINÁSTICA NO CAMPO BRITÂNIA SPORT CLUB (BARCAROLA)



FONTE: Museu do Colégio Estadual do Paraná.

NOTA: esta figura e a próxima foram encontradas nos arquivos do Museu do CEP. Não foi possível identificar o fotógrafo e nem a época em que foi feito o registro. Muito provavelmente se refere aos anos iniciais da década de 1940, pois os registros nos relatórios sinalizam nesta direção.

Nesta fotografia, podemos perceber a instalação de um pórtico, outros aparelhos ginásticos (trave, barra), quadra esportiva (à esquerda, ao fundo), campo de futebol e mais um amplo espaço livre, todos possivelmente utilizados para as *aulas* de Educação Física das turmas de meninos do GP. A presença destes elementos é um forte indício de que a Educação Física masculina estava sendo desenvolvida em locais considerados apropriados, com diversos recursos para um bom andamento das *aulas*. Entretanto somente a disponibilidade de materiais e locais não implica que as aulas estivessem sendo realmente desenvolvidas de acordo com os programas. Temos que levar em consideração que as condições indicadas nos relatórios poderiam ser diferentes das que estavam proporcionadas na realidade.

Outro aspecto que nos chama a atenção nesta fotografia é a posição do fotógrafo no momento do registro. Situado num plano inferior, comparado ao plano dos aparelhos ginásticos, o fotógrafo nos faz sentir que esses aparelhos, em

especial o p3rtico, possuem uma grandiosidade maior do que ele j3 tem. Ao olharmos para a imagem, somos levados a percorrer a fotografia de baixo para cima, acompanhando um movimento sugerido pela escada e *sentindo* toda a extens3o dos equipamentos. Esta mesma caracter3stica presente neste registro fotogr3fico (fotografar de baixo para cima) pode ser percebida em in3meras imagens analisadas por Aline LACERDA (2000). Desta semelhança 3 poss3vel abstrair que era caracter3stica dessa 3poca obter essa forma de registro, sendo que a intenc3o do fotogr3fo era posicionar o futuro observador da imagem num plano inferior ao dos registros obtidos, como estrat3gia para dar 4nfase aos objetivos impl3citos nas fotos.

FIGURA 10 – QUADRA ESPORTIVA NAS INSTALAÇÕES DO BRITÂNIA SPORT CLUB (BARCAROLA)



FONTE: Museu do Col3gio Estadual do Paran3.

Al3m dos equipamentos gin3sticos utilizados nas sess3es de educa3o f3sica do curso Gin3sial, a presença de um campo de futebol e uma quadra esportiva pode nos sugerir que as atividades esportivas pudessem ser realizadas, com os alunos mais *desenvolvidos*, assim como as sess3es de grandes jogos, adaptados dos esportes, com os alunos mais jovens. Entretanto, a mesma quest3o levantada para a Educa3o F3sica feminina pode ser repetida para o caso masculino: se estes

espaços eram realmente utilizados para a prática da Educação Física, por que não foi registrada uma *aula*, mostrando os alunos e os professores em ação? Não era de interesse dar visibilidade ao andamento dessas *aulas*? A diferença do caso masculino para o feminino é que os indícios presentes em outras fontes nos permitem afirmar que as *aulas* masculinas ocorriam de fato nestes locais.

O *problema* dos espaços da Educação Física estaria parcialmente resolvido com a utilização destes campos esportivos. Mas a construção de um novo prédio para o CEP ainda era fundamental para manter uma suposta qualidade de ensino ostentada pela tradicional instituição de ensino secundário. O CEP tinha suas matrículas aumentadas de ano para ano, e o prédio em que funcionava não era mais condizente com a quantidade de alunos que lá estudavam. Diversas reclamações e pedidos continuaram sendo realizados pelos Inspetores às autoridades da instrução pública paranaense, tendo como objetivo principal a construção da nova sede do CEP.

Ressalto aqui o discurso do então Diretor do CEP, Francisco José Gomes Ribeiro, quando do lançamento da pedra fundamental do novo prédio realizado em 19/04/1943 após diversas discussões sobre como e onde deveria ser construída a nova sede

(...) Não tardou, porém, que o prédio construído com previdência, no decorrer dos anos, começasse a sentir-se pequeno para o número sempre crescente de alunos. Foram aproveitadas todas as salas e dependências, as aulas ministradas em três turnos e os seus 1.500 alunos, que, há mais de três anos, ali se matriculam anualmente, representam o argumento mais convincente de que urge a imediata construção de um novo prédio, em condições de atender às necessidades atuais e futuras, durante largos anos. (...) O Colégio Estadual do Paraná, na sua missão benfazeja, continuará a preparar a mocidade estudiosa para estudos superiores e, principalmente, para as lidas da vida, concorrendo, de um modo decisivo, para o progresso da instrução social. O seu objetivo não é (...) somente transmitir aos jovens a maior soma possível de conhecimentos sobre as letras, ciências e artes, mas formar a personalidade moral, intelectual e cívica de seus alunos, ensinando-lhes o culto da virtude, da verdade e da Pátria. (...) O seu programa vai além; atinge a parte física do aluno. Com seu corpo de professores de educação física e serviço médico modelar, completa os seus desígnios, apresentando à sociedade um jovem completo, apto para enfrentar, com seu viço, as vicissitudes do tempo, hábil para as competições da vida – *Mens sana in corpore sano*.¹³⁵

¹³⁵ Discurso proferido pelo Professor Diretor do CEP, Francisco José Gomes Ribeiro, apud Ernani STRAUBE, 1993, p. 98-102. Grifos do autor.

Estava sendo então lançada a pedra fundamental do novo prédio com a promessa de ampliar consideravelmente o espaço do CEP e atender, também, às exigências da Educação Física. Esta obra possuía um grande significado, pois a sua construção era tida como uma das maiores já realizadas no estado, (seguramente a maior no setor educacional). No Jornal dos Estudantes do CEP, podemos encontrar a seguinte matéria sobre o novo prédio:

O GOVERNO MANOEL RIBAS E O COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Tem sido desvelado o carinho com que o Sr. Manoel Ribas procura satisfazer as necessidades do velho colégio paranaense. Na sua política de disseminação intensiva do ensino em nosso Estado são sem conta os atos em favor do Colégio Estadual do Paraná e o maior de todos os seus atos neste sentido é indiscutivelmente aquele que vem de se efetivar com a construção de uma nova sede para o colégio. Essa construção notável que foi iniciada na praça Santos Andrade será talvez a maior realização de todo o seu governo no setor da assistência educacional. Realização que é, por assim dizer, um prêmio às gloriosas conquistas e ao passado de glórias de uma casa de ensino que está visceralmente ligada à evolução social, cultural e política do Paraná.

Esta matéria foi originalmente publicada no jornal “O Dia” de 01/10/1943 e reimpressa na edição especial do periódico dos estudantes daquele mesmo mês. Podemos notar que a matéria procura ressaltar a importância atribuída às realizações do governo no setor educacional. O *ápice* destes investimentos seria a inauguração deste novo prédio do CEP.

Sendo esta casa de ensino um local privilegiado da formação (intelectual, moral e física) das elites paranaenses e mantida pelos cofres públicos, a visibilidade ocasionada pela construção de um prédio de grandes proporções reforçaria a imagem da participação do governo, servindo de apoio aos discursos de investimentos na educação da população. Neste trecho do relatório encaminhado por Manoel Ribas a Getúlio Vargas, comunicando as realizações no âmbito estadual, a questão da *monumentalidade* do novo prédio pode ser depreendida:

Prossegue a construção de outras obras, todas visando dar melhores acomodações aos estabelecimentos de ensino secundário do Estado, cabendo destacar, de maneira muito especial, o grande edifício, que dentro em breve abrigará a sede do Colégio Estadual do Paraná, no gênero o mais antigo e tradicional educandário do Estado. Trata-se de um edifício de consideráveis proporções, reunindo a beleza e a imponência arquitetônica, ao completo aparelhamento técnico. Será, assim, dotado de todos os requisitos necessários, para qualificar-se entre os melhores do país. (apud STRAUBE, 1993, p. 102).

Na verdade, essa *grandiosidade* do novo prédio do CEP fez parte de um projeto de largo alcance no estado e em especial na capital Curitiba. A partir do início da década de 1940, deu-se início a um projeto de reforma urbana da capital com a intenção de transformá-la num “local de poder”. Uma série de obras constituiu este projeto de *modernização* de Curitiba (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 102 et seq.), com o objetivo de construir e afirmar um centro administrativo no Paraná, para onde as estradas (outro investimento considerável de Manoel Ribas foi a ampliação da rede viária estadual) deveriam convergir e de onde deveriam partir. Dentre as obras realizadas para a afirmação deste “local de poder”, posso citar o Palácio do Governo, Palácio da Justiça, Tribunal Eleitoral, Comissões da Assembléia, Teatro Guaíra, Biblioteca Pública, as avenidas de acesso ao Centro Cívico, Praça do Centenário e Monumento do Centenário (MAGALHÃES, 2001). É certo que a maior parte destas obras foi inaugurada nos anos iniciais da década de 1950¹³⁶, mas os projetos e início das obras foram provenientes das discussões de *modernização* ao longo da década de 1940.

A importância atribuída à casa de ensino que servia de referência no estado seria o principal motivo do investimento para a construção do novo prédio de proporções grandiosas. Aliás, cabe lembrar que a comemoração do centenário desta instituição também se aproximava (1946), sendo que a inauguração deste novo prédio (além dos objetivos acima expostos) seria uma *homenagem* aos serviços prestados pelo CEP à juventude estudantil do estado. Nas palavras do diretor Francisco Gomes Ribeiro, o CEP desempenhava papel fundamental no progresso da instrução social, preparando o aluno moral, intelectual e fisicamente para as competições da vida.

Mas, na realidade, os acontecimentos pareciam não ocorrer como previstos nos discursos. Ernani STRAUBE, referindo-se à primeira proposta para construção do novo prédio, nos indica que

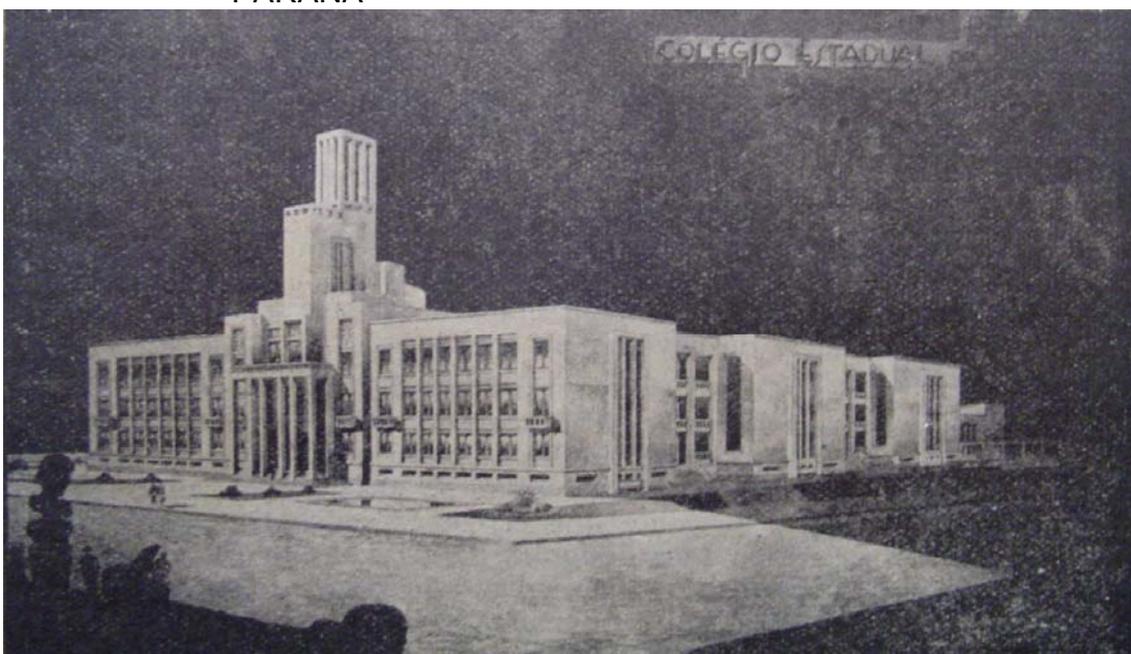
embora a área destinada na Praça Santos Andrade fosse de proporções razoáveis, com uma situação invejável, localizada em pleno centro da cidade, contava com alguns óbices: primeiro, as dimensões previstas para o edifício, com três blocos paralelos interligados, 50 salas de aula, auditório para 900 pessoas, etc. que

¹³⁶ Um dos motivos das inaugurações terem sido feitas no início dos anos 50 certamente diz respeito à comemoração do centenário de emancipação política do estado, acontecido em 1953.

ocupariam toda a área, sem possibilidade de abrigar as instalações de educação física; segundo, o nível de tráfego na região; e outro, as proximidades de um outro estabelecimento de ensino, de bom porte (1993, p. 103).¹³⁷

Em 1943, quando do lançamento da pedra fundamental do novo edifício, as construções previstas para a Educação Física ainda se resumiam aos dois salões para recreio, um salão para os exercícios de ginástica e um pátio arborizado também para recreio. Pouco tempo após o início das obras, percebeu-se que, construído da forma que fora planejado, o prédio do CEP ocuparia todo o quarteirão, não restando espaço para as instalações da Educação Física, o que faria com que o governo necessitasse disponibilizar mais uma quadra, desapropriando uma série de residências que já estavam estabelecidas. Logo, o projeto, indicado pela figura abaixo (Figura 11), não chegou a ser efetivado.

FIGURA 11 – PROJETO DA NOVA SEDE DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ



FONTE: Museu do Colégio Estadual do Paraná. Jornal do grupo de *estudantes do CEP*, ano 5, n.º especial, out, 1943.

NOTA: esta ilustração encontra-se na capa do referido periódico. Não foi possível localizar o autor do projeto, o autor da ilustração e nem a data de execução. Convém lembrar que este projeto não foi viabilizado.

¹³⁷ Com isso, foi necessário procurar uma outra localidade para a construção da nova sede do CEP. Maiores detalhes, ver Ernani STRAUBE, *ibid.*, p. 103 et seq.

Se, naquele momento do discurso do lançamento da pedra fundamental, eram também exaltadas pelas palavras do diretor as atividades relativas à educação física dos alunos, com o corpo de professores de educação física e o serviço médico modelar, é de se imaginar que estava sendo fomentada uma preocupação relativa a essa atividade educacional.

Com a interrupção das obras, decorrente da indisponibilidade da construção da área destinada à Educação Física, alguns meses mais tarde, o governo adquiriu um novo terreno um pouco distante do centro e em lugar elevado. Como a área possuía dimensões e relevo diferentes da área destinada inicialmente, foi aberta uma concorrência pública para a elaboração de um novo projeto para o prédio, nos moldes do projeto anterior, a qual foi vencida pela Companhia Construtora Nacional, de São Paulo. As obras foram iniciadas em 1944, e, em 29 de março de 1950 - data comemorativa do aniversário da cidade de Curitiba -, foi entregue o novo e suntuoso prédio do CEP, considerado, à época, o maior estabelecimento de ensino do gênero não só do Brasil mas também da América do Sul.¹³⁸

Nesta cerimônia de inauguração, estavam presentes, dentre inúmeras autoridades, o presidente da República, Gal. Eurico Gaspar Dutra, o ministro da Educação e Saúde, professor Clemente Mariani, o governador do Estado, Moysés Lupion, e o secretário de Educação e Cultura, professor Erasmo Piloto. Este foi o primeiro a discursar, ressaltando que a inauguração daquela escola, que se tornaria a partir daquele instante um *símbolo*, teria dois sentidos principais: a continuidade administrativa (referência feita às obras realizadas por Manoel Ribas como interventor federal no Paraná) e o testemunho da realidade, já que o novo prédio não seria um luxo, mas uma necessidade de investimentos na educação da juventude paranaense (STRAUBE, 1993, p. 107-110).

Este foi o mesmo teor do discurso do governador Moysés Lupion, quando da abertura de uma sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado, para aquele ano de 1950

Fato para todos nós auspicioso, neste domínio da educação secundária, é o da inauguração do Colégio Estadual do Paraná. Desejamos render aqui a nossa homenagem ao professor Guido Straube, o mestre que sonhou por primeiro esta realização, de cujos sonhos foi possível ir-se evoluindo para a materialização, que aí

¹³⁸ Para maiores detalhes, ver Ernani STRAUBE, 1993, p. 96 et seq.

está dessa obra que, pelas suas proporções, dá um índice do Paraná novo e é, neste gênero, o maior do nosso país. Mas não desejamos, de nenhum modo, que tal obra tenha o seu sentido, apenas em sua grandeza material. Com a preocupação de fazer dela um centro educativo, à altura de suas proporções, para que o espírito da organização seja igualmente modelar, não só estamos procurando aparelhá-la materialmente, do melhor modo como ao lado disso, estamos procurando fazer viver nela um organismo adequado a uma plena educação da juventude que nela procura a sua educação (apud Ernani STRAUBE, *ibid.*, p. 111).

Inaugurado o novo prédio, adequar a sua realidade de ensino à grandiosidade de suas instalações era o principal objetivo a ser alcançado. Mas, antes de continuar a análise dos espaços, em especial, dos espaços da Educação Física no novo prédio do CEP, analiso outro assunto relacionado ao desenvolvimento e à *valorização* das disciplinas, no caso específico a Educação Física, que é a disponibilização de recursos materiais para a utilização nas aulas cotidianas.

3.2. *POUCOS, EMPRESTADOS E PRÓPRIOS*: OS MATERIAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Partindo da hipótese de que, nos anos iniciais da década de 1930, a situação do GP com relação aos materiais de Educação Física era precária, possuindo a instituição apenas uma bola de futebol, segundo as pistas apresentadas pelo professor José Heredia Navarro, busco analisar como esta questão dos materiais foi desenvolvida no GP (CEP) até o início da década de 1950.

Como materiais entendo os equipamentos, como pórticos, barras, traves de equilíbrio, etc., e também os materiais de uso cotidiano, como bolas, cordas, bastões, entre outros. É possível observar uma situação inicial de precariedade, a qual foi detectada em todos os aspectos relacionados à *disciplina* desde o início desta análise. É certo que algumas condições foram melhorando com o passar dos anos, com a aquisição de materiais e equipamentos, a formação de professores, a disponibilização dos espaços, porém é possível perceber que esse processo de *valorização* não ocorreu de maneira linear. Algumas contradições podem ser percebidas no interior desse percurso.

Além dos indícios levantados pelo depoimento do professor Navarro, foi possível localizar outra fonte relacionada aos materiais da Educação Física somente no relatório de 1939, o qual contém uma lista de todos os materiais adquiridos no

ano anterior: desde livros para a biblioteca, materiais para os laboratórios até a relação dos materiais referentes à sala de Educação Física. São esses os materiais indicados no relatório: “1 bola de vôlei, 1 dardo, 2 caixas de metal amarelo, 1 caixa surda, de metal amarelo, 6 caixas de guerra, de metal amarelo, 6 cornetas, tipo americana, 3 tambores e 6 talabartes”¹³⁹. Cabe lembrar que no ano de 1938 a Educação Física passou a ser ofertada para todas as turmas do curso fundamental, em contraturno.

Podemos perceber que, destes materiais adquiridos, apenas a bola de vôlei e o dardo - ambos referentes aos esportes - estavam relacionados diretamente com a prática das atividades físicas, segundo o proposto pelos programas. Mesmo assim, esses materiais esportivos não poderiam ser utilizados para todas as classes, se partimos do pressuposto de que os professores seguiam o programa (os esportes não eram indicados para todos os alunos; dependia das idades e das capacidades físicas). Os outros equipamentos, ou melhor, os instrumentos musicais adquiridos deveriam ser utilizados nos desfiles obrigatórios. Este fato pode ser um indício de que a Educação Física estaria estreitamente ligada aos desfiles cívicos, sendo incumbência desta *disciplina* a organização dos alunos nestes eventos, incluindo o treinamento do desfile e o ensaio da fanfarra? Os depoimentos orais nos indicam duas perspectivas diferentes tanto sobre o uso dos instrumentos musicais quanto sobre a importância dos desfiles:

Na época, se desfilava na Rua XV, eram montados palanques, as autoridades presentes, civis, militares e eclesiásticas, os professores catedráticos presentes, e cada colégio apresentava sua banda e sua fanfarra e se desfilava com muita pompa e com muito patriotismo (Hélcio Buck Silva, 2004, p. 3).

Nos concentrávamos na Praça Osório ou na Praça Santos Andrade. Às vezes era da Praça Osório para a Santos Andrade e às vezes da Santos Andrade para a Praça Osório [pela rua XV]. Havia um deslocamento que era feito sem banda de música sem nada, à vontade, (...) passo à vontade. [Iamos até a praça], depois lá [a gente] se concentrava e [se] organizava (Ernani Straube, 2003, p. 13).

O fato de os professores de Educação Física sempre acompanharem as turmas nos desfiles e os professores de outras disciplinas não, segundo as fontes

¹³⁹ Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. *Relatório do Curso Fundamental*. Março e Abril, 1939.

orais, também aumenta a probabilidade de ser incumbência da Educação Física a preparação para estes momentos cívicos.

Independente do uso ou não dos instrumentos musicais nos dias de desfile, a justificativa para a presença destes instrumentos, relacionados como pertencentes à Educação Física, talvez seja dada também pelo fato de que, nas *aulas* de Educação Física, as marchas eram utilizadas tanto no início como no final das *aulas*, inclusive com a execução de algumas canções, especialmente na parte da sessão chamada de *volta à calma*.

Para aquele mesmo ano de 1939, numa ficha de avaliação dos estabelecimentos de ensino, encaminhada ao Diretor da Divisão de Educação Física, alguns itens me chamaram a atenção. No anexo 5 desta avaliação, sobre as instalações reservadas à Educação Física, podemos destacar a seguinte observação: “o estabelecimento não possui material fixo utilizando-se, com freqüência, dos aparelhos instalados na praça de esportes do 3º Regimento de Artilharia Montada [RAM], que fica próxima ao local em que os alunos fazem ginástica”¹⁴⁰. Como vimos, esse local onde os alunos faziam ginástica era a Praça Osvaldo Cruz, e o 3º RAM, com suas instalações nas imediações da referida praça, também fazia uso deste espaço, inclusive para treinamento da cavalaria e a prática da educação física da tropa. Para isso, foram instalados alguns equipamentos, os quais os alunos do GP também utilizavam. O termo *material fixo* apresentado na fonte refere-se exatamente a esses equipamentos instalados, como pódio, traves de equilíbrio, barras, etc.

Na seqüência da ficha de avaliação do estabelecimento, no anexo 6, estão relacionados os seguintes materiais:

2 pesos hexagonais de 5 kg
 6 halteres de barra longa, de 10 kg cada um
 8 medicine balls (3 de 1 kg e 5 de 3 kg)
 2 discos “Berg” de 2 kg
 4 dardos de 1 kg de competição e 3 de bambu, para treino
 1 peso de 7,257 kg para lançamentos
 3 pesos de 5 kg para lançamento
 Cordéis para salto em altura e 2 postes
 6 bolas pequenas (de estopa recoberta de couro)
 2 bolas de basquete
 1 bola de vôlei

¹⁴⁰ Museu do CEP. *Correspondência – Inspeção Federal*. Anos Letivos de 1934 – 1941.

1 alvo quadrangular, de 1 metro de lado.

Muito provavelmente estes materiais relacionados acima eram também de propriedade do 3º RAM. Como já eram utilizadas as dependências da praça localizada nas proximidades, os materiais também poderiam ser cedidos para o educandário. Esta prática de emprestar os materiais de instituições que possuíam uma estrutura mais completa pode ter sido comum, como mostrei anteriormente no caso dos exames médico-biométricos. Esse conjunto de materiais identificado acima, a maioria relacionada aos esportes, pode nos indicar um processo de esportivização das *aulas* de Educação Física? A resposta para esta pergunta demanda a análise de outras listas de materiais referentes aos anos seguintes.

No Relatório da Educação Física de 1940, as indicações dos materiais são as seguintes: 18 bolas médicas de 1 kg, 10 de 5 kg, 5 fardos de 20 kg, sarrafos, cordas para cabo de guerra, granadas, bolas para bola ao cesto, para voleibol e bola militar¹⁴¹. Não posso precisar, mas é bem provável que estes materiais ainda fossem emprestados de alguma instituição, como a Guarda Cívica ou o 3º RAM. Contudo, esses materiais emprestados estariam aos poucos sendo substituídos por um conjunto de materiais próprios da instituição. Em meados da década de 1940, essa situação de empréstimo de materiais parecia estar finalizada, pois, de acordo com o *Boletim Informativo de 1944*, enviado à Diretoria de Ensino em 1945, a relação do material adquirido, no ano de 1944, para a cadeira de Educação Física era o seguinte:

- 1 espirômetro de água
- 1 aparelho para medir a pressão arterial
- 6 bolas de tênis
- 3 caixas de guerra
- 24 cordas para caixas de guerra
- 1 caixa surda média sem talabartes
- 1 estereômetro de Weber
- 40 bastões de 0,60x3,50 m
- 10 sacos de areia de 5 kg (vazios)
- 9 pesos esféricos de 5 kg
- 5 pesos esféricos de 3 kg
- 1 agulha para bomba de encher bola
- 2 postes para salto em altura
- 10 medicine ball de 5 kg

¹⁴¹ Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1940.*

20 medicine ball de 4 kg
 20 medicine ball de 3 kg
 40 bastões de 1,30x3,60 m
 5 dardos de bambú
 5 sacos de areia de 30 kg
 5 sacos de areia de 50 kg
 20 bolas de 200 g
 1 cabo de guerra de 30 m
 2 dardos de madeira
 2 bolas de basquete com válvula
 2 bolas de vôlei
 2 bolas de futebol
 1 bomba para inflar
 2 discos de 1 kg
 2 discos de 2 kg
 1 rede alcatroada para voleibol.

A predominância dos materiais relacionados aos esportes identificada nas listas anteriores é menos significativa nesta relação apresentada. Como a própria instituição adquiriu esses materiais, a preocupação em se adequar ao proposto pelos programas pode ter influenciado a compra de diversos materiais relacionados também à prática da ginástica, além de aparelhos e materiais necessários para os exames médicos. Neste mesmo relatório, no item relacionado aos espaços utilizados para a prática da Educação Física, as seguintes informações podem ser encontradas:

O GOVERNO DO ESTADO contratou os campos de esportes do Coritiba Foot Ball Club e do BRITÂNIA ESPORTE CLUBE para neles serem realizadas as aulas de EDUCAÇÃO FÍSICA deste Colégio, sendo que no primeiro são realizadas as aulas do CURSO COLEGIAL e no segundo as do CURSO GINASIAL. O aparelhamento é o seguinte: 1 cronômetro; 6 bolas médicas de 1 kg; idem de 2 kg; 2 bolas número 6; 1 bomba para essas bolas; uma agulha; 4 petecas; 4 tentos; 6 halteres de 10 kg; 1 dardo; 2 discos de 2 kg; 1 peso para lançamento; 1 bola de vôlei; 2 caixas de metal amarelo; 1 caixa surda de metal; 6 caixas de guerra, metal amarelo; 6 cornetas americanas; 3 tambores; 6 talabartes; 1 caixa surda; 1 saco de areia de 50 kg; 1 dito de 30 kg e 12 bolas de tênis¹⁴².

Podemos perceber que os materiais adquiridos para as *aulas* de Educação Física em 1938 permanecem relacionados nesta listagem, com o acréscimo de mais alguns materiais. Analisando as duas fontes referentes ao ano de 1944, podemos perceber que alguns equipamentos relacionados na listagem anterior não foram relacionados nesta acima, o que nos indica que, principalmente no caso dos equipamentos esportivos, estes poderiam ser utilizados para os treinamentos das

¹⁴² Museu do CEP. *Boletim de Informações referentes ao ano de 1944, 1945*. Grifos no original.

equipes, não tendo relação direta com as *aulas* da Educação Física. Percebemos com isso um investimento da instituição na prática esportiva, realizada fora dos horários da Educação Física, ao mesmo tempo em que as *aulas* de Educação Física também estariam contempladas com a disponibilização de materiais.

Mas, apesar da obtenção de uma quantidade razoável de materiais comparada à situação de precariedade antes estabelecida, ainda assim, em alguns momentos, esses materiais pareciam insuficientes comparados à quantidade de alunos tanto nas *aulas* como nos treinamentos das atividades esportivas. Cabe lembrar o conteúdo de uma fonte apresentada anteriormente, referente ao Jornal dos Estudantes de 1948, na qual um aluno problematizava a quantidade de materiais referente à proporção dos alunos que se utilizava destes implementos. Inclusive, o signatário nos sugere uma reação de estranheza sobre o fato de um colégio sustentado pelo governo não possuir condições básicas necessárias para o desenvolvimento da Educação Física.

Nas Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário de 1947, estavam indicados os registros relativos às instalações e às quantidades mínimas de materiais que os estabelecimentos deveriam satisfazer. Podemos depreender desse fato que o governo, além de estabelecer, estaria também oferecendo essas condições mínimas aos estabelecimentos sob sua tutela? No item *Instalações*, o mínimo segundo as diretrizes consistia em:

Caixa para saltos em altura e distância, com as respectivas pistas;
Aparelho para saltos em altura;
Uma barra dupla;
Trave à altura de 1,10 m;
Alvo para arremesso de bolas;
Pórticos com hastes, cordas e escalas (dispensável nos estabelecimentos exclusivamente femininos). (p. 9)

A predominância de instalações direcionadas aos esportes é mais um indício de que a Educação Física estava tomando uma outra configuração, direcionando cada vez mais seus trabalhos para presença dos esportes como conteúdos predominantes. A intenção era de que as instituições possuíssem um estádio com as instalações para exercícios ginásticos e também a prática de alguns esportes, em especial, segundo a fonte acima, o atletismo. As exigências dos materiais presentes nas diretrizes também apontam para essa direção:

24 pesos esféricos de 2 e 3 kg (só para estabelecimentos femininos);
 24 pesos esféricos de 2, 3, 4 e 5 kg (só para estabelecimentos masculinos ou mistos);
 24 bolas de estopa revestida de couro, com 200 g de peso, do tamanho de uma bola de tênis;
 2 fardos cilíndricos de 15 kg e 2 de 20 kg (só para estabelecimentos femininos ou mistos);
 2 fardos cilíndricos de 30 kg e 2 de 50 kg (só para estabelecimentos femininos [sic] ou mistos);
 24 medicine balls, sendo 8 de 1 kg, 8 de 2 kg e 8 de 3 kg (só para estabelecimentos femininos);
 24 medicine balls, sendo 8 de 2 kg, 8 de 3 kg e 8 de 4 kg (só para estabelecimentos masculinos);
 32 medicine balls, sendo 8 de 1 kg, 8 de 2 kg, 8 de 3 kg e 8 de 4 kg (só para estabelecimentos mistos);
 48 cordas de 2 m para saltar;
 1 corda de 15 m, no mínimo, para tração (só para estabelecimentos masculinos ou mistos);
 24 bastões para luta (só para estabelecimentos masculinos ou mistos);
 1 disco (só para estabelecimentos masculinos ou mistos);
 1 dardo (idem);
 1 bola de futebol (idem);
 1 bola de voleibol;
 1 bola de basquetebol (só para estabelecimentos masculinos ou mistos);
 1 vara de saltos (idem);
 1 trena de 10 m no mínimo;
 4 bastões para revezamento. (p. 9-10).

Identificamos também algumas recomendações que faziam a distinção entre os materiais utilizados nas aulas femininas e masculinas, adequando os materiais às características físicas de cada sexo. Até então, os materiais que deveriam ser utilizados por um ou outro sexo nas *aulas* de Educação Física não possuíam esse tipo de diferenciação ou especificação. Desta forma, estavam sendo reforçados os conteúdos para ambos os sexos. Os esportes, com exceção do vôlei e de algumas provas do atletismo, não eram recomendados ao sexo feminino. Cabe investigar se essas exigências de materiais foram atendidas no CEP.

No ano seguinte à inauguração do novo prédio, a seguinte relação de materiais pertencentes à Educação Física foi apresentada pelo professor Hamilton Saponski Dal'lin, chefe do Departamento de Educação Física, ao diretor do estabelecimento, Francisco José Gomes Ribeiro:

3 pesos esféricos de 7 kg;
 6 pesos esféricos de 5 kg;
 3 pesos esféricos de 3 kg;
 2 pesos esféricos de 1 kg;
 3 martelos de 5 kg;

3 martelos de 7 kg;
74 fardos cilíndricos de 15 kg;
6 fardos cilíndricos de 20 kg;
6 fardos cilíndricos de 15 kg;
6 fardos cilíndricos de 30 kg;
6 fardos cilíndricos de 50 kg;
24 medicine balls de 1 kg;
15 medicine balls de 2 kg;
30 medicine balls de 3 kg;
31 medicine balls de 4 kg;
30 medicine balls de 5 kg;
100 cordas de 1,5 m e de 2 m para saltar;
3 cordas de tração;
3 cronômetros marca Classic;
6 cronômetros;
1 trena de aço de 30 m;
1 trena de aço de 25 m;
1 trena de aço de 15 m;
4 trenas de lona de 25 m;
6 bolas de futebol n.º 4;
11 bolas de futebol n.º 5;
10 bolas de voleibol n.º 5 e n.º 4;
17 bolas de basquetebol;
6 bolas de basquetebol, Goa Oficial;
100 bastões de 1 m e 1,5 m para luta;
24 bastões para revezamento;
8 discos de 1 kg;
8 discos de 1,5 kg;
8 discos de 2 kg;
12 dardos;
3 dardos oficiais de 600 g;
3 dardos oficiais de 800 g;
6 bolas de rugby;
2 bolas de handball;
11 apitos para jogos;
12 cordas com nós para jogos;
5 cordas com nós;
4 cordas lisas;
4 cordas para piscina;
3 caixas para farmácia;
1 jogo para ginástica, maçãs;
8 varas para saltos;
48 bandeirolas de ferro para marcar arremessos;
24 bandeirolas de ferro para marcar recordes;
1 carrinho de 3 rodas para transportar materiais;
3 cadeiras altas para arbitragem de voleibol;
1 grade de ferro para marcar pistas;
12 halteres de ferro reguláveis;
4 halteres de ferro;
4 lonas com pinhos para exercício;
2 mesas de ferro para estádio;
6 porta-vozes de latão;
6 postes de madeira para chegada de corridas;
6 redes para voleibol;
2 redes para futebol;
2 redes para tênis;
12 suportes para saída de corridas;
2 cavalos de madeiras acolchoáveis, reguláveis em altura;
2 cavaletes de madeira, acolchoados, reguláveis em altura;

4 ganchos de madeira torneados, para salvamento;
 3 salva-vidas de cortiça;
 8 coletes salva-vidas de cortiça;
 4 espaldares suecos, fixos na parede;
 1 colchão de lona para luta, de 5x5 m;
 6 colchões de lona de 2x2 m, para proteção junto à aparelhos;
 6 barreiras de ferro para corrida;
 6 argolas para pórticos;
 6 escadas de cordas para pórticos;
 50 petecas de couro;
 80 sarrafos para salto em altura;
 2 traves de ferro para water-polo;
 2 barras de ferro desmontáveis;
 2 paralelos;
 12 bicos para bola;
 2 roldanas para rede de voleibol;
 6 vigotes para redes de voleibol;
 2 pranchas de imbuia para picadeiro, salto em extensão;
 2 vigotes, 2 ripas, 1 ripão para marcação da pista;
 4 arcos de madeira para arremesso de peso;
 6 alvos móveis para arremesso de peso.¹⁴³

Como a maioria absoluta de materiais se refere aos esportes, podemos supor que a Educação Física estava definitivamente passando a ser *esportivizada*. É certo que as sessões de ginástica continuaram como parte integrante das aulas, mas a inclusão das práticas esportivas muito provavelmente começou a aumentar a partir desse momento. Outro aspecto que é importante ser considerado é o fato de que, como veremos a seguir, as novas instalações da Educação Física no CEP eram majoritariamente espaços esportivos, o que está diretamente relacionado à aquisição de materiais para a realização de eventos e práticas nesses locais.

Podemos perceber que as recomendações mínimas exigidas de instalações e materiais pelas diretrizes foram atendidas com *sobras* pelo CEP. Na realidade, a quantidade de materiais e a possibilidade de desenvolvimento de esportes diferentes dos propostos nas diretrizes (é o caso do rugby e do handball) sinalizam para um investimento sem precedentes na Educação Física nesta instituição. Essa medida seria parte da principal meta pretendida quando da inauguração do novo prédio: tornar a *qualidade* de ensino compatível com a *monumentalidade* do CEP. Seguramente, nos anos seguintes à inauguração do novo prédio, a Educação Física foi desenvolvida de maneira como nunca vista, pois a *disciplina* passaria a ter as

¹⁴³ Os ANEXOS 5 e 6 indicam alguns destes materiais.

condições para seu desenvolvimento (materiais, espaços, professores) supridas. Para finalizar, analiso os novos espaços da Educação Física no CEP.

3.3. O NOVO PRÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ: INÍCIO DE UMA EDUCAÇÃO FÍSICA *ESPORTIVIZADA*?

O desfecho deste trabalho se dá exatamente no momento da inauguração do novo prédio e das instalações da Educação Física do CEP. Entendo que esse foi o ápice de um *processo de valorização* que tentei apresentar, partindo de uma situação de dificuldades, apresentando problemas de toda natureza, de pouco reconhecimento, de investimentos ínfimos, de falta de professores, etc., e finalizando com a apresentação da entrega de uma considerável área para o desenvolvimento das *aulas*, com uma grande quantidade de materiais para os padrões da época, com a formação de professores especializados e com a participação destacada em eventos esportivos. Enfim fatores condizentes diretamente com a *disciplina* de Educação Física e com a grandiosidade atribuída ao educandário revelam a afirmação da Educação Física. É certo que o caminho percorrido pela *disciplina* de Educação Física até esse *coroamento* foi recheado de contradições, de discursos bem articulados contrapostos a ações nem sempre coerentes com as palavras proferidas.

A construção da área destinada à Educação Física no CEP, sem dúvida, foi um marco para a época. A inauguração das instalações do novo prédio deu-se em 29/03/1950, mas somente no ano seguinte, em 27 de outubro, é que a área de esportes seria totalmente finalizada e entregue. As instalações da Educação Física consistiam em:

- estádio de futebol com arquibancada
- campo de futebol de 95x60 m
- 6 balizas para corrida
- 2 caixas de salto em distância e tríplice
- 2 caixas de salto com vara
- 2 caixas de salto em altura
- 4 círculos para arremesso de peso
- 2 círculos para arremesso de martelo
- 1 pista de 360 m
- 2 piscinas, uma olímpica e uma para aprendizagem

- 1 ginásio com instalações higiênicas e vestiários para alunos, alunas, professores e professoras
- 1 cancha para ginástica, basquetebol e voleibol com piso de madeira, no ginásio, contando com duas tabelas completas e dois esticadores de redes de voleibol
- 2 canchas de voleibol com piso de asfalto e arquibancadas de cimento
- 2 canchas de basquetebol com piso de asfalto com as dimensões de 15x28 m e 15x26 m
- 1 pórtico olímpico com escadas verticais e inclinadas, hastes verticais e cordas.¹⁴⁴

Além destas instalações, ainda estava disponibilizada uma considerável área para a circulação dos alunos, em alas separadas para ambos os sexos. A área ocupada por essas instalações, comparada com o restante do espaço do Colégio, é bastante significativa. Na seqüência apresento uma fotografia aérea (Figura 12), na qual podemos perceber exatamente a proporção e a grandiosidade do novo prédio do CEP e das instalações da Educação Física.

FIGURA 12 – TOMADA AÉREA DA REGIÃO ONDE ESTÁ LOCALIZADO O COMPLEXO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ



FONTE: Museu do Colégio Estadual do Paraná.

NOTA: não foi possível identificar o fotógrafo responsável pela foto e nem a data do registro. Muito provavelmente esta foto tenha sido obtida nos anos finais da década de 1950.

¹⁴⁴ Arquivo Público do Paraná. *Relatório apresentado à Diretoria do estabelecimento pelo Professor Hamilton Saporski Dal'lin, Chefe do Departamento de Educação Física, 1952.*

Ao analisarmos esta foto, podemos perceber que o espaço tomado pelo novo edifício do CEP possuía proporções grandiosas, em comparação com as demais construções que o circundavam. Localizado estrategicamente numa região ligeiramente mais elevada, sua arquitetura e expressividade chamavam a atenção pela imponência e sinalizavam (propositalmente) para uma *grande realização* do governo. Partindo do pressuposto de que a arquitetura pode ter um papel fundamental na *criação* de um lugar e que ainda pode assumir uma importante função na formação de identidades, personalidades e *almas* dos educandos, podemos sugerir que este novo edifício representava o valor atribuído a uma *grandiosa* instituição, responsável por um *grandioso* projeto, objetivo de um não menos *grandioso* governo.

Neste mesmo sentido de afirmação de um *lugar* diferenciado, é que podemos concordar com Agustín ESCOLANO, quando o autor diz que “a produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado” (1998, p. 28). Este é o caso do CEP. Em meio às mudanças da configuração urbana da cidade de Curitiba, esta construção modelar parecia sinalizar para uma nova forma de organizar os espaços.

São nítidos também os contrastes da situação inicialmente apresentada com o prédio antigo do GP (CEP), e a apresentada com a inauguração do novo prédio do educandário. A localização do *velho* edifício constituía um fator negativo para a instituição, não condizente com a possível imponência que possuía à época. Situação bem diferente do *novo* prédio, estabelecido em local privilegiado e tendo sua imponência confirmada pela expressividade da arquitetura¹⁴⁵.

Se compararmos ainda a área tomada pelo prédio escolar e os espaços destinados à Educação Física, ou seja, analisarmos o “espaço-escola” proposto por ESCOLANO, podemos atribuir à Educação Física uma significativa importância no currículo do CEP. Nas palavras do autor, o edifício-escola “serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais

¹⁴⁵ Ver ANEXO 4.

e higiênicas (...). Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais” (ibid. p. 40).

A expressividade desta construção é tamanha que, mesmo antes da sua inauguração, algumas entidades estavam interessadas em utilizar as instalações da Educação Física. Um exemplo disso pode ser encontrado em um requerimento do professor Francisco Albizú, em 1949, solicitando que a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná utilizasse as dependências do ginásio esportivo (e as respectivas salas de aulas e demais instalações contidas no ginásio) para a instalação e funcionamento da referida escola (EEFDP). Tendo como argumento a falta de horários disponíveis nos três turnos de ensino, considerada a grande quantidade de turmas de Educação Física do CEP, a Congregação negou por unanimidade o pedido e ainda estendeu essa negativa a qualquer outra entidade que tivesse idênticas pretensões.

Nas diretrizes de 1947, as únicas recomendações com relação aos espaços da Educação Física eram uma área livre retangular de 1.500 m² e as instalações higiênicas de vestiários equipados com chuveiros e demais instalações sanitárias. Além da questão do espaço (somente o campo do estádio possuía 5.700 m²!), as solicitações dos vestiários também foram atendidas, sendo disponibilizadas essas instalações para ambos os sexos. De acordo com os registros fotográficos a seguir (Figuras 13, 14, 15 e 16), podemos ter uma noção de quanto as instalações de Educação Física do CEP eram importantes *símbolos* da *valorização* conquistada por essa *disciplina*:

FIGURA 13 – PISCINA E TRAMPOLIM



FONTE: Fundo Colégio Estadual do Paraná, Acervo Arquivo Público do Paraná.

NOTA: Este conjunto de fotos apresentados a seguir faz parte de um relatório encaminhado à Diretoria de Ensino, em 1952, com o intento de “mostrar” e “fazer crer” que as realizações do governo no setor educacional eram realmente condizentes com as preocupações de desenvolvimento desta área. A preparação deste *portfolio* procurava dar visibilidade às realizações, no mesmo sentido indicado por CAPELATO (1998) e LACERDA (2000), pois as provas fotográficas eram vistas como *irrefutáveis*.

A Figura 13 nos mostra a primeira piscina olímpica (50 metros de extensão por 25 metros de largura) inaugurada no estado do Paraná. Era equipada com trampolins de 3, 5 e 10 metros para saltos ornamentais. A partir de então, as aulas de Educação Física, segundo os indícios das fontes orais e pela indicação, em fontes impressas, de uma diversidade de materiais específicos para a utilização na piscina (por exemplo, cordas, traves de water-polo, coletes salva-vidas), passaram a ter como conteúdo, pelo menos uma vez por semana, aulas de natação e desportos aquáticos. E mais: o CEP passou a sediar diversas competições de desportos aquáticos no âmbito estadual, pois esta piscina era sem dúvida uma referência estadual do gênero.

FIGURA 14 – EDUCAÇÃO FÍSICA - GINÁSIO



FONTE: Fundo Colégio Estadual do Paraná, Acervo Arquivo Público do Paraná.

NOTA: ver Figura 13, p. 178.

Com a disponibilização deste ginásio, o *problema* das aulas de Educação Física em dias chuvosos estaria solucionado. Segundo as diretrizes de 1947, essas aulas deveriam ser compostas de exercícios de ginástica sueca ou calistênica, para os meninos, e ginástica rítmica, para as meninas.

Como indicado anteriormente, este ginásio poderia ser utilizado tanto para as sessões de ginástica como também para a prática de voleibol e basquetebol (inclusive, as medidas das quadras eram *oficiais*, sendo possível assim a realização de partidas de campeonatos promovidas por federações esportivas e afins). Este ginásio ainda possuía duas salas de aula, além das outras instalações, como sala da administração, gabinete médico e vestiários. É bem provável que as salas de aula fossem utilizadas também para algumas *aulas teóricas*.

FIGURA 15 – PÓRTICO



FONTE: Fundo Colégio Estadual do Paraná, Acervo Arquivo Público do Paraná.
NOTA: ver Figura 13, p. 178.

FIGURA 16 – ESTÁDIO



FONTE: Fundo Colégio Estadual do Paraná, Acervo Arquivo Público do Paraná.
NOTA: ver Figura 13, p. 178.

O estádio completava as instalações da Educação Física. Neste complexo, estavam incluídos o pórtico, quadras de basquete e vôlei, a pista e demais instalações do atletismo e o campo de futebol. Este espaço proporcionava alternativas para o desenvolvimento das *aulas* de Educação Física, principalmente, como veio a acontecer, relacionadas aos esportes. Cabe informar que foram realizadas diversas competições neste estádio, o que pode ter influenciado sobremaneira a forma de desenvolver a Educação Física: através da empolgação e das conquistas esportivas, é bem provável que as *aulas* de Educação Física deixassem para segundo plano a ginástica - maneira *antiga e não prazerosa* de exercitar o corpo – em favor da prática dos esportes - *modernos e empolgantes* - como conteúdo predominante. Uma série de motivos pode ter colaborado para o início deste processo: a atração que a prática esportiva exercia sobre os alunos, a massificação da prática esportiva no cenário mundial, principalmente após a Segunda Grande Guerra, a atribuição de valores e significados incutidos na prática esportiva, enfim, o surgimento de uma Educação Física *esportivizada*.

Estava assim estabelecida uma grande realização para o que era considerado um *magno problema* nacional: a educação. O novo prédio do CEP proporcionaria, como pretendido pelos governantes e autoridades ligadas ao setor educacional, uma sólida formação para a juventude paranaense e teria totais condições de ser reconhecido como uma das principais instituições de ensino secundário do país.

Em tempo, não podemos deixar de considerar que um outro *magno problema* também estaria solucionado com a inauguração do novo CEP: a Educação Física. Com a disponibilização de diversos recursos para o seu desenvolvimento (por exemplo, materiais, espaços e professores), as configurações que a *disciplina* tomou, a partir da década de 1950, na instituição possivelmente em muito diferiam da forma de trabalhar a Educação Física ao longo dos anos analisados. Porém, somente a investigação minuciosa destes anos seguintes é que poderá nos apresentar interpretações para a comprovação dessa hipótese da *esportivização*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas páginas finais creio ser necessário retomar alguns pontos já discutidos ao longo deste trabalho e que merecem novo destaque.

A importância em pesquisar historicamente as disciplinas escolares não se resume na apresentação de um conhecimento histórico sobre determinada disciplina. É importante o conhecimento da sistemática de cada disciplina e o que ela revela de *inédito* ou de *comum* com relação a outras disciplinas. Contudo, é necessário ir além da particularidade de cada disciplina: é preciso estar atento ao papel desempenhado por cada uma delas num âmbito mais amplo, qual seja, o conjunto que compõe um currículo. Cada disciplina pode assumir uma função específica neste currículo concorrendo desta forma para uma finalidade única, mesmo possuindo diferentes formas de trabalhar e objetivos específicos a atingir.

Percebemos que esse foi o caso da Educação Física no currículo do ensino secundário. Esta *disciplina*, principalmente a partir da década de 1930, foi alvo de investimentos perceptíveis nos conteúdos legislativos e nos discursos de diversas autoridades, como governantes, inspetores, diretores e professores. A obrigatoriedade de sua prática - em todos os níveis de ensino - pode ser entendida como a maior realização neste sentido. Se lembrarmos que à Educação Física era atribuída a função de auxiliar no processo de desenvolvimento da nação, *fortalecendo corpos* e ajudando a *formar mentes*, podemos entender os motivos de tamanha intervenção nas questões referentes aos tratamentos dados aos corpos e ao valor creditado nestes *novos* corpos fortes e dóceis.

Servindo então aos interesses exteriores à escola (leia-se interesses dos governantes), a Educação Física deveria ser objeto privilegiado de investimentos e de disponibilização de condições para o seu desenvolvimento, tido como fundamental para a nação. Mas, as realidades nem sempre são condizentes com os discursos.

No caso do Ginásio Paranaense (Colégio Estadual do Paraná), mesmo com o reconhecimento da importância da Educação Física, pudemos identificar uma série de dificuldades que obrigaram a instituição a buscar soluções muito próprias para atender às exigências legais. A obrigatoriedade das aulas foi inicialmente estabelecida de acordo com as possibilidades da instituição. Além disso, uma

quantidade considerável de deficiências, como falta de espaços, de professores e de materiais impossibilitava que esta *disciplina* fosse ofertada a todos os alunos do GP. Somente a partir do final da década de 1930 e início de 1940, através do estabelecimento de acordos para a utilização de *sítios esportivos* para as aulas, com a contratação de professores para lecionar Educação Física e com a disponibilização de uma quantidade razoável de materiais, a situação parecia melhorar, pelo menos com relação à Educação Física masculina.

Fazendo referência aos programas e conteúdos, foi possível detectar que o Método Francês era predominantemente utilizado pelos professores do GP (CEP). Esse método, adotado oficialmente em todo o território nacional, foi considerado como o *ideal* - porque possuía uma base *científica* - para as finalidades propostas para a Educação Física. Eram desenvolvidas, sob a orientação deste método, sessões de exercícios ginásticos – consistindo em flexionamentos, aplicações, exercícios educativos - e também sessões de jogos e de esportes.

Partindo dos programas propostos via legislação, realizei a análise dos conteúdos destes programas, tentando captar os objetivos pretendidos com a prática da Educação Física e as formas pelas quais buscaram alcançar tais objetivos. Através do diálogo com as fontes orais, pudemos perceber que nem sempre era possível executar o programa e que alguns conteúdos eram preferidos em detrimento de outros, o que pode ter ocasionado as escolhas de conteúdos a serem desenvolvidos a partir da década de 1950 na efetivação das aulas de Educação Física daquela instituição.

Escolhas estas, presumo, tenham sido o início de uma mudança de enfoque da Educação Física: da ginástica para os esportes, ou seja, uma *esportivização* da Educação Física. Estes últimos conteúdos assumiriam o posto de *carro-chefe* nas aulas de Educação Física, segundo os indícios referentes à quantidade de materiais adquiridos destinados aos esportes na inauguração do novo prédio e à orientação predominantemente esportiva dos novos espaços para as aulas. No último capítulo, analisei mais detidamente as configurações de espaços e materiais do GP (CEP).

Pude perceber que, ao longo do período compreendido pela pesquisa, uma linha comparativa pode ser traçada, na qual a situação de *precariedade* inicialmente apresentada, com poucos materiais e exigüidade de espaço vai sendo substituída por uma situação de *valorização* à medida que materiais foram adquiridos, espaços

foram cedidos e/ou construídos e outras *melhorias* foram incorporadas à Educação Física no CEP. Convém destacar que, no entanto, esse processo não ocorreu de maneira linear e unívoca.

Na minha opinião, o *ápice* da *valorização* da Educação Física apontado por esse trabalho se deu com a inauguração das instalações esportivas do novo prédio do CEP, no início da década de 1950. Com a construção de diversos espaços específicos para a prática da Educação Física, a disponibilização de uma quantidade considerável de materiais e a contratação de professores de Educação Física formados, em sua maioria, pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, estavam oferecidas totais condições para o desenvolvimento da Educação Física.

Entretanto, o percurso desta disciplina e das ações por ela desenvolvida no CEP após a destinação de condições é assunto para uma outra pesquisa. Creio ter dado uma colaboração para o campo da pesquisa histórica em educação e, particularmente em educação física. Acredito que as questões apontadas ao longo deste trabalho devem instigar a realização de futuras pesquisas, contribuindo assim para continuarmos a apresentar possíveis explicações da realidade histórica que ainda não foram propostas, relativas às histórias da Educação Física e demais práticas corporais escolares no estado do Paraná e no Brasil.

FONTES HISTÓRICAS

ACERVO ERNANI COSTA STRAUBE

Álbum do Antigo Ginásio Paranaense - Externato. Rua Ébano Pereira, 240. 1941.

Comemoração do aniversário de 40 anos de conclusão do Curso Ginásial do Colégio Estadual do Paraná. 1985.

Comemoração do Jubileu de Ouro de conclusão do Curso Ginásial do Colégio Estadual do Paraná. 1945-1995.

Comemoração dos 50 anos da formatura da 1ª turma de Professorandos da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Iniciada no ano de 1943 - Curso Normal (Normalista) com especialização em Educação Física.

Convite de formatura da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná da turma de professorando de 1947.

DAL'LIN, Hamilton Saptorski. Início da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Mimeo, s/d.

Entrevista concedida pelo professor Hamilton Saptorski Dal'lin ao seu neto e professor de Educação Física, Fábio Cezar Dal'lin. Mimeo, s/d.

ARQUIVO GERAL DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ¹

Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. *Cópia do Relatório do Curso Colegial*. Meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, 1945. 1º volume.

_____. *Cópia do Relatório do Curso Colegial*. Meses de Janeiro, Fevereiro e Março, 1946. 1º volume.

_____. *Cópia do Relatório do Curso Colegial*. Meses de Março a Junho, 1944. 1ª, 2ª e 3ª séries.

_____. *Cópia do Relatório do Curso Ginásial*. Meses de Janeiro a Junho, 1944. 1ª e 2ª séries.

_____. *Cópia do Relatório do Curso Ginásial*. Meses de Janeiro a Junho, 1944. 3ª e 4ª séries.

¹ Os documentos que aparecem com o título "Cópia do Relatório" referem-se exatamente aos volumes encontrados encadernados neste Arquivo Geral. Estes documentos eram cópias que ficaram guardadas na instituição.

_____. *Cópia do Relatório do Curso Ginásial*. Meses de Janeiro, Fevereiro e Março, 1946. 1ª e 2ª séries. 1º volume.

_____. *Cópia do Relatório do Curso Ginásial*. Meses de Janeiro, Fevereiro e Março, 1946. 3ª e 4ª séries. 1º volume.

_____. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar* – Ano Letivo de 1940.

_____. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar* – Ano Letivo de 1941.

_____. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar* – Ano Letivo de 1942.

_____. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar* – Ano Letivo de 1943.

_____. *Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar* – Ano Letivo de 1944.

_____. *Cópia dos Relatórios dos Cursos Ginásial e Colegial*. Meses de Janeiro, Fevereiro e Março, 1947. 2º volume.

_____. *Inspetoria Federal – Correspondência*. Ofícios e telegramas expedidos de 1934 a 1941.

_____. *Relatório de Abril e Maio de 1938*.

_____. *Relatório do Curso Fundamental*. Janeiro e Fevereiro, 1939, 1º volume.

_____. *Relatório do Curso Fundamental*. Julho, 1939.

_____. *Relatório do Curso Fundamental*. Março e Abril, 1939.

_____. *Relatório do Curso Fundamental*. Outubro e Novembro, 1939.

_____. *Relatório do mês de Março de 1935*.

_____. *Relatório do mês de Março de 1936*.

_____. *Relatório do mês de Março de 1937*.

_____. *Relatório do mês de Março de 1938*.

_____. *Relatórios Finais e Certificados*, 1938.

_____. *Relatórios*. Março, 1934.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Arquivo Público do Paraná. Caixas do Colégio Estadual do Paraná. Diversos.

_____. *Relatório apresentado à Diretoria do estabelecimento pelo Professor Hamilton Saporski Dal'lin, Chefe do Departamento de Educação Física, 1952.*

_____. *Revista do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba, ano I, 1938, abril.*

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

Biblioteca Pública do Paraná. Jornal O Dia, 03/10/1943.

_____. Jornal O Estado. 21/02/1937.

CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES

Círculo de Estudos Bandeirantes. *Código do Ensino do Estado do Paraná - Decreto n.º 710 de 18 de outubro de 1915.*

_____. *Relatório do Estado do Paraná - 1915.*

_____. *Relatório do Estado do Paraná – 1916.*

_____. *Relatório do Estado do Paraná – 1917.*

MUSEU DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Museu do Colégio Estadual do Paraná. *Antinoüs - Boletim Informativo da Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano I, n.º 7, dez., 1946.*

_____. *Assentamento de Professores, Lentes e Inspetores Gerais da Instrução Pública. Vol. 4 (1895 – 1928).*

_____. *Atas das Reuniões da Comissão Organizadora das Olimpíadas Colegial e Ginásial de 1951.*

_____. *Atas das Reuniões da Olimpíada Colegial e Ginásial de 1947.*

_____. *Boletim de Informações referentes ao ano de 1944, 1945.*

_____. *Cópia de Ofícios – Diretoria. 1928.*

- _____. *Cópia de Ofícios – Diretoria*. 1930.
- _____. *Cópia de Ofícios – Diretoria*. 1931.
- _____. *Cópia de Ofícios – Diretoria*. 1932.
- _____. *Cópia de Ofícios – Diretoria*. 1933.
- _____. *Cópia de Ofícios – Diretoria*. 1934.
- _____. *Cópia de Ofícios – Diretoria*. 1935.
- _____. *Cópia de Ofícios – Diretoria*. 1936.
- _____. *Cópia de Ofícios – Diretoria*. 1937.
- _____. *Cópia de Ofícios – Diretoria*. 1938.
- _____. *Cópia do Boletim de Informações do Colégio Estadual do Paraná referente ao ano de 1944*. 1945.
- _____. *Correspondência – Inspeção Federal*. Anos Letivos de 1934 – 1941.
- _____. *Jornal dos Estudantes do CEP*, ano 10, n.º 38, set, 1948.
- _____. *Jornal dos Estudantes do CEP*, ano 11, n.º 51, ago/set, 1951.
- _____. *Jornal dos Estudantes do CEP*, ano 14, n.º 70, ago, 1954.
- _____. *Jornal dos Estudantes do CEP*, ano 4, n.º 19, set, 1943.
- _____. *Jornal dos Estudantes do CEP*, ano 5, n.º especial, out, 1943.
- _____. *Jornal dos Estudantes do CEP*, ano 5, n.º 26, nov, 1943.
- _____. *Jornal dos Estudantes do CEP*, ano 7, n.º 35, jun, 1945.
- _____. *Jornal dos Estudantes do CEP*, ano 1, n.º 6, jul, 1940.
- _____. *Jornal dos Estudantes do CEP*, ano 4, n.º 18, ago, 1942.
- _____. *Livro de chamada da professora Ivete Luz*. Ano Letivo de 1948.
- _____. *Livro de chamada da professora Ivete Luz*. Ano Letivo de 1949.
- _____. *Livro de posses de Lentes, Professores e Funcionários*. 24/04/1945 – 03/05/1950.

_____. *Prospecto – Regulamento do Internato do Ginásio Paranaense de Curitiba*, 1932.

_____. *Registro de Atas da Congregação do Colégio Estadual do Paraná*. (01/04/1942 – 25/06/1966).

_____. *Registro de decretos de vida funcional de professores atuais*. (1928 – 1960).

_____. *Registro de portarias da Diretoria do GP*. (02/03/1928–20/11/1934).

_____. *Registro de professores dos Cursos Complementares, na Diretoria Nacional de Educação*. 1932-1950.

_____. *Regulamento da IIIª Olimpíada Colegial e Ginasial de 1948*.

_____. *Regulamento da Olimpíada Colegial e Ginasial de 1949*.

_____. *Regulamento da Olimpíada Colegial e Ginasial de 1951*.

_____. *Regulamento e Relatório da IIª Olimpíada Colegial e Ginasial*. 1947

_____. *Relatório e Regulamento da Olimpíada Colegial e Ginasial de 1946 – Olimpíada do Centenário*.

ENTREVISTAS

Professor Ernani Costa Straube. *Entrevista*. Curitiba, 22 de outubro de 2003. 16 p.

Professor Hércio Buck Silva. *Entrevista*. Curitiba, 15 de abril de 2004. 19 p.

Professor Ivete Luz Buck Silva. *Entrevista*. Curitiba, 16 de abril de 2004. 15 p.

Professor Mário Bassói. *Entrevista*. Curitiba, 10 de outubro de 2003. 24 p.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.

_____. Decreto n. 17.592, de 16 de janeiro de 1945. Concede reconhecimento a cursos da Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná.

_____. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

_____. Decreto n. 21.241, de 04 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências.

_____. Decreto n. 21.324, de 27 de abril de 1932. Aprova o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes).

_____. Decreto n. 24.794, de 14 de julho de 1934. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspetoria Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico, e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei n. 1.212, de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

_____. Decreto-Lei n. 2.072, de 08 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.

_____. Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.

_____. Decreto-Lei n. 5.342, de 25 de março de 1943. Dispõe sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a disciplina das atividades desportivas, e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei n. 5.343, de 25 de março de 1943. Dispõe sobre a habilitação para a direção da educação física nos estabelecimentos de ensino de grau secundário.

_____. Decreto-Lei n. 8.193, de 20 de novembro de 1945. Dispõe sobre promoção no corrente ano letivo.

_____. Decreto-Lei n. 8.347, de 10 de dezembro de 1945. Da nova redação aos arts. 5º, 15, 19, 20, 24, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88 e 91 do Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

_____. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

PÁGINAS DA INTERNET

<http://www.cpdoc.fgv.br/>

<http://wwwt.senado.gov.br/legbras/>

OBRAS COETÂNEAS

AQUINO, José. *Pedagogia da Educação Física*. São Paulo: Brusco & Cia, 1939.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *Regulamento de Educação Física (1ª parte)*. Rio de Janeiro: Biblioteca de "A Defesa Nacional", 1934.

MARINHO, Inezil Penna. *A História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953.

_____. *A História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1954.

_____. *História Geral de Educação Física*. São Paulo: Cia. Brasil Editora, s/d-a.

_____. *Sistemas e Métodos de Educação Física*. 6ª ed. São Paulo: Ed. BRASIPAL, s/d-b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de Ensino Secundário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1990.
- ALMEIDA, Milton José de. A Liturgia Olímpica. In: SOARES, Carmen Lúcia. (org.). *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 79-108.
- ARAÚJO, Maria Celina D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BECKER, Jean-Jaques. O Handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 27-31.
- BERCITO, Sonia de Deus. *Ser Forte para fazer uma Nação Forte: a Educação Física no Brasil (1932-1945)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1991.
- _____. Educação física e construção nacional (1932-1945). In: FERREIRA NETO, Amarílio. *Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira*. Vitória: UFES/Centro de Educação Física e Desportos, 1996.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Disciplinas escolares: História e Pesquisa. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio; RANZI, Serlei M. Fischer (orgs.). *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- BOSCHILIA, Roseli T. *Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba 1925-1965)*. Tese de Doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2002.
- BRACHT, Valter. Saber e fazer pedagógico: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARRÓZ, Francisco (org.). *Educação Física Escolar: política, investigação e intervenção*. Vol. 1, Vitória: PROTEORIA, 2002, p. 67-79.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 5ª ed. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. *A Educação Física no Estado Novo: História e Doutrina*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1982.
- CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. *História Biográfica da República no Paraná*. Curitiba: Banestado, 1994.
- CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos César de. *História social da infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Universidade São Francisco, 2001.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil – a História que não se conta*. 6ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n.º 2, 1990, pp. 177-229.

CUNHA JR., Carlos Fernando F. A educação física no estado novo: a questão do nacionalismo. In: III ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 3, 1995, Curitiba. *Coletânea...* Curitiba: UFPR, 1995. p. 196-203.

_____. *Cultura escolar e formação da boa sociedade: uma história do Imperial Collegio de Pedro Segundo*. Tese de Doutorado em Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. Os exercícios gymnasticos no Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1870). In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Autores Associados: Campinas, v. 25, n.º 1, set/2003, p. 69-81.

DANAIOLOF, Kátia. O Corpo e a Educação Física na década de 40. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2001: Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: DN CBCE: Secretaria Estadual de Minas Gerais, Secretaria Estadual de São Paulo, 2001. Com06_17.pdf.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FERRAZ, Marcus V.M. *A institucionalização do campo de conhecimento da Educação Física: uma história do ensino da Educação Física nas escolas secundárias do Rio de Janeiro (1851-1939)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2001a.

_____. Reflexões sobre a eugenia na Educação Física do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2001: Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: DN CBCE: Secretaria Estadual de Minas Gerais, Secretaria Estadual de São Paulo, 2001b. Com06_25.pdf.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola*. Aracruz: FACHA, 1999.

GAIO, Roberta. *Ginástica Rítmica Desportiva "Popular"* - Uma proposta educacional. São Paulo: Robe Editorial, 1996.

GEBARA, Ademir. Educação física e esportes no Brasil: perspectivas (na história) para o século XXI. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). *Educação física e esporte: perspectivas para o século XXI*. Campinas, SP: Papyrus, 1992. p. 13-31.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-superadora dos conteúdos e a Educação Física brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

_____. O método francês e militarização da educação física na escola brasileira. In: FERREIRA NETO, Amarílio. *Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira*. Vitória: UFES/Centro de Educação Física e Desportos, 1996.

_____. *Bela, Maternal e Feminina: imagens da mulher na Revista Educação Física*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

GÓIS JR., Edivaldo. Os Ideais Higienistas e a Educação Física brasileira na década de trinta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2001: Caxambu, MG. *Anais... caxambu, MG: DN CBCE: Secretaria Estadual de Minas Gerais, Secretaria Estadual de São Paulo, 2001. Com06_21.pdf*.

GOMES, Ângela Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.º 2, 1990, p. 230-254.

_____. *Historia del currículum*. Barcelona: Pomares-Corredor, 1995.

GRANDO, José Carlos. *Sacralização do Corpo*. Blumenau: Ed. FURB, 1996.

_____. As concepções de corpo no Brasil a partir de 30. In: GRANDO, José Carlos (org.). *A (des)construção do corpo*. Blumenau: Ed. FURB, 2001.

HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n.º 6, 1992, p. 33-52.

_____. Notas de lugar nenhum : sobre os primórdios da escolarização moderna. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.º 1, 2001, p. 45-73.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. Porto Alegre, *Teoria e Educação*, n.º 2, 1990, p. 65-110.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: a educação no Brasil (1930–1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

IPARDES – Fundação Édson Vieira. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989.

IWAYA, Marilda. *Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: UFPR, 2001.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.º 1, 2001, p. 9-43.

_____. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In.: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KAMENS, David e CHA, Yun-Kyung. La legitimación de nuevas asignaturas en la escolarización de masas: orígenes (siglo XIX) y difusión (siglo XX) de la enseñanza del arte y de la educación física. *Revista de Estudios del Currículum*, Barcelona, vol. 2, n.º 1, enero de 1999.

KOSSOY, Bóris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. *O Fotográfico*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1998, p. 42-47.

LACERDA, Aline Lopes de. Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial Obra Getuliana. In: GOMES, Ângela Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 103-143.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1986.

LEVINE, R. *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Magali Alonso de. *O Corpo no espaço e no tempo: a Educação Física no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *Quando a lei é a regra*. Vitória: CEFD/UFES, 1994.

_____. *O Esporte na Cidade*. Campinas: Autores Associados: CBCE, 2001.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: Política e Governo*. Curitiba: SEED, 2001.

MARTINS, Mario do Carmo. As Humanidades em Debate: A Reformulação Curricular e a Criação de Novas Disciplinas Escolares. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio; RANZI, Serlei M. Fischer (orgs.). *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MELO, Victor Andrade de. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história*. Dissertação de Mestrado em Educação Física. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. A Educação Física nas escolas brasileiras do século XIX: esporte ou ginástica?. In: FERREIRA NETO, Amarílio. *Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira*, vol. 3. Aracruz: FACHA, 1998.

_____. *Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

MELO, Victor Andrade de; GENOVEZ, Patrícia Falco. *Bibliografia brasileira sobre história da educação física e do esporte*. Rio de Janeiro: Editora da UGF, 1998.

MONARCHA, Carlos. Notas sobre a educação nacional na “era getuliana”. In: *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas (6), out/1999, p. 57-68.

_____. (org.). *Educação da infância brasileira (1875-1983)*. Campinas: Autores Associados, 2001a.

_____. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos César de (org.). *História social da infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Universidade São Francisco, 2001b.

MORAES, Enny Vieira. O higienismo e a Educação Física brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 5., 1997, Maceió. *Anais...*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1997. pp. 234-242.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. *Consenso e Conflito da Educação Física brasileira*. Campinas: Papyrus, 1994.

PAGNI, Pedro Ângelo. A prescrição dos exercícios físicos e do esporte no Brasil (1850-1920): cuidados com o corpo, educação física e formação moral. In:

FERREIRA NETO, Amarílio (org.). *Pesquisa Histórica na Educação Física*. Vitória: CEFD/UFES, 1997.

PANDOLFI, D. (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. Bragança paulista: EDUSF, 2003.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PEREIRA, Júnia. Juventude, "Raça" e Educação Física em Belo Horizonte nos anos 30 e 40. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). *Pesquisa Histórica na Educação Física*, vol. 6. Vitória: PROTEORIA, 2001.

PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (orgs.). *Esporte: História e Sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002.

QUÉIROS, Stella F. M. *Ginástica – Mecanismo corporal e ginástica contemporânea: do sistema infantil e feminino*. Edgard Blucher, São Paulo: Editora da USP, 1974.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar em Revista*. Curitiba, n.º 18, 2001, p. 13-28.

ROCHA, Dorothy. Escola Normal Secundária de Curitiba nos anos 20. In: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs.). *A Escola Secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo, Annablume, 2002.

ROSE, R. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil, 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 93-101.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SILVA, Pierre Normando Gomes da. Compendio de gymnastica escolar: o corpo e a pedagogia no início do século XX. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). *Pesquisa histórica na Educação Física* (vol.4). Aracruz, FACHA, 1999.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: Raízes e Brasil*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001a.

_____. (org.). *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2001b.

_____. *Imagens da Educação no Corpo*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

SOEIRO, Renato Souza Pinto. *A Contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o Esporte Nacional: 1933 a 2000*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Motricidade Humana. Rio de Janeiro: Universidade Castelo Branco, 2003.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra!*: a história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). Tese de Doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP, 1994.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. *A Estrada do Poente: Escola Alemã/Colégio Progresso: (Curitiba 1930-1942)*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional do século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos CEDES*, ano XIX, n.º 51, Campinas, nov/2000, p. 9-28.

SOUZA JR., Marcílio. O saber e o fazer pedagógico da Educação Física na cultura escolar: o que é um componente curricular? In: CAPARRÓZ, Francisco (org.). *Educação Física Escolar: política, investigação e intervenção*. Vol. 1, Vitória: PROTEORIA, 2002, p. 81-92.

SOUZA NETO, Samuel et al. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Autores Associados: Campinas, v. 25, n.º 2, jan/2004, p. 113-128.

STRAUBE, Ernani Costa. *O Prédio do Gymnasio, 1903-1990*. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

_____. *Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná*. Curitiba: FUNDEPAR, 1993.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio; RANZI, Serlei M. Fischer (orgs.). *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

TEIXEIRA, Aleluia H. Lisboa. A Ginástica no Ginásio Mineiro: seus tempos, espaços e materiais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13., 2003: Caxambu, MG. *Anais* [recurso eletrônico]. Campinas: CBCE, 2003. GTT6 – co11.pdf.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança paulista: EDUSF, 2002.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl (orgs.). *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VIÑAO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, Anped, São Paulo. N.º 0, 1995, set. /dez.

_____. *Espacio y tiempo, educación e historia*. Morelia: IMCED, 1996.

_____. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1 – FICHA DO EXAME BIOMÉTRICO - ANVERSO

MUSEU

CICLO SECUNDÁRIO (2.º GRAU)

ALUNO _____ Sexo _____ Nome _____ Curso _____ Série _____

Município _____ Estado _____

ANO DE 19 _____

EXAME BIOMÉTRICO		1.º	2.º	EXAME CLÍNICO	
Data:				Data:	
Idade:					
Perímetro torácico	{ Xifóides (sexo masc.) Axilar (sexo fem.)	Repouso . . . 1			
		Inspiração . . 2			
		Expiração . . . 3			
Elasticidade torácica		4		Exercícios indicados	
Peso		5		Exercícios contra indicados	
Estatura		6		Aproveitamento do exercício	
Capacidade vital		7		Observações	

MÉDICO _____

FONTE: Museu do Colégio Estadual do Paraná.

ANEXO 2 – FICHA DO EXAME BIOMÉTRICO - VERSO

DADOS ETNOLÓGICOS		EXAME PRÁTICO - 2.º GRAU		Limites mínimos																																		
		Datas	1.	2.																																		
Nac. própria	País	NATUREZA DAS PROVAS	1. Corrida (velocidade)		1000 m. em 120"																																	
	Estado		2. Corrida (resistência)		1000 m. em 30. + 20"																																	
	Município		3. Salto em altura com impulso		1m. 25																																	
	País		4. Salto em extensão com impulso		4 m. 70																																	
Nacionalidade de	Avô Paterno		5. Tregar		1 apelo e 1m. 50 da corda																																	
	Avô Paterno		6. Arremessar Mão esquerda Mão direita Soma dos resultados		1 kg. e 1m. 50																																	
	Avô Materno				1 kg. e 1m. 50																																	
	Avô Materna				1 kg. e 1m. 50																																	
	Côr da Pele (Clas. Roquete Pinto)		7. Levantar e transportar		10 kg. e 1m. 50																																	
	Tipo do Cabelo		8. Dois flexionamentos combinados dos quais um executado sobre uma trave		10 kg. e 1m. 50																																	
VISTO																																						
		ESTE ALUNO ADQUIRIU DIREITO AO CERTIFICADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA SECUNDÁRIA (2.º GRAU)																																				
		EM _____ DE _____ DE 19 _____																																				
		_____ INSPECTOR FEDERAL																																				
		_____ PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA																																				
		<table border="0"> <tr> <td>MESES</td> <td>Março</td> <td>Abril</td> <td>Mai</td> <td>Junho</td> <td>Julho</td> <td>Agosto</td> <td>Setembro</td> <td>Outubro</td> <td>Novembro</td> <td>TOTAL</td> </tr> <tr> <td>NUMERO DE AULAS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>FALTAS</td> <td></td> </tr> </table>				MESES	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	NUMERO DE AULAS											FALTAS										
MESES	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL																												
NUMERO DE AULAS																																						
FALTAS																																						

FONTE: Museu do Colégio Estadual do Paraná.

ANEXO 3 – PÁTIO INTERNO DO INTERNATO



FONTE: Prospecto – Regulamento do Internato do Ginásio Paranaense de Curitiba, 1932.

ANEXO 4 – PÁTIO INTERNO – COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ



FONTE: Fundo Colégio Estadual do Paraná, Acervo Arquivo Público do Paraná. Década de 1950.

ANEXO 5 – MATERIAIS DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ



FONTE: Fundo Colégio Estadual do Paraná, Acervo Arquivo Público do Paraná. Década de 1950.

ANEXO 6 – MATERIAIS DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ



FONTE: Fundo Colégio Estadual do Paraná, Acervo Arquivo Público do Paraná. Década de 1950.

ANEXO 7 – EXEMPLO DE LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A TURMA DO 4º GRAU DO CICLO ELEMENTAR

LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ciclo Elementar – 4º Grau – 11 aos 13 anos

Dia:-

Hora:-

Local:- Campo do Ginásio.

Duração:- 30 minutos.

Uniforme:- O de física.

Material:- O necessário.

Regime dos Trabalhos

Sessão Preparatória:- Normal

Lição Propriamente Dita:- Quatro educativos e três aplicações fracas

Um jogo.

Volta á Calma:- Normal.

SESSÃO PREPARATÓRIA

Duração:- 6 minutos

Evolução:- 16 -: Marcha normal em diferentes cadências.

Flexionamentos:-

Br:- 48 -: Elevação dos braços a frente e afastamento lateral.

Pr:- 57 -: Mãos nos quadris. –Elev. do joelho a frente e afast. lateral.

Tr:- 70 -: Mãos nos quadris – Afastamento para frente, com rot. do tronco.

Cmb:- 83 -: Flex. do tronco com elev. da perna para trás e elev. lateral dos braços.

Asm:- 84 -: Deslocamento vertical de um antebraço e vertical do outro.

Cxt:- 104 -: Levar alternadamente as espáduas para a frente e para trás. (3 a 5 vezes).

LIÇÃO PROPRIAMENTE DITA

Duração:- 21 minutos

Marchar:- 117 -: Marcha na ponta dos pés.

Trepar:- 141 -: Suspensão inclinada, elevação da perna estendida.

Saltar:- 217 -: Salto em distância, sem impulso.

L. Trans:- 252 -: Levantar a dois um camarada deitado, com o corpo retesado, segurando-o sob os braços.

Correr:- 293 -: Corrida por lance, deitando no fim de cada lance.

Lançar:- 319 -: Lançamento de objetos leves com o braço flexionado.

A. Defen:- 338 -: Resistência á extensão dos braços para a frente, dois a dois, de frente.

Jogos:- 402 -: A corrida da centopéia.

VOLTA Á CALMA

Marcha lenta com exercícios respiratórios.

Marcha com canto ou assobio.

Exercícios de ordem.

FONTE: AGCEP. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1941.

ANEXO 8 – EXEMPLO DE LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A TURMA DO 1º GRAU DO CICLO SECUNDÁRIO

LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ciclo Secundário – 1º Grau – 13 aos 16 anos

Dia:-

Hora:-

Local:- Campo do Ginásio.

Duração:- 40 minutos.

Uniforme:- O de Física.

Material:- O necessário.

Regime dos Trabalhos

Sessão Preparatória:- Normal

Lição Propriamente Dita:- Três educativos, quatro aplicações e dois jogos.

Volta á Calma:- Normal.

SESSÃO PREPARATÓRIA

Duração:- 8 minutos

Evolução:- 23 -: Marcha dos Ginastas.

Flexionamentos:-

Br:- 50 -: Flexão dos antebraços, com extensão dos braços para frente, vertical e lateral.

Pr:- 60 -: Grande afast. lat - Mãos nos quadris. – Flexão alternada das pernas.

Tr:- 73 -: Afast. lat - Mãos nos quadris – circundução dos troncos.

Comb:- 82 -: Mãos nos quadris - Flexão do tronco com elevação da perna para trás.

Asm:- 90d -: Elev. lat. dos braços, flexão dos antebraços no plano vertical, com um tempo de atraso.

Cxt:- 106 -: Com elevação dos braços flexionados. (3 a 5 vezes).

LIÇÃO PROPRIAMENTE DITA

Duração:- 28 minutos

Marchar:- 124 -: Marcha alongada rápida.

Trepar:- 180 -: Passagem do pórtilo, andando ou correndo.

Saltar:- 22 -: Salto em altura de frente, com impulso.

L. Trans:- 254 -: Levantar um camarada deitado, com o corpo retesado, segurando-o sob os braços.

Correr:- 294 -: Corrida em andadura moderada, passada longa.

Lançar:- 315 -: Lançar para frente o medicine-ball, por abaixamento dos braços estendidos e flexão do tronco. (dois a dois, de frente).

A. Defen:- 364 -: Empurrar pelas costas um camarada que resiste.

Jogos:- 403 -: O quebra canela em círculo -: 424 -: Corrida de estafeta.

VOLTA Á CALMA

Marcha lenta com exercícios respiratórios.

Marcha com canto ou assovio.

Exercícios de ordem.

FONTE: AGCEP. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1941.

ANEXO 9 – EXEMPLO DE LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A TURMA DO 2º GRAU DO CICLO SECUNDÁRIO

LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ciclo Secundário – 2º Grau – 16 aos 18 anos

Dia:-

Hora:-

Local:- Campo do Ginásio.

Duração:- 40 minutos.

Uniforme:- O de Ed. Física.

Material:- O necessário.

Regime dos Trabalhos

Sessão Preparatória:- Normal

Lição Propriamente Dita:- Uma aplicação por família

Um jogo.

Volta á Calma:- Normal.

SESSÃO PREPARATÓRIA

Duração:- 8 minutos

Evolução:- 20 -: Marcha em serpentina.

Flexionamentos:-

Br:- 51 -: Elevação lat. dos braços, com flex. dos ante-br. no plano horiz.

Pr:- 61 -: Mãos nos quadris. –Flexão e ext. das pernas, joelhos afastados.

Tr:- 72 -: Afastamento lateral. Flexão e extensão do tronco.

Cmb:- 81 -: Afastamento para a frente, com elev. lat. dos br. e rot. do tronco.

Asm:- 88 -: Simultaneamente. Elev. lat. de um braço e vert. do outro.

Cxt:- 106 -: Com elevação dos braços flexionados. (3 a 5 vezes).

LIÇÃO PROPRIAMENTE DITA

Duração:- 28 minutos

Marchar:- 123 -: Marcha alongada rápida.

Trepar:- 174 -: Trepar em escadas verticais com auxílio dos pés e das mãos.

Saltar:- 218 -: Salto em altura de frente sem impulso.

L. Trans:- 267 -: Transportar um camarada montado nas costas.

Correr:- 294 -: Corrida em andadura moderada, passada longa.

Lançar:- 319 -: Lançamento de objetos leves com o braço flexionado.

A. Defen:- 362 -: Luta de lado (repulsão).

Jogos:- 402 -: O tripé humano.

VOLTA Á CALMA

Marcha lenta com exercícios respiratórios.

Marcha com canto ou assovio.

Exercícios de ordem.

FONTE: AGCEP. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1941.

ANEXO 10 - EXEMPLO DE LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A TURMA DO CICLO SUPERIOR

LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ciclo Superior – 18 aos 35 anos

Dia:-

Hora:-

Local:- Campo do Ginásio.

Duração:- 40 minutos.

Uniforme:- O de Ed. Física.

Material:- O necessário.

Regime dos Trabalhos

Sessão Preparatória:- Normal

Lição Propriamente Dita:- Uma ou mais aplicações por família. Um jogo facultativo.

Volta á Calma:- Normal.

SESSÃO PREPARATÓRIA

Duração:- 8 minutos

Evolução:- 21 -: Marcha em espiral. O Caracol.

Flexionamentos:-

Br:- 52 -: Elev. lateral dos braços, com flex. dos ant. br. no plano vertical.

Pr:- 65 -: Deitado – Elevação alternada das pernas.

Tr:- 74 -: Afastamento lat. Mãos nos quadris – Rot. e flex. do tronco.

Cmb:- 80 -: Abrir para a frente com elev. lat. dos braços, flex. e ext. das mãos.

Asm:- 91 -: Afastamento lateral – Circundução dos br. em sentidos opostos.

Cxt:- 107 -: Com elevação dos braços estendidos. (3 a 5 vezes).

LIÇÃO PROPRIAMENTE DITA

Duração:- 28 minutos

Marchar:- 123 -: Marcha com elevação dos joelhos.

:- 125 -: Marcha com o tronco flexionado.

Trepar:- 179 -: Trepar em cordas verticais sem auxílio dos pés.

Saltar:- 217 -: Salto em distância sem impulso.

:- 222 -: Salto em altura de frente com impulso.

L. Trans:- 279 -: Levantar e transportar sobre a espádua, um camarada deitado no solo.

Correr:- 292 -: Corrida com esquiva.

Lançar:- 320 -: Lançamento de objetos leves com o braço estendidos.

A. Defen:- 361 -: Luta indiana.

Jogos:- O chicote queimado.

VOLTA Á CALMA

Marcha lenta com exercícios respiratórios.

Marcha com canto ou assovio.

Exercícios de ordem.

FONTE: AGCEP. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1941.

ANEXO 11 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ANO DE 1943. CURSO GINASIAL, 1ª TURMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 4º GRAU DO CICLO ELEMENTAR

ASSUNTO	Número de sessões de trabalho por mês											Obs.
	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Sessões de estudo da educação física			5	2	4	4	4	4	2	0	25	
Sessões de educação física			5	4	6	5	5	6	5	1	37	
Sessões de grandes jogos			3	3	3	4	4	3	4	2	26	
Sessões de esportes individuais			-	-	-	-	-	-	-	-	--	
Sessões de esportes coletivos			-	-	-	-	-	-	-	-	--	
Natação			0	0	0	0	0	0	0	0	0	Não é praticada.
Excursões			0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Desfiles			0	0	0	1	1	0	1	0	3	
Exames médico-biométricos		1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	
Exames práticos		0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
Soma		1	13	9	13	14	14	13	13	4	94	

FONTE: Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1943.

ANEXO 12 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ANO DE 1943. CURSO GINASIAL, 5ª TURMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1º GRAU DO CICLO SECUNDÁRIO

ASSUNTO	Número de sessões de trabalho por mês											Obs.
	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Sessões de estudo da educação física			5	2	4	4	4	4	2	0	25	
Sessões de educação física			5	4	6	5	5	6	5	1	37	
Sessões de grandes jogos			3	3	3	4	4	3	4	2	26	
Sessões de esportes individuais			-	-	-	-	-	-	-	-	--	
Sessões de esportes coletivos			-	-	-	-	-	-	-	-	--	
Natação			0	0	0	0	0	0	0	0	0	Não é praticada.
Excursões			0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Desfiles			0	0	0	1	1	0	1	0	3	
Exames médico-biométricos		1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	
Exames práticos		0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
Soma		1	13	9	13	14	14	13	13	4	94	

FONTE: Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1943.

ANEXO 13 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ANO DE 1943. CURSO GINASIAL, 13ª TURMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2º GRAU DO CICLO SECUNDÁRIO

ASSUNTO	Número de sessões de trabalho por mês											Obs.
	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Sessões de estudo da educação física			5	2	2	4	2	3	3	0	21	
Sessões de educação física			4	2	5	3	5	4	4	1	28	
Sessões de grandes jogos			2	2	3	3	3	3	2	1	19	
Sessões de esportes individuais			1	1	2	1	2	1	1	0	9	iniciação
Sessões de esportes coletivos			1	1	1	2	1	2	1	1	10	Iniciação
Natação			0	0	0	0	0	0	0	0	0	Não é praticada.
Excursões			0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Desfiles			0	0	0	1	1	0	1	0	3	
Exames médico-biométricos		1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	
Exames práticos		0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
Soma		1	13	8	13	14	14	13	13	4	93	

FONTE: Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1943.

ANEXO 14 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ANO DE 1943. CURSO COMPLEMENTAR E COLEGIAL, 1ª TURMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, CICLO SUPERIOR

ASSUNTO	Número de sessões de trabalho por mês											Obs.	
	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total		
Sessões de estudo da educação física		3	0	0	0	0	0	0	0	0	-	3	
Sessões de educação física		0	10	6	10	10	8	10	0	0	-	54	
Sessões de grandes jogos		0	1	1	1	1	1	1	0	0	-	6	
Sessões de esportes individuais		0	1	1	1	1	1	1	0	0	-	6	
Sessões de esportes coletivos		0	1	1	1	1	1	1	0	0	-	6	
Natação		0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Excursões		0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Desfiles		1	0	0	0	0	2	0	1	0	-	4	
Exames médico-biométricos		1	0	0	0	0	0	1	0	0	-	2	
Exames práticos		0	0	0	0	0	0	0	1	0	-	1	
Soma		5	13	9	13	13	13	14	2	-	82		

FONTE: Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1943.

ANEXO 15 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ANO DE 1943. CURSO COMPLEMENTAR E COLEGIAL, 10ª TURMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, CICLO SUPERIOR - POUPADOS

ASSUNTO	Número de sessões de trabalho por mês											Obs.
	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Sessões de estudo da educação física		3	12	8	11	10	8	10	0	-	62	
Sessões de educação física		0	1	1	2	3	3	3	0	-	13	
Sessões de grandes jogos		0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Sessões de esportes individuais		0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Sessões de esportes coletivos		0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Natação		0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Excursões		0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Desfiles		1	0	0	0	0	2	0	1	-	4	
Exames médico-biométricos		1	0	0	0	0	0	1	0	-	2	
Exames práticos		0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Soma		5	13	9	13	13	13	14	1	-	81	

FONTE: Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1943.

ANEXO 16 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ANO DE 1943. CURSO COMPLEMENTAR E COLEGIAL, TURMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA FEMININA, CICLO SUPERIOR

ASSUNTO	Número de sessões de trabalho por mês											Obs.	
	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total		
Sessões de estudo da educação física			0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Sessões de educação física			10	6	10	10	8	10	0	0	-	54	
Sessões de grandes jogos			1	1	1	1	1	1	0	0	-	6	
Sessões de esportes individuais			1	1	1	1	1	1	0	0	-	6	
Sessões de esportes coletivos			1	1	1	1	1	1	0	0	-	6	
Natação			0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Excursões			0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	
Desfiles			0	0	0	0	2	0	1	0	-	3	
Exames médico-biométricos			0	0	0	0	0	1	0	0	-	1	
Exames práticos			0	0	0	0	0	0	1	0	-	1	
Soma			13	9	13	13	13	14	2	0	-	77	

FONTE: Arquivo Geral do Colégio Estadual do Paraná. Cópia dos Relatórios de Educação Física dos Cursos: Fundamental e Complementar – Ano Letivo de 1943.

ANEXO 17 – QUADRO COM O NÚMERO DE ALUNOS DO GP (CEP)

Ano	Quantidade de alunos matriculados		
	Curso Fundamental (Ginasial)	Curso Complementar (Colegial)	TOTAL
1932	768	-	768
1933	492	-	492
1934	504	-	504
1935	421	-	421
1936	667	136	803
1937	733	316	1049
1938	650	566	1216
1939	507	603	1110
1940	532	587	1119
1941	612	711	1323
1942	707	784	1491
1943	687	791	1478
1950	1498	921	2419

FONTE: STRAUBE, Ernani Costa. *Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná*. Curitiba: FUNDEPAR, 1993.

NOTA: o autor nos oferece essas informações com outra formatação em seu texto. Reuni em forma de quadro para melhor visualização. Note-se que o curso Complementar passou a funcionar a partir de 1936. Os dados referentes aos anos de 1944 até 1949 não foram encontrados nessa obra consultada.